

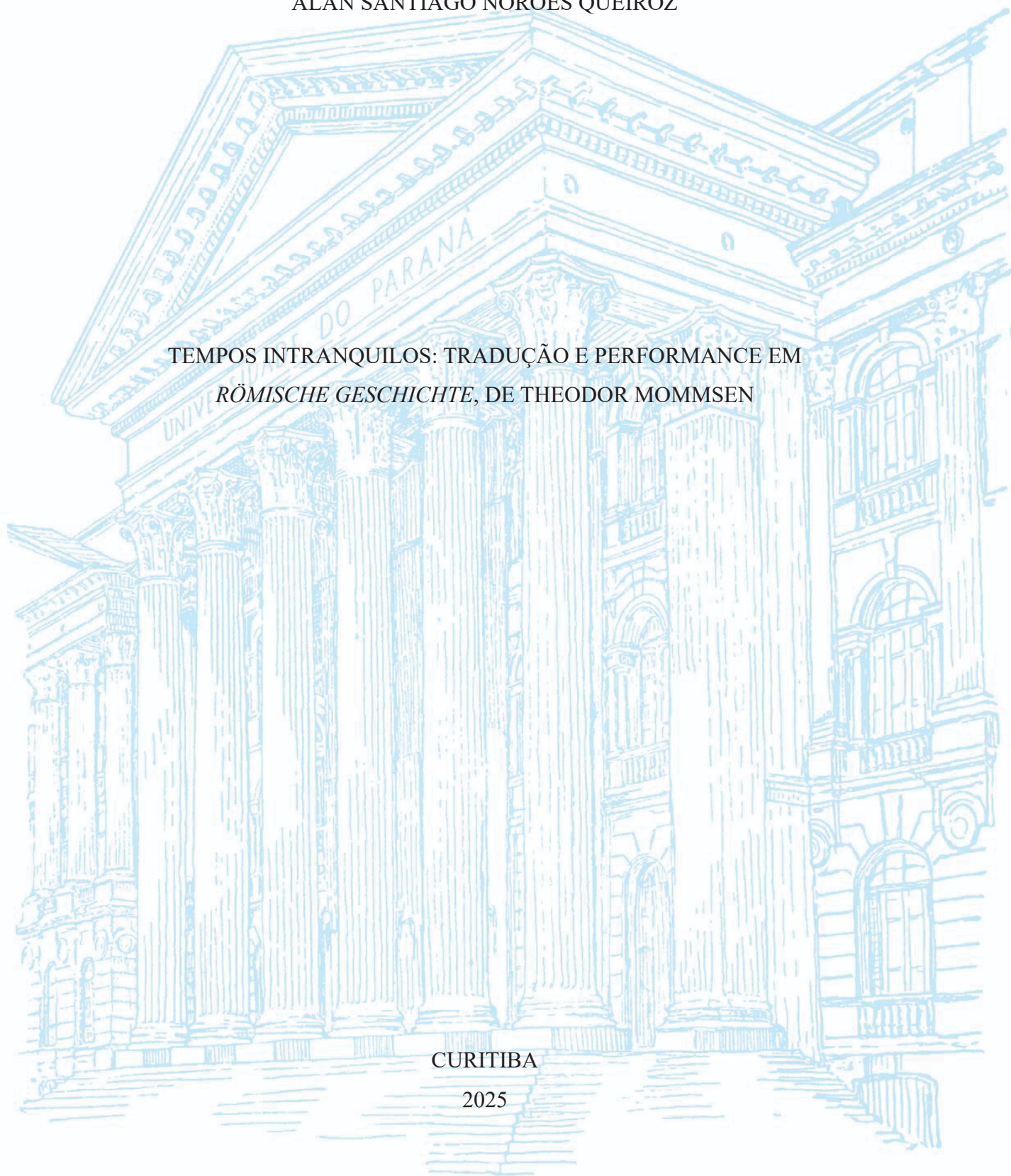
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALAN SANTIAGO NORÕES QUEIROZ

TEMPOS INTRANQUILOS: TRADUÇÃO E PERFORMANCE EM
RÖMISCHE GESCHICHTE, DE THEODOR MOMMSEN

CURITIBA

2025



ALAN SANTIAGO NORÕES QUEIROZ

TEMPOS INTRANQUILOS: TRADUÇÃO E PERFORMANCE EM
RÖMISCHE GESCHICHTE, DE THEODOR MOMMSEN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, no Setor de Ciências Humanas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em estudos literários.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Tadeu Gonçalves

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Queiroz, Alan Santiago Norões

Tempos intranquilos : tradução e performance em *Römische Geschichte*, de Theodor Mommsen. / Alan Santiago Norões Queiroz. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Tadeu Gonçalves.

1. Mommsen, Theodor, 1917-1903. 2. Roma - História. 3. Tradução e interpretação. I. Camargo, Luís Gonçales Bueno de, 1963-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ALAN SANTIAGO NORÕES QUEIROZ**, intitulada: **Tempos intranquilos: tradução e performance em Römische Geschichte, de Theodor Mommsen**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO TADEU GONÇALVES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Fevereiro de 2025.

Assinatura Eletrônica

27/02/2025 10:55:17.0

RODRIGO TADEU GONÇALVES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/02/2025 10:52:45.0

DANIEL MARTINESCHEN

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

27/02/2025 14:35:51.0

RENATA SENNA GARRAFFONI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: pgletras@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 424177

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 424177

À minha mãe, Inês Santiago,
a estudante mais aplicada que já conheci e uma inspiração de vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas que tiveram influência indireta e direta para que este trabalho pudesse ser concluído. Consigo nomear muitas delas, mas não todas. Isso se deve à quantidade incomensurável dos muitos homens e mulheres que trabalham diariamente para que o alimento chegue até mim, a energia ilumine minha lâmpada, a universidade onde estudo funcione em plenitude. Sem estas e estes, de quem não sei o nome e sobre quem deposito uma parte da minha fé e da minha esperança, não seria possível a vida em sociedade. Sei, entretanto, e quero relembrar aquelas e aqueles que colaboraram para que eu estivesse em condições de depositar uma palavra depois da outra nesta dissertação. São eles: meus pais, Francisco e Inês, que sempre financiaram minha educação e acreditaram em mim mais do que quaisquer outros; meus amigos, Leonardo Araújo, pela leitura atenciosa do projeto, pelo acolhimento nas horas de sofrimento e pelas excelentes conversas sobre a vida, Lucas Lima, com quem compartilho o amor pela literatura e que me incentiva a escrever, Gisele Eberspächer, que deu opiniões preciosas para o desenvolvimento da pesquisa, Daniel Falkemback, que traduziu livro importantíssimo para a bibliografia, Luiz Abdala Jr., que trouxe da Alemanha uma encomenda bibliográfica; meu orientador, o professor doutor Rodrigo Tadeu Gonçalves, que soube administrar em doses ideais o incentivo e a liberdade para que eu pudesse encontrar meu próprio caminho; a banca examinadora, que também esteve na qualificação, a professora doutora Renata Senna Garraffoni e o professor doutor Daniel Martineschen, pelos comentários pertinentes que me ajudaram a repensar e aprofundar reflexões; e, por fim, mas não menos importante, meu parceiro de vida, Gustavo Montovani, sem o qual eu não teria conseguido o apoio, a compreensão, a organização e o carinho necessários para um isolamento de leitura e escrita dia após dia, domingo após domingo — sem ele, eu teria sucumbido; sem ele, eu nem teria tido a força de vontade e o foco para pleitear uma vaga no programa. A ele e a todos os outros, meu singelo muitíssimo obrigado.

Foied vinom pipafo, cra carefo
[Hoje beberei vinho; amanhã não terei nada]
(Ditado falisco)

RESUMO

Este trabalho apresenta e fundamenta a tradução do capítulo 11 do livro 5 de *Römische Geschichte* (História de Roma), escrito por Theodor Mommsen. Nessa obra, publicada em três volumes em 1854, 1855 e 1856, mas inconclusa, o historiador aproveita-se dos acontecimentos políticos romanos e de seus personagens principais na Antiguidade para praticar uma “pedagogia política” voltada aos contemporâneos, defendendo, por meio da historiografia, o mesmo programa que uma parte dos liberais havia, sem sucesso, tentado implantar na arena pública durante a Revolução de 1848 com uma unificação entre os vários Estados da Confederação Germânica, sem a presença do Império Austro-Húngaro. Ao figurar o general Júlio César e detalhar a atuação dele após a Guerra Civil contra Pompeu, o excerto trazido ao português brasileiro nos permite mostrar, por um lado, como o autor conformou seu ideário político numa narrativa em que esse “indivíduo histórico-mundial” é construído de modo teatralizado, visual e exterior, e, por outro, como as ferramentas linguísticas, através de sua força performativa perlocutória, tentam mobilizar o leitor e agem no mundo. Para traduzir, recorreremos tanto à visualização, em que a “moldura” fornece ao tradutor elementos imagéticos variados, quanto à performatividade, em que a instância tradutória está implicada criativa e politicamente no seu ofício e intervém com consciência. O objetivo foi reconstruir na língua-alvo o poder transformativo do texto de partida, mas aqui num viés crítico, ressaltando o arcabouço ideológico que presidiu à construção do original; assim, evidenciamos no produto de nossos esforços os limites daquele pensamento — que advoga a síntese das divergências internas pelas mãos de um único homem forte, responsável por implantar uma “democracia” monárquica com ajuda militar. Além de confirmar que a composição escrita no campo disciplinar da história não se nega a empregar artifícios da literatura para atingir quem a lê, notamos que, por isso, a tradução poderá ser mais efetiva e criativa quando enxerga, em diferentes períodos e geografias, as potencialidades literárias e performativas do gênero historiográfico e sua permanente recusa à cientificidade dura.

Palavras-chave: tradução; performatividade; visualização; Mommsen.

ABSTRACT

This work presents and substantiates the translation of chapter 11 of book 5 of *Römische Geschichte* (History of Rome), written by Theodor Mommsen. In this work, published in three volumes in 1854, 1855 and 1856, but unfinished, the historian makes use of Roman political events and their main characters in Antiquity to practice a ‘political pedagogy’ aimed at his contemporaries, defending, through historiography, the same programme that part of the liberals had unsuccessfully tried to implement in the public arena during the 1848 Revolution with a unification between the various states of the German Confederation, without the presence of the Austro-Hungarian Empire. By featuring General Julius Caesar and detailing his actions after the Civil War against Pompey, the excerpt translated into Brazilian Portuguese allows us to show, on the one hand, how the author shaped his political ideology in a narrative in which this ‘world-historical individual’ is constructed in a theatricalised, visual and external way, and, on the other hand, how the linguistic tools, due to their perlocutionary performative force, try to mobilise the reader and act in the world. In the translation proceedings, we used both visualisation, in which the ‘frame’ provides the translator with a variety of imagery elements, and performativity, in which the translator is creatively and politically involved in their craft and intervenes with awareness. Our aim was to reconstruct the transformative power of the source text in the target language, but here with a critical perspective, highlighting the ideological framework that presided over the construction of the original; in this way, the product of our efforts highlights the limits of that mode of thinking — which advocates the synthesis of internal differences at the hands of a single strong man, responsible for implementing a monarchical ‘democracy’ with military aid. In addition to confirming that the written composition in the disciplinary field of history does not refuse to employ artifices of literature to reach those who read it, we note that translation can therefore be more effective and creative when it perceives, in different periods and geographies, the literary and performative potential of the historiographical genre and its permanent refusal of a hard scientificity.

Keywords: translation; performativity; visualization; Mommsen.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I MOMMSEN | 16 |
| 1.1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.2 ESBOÇO BIOGRÁFICO ATÉ OS ANOS 1850 | 16 |
| 1.2.1 As origens em Garding..... | 16 |
| 1.2.2 A formação no Christianeum: a historiografia e o gênio, influências de Goethe e Hegel ... | 17 |
| 1.2.3 A universidade em Kiel: método crítico-filológico e epigráfico; o historicismo | 27 |
| 1.2.4 A Revolução de 1848: o liberalismo e a Escola Prussiana..... | 32 |
| 1.2.5 O exílio após Leipzig e a escrita de <i>Römische Geschichte</i> | 38 |
| CAPÍTULO II ROMA | 40 |
| 2.1 INTRODUÇÃO | 40 |
| 2.2 NARRATIVA E PERFORMATIVIDADE HISTORIOGRÁFICAS: AS SINGULARIDADES DO TEXTO..... | 41 |
| 2.3 DESTAQUE AOS PONTOS PRINCIPAIS DE <i>RÖMISCHE GESCHICHTE</i> | 49 |
| 2.3.1 A formação dos Estados: unidade e liberdade na Antiguidade e no século XIX | 49 |
| 2.3.2 As classes sociais e os partidos: a aristocracia corrupta, os democratas e os moderados em Roma e na Alemanha | 51 |
| 2.3.3 As personalidades da história romana: Mário, Sula e Caio Graco em contraste com César | 61 |
| CAPÍTULO III CÉSAR | 67 |
| 3.1 INTRODUÇÃO | 67 |
| 3.2 A PERFORMATIVIDADE NA CRIAÇÃO DE PERSONAGENS EM MOMMSEN..... | 68 |
| 3.2.1 A encenação a partir da fonte historiográfica: o personagem histórico-mundial hegeliano no drama histórico romano..... | 68 |
| 3.3 CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE CÉSAR AO LONGO DO LIVRO: ARCO NARRATIVO DO HERÓI EM ASCENSÃO..... | 71 |
| 3.3.1 César como performance da capacidade política, da aderência ao poder, da revolução monárquica e democrática..... | 71 |
| 3.4 A TRADUÇÃO DE CÉSAR: A VISUALIZAÇÃO E A PERFORMATIVIDADE | 78 |
| CAPÍTULO IV TRADUÇÃO | 95 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 181 |
| REFERÊNCIAS | 185 |
| ANEXOS | 193 |
| A) FIGURAÇÃO DE CAIO MÁRIO | 193 |
| B) FIGURAÇÃO DE LÚCIO CORNÉLIO SULA | 197 |
| C) FIGURAÇÃO DE CAIO SEMPRÔNIO GRACO | 206 |

INTRODUÇÃO

Aprendemos muito mais sobre o século XIX que a respeito de Roma antiga em *Römische Geschichte* (História de Roma), escrito por Christian Matthias Theodor Mommsen (Garding, Alemanha, 30 nov. 1817-Berlin, Charlottenburg, Alemanha, 1º nov. 1903) e publicado em três volumes respectivamente em 1854, 1855 e 1856, tratando desde o início daquela cidade antiga até a vitória de Júlio César na Guerra Civil. O crítico que fez essa observação, Eduard Meyer (1922, p. 324), acrescentaria ainda, sem mentir, que a obra é a expressão literária mais bem-acabada do liberalismo radical da Revolução de 1848, que queria a unificação entre os vários estados da Confederação Germânica numa liberdade pactuada com a monarquia. Num necrológio publicado no *Die Neue Zeit* de 1904, o filósofo e social-democrata Karl Kautzky (*apud* Christ, 2021, p. 23) tentou resumir assim as posições políticas daquele historiador e jurista: “Medo do proletariado, ódio aos coronéis latifundiários e saudade de um monarca que governe com mãos de ferro contra ambos em acordo com uma burguesia rebuscada [...], e ele levou isso da prática política à história de Roma”¹. Já seus defensores, como Alfred Heuß (1996) e Karl Christ (2021), destacam, também com alguma razão, seja a congruência entre Estado, democracia e nação no pensamento dele, seja a impossibilidade de colar em sua figura o ideário de um único grupo político. De fato, entre os historiadores da Escola Prussiana na qual é costumeiramente integrado, nem era tão inimigo da democracia popular quanto Johann Gustav Droysen, nem tão amigo dos capitalistas quanto Heinrich von Sybel, nem tão partidário de Otto von Bismarck quanto Heinrich von Treitschke — e com estes dois últimos teria atritos irreconciliáveis. Mas ninguém há de negar o pendor liberal e a historiografia feita *cum ira et studio*, isto é, fervor ideológico e erudição acadêmica, como afirma Stefan Rebenich (2002, p. 90); ninguém nega também as qualidades literárias que em 1902 o haviam tornado “o maior mestre vivo da arte da escrita histórica”² (The Nobel, 2025), como escreveu a Academia Sueca ao lhe conceder o Prêmio Nobel de Literatura naquele ano. Por tudo isso, pela complexidade de sua atuação social e pela grandiosidade das realizações para os estudos clássicos, seja escrevendo sobre as diversas facetas de Roma, seja editando um *corpus* de epígrafias até então inédito e abrangente, por ter sido ainda correspondente internacional da Academia Brasileira de Letras e por estar no princípio de

¹ No original: “Angst vor dem Proletariat, Haß gegen das Junkertum und die Sehnsucht nach einem Monarchen, der beiden den Fuß auf den Nacken setzte und im Sinne einer feingebildeten Bourgeoisie regierte [...], und dies trug er aus der praktischen Politik auch in seine römische Geschichte hinein”.

² No original: “the greatest living master of the art of historical writing”.

debates teóricos sobre o “cesarismo” que tiveram grande repercussão, o nome dele não é desconhecido na pesquisa em Antiguidade no Brasil e tem centralidade maior para quem se interessa por história intelectual alemã; mas, sendo este um trabalho que investiga a tradução de um texto historiográfico, estamos preocupados antes com as características literárias e performativas dessa produção e de que maneira esses traços específicos podem ser transportados ao português de modo a manter a força capaz de mobilizar e fazer refletir.

Na mira de nosso holofote está uma escrita histórica e historiográfica — histórica, porque importa imenso para as pesquisas sobre o pensamento naquele país e naquele período, tanto quanto nos desdobramentos posteriores da área; historiográfica, porque a operação discursiva que lhe deu origem está localizada num campo disciplinar próprio, embora ainda à época em processo de autonomia e modernização, o que trazia implicações práticas à efetivação da linguagem. Com o propósito de entender esse objeto, precisamos notar a tensão entre as dimensões factuais e literais do texto e o que incluímos ou subtraímos por interpretação nossa diante da realidade empírica (LaCapra, 1983). Nesse diálogo travado com Mommsen, debruçamo-nos sobre o fenômeno textual evitando, portanto, lhe atribuir as intenções vindas do autor, as quais no geral insistem em não se concretizar e servem o mais das vezes apenas como subterfúgio para não se examinar de fato a matéria linguística, esta sim reveladora do que realmente acontece com as palavras no papel. Negamos também aproximar vida e obra de maneira desarrazoada e mecanicista por quereremos escapar ao equívoco de procurar numa trajetória humana múltipla e sempre mutável somente o que referende o argumento principal da pesquisa. Sabendo que situar documento ou fonte em contexto já é em si uma reorganização em algum sentido arbitrária das ligações entre ações humanas no tempo e, por isso, um gesto “poético” (Harlan, 2014, p. 36), assumimos a responsabilidade interventiva, mas também a necessidade e a coerência de apontar o que há de político-filosófico em decisões pessoais que animam o conteúdo político-filosófico de um título redigido para agir política e filosoficamente na sociedade de onde derivou. Assim cremos fundamentar como o discurso, a estrutura profunda e a ideologia adquirem contornos efetivos no texto e essenciais à nossa postura também ativa e presente na tradução. Recusamos ainda reduzir o fruto dos esforços dele a um conjunto de aspectos mais ou menos categóricos e prescritivos acerca da redação historiográfica para em seguida excluir dali quaisquer traços incabíveis nesse molde puro; na verdade, tomamos o rumo oposto: é a partir da divergência no que ele tem de “científico” que construímos nossa tradução, isto é, perseguimos a subjetividade do escritor na elaboração de cenas, nas concepções sinestésicas espalhadas pelos parágrafos, na corporalidade dos personagens, na constituição psicológica

das figuras históricas e dos atos exteriores empreendidos por elas etc., porque isso chancela esse calhamaço como uma peça performativa e *literária* que *age*, por excelência, com a língua e através dela; em outros termos, texto é conceituado aqui como entidade em que ocorrem variados eventos (LaCapra, 1983, p. 65), que deveremos identificar e explicar, na medida em que iluminem a tradução.

Entre os recortes possíveis a traduzir, o capítulo 11 do livro 5 se revelou o mais natural pelas seguintes razões: a) nunca foi trazido ao português brasileiro integral e diretamente³; b) é dedicado a uma única figura e a mais importante na obra, o general Júlio César, juntamente com as reformas promovidas por ele, proporcionando material para examinarmos a tecitura literária e ideológica do personagem historiográfico; c) encerra a narrativa político-militar, sendo o penúltimo do terceiro volume; d) mostra, da maneira mais clara, a “pedagogia política” de Mommsen (Wucher, 1968; Rebenich, 2002; Christ, 2021; Heuß, 1996; Fest, 1992), que tentava orientar e convencer o público às concepções liberais de Estado, democracia, monarquia, unificação, gênio, liberdade na certeza de que esse caminho poderia resolver os impasses de um presente interdito pelo fracasso da Revolução; e) ajuda a investigar a função essencial que a fonte histórica — quer testemunhos intencionais, quer resíduos não intencionais — exerce sobre a estrutura textual na escrita de historiadores, traçando com isso linhas delimitadoras, mas não limitantes, em relação à ficção; f)

³ As cerca de 2.400 páginas do original alemão foram diminuídas para pouco mais de trezentas pela editora Delta em 1962, reeditadas em 1971 e 1973 pela Opera Mundi na Biblioteca dos Prêmios Nobel de Literatura e finalmente republicadas apenas em formato digital pela LeBooks em 2022. Essa tradução de Antonio Olinto se baseou numa versão francesa abreviada em 1960, incrementada no Brasil inclusive com a mesmíssima introdução de Jérôme Carcopino e ilustrações de Albert Decaris. Um trecho escolhido aleatoriamente basta para comprovar o ineditismo de nossos esforços com este trabalho. No primeiro capítulo do segundo livro, Mommsen (I, 244) escreve no seu estilo característico: “Da die Servianische Reform, welche den Insassen in militärischer Hinsicht dem Bürger gleichstellte, mehr aus administrativen Rücksichten als aus einer politischen Parteitendenz hervorgegangen zu sein scheint, so darf als der erste dieser Gegensätze, der zu inneren Krisen und Verfassungsänderungen führte, derjenige betrachtet werden, der auf die Beschränkung der Magistratur hinarbeitet”. Em português, poderíamos muito bem dizer assim: “Uma vez que a reforma serviana, ao igualar os internos do ponto de vista militar ao cidadão, parece ter derivado mais de considerações administrativas que de tendências partidárias da política, ela pode ser entendida como a primeira dessas contradições que, levando a crises internas e mudanças na constituição, resultaram na limitação da magistratura”. Já os franceses, que se negaram a creditar o responsável por dublar o historiador da Alemanha, registram o seguinte: “Le reforme de Servius, en mettant sur le même pied l’habitant et le citoyen au point de vue militaire, paraît être née plutôt de motifs de convenance administrative que d’une tendance politique de parti : ce fut donc, nous pouvons l’affirmer, le mouvement qui chercha à accomplir la limitation du pouvoir du magistrat qui fut le premier de ceux qui commencèrent les crises intérieures et les changements constitutionnels” (Mommsen, 1960, p. 75). Por sua vez, Olinto verte nestes termos: “A reforma de Sêrvio, colocando num mesmo plano o habitante e o cidadão do ponto de vista militar, parece antes ter nascido de motivos de conveniência administrativa que de uma tendência política de partido: foi, portanto, podemos afirmá-lo, o movimento tendente a completar a limitação do poder do magistrado que deu início aos que iriam provocar as crises interiores e as mudanças constitucionais” (Mommsen, 1971, p. 85). Como se percebe, a única tradução brasileira do século XX paga pedágio à França, que sozinha teve ao menos duas versões integrais da obra, ambas na década de 1860: uma de C. A. Alexandre, e outra de E. de Guerle.

exemplifica o funcionamento performativo da obra, como a “encenação narrativa” (Huber, 2003) teatralizada e presentificada dos episódios ou a construção visual, exterior e acional de personagens, como no drama; g) permite à tradução aplicar os conceitos e os procedimentos da *visualização* (Kusssmaul, 2015) e da *performatividade* (Agnetta, 2021a, 2021b; Fischer-Lichte, 2013), isto é, tanto o detalhamento, a manutenção ou a reformulação do plano linguístico para aprofundar seu caráter visual quanto nossa presença interventiva legitimada como instância criativa, autônoma; e, desse modo, contribuímos para que o produto do embate entre as posições ideológicas de tradutor e autor sejam, se não evidentes, ao menos sugeridas. Nosso objetivo é, em certo sentido, também pedagógico e político; o gesto interventivo de nossa parte cuidará de operar as características e a visão de mundo presentes no original para que, ao serem ressaltadas nas particularidades de seu estilo, indiquem criticamente as posições mommsenianas sobre temas sensíveis, como a influência das camadas desfavorecidas na cena pública, o peso devotado a um homem idealizado e quase sobre-humano, o valor do militarismo na execução da democracia, o papel das monarquias nos Estados contemporâneos, o significado de decadência e anomia sociais, a função das minorias na constituição estatal etc. São debates que, recuperados pelos nossos próprios tempos intranquilos, como farsa, se expressam de maneira mais acurada na edição dos anos 1850 encomendada ao autor pela dupla de sócios Salomon Hirzel e Karl Reimer na Weidmannsche Buchhandlung; por isso dedicamos nossa atenção apenas a essa primeira parte, de maior repercussão comercial e acadêmica. É que o sexto e o sétimo livros, que versariam, de acordo com o planejamento originário, sobre o período imperial, nunca foram escritos; e um oitavo, intitulado “Länder und Leute von Caesar bis Diokletian [Territórios e populações de César a Diocleciano]”, descrevendo as províncias, tem sido adicionado desde a década de 1880 ao restante como uma espécie de continuação. Mas não lidaremos com esta por considerar que ela não participa do mesmo argumento estrutural, uma vez que elaborada mais de quarenta anos depois da Revolução, quando o Estado alemão já havia se unificado e os problemas políticos, portanto, eram radicalmente outros.

Os quatro capítulos nos quais esta dissertação se divide retraçam o percurso lógico do argumento, partindo do geral ao específico. O primeiro apresenta as influências de idealismo, liberalismo e historicismo na atividade político-intelectual de Mommsen; o segundo mostra como essas ideias se concretizam na prosa do livro; o terceiro, centrando-se na figura de César, defende a relação íntima entre a forma específica de criar o personagem historiográfico e a perspectiva teórico-metodológica escolhida para a tradução; o último é o produto do fazer tradutório. É por causa do “gênio” e do “indivíduo histórico-mundial” que Mommsen e seus

companheiros historiadores passaram a enxergar muito mais os indivíduos e a agência deles no curso dos acontecimentos. A ênfase dada às biografias como veículo privilegiado de enxergar os seres humanos do passado foi aprendida com Goethe; já os métodos crítico-filológico e epigráfico, adquiridos durante o ensino superior, amplificaram o acesso a um passado agora entendido por si mesmo e não mais em função única de um fim teleológico. A historiografia não havia perdido a índole performativa que, frutífera na Antiguidade⁴, fora bem incorporada na tradição alemã desde fins do século anterior. Disputas partidárias por um país de língua germânica unificado sem o Império Austro-Húngaro, ao serem desalojadas de seus espaços propícios após a retomada conservadora dos anos 1840, transbordaram para outras áreas do pensamento, como a historiografia; inaugurava-se a Escola Prussiana. A atuação dos povos considerados fundadores da Europa ocidental, gregos e romanos, passou então a servir de “protótipo”, seja do desenvolvimento humano, seja do nacional; olhava-se o passado à caça de respostas e saídas. Os Estados, as classes sociais e os partidos à época de Mommsen poderiam espelhar-se nos passos rumo à unidade romana, no jogo entre as classes, na pactuação dos agrupamentos políticos em torno de certas personalidades fortes. Embora recuse a escrita da história como um banal amontoado de pessoas pormenorizadas no seu íntimo, nosso autor esboça o caráter interior e exterior de muitas das figuras proeminentes durante a República romana, descartando-as uma a uma, até chegar a César, aquele que realiza o espírito do tempo enquanto cede às próprias vontades. Ao fazer isso, expõe a tensão entre conhecimento histórico e narração literária, entre a pesquisa documental e a confecção de uma trama em que o leitor pode experienciar lances fatídicos como se transcorressem diante dos olhos; ademais, pontua que a criação de personagens nesse tipo de obra se condiciona pelas fontes de maneira visual e exterior. Segue-se daí que uma tradução só poderia mesmo fazer jus ao original — sem que isso signifique reverência ou submissão — também optando por procedimento tradutório visual, exterior e performativo.

Se traduzir é sempre uma declaração a respeito da obra a ser vertida, da relação com o estrangeiro e das possibilidades sociais, culturais, políticas e literárias no país em que o texto aporta, nossa afirmação por Mommsen e seu César deve ser recebida, ou pelo menos gostaríamos que assim fosse, como tentativa de mirar criticamente o presente a partir das reflexões e das posições defendidas por ele no passado. Esta tradução nos ajuda a perceber que as pessoas, os acontecimentos e a vida na Antiguidade, desde pelo menos o século XIX, nunca deixaram de ser arena para o embate público entre diferentes ideologias; e, uma vez

⁴ Sobre a historiografia performativa na Antiguidade, mais detidamente em Salústio, *cf.* Norões (2024).

que não podemos mesmo ler o passado senão com óculos que lhe deem curvas e profundidade, deixando-o mais nítido, então que estejamos cientes das escolhas teórico-metodológicas feitas para compreendê-lo. Por consequência, não correremos mais o risco de tomar a historiografia como o próprio tempo que está sendo retratado, porque ela é uma leitura entre as várias possíveis — ainda que se encontre mais próxima ou mais distante das experiências de fato vividas pelos seres humanos em dada época. Nesse ponto de alteridade e exercício de comunicação, quer entre tempos, quer entre gentes, se unem os papéis do historiador e do tradutor; os dois procuram, cada um à sua maneira, contactar, também revelando e explicando, uma parte do mundo que até então se mantinha por inteiro escondida ou imperfeitamente assimilada. Com isso, modificam o presente pela força da linguagem. Reside, portanto, aí, numa tradução que pode ser agente e não simples cópia irrefletida, nossa singela contribuição com esta pesquisa.

CAPÍTULO I | MOMMSEN

1.1 INTRODUÇÃO

Não é possível compreender *Römische Geschichte* ignorando a influência que exerceram sobre Theodor Mommsen algumas das principais correntes do pensamento alemão no século XIX: o idealismo, o liberalismo e o historicismo. Da primeira, herdou as ideias fundantes de gênio e espírito, as quais, adotadas pelos românticos e trabalhadas pelo filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), ganham proeminência nas reflexões dele; da segunda, uma visão sobre o Estado burguês e a unificação nacional, que ele cuidaria de identificar também na Roma antiga; da terceira, a profundidade e a amplitude historiográficas com que analisou o fenômeno romano por meio de inovadora metodologia epigráfico-filológica. Esses movimentos, consequência das convoluções sociais que assaltaram a Europa no início da Idade Contemporânea, não são meras abstrações teóricas e se refletem na atuação prática dos envolvidos. Assim, a trajetória acadêmica do historiador e sua participação nos eventos do período oferecem elementos dos quais esta tradução se valerá para reconstruir em português tanto o livro sobre o famoso império em geral quanto em particular a personagem do general Caio Júlio César (100 a.C.-44 a.C.), tal como figurada e performada pelo autor no penúltimo capítulo da obra.

1.2 ESBOÇO BIOGRÁFICO ATÉ OS ANOS 1850

1.2.1 As origens em Garding

Começamos por alguns nomes, determinadas datas e certas localidades: primogênito de Jens Mommsen (24 jun. 1783-18 fev. 1851) e Sophia Elisabeth Krumbhaar (9 fev. 1792-2 mar. 1855), ele nasceu em Garding em 30 de novembro de 1817 e quatro anos depois se mudou com a família para Oldesloe, ambas cidades no ducado de Schleswig, região de fronteira com a Dinamarca e exterior ao território da Confederação Germânica; teve ainda outros cinco irmãos, entre os quais só três sobreviveram aos estágios iniciais da vida — Tycho (1819), August (1821) e Marie (1828). Não obstante a mãe fosse filha de um sólido comerciante, o pai, descendente de um lavrador pobre, apenas com dificuldades manteve o sustento dos seus naquela sociedade muito rural, com poucos sinais de industrialização e profundamente hierarquizada, em que grandes proprietários de terras (os *Junker*, nobres com títulos militares) exploravam agricultores cada vez mais empobrecidos por dívidas, em razão

de colheitas malogradas. A mudança de residência havia ocorrido para que o patriarca, ex-estudante de medicina (1803) na Universidade de Kiel e afinal formado em 1806 em teologia, disciplina que lhe garantiria com efeito carreira pública, assumisse o cargo de pastor com salário de 376 táleres, muito mais do que ganhava até então como diácono, porém ainda assim insuficiente para suprir tantas crianças. As constantes aulas particulares que tinha de dedicar aos jovens da nobreza e da classe média alta para complementar o ordenado o mantinham fora de casa por muito tempo e obrigavam Mommsen, inicialmente educado dentro do lar, a seguir um cronograma autônomo de estudos, que incluía línguas e literatura. O latim e o grego serviam não apenas para caçoar de quem demonstrava inabilidade nesses idiomas, como o rapaz que certo dia pediu um apoio financeiro a Jens e escorregou nas declinações (Wickert, 1959, p. 16), mas principalmente para acessar os textos da Antiguidade clássica, que, a despeito da exigência curricular, lia com renovado prazer. Infundido pelo pai com a ética do dever, a busca da perfeição, o incentivo à formação científica e a autossuficiência intelectual, foi levado a apreciar esses princípios protestantes disseminados nos Estados alemães e a desprezar toda a pregação católica; entretanto, uma vez que a divergência entre o racionalismo iluminista e a ortodoxia luterana empurrara o pai a uma “via do meio”, entre a concepção histórico-crítica daqueles e o fervor teológico destes, isto é, entre o “deísmo e o misticismo”, como escreveu Mommsen (*apud* Rebenich, 2002, p. 12; Wickert, 1959, p. 28) no seu diário em 28 de maio de 1836, esse novo humanismo, refletindo em casa uma conduta educacional cada vez mais prevalente no país, o afastaria de todo do sentimento religioso, e, no fim do colégio, se consideraria por completo destituído de crenças místicas. Isso pode explicar a posterior adesão dele a uma perspectiva histórica sem quaisquer forças divinas conduzindo os destinos humanos.

1.2.2 A formação no Christianeum: a historiografia e o gênio, influências de Goethe e Hegel

O pendor à poesia e ao mundo antigo se aprofundou a partir de 4 de outubro de 1834, quando, junto com Tycho, ingressou no Christianeum. Essa *Gelehrtenschule* em Altona, fundada em 1738 pelo rei dinamarquês Cristiano VI para atrair à sua causa os rebentos de origem alemã, ainda que mantivesse em miniatura o dilema entre pietismo e racionalismo que ocorria além de seus muros, não deixou de se tornar a partir de 1773 a principal porta de acesso à instituição superior de Schleswig (Wickert, 1959, p. 43); seguindo o modelo do liceu

prussiano reformado no século XIX sob a inteligência do pedagogo e linguista Wilhelm von Humboldt (1767-1835),⁵ apresentava aos alunos um programa diversificado em ciências humanas e naturais e um conjunto de oportunidades que nosso rapaz, premiado com uma bolsa da Schrödersche Stiftung e então à beira da maioridade, soube aproveitar. Em 1835 fora transferido à turma dos discentes de maior destaque, a Selektta; em 1837 filiou-se à Altonaer Wissenschaftlichen Primaner-Verein Klio, associação científica que marcou boa parte de suas convicções e na qual escreveu alguns artigos de relevância; e, por fim, em 1838, concluiu a formação básica com um rendimento que o diretor do colégio consignou em documento de 6 de abril, afirmando a excelente aptidão cognitiva, a fluência escrita e falada em latim, o ótimo aproveitamento em inglês, francês, dinamarquês e alemão, a dedicação com que aprendeu matemática e física, o cuidado à história da fé cristã e a atenção através da qual “orientou a vida, com grande diligência, às regras da virtude e da honestidade”⁶ (J. H. C. Eggers *apud* Wickert, 1959, p. 130-131). A experiência na escola lhe deixou de herança um conhecimento abrangente dos contemporâneos e uma consciência política a respeito da emancipação: naquelas carteiras, envolveu-se numa “revolução leitora” (Rebenich, 2002, p. 18) propiciada por tecnologias mais eficientes de impressão que baratearam os custos dos livros (Safranski, 2007), de maneira que, além de consumir tudo o que conseguisse,⁷ ainda enviava por correio para o pai, junto com seu diário; também era devorada a produção do grupo lítero-político Jovem Alemanha, que o havia insuflado contra a opressão estatal e ensinado sobre revolução na política, na educação, na religião e na própria arte literária. Um sentimento de unidade, antes restrito, passara a gozar de aceitação social, e os ginásiais tomavam para si o adjetivo pátrio a fim de marcar uma identidade compartilhada num ambiente tanto geográfico quanto simbólico. Sendo uma mobilização nacionalista generalizada e açulada pelos anos de dominação napoleônica, era na mesma medida uma efervescência liberal, porque, como afirma Thomas Nipperdey (2013, p. 308), as duas se confundiam e se entrelaçavam. Nessa esteira, dezenas de agremiações, clubes e entidades de caráter antifrancês e patriótico de

⁵ Para ele, a Antiguidade greco-romana deveria ser explorada pelo sistema educacional como ideal de formação (*Bildung*), congraçando autoaperfeiçoamento, liberdade e interação indivíduo-sociedade-Estado, para o surgimento de um cidadão apto a responder às demandas da sociedade daquele século (Rebenich, 2021).

⁶ No original: “ad virtutis honestatisque normam permagno studio vitam direxisse”.

⁷ Algumas de suas leituras comprovadas nessa época foram Christoph Martin Wieland (1733-1813), Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781), Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), Friedrich von Schiller (1759-1805), Jean Paul (1763-1825), Wilhelm von Kleist (1777-1811), Heinrich Heine (1797-1856), Karl Gutzkow (1811-1878) e E.T.A. Hoffmann (1776-1822).

vários matizes pulularam pelo país desde os anos 1790 e durante o *Vormärz*⁸, defendendo direta ou indiretamente os fundamentos teóricos do liberalismo, como liberdade de expressão, alguma dose de democracia representativa e fim dos privilégios da nobreza. Entre elas pode-se citar decerto aquele grêmio nascido em 1828 de que Mommsen participou no período escolar. Em reuniões aos domingos à tarde, os oito membros discutiam temas literários, filosóficos, históricos, políticos em discursos e palestras com proposital escasso tempo de preparação; ademais, resenhavam os ensaios uns dos outros, sob multa de seis xelins caso não o fizessem, agitando o debate e duríssimas críticas. Nesse procedimento subjazia a noção de que a ciência contribuía para a instrução moral e intelectual do ser humano e não estava dissociada duma respectiva ação no mundo (Rebenich, 2002, p. 21); em decorrência desse incentivo filosófico, os pensadores alemães se engajaram nas disputas parlamentares pela unificação política ou nas manifestações de rua que reivindicavam melhorias sociais.

O cerne do que esse solo comum disponibilizou a Mommsen se revela em duas breves análises reunidas numa publicação de 1897 por ocasião de seu aniversário de oito décadas. “Quais os requisitos de uma boa biografia?”, exposta aos integrantes em 21 de outubro de 1837, e “Gênios são um mal necessário”, vinda a público em 9 de dezembro do mesmo ano, conjugam as preocupações que reaparecerão no tecido da pesquisa vencedora em 1902 do Prêmio Nobel de literatura. No primeiro artigo, o raciocínio se desenvolve no contraste entre a escrita biográfica e a realização da historiografia. Nem sempre é trivial traçar a diferença entre elas; por exemplo, o historiador pode abordar idiosincrasias psicológicas e ações menores de personalidades famosas na relação destas com o mundo ao redor e com o tempo que habitaram, bem como o biógrafo, para absorver uma correta visão do assunto, terá de pelo menos tangenciar os fluxos maiores da história, que não se reduzem a uma única figura pública (Mommsen, 1897). No entanto, e isso nos leva a um dos argumentos centrais mommsenianos, a caracterização de uma vida humana demanda estrutura tal que o sujeito perfilado se transforme numa força centrípeta interna à economia do texto, tocando apenas no que do todo concerne à pessoa, sem debater em detalhes causas e consequências dos acontecimentos e ordenando tudo em sequência inteiramente diversa. Sobre isso, orienta: “o biógrafo não pode discutir de forma extensiva as relações do grande todo, porque, ao se ocupar com objeto que se acostumou despercebidamente a pensar como a causa propulsora de todos os eventos afetos a ele, o olhar ao todo se obstrui e uma certa unilateralidade quase

⁸ “Pré-março”: período que vai pelo menos desde os anos 1830 (para alguns, desde o Congresso de Viena, em 1815) à Revolução de março de 1848, marcado por uma reação conservadora e pela instituição da Santa Aliança entre potências monárquicas.

necessariamente se impõe”⁹ (Mommsen, 1897, p. 14). Em outras palavras, implicam-se aqui construção de personagem, adequação desse protagonista a uma narrativa, ações com sentido de causalidade que transcorrem no tempo configurando uma trama;¹⁰ porém, se é verdade que a criatura estará perfeitamente imiscuída ao mundo textual, é também verdade que ela será fruto de uma distorção, que funde o caráter da figura a poucos eventos selecionados antecipadamente. Daí deriva a mencionada “parcialidade”, que traz à luz a tensão entre investigador do passado e objeto de interesse. Mesmo que se considere longe o suficiente para não observar de modo tendencioso e para desbastar as camadas de senso comum que se acumulam com o tempo, o biógrafo deixa emergir suas concepções ideológicas (Mommsen, 1897, p. 18); a boa prática, portanto, recomenda o policiamento constante das próprias certezas para não se esquecer das outras trilhas possíveis, zelando para circunscrever tudo à natureza humana e evitando pintar herói virtuoso e vilão desprezível (Mommsen, 1897, p. 19). Já no terreno dos profissionais da história, erro corriqueiro, segundo ele, é convertê-la num gênero biográfico, que resume os momentos principais somente a indivíduos ou encadeia retratos numa “galeria de quadros” (Mommsen, 1897, p. 15); como comprovam os *Anais* redigidos por Públio Cornélio Tácito (56-c. 120), as grandes personalidades, segundo ele, não serão menos notáveis se receberem uma caracterização sumária. Mommsen desobedecerá por inteiro esse conselho. Pode-se depreender que uma mesma operação metodológica compete à biografia e à história. O levantamento de fontes, a organização num encadeamento não necessariamente cronológico e a representação escrita adicionam nos dois campos desafios de difícil resolução. A saber, documentam-se muito mais os fatos que as pessoas; e mesmo a tradição,¹¹ que consegue em geral captar com alguma fidelidade os contornos mais elementares dos episódios, põe pouco empenho nos pormenores pessoais (Mommsen, 1897, p. 16). Lendas, mitos e canções populares formam uma névoa que dissipa a realidade na fantasia, em reiteradas contradições, conjecturas e ilusões, e o biógrafo alcança, quando muito, a probabilidade (Mommsen, 1897, p. 16). Do ponto de vista organizativo, pelo menos uma vantagem abençoa os relatos biográficos. Enquanto a historiografia só se baliza pela

⁹ No original: “kann der Biograph die Verhältnisse des großen Ganzen nicht allseitig erörtern, weil ihm durch die Beschäftigung mit einem Gegenstande, den er sich als die wirkende Ursache aller ihn betreffenden Ereignisse unvermerkt zu denken gewohnt wird, der Blick auf das Ganze gehemmt und eine gewisse Einseitigkeit fast notwendig aufgedrungen wird”.

¹⁰ Teremos oportunidade de detalhar no próximo capítulo os conceitos de “personagem”, “narrativa” e “trama”.

¹¹ Usamos o conceito na acepção que Brandt (1958) o consagra: qualquer dado material ou imaterial sobre o passado que foi retrabalhado pela percepção humana com o intuito de registro para a posteridade, delineando aos fatos coerência, contexto, causalidade e desenvolvimento; enquadram-se na categoria mitos, lendas, canções, genealogias, anais, crônicas, biografias, memórias, autobiografias, panfletos, jornais, revistas, livros etc.

interferência do pesquisador, que estipula quando uma causa começa e um efeito termina, ao biógrafo estão oferecidos desde logo mais ou menos os limites naturais de uma vida humana. Ainda antes de transferir as informações ao papel, contudo, o retratista, cuja obrigação é clareza sobre o objeto, deve palmilhar o universo do biografado, desvelando para si os modos e costumes da época, sem o que a futura narração será insuficiente aos leitores (Mommsen, 1897, p. 15-16). Nesse caso, devem-se seguir nela todas as regras retóricas de uma elaboração textual compreensível (Mommsen, 1897, p. 18), a serem aplicadas em dois métodos possíveis de tratamento expositivo do tema, o sincrônico, quando a história é contada num jorro contínuo, ou o etnográfico, quando cada ramo é examinado isoladamente e deixado o composto ao empenho de quem se defronta com eles. De um modo ou de outro, a conformação narrativa provocará um impressionante eco: “Quando podemos *presentificar* as personalidades dos homens mais importantes pela leitura da história através de biografias, ela então se apresenta a nós mais clara e mais vívida”¹² (Mommsen, 1897, p. 19-20, grifo nosso). Com isso, o gênero cumprirá o objetivo precípua e enriquecerá a ciência histórica; e essa é também a resposta ao título do texto.

O outro ensaio, mais curto e cujo título sintetiza a conclusão numa sentença categórica, segue por premissas mostrando o tanto de hierarquia moral envolvida no pensamento dele: o gênio exprime um poder de criação original, que, entre os “povos selvagens” (Mommsen, 1897, p. 24), apenas gradualmente se nota, mas, em meio aos seres “cultivados” (Mommsen, 1897, p. 25), abre um abismo separando as pessoas comuns das imensuráveis; para o desenvolvimento do gênero humano, as populações devem sempre almejar um objetivo coletivo eivado de insubstituível racionalidade, porém poucos adaptam seu agir no mundo por esse valor, nunca angustiados com o amanhã; imprescindível, a busca racional por melhorias conjuntas, ao não vir do íntimo desses “filhos do instante” (Mommsen, 1897, p. 24), só poderá ser animada de fora pelo espírito do tempo, isto é, as relações de causalidade entre passado e presente que emprestam direção à totalidade e ao sujeito em dada organização social (Mommsen, 1897, p. 24); o gênio é o “apóstolo” desse *Zeitgeist* — que inocula, num cruzamento de temporalidades, o “gêrmen” do passado no peito dos humanos de hoje para fazerem dali brotar o futuro (Mommsen, 1897, p. 26) — e, como vetor do devir, ausculta as carências palpáveis, precipita o desenrolar dos acontecimentos, concretiza o que já

¹² No original: “Wenn wir uns die Persönlichkeiten der bedeutendsten Männer bei Lesung der Geschichte aus Biographien vergegenwärtigen können, so wird uns dieselbe deutlicher und lebendiger entgegentreten”. O grifo na tradução *presentificar* para o verbo “vergegenwärtigen” será compreendido no próximo capítulo, em que nos deteremos sobre as qualificações performativas do texto mommseniano.

está por vir embrionariamente e “o anuncia com entusiasmo profético” (Mommsen, 1897, p. 26); nesse processo, o todo ganha, ainda que o indivíduo possa perder e se prejudicar; explica-se assim, pelo sacrifício dos pequenos em favor de realizações maiores, uma parte das severas críticas desferidas contra as grandes figuras; a outra rajada de censuras a estes vem de seu feitio desagregador ou polarizador, porque, enquanto a oposição prega o ódio doentio à novidade e a nega em qualquer caso tentando impedir que viceje, a afeição desmedida pode fazer dos apoiadores gente sem autonomia, que vitima seu trajeto pessoal; conforme o rapaz pondera, embora “tendamos a apreciar o gênio e a nos aliar a ele, desejemos porém resguardar uma distância comedida, em que sua luz ilumine e aqueça, mas não queime nem desgaste”¹³ (Mommsen, 1897, p. 28); o poder dele ainda propicia outro desdobramento deletério, a incorporação apressada de conceitos não suficientemente mastigados pelos seguidores, o que gera uma espiral de ataques e inverdades (Mommsen, 1897, p. 27), podendo até mesmo fragilizar seus próprios esforços; por fim, os gênios, a despeito dos efeitos colaterais que suscitem, se encarregam de conduzir, portanto, a suprassunção entre os movimentos temporais no interior da história como condição para o despertar de uma nova era, arrebanhando na travessia partidários e detratores.

Ouvimos ecos de Hegel e Goethe — quanto ao labor biográfico, à historiografia, ao correr do tempo e às vidas proeminentes. O poeta em quem Mommsen depositou duradoura devoção, muito mais enfeitiçado por grandes personalidades como Napoleão, César e Frederico, o Grande, do que pelo sucedido nas esferas do poder, acreditava que a composição historiográfica, àquela altura fundamentalmente política, perdia a prevalência diante da biografia, porque esta vivifica o indivíduo retratado e, ao recuperar cartas, diários e memórias, convoca novamente à tona o passado como este interferira na vida do personagem, de modo que, como explica Goethe (2006c, p. 861, grifo nosso) em “Aufzeichnung über das Verhältnis der Biographie zur Geschichte [Anotações sobre a relação da biografia com a história]”, não “cansamos de ler biografias, tampouco relatos de viagem: pois *estamos vivendo entre os vivos*. A história, mesmo a melhor, tem sempre algo de cadavérico, o cheiro do sepulcro”¹⁴. Mais à frente, nesse texto confeccionado entre 1811 e 1812, acrescenta, na mesma toada performativa do admirador colegial, que o biógrafo pode amealhar grande mérito na sua

¹³ No original: “wir geneigt sind das Genie anzuerkennen und ihm zu huldigen, so wollen wir doch wünschen, dass wir in einer bescheidenen Entfernung von ihm verbleiben, wo sein Licht nur noch leuchtet und wärmt, nicht versengt und verzehrt”.

¹⁴ No original: “Man wird nicht müde, Biographien zu lesen, so wenig als Reisebeschreibungen: denn man lebt mit Lebendigen. Die Geschichte, selbst die beste, hat immer etwas Leichenhaftes, den Geruch der Totengruft”.

abordagem, já que preserva e comunica à história “o ser vivo que *escapa aos olhos desta*”¹⁵ (Goethe, 2006c, p. 862, grifo nosso) quando ela, no afã de abarcar resultados gerais, esquece os atos específicos e as pessoas. Como tarefa principal dos retratos biográficos, esclarece no prefácio de *Aus meinem Leben: Dichtung und Wahrheit*, o perfilado deve estar perfeitamente imbricado nas texturas do seu tempo; não porque a figura será sempre um mero produto passivo do século, mas porque ela se deixa representar de vez tão enraizada a dado momento histórico, ora concordando com ele, ora lhe fazendo guerra, que “alguém nascido só dez anos antes ou depois deveria ser totalmente diferente no que diz respeito à própria formação intelectual e à atuação no mundo”¹⁶ (Goethe, 2006c, p. 11); é a biografia, enfim, que tem o condão de fornecer a melhor leitura da complexidade dos feitos antigos.

Sobre a escrita da história, porém, uma das vozes proeminentes do movimento *Sturm und Drang* não publicou nada que a ela se dirigisse exclusivamente, mas deixou pistas, como Alexander Demandt (2011) e Friedrich Meinecke (1965) nos ajudam a mapear. Recebia com desdém e ironia a possibilidade de que a exposição sobre o passado pudesse ser pragmática, porque tradição e observação se apinhavam de elementos subjetivos que a vestiam de desconfiança; os tempos antigos, cerrados de todo aos contemporâneos, serão, no empreendimento historiográfico, apenas intuição e perspectiva particular. Numa máxima extraída de *Über Kunst und Altertum* (Sobre arte e Antiguidade), ele diz: “O dever do historiador é duplo: primeiro a si mesmo, depois ao leitor. Para si mesmo deve provar exatamente o que *poderia ter acontecido* e, a bem do leitor, estabelecer o que *aconteceu*. Com os colegas decide como ele mesmo pode agir; porém o público não deve enxergar o segredo, que é o pouco do que na história se aborda como definitivo”¹⁷ (Goethe, 2006d, p. 765, grifo nosso). Noutra, salienta o volúvel das crenças e o inevitável da efemeridade: “Os pensamentos retornam; as convicções se propagam; as circunstâncias passam inapelavelmente”¹⁸ (Goethe, 2006d, p. 773). Do mestre despontou ainda pelo menos parte da opinião do jovem sobre os tipos histórico-biográficos. Quando, nos seus *Schriften zur Kunst* (Escritos sobre arte), está discorrendo acerca da fabulação imagética que gregos faziam de seus deuses e heróis nas

¹⁵ No original: “das Lebendige, das sich ihren Augen entzieht”.

¹⁶ No original: “ein Jeder, nur zehn Jahre früher oder später geboren, dürfte, was seine eigene Bildung und die Wirkung nach außen betrifft, ein ganz anderer geworden sein”.

¹⁷ No original: “Die Pflicht des Historikers ist zwiefach, erst gegen sich selbst; dann gegen den Leser. Bei sich selbst muß er genau prüfen was wohl geschehen sein könnte, und um des Lesers willen muß er festsetzen was geschehen sei. Wie er mit sich selbst handelt, mag er mit seinen Collegen ausmachen, das Publicum muß aber nicht ins Geheimnis hineinschauen, wie wenig in der Geschichte als entschieden ausgemacht kann angesprochen werden”.

¹⁸ No original: “Die Gedanken kommen wieder, die Überzeugungen pflanzen sich fort, die Zustände gehen unwiederbringlich vorüber”.

pinturas supostamente constantes de uma vila napolitana à qual teve acesso no século III Flávio Filostrato, o Antigo, o autor de *Os sofrimentos do jovem Werther* compara, na seção sobre Teseu e os resgatados, a formulação de personagens na poesia (análoga às artes visuais) e na historiografia, afirmando que aquela submete às protagonistas tudo o que as circunda, como se atraísse “o olhar ao centro, de onde se espraíam raios sobre o todo” (Goethe, 2006b, p. 467), ao passo que desta se exige uma “justiça” sobre qualquer uma das figuras elencadas, distribuindo “luz e sombra sobre todos” a ponto de “antes obscurecer que elevar o brilho dos precursores” (Goethe, 2006b, p. 467) e ressaltar “mesmo o menor dos envolvidos a fim de atribuir também a ele a porção devida de renome”¹⁹ (Goethe, 2006b, p. 467).

O escritor de Frankfurt am Main também não condensou num único lugar sua apreciação sobre a própria ação dos homens no tempo, preferindo salpicar apontamentos em publicações variadas. Abastecido pela antiga filosofia grega, pelo movimento iluminista, pelo neoplatonismo e, em menor escala, pelo pietismo — amálgama com cujas lentes sondava natureza, arte e vida, componentes basilares da energia histórica, segundo ele —, valorizava a constituição do sujeito como essencial à história em si mesma, porque esta espelhava a batalha entre a profunda individualidade do homem, com sua urgência de liberdade, contra os poderes objetivos do exterior (Meinecke, 1965, p. 454); em alguns indivíduos, nem sempre as melhores almas, mais do que o espírito do tempo, manifestava-se o demoníaco, uma “força descomunal” que exercia “poder inacreditável sobre todas as criaturas”²⁰ (Goethe, 2006c, p. 822) com iguais chances de fazer a sociedade progredir ou retroceder. Esses vultos, geniais e carismáticos, representantes de seu século, sobressaem ao comum dos mortais e até à moralidade geral, como afirma numa conversação com Friedrich Wilhelm Riemer em 3 de fevereiro de 1807 (Goethe, 1889, p. 160-161); tais vidas se expressam um esquema triádico, que será abraçado pelo aprendiz com bastante zelo: de início, (a) formação intelectual, em que interferem a natureza e a força dos pais, a ascendência familiar, o ano de nascimento, os quais, combinados, antecipam o futuro da criança mais do que a astrologia (Goethe, 2006a, p. 637-638); em seguida surgem os (b) confrontos entre a ambição particular e os competidores que querem pôr freios às vezes definitivos à ascensão dele (Goethe, 2006a, p. 638); e, afinal, (c) a conquista e a estabilidade almejadas, de onde os sucessores retiram “uma série de

¹⁹ No original: “den Blick auf eine Mitte, woher sich die Strahlen über das Ganze verbreiten”, “Gerechtigkeit”, “Licht und Schatten über alle”, “den Glanz des Vorfechters eher dämpfen als erhöhen”, “selbst den Geringsten unter den Mitwirkenden zieht sie hervor, damit auch ihm seine gebührende Portion des Ruhms zugemessen werde”.

²⁰ No original: “eine ungeheure Kraft geht von ihnen aus, und sie üben eine unglaubliche Gewalt über alle Geschöpfe”.

ensinamentos, conselhos e auxílios, e assim o círculo se fecha”²¹ (Goethe, 2006a, p. 638). A estrutura tríptica cabe bem à lida de biógrafos e historiadores, que podem orientar a maneira como representam o “destino labiríntico” de uma vida com “infinitos desvios”²² (Goethe, 2006a, p. 639, 638). A ênfase no gênio se origina à época não de Goethe, mas da filosofia de Johann Gottfried von Herder (1744-1803) — a partir de quem o movimento do *Sturm und Drang* e o Romantismo posterior se inspiraram para fomentar o culto à força criadora dos homens geniais (Safranski, 2007, p. 18).

É identificável também a dicção de *Fenomenologia do espírito* e em especial de *Cursos de filosofia da história*; tanto porque Mommsen divisa na contradição dialética entre as forças temporais que geram o espírito a síntese do mundo novo quanto porque também confere à história um itinerário regrado pela racionalidade. Se o “espírito do tempo” mommseniano retoma, sem o poder da providência divina e esvaziado de toda a tonalidade mística, o “espírito do mundo” cunhado pelo filósofo de Stuttgart, então nem precisa mesmo ser dito explicitamente pelo jovem que o “progresso” citado duas vezes (Mommsen, 1897, p. 25, 27) embute em si a tarefa da liberdade, já antes teorizada por Hegel naqueles *Cursos* ministrados nos anos 1820 e 1830: “*A história do mundo é o progresso na consciência da liberdade* — um progresso em que temos de reconhecer sua necessidade”²³ (Hegel, 1994, p. 30); mas esse ideal que o sonho humano alimenta só pode ser efetivado exteriormente, por meio dos atos que eclodem na história *diante de nossos olhos* (“*unmittelbar vor die Augen tritt und sich darstellen*”, Hegel, 1994, p. 33, grifo nosso), materializando o que até então era de ordem meramente mental. A fâsca para isso são as necessidades, as paixões, os querereres particulares, o caráter, os talentos, o egoísmo; essa “incomensurável massa de vontades, interesses e atividades são a ferramenta e o método do espírito do mundo para concretizar seu objetivo [a liberdade], levá-lo à consciência e realizá-lo”²⁴ (Hegel, 1994, p. 40). Esse sistema não se constrói isento de percalços; muito ao contrário, multiplicam-se as oposições entre “deveres, leis e direitos” (Hegel, 1994, p. 44) e entre possibilidades históricas; do enfrentamento entre pulsões pessoais e objetivo final do espírito resultará necessária unidade, que assume a forma do Estado. Nesse edifício social, o direito, a ordem e o poder modelam as paixões e dão a estas contornos sólidos, verdadeiramente livres, isto é, a disciplina liberta, a

²¹ No original: “Reihe der Lehre, des Rats, der Hülfe bedürftig, und so schließt sich der Kreis”.

²² No original: “labyrinthischen Schicksale”, “unendlichen Abweichungen”.

²³ No original: “*Die Weltgeschichte ist der Fortschritt im Bewußtsein der Freiheit*, — ein Fortschritt, den wir in seiner Notwendigkeit zu erkennen haben”.

²⁴ No original: “Diese unermessliche Masse von Wollen, Interessen und Tätigkeiten sind die Werkzeuge und Mittel des Weltgeistes, seinen Zweck zu vollbringen, ihn zum Bewußtsein zu erheben und zu verwirklichen”.

arbitrariedade mata; a liberdade satisfaz-se apenas através da justiça, da moralidade e do Estado. Assim, quando os contrastes brutais, produzidos num agir com efeitos nunca inteiramente previstos, desencadeiam a crise, os extremos — de um lado, o universal (a ideia do espírito e sua verdade), e de outro o interno (a humanidade nos seus desejos mais pessoais) — se corporificam numa “objetividade” (Hegel, 1994, p. 42), fundando o Estado pelo exercício de um indivíduo que Hegel batiza de “histórico-mundial”, mas poderia nomear “gênio”, como faz Mommsen. O exemplo do filósofo, aliás, o único que ele fornece ali, não poderia ser mais ilustrativo: “César lutou no interesse de manter sua posição, honra e segurança, e a vitória sobre inimigos cuja força dominava as províncias do Império Romano se tornou simultaneamente a conquista de todo o Império”²⁵ (Hegel, 1994, p. 45); por conseguinte, a queda da República e o surgimento de uma monarquia, repercussões negativas da campanha cesariana, oportunizaram uma unificação que já se encontrava em potência. Anota: “Eis as grandes pessoas da história, cujos objetivos particulares contêm o substancial, que é a vontade do espírito do mundo”²⁶ (Hegel, 1994, p. 43). Esses “heróis” despertam situações mundiais cujas reverberações impensadas parecem ser decorrentes deles e, além disso, atraem adeptos pelo brilho que emanam ao levar à consciência o espírito do tempo que já está na alma de todos (Hegel, 1994, p. 46). Não sendo conhecidas por pudores minúsculos, personalidades de majestosa envergadura atropelam as vontades menores para não apenas satisfazer a si mesmas, mas também para ver nascer o universal, uma vez que este vem da negação dos particulares. Formula assim: “A vontade subjetiva, a paixão, é a agente, a realizadora; a ideia é o interno; o Estado é a vida realmente moral existente. Pois ele é a unidade das vontades geral, essencial, e subjetiva, e isso é a moralidade”²⁷ (Hegel, 1994, p. 56). O mais próximo que pode haver na Terra da divindade, o Estado é a única ferramenta que assegura a vida moral. Ao conectar o aparato estatal aos indivíduos que o movem, o argumento hegeliano tem esta estrutura: se o Estado, lugar da moralidade, objetiva-se por causa do espírito do mundo, que se confunde com a própria providência divina, e o indivíduo histórico-mundial, na busca por satisfazer-se, aglutina a sua com a vontade do espírito, então a atividade de ambos, representação da história mundial adquirindo concretude, é

²⁵ No original: “Cäsar kämpfte im Interesse, sich seine Stellung, Ehre und Sicherheit zu erhalten, und der Sieg über seine Gegner, indem ihre Macht die Herrschaft über die Provinzen des römischen Reiches war, wurde zugleich die Eroberung des ganzen Reiches”.

²⁶ No original: “Dies sind die großen Menschen in der Geschichte, deren eigne partikuläre Zwecke das Substantielle enthalten, welches Wille des Weltgeistes ist”.

²⁷ No original: “Der subjektive Wille, die Leidenschaft ist das Betätigende, Verwirklichende; die Idee ist das Innere; der Staat ist das vorhandene, wirklich sittliche Leben. Denn er ist die Einheit des allgemeinen, wesentlichen Wollens und des subjektiven, und das ist die Sittlichkeit”.

necessariamente moral, por isso eles se furtam por inteiro a julgamentos dessa natureza (Hegel, 1994, p. 91). Ao Estado se associa um povo, que o forma à sua imagem e semelhança; que é “moral, virtuoso, potente”²⁸ (Hegel, 1994, p. 99) por portar-se de acordo com a própria vontade; que protege a objetivação desse mesmo Estado contra a violência externa; que, atingindo o auge, logo topará também com sua derrocada iminente.

1.2.3 A universidade em Kiel: método crítico-filológico e epigráfico; o historicismo

Como transparece no artigo de Mommsen escrito na juventude, a maioria dessas noções ainda não havia amadurecido; mas a matrícula na Universidade de Kiel, em 1838, tratará de sedimentar muitos dos conceitos sob um prisma crítico, porque, longe dos grandes polos educacionais, lá não se professava um “hegelianismo ortodoxo” (Heuß, 1996, p. 12). No ensino superior, preteriu o ramo da filologia clássica, cujo escopo teórico-metodológico se ampliara,²⁹ em favor dos estudos jurídicos, no qual renascia um direito romano numa luz historicizada; a escolha deveu-se possivelmente porque este último abriria portas seja na advocacia autônoma, seja na administração pública de Schleswig. Em Kiel, como no restante da Alemanha, a escola histórica teve importância incontornável ao preconizar “o direito como produto de épocas e circunstâncias particulares” (Woolf, 2014, p. 391). De acordo com o criador, Friedrich Carl von Savigny (1814, p. 13-14), o arcabouço jurídico de um país, aquilo que se conhece por consuetudinário, surge a princípio pelas crenças populares e pelos costumes, isto é, o espírito do povo, e só posteriormente se exprime através da jurisprudência, e “em toda parte também pelas forças internas que agem silenciosamente, e não pela arbitrariedade do legislador”.³⁰ Germina daí a pandectística, matéria que investigava como ainda ressoavam os alicerces legais da Antiguidade no presente; claro que se seguiram pendengas acadêmicas, nas quais uns criam na invalidade da tese e outros atestavam reminiscências da prática antiga no que ainda se realizava nos tribunais, e esse dissenso também se reproduzia em menor escala pelos professores do futuro jurista: Georg Christian Buchardi e Niels Nikolaus Falck favoráveis; Johann Friedrich Kierulff e J. Christiansen contrários. Já Eduard Osenbrüggen fazia a ponte entre essa cadeira e a filologia, que também se profissionalizava, com uma maneira de interpretar as fontes não limitada à mera

²⁸ No original: “sittlich, tugendhaft, kräftig”.

²⁹ Contribui para tanto o estudo de pensadores como Christian Gottlob Heyne (1729-1812), Friedrich August Wolf (1759-1824), August Böckh (1785-1867) e Karl Lachmann (1793-1851).

³⁰ No original: “überall also durch innere, stillwirkende Kräfte, nicht durch die Willkür eines Gesetzgebers”.

hermenêutica linguística; por sua vez, o jovem polímata Otto Jahn, que será amigo de seu aluno por toda a vida e a quem este dedica o terceiro e mais importante tomo de *Römische Geschichte*, descortinará para ele as possibilidades de ler escritos antigos como produto de condicionamentos históricos; assim, a compreensão de literatura clássica e documentos de variada procedência contava muito mais sobre a faina diária dos seres humanos no passado do que pareciam dizer as palavras enfileiradas; independentemente do suporte em que os vestígios do tempo tivessem sido legados, o pesquisador deveria esmiuçar o fato em toda a sua complexidade (Rebenich, 2002, p. 33); o filólogo “linguístico”, votado à gramática, se transmutava no filólogo “material”, apto a cavoucar quaisquer testemunhos documentais à caça da “totalidade” (Rebenich, 2021, p. 63). “Jahn lhe ensinou, além disso, como os textos se abrem a um entendimento nem preconcebido nem preconceituoso”³¹ (Heuß, 1996, p. 19). O modelo, que punha uma lupa nas entrelinhas, havia sido incorporado com grande proveito na pesquisa historiográfica por Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), que primeiro centrou o escrutínio do passado nas fontes e privilegiou, para estudá-las, “técnicas do filólogo, do historiador, do epigrafista e do crítico literário” (Woolf, 2014, p. 391); em 1816 ele havia se acercado da crítica textual mais avançada para editar as *Institutas*, do jurisconsulto romano Gaio, a partir de um palimpsesto em que, sob cartas de São Jerônimo, se escondia o material com orientações aos operadores do direito no século II. Conhecido pelo mais célebre livro sobre a história romana do início do Oitocentos, Niebuhr fez questionamentos sistemáticos sobre a legitimidade, a credibilidade, a procedência e a aplicabilidade das fontes e recusou os fatos disparatados que vinham sendo transmitidos como verdadeiros (Gehrke; Schneider, 2019, p. 12-13), mas ainda se prendia aos elementos comuns na área. Contra esse hábito, Mommsen aprendeu com Jahn a se insurgir e a usufruir de inscrições em túmulos, monumentos, edifícios públicos, residências, fazendas etc., que, compiladas sob os parâmetros da nova ciência epigráfica, aumentavam bastante a quantidade de informações sobre a vida em momentos longínquos. Em resumo, as fontes foram submetidas a inspeção meticulosa para delas se extrair mais e melhor e a uma redefinição mesma do seu conceito e de suas fronteiras. “Com isso ficou visível a ele que, pelas fontes em monumentos, por óbvio não apenas havia a história do direito e da constituição, mas também se abria a história em sua total amplitude”³² (Heuß, 1996, p. 20).

³¹ No original: “Jahn lehrte ihn weiterhin, wie sich die Texte einem unvoreingenommenen und vorurteilslosen Verständnis öffnen”.

³² No original: “Damit wurde ihm sichtbar, daß hinter den monumentalen Quellen natürlich nicht nur die Rechts- und Verfassungsgeschichte steht, sondern sich die Geschichte in ihrer ganzen Breite öffnet”.

Dois prestigiados historiadores, fundamentais nas querelas políticas da primeira metade do século XIX, ofereceram seminários em Kiel que arejaram ainda mais a mente do aprendiz. Johann Gustav Droysen (1808-1884), que populariza o termo “helenismo” para descrever a época inaugurada com o domínio de Alexandre da Macedônia em largas partes do mundo conhecido, concorreu tanto para adotar a dialética hegeliana — a despeito de não ser hegeliano em estrito senso — nessa fase da história humana, a qual ele concebia como uma síntese entre Oriente e Ocidente e na qual a cultura grega se ergueu a posição mundial, quanto para mostrar os pontos de contato entre o passado e a política contemporânea do seu país na palestra sobre mil anos de Império Alemão, aproveitando para elaborar, “por uma perspectiva histórica, um programa de reformas liberais e nacionais”³³ (Rebenich, 2002, p. 32); em *Historik*, livro de fundamentos sobre seu ofício, ele registra que o “dado para a pesquisa histórica não são os passados, pois estes passaram, mas o que deles ainda resta no aqui e agora, sejam lembranças do que havia e acontecia, ou resíduos do que houve e aconteceu”³⁴ (Droysen, 1960, p. 327). Também Friedrich Christoph Dahlmann (1785-1860) marcou-o ao legitimar a essencialidade e a necessidade do Estado à consecução de uma ordem original da humanidade; depois, reforçou ainda a consciência nacional do povo romano e sua cultura jurídica como executora de um *télos* universal numa visada sobre desenvolvimento das nações em que se reconhecia a face de Hegel e que atraiu o ouvinte aos escritos deste filósofo.

Pelos intelectuais que percorreram essas classes, vê-se que aqueles estudiosos anos prepararam Mommsen ao exercício da nova matriz historiográfica, de intensa ressonância para a cultura científica alemã e cujas origens animam debates até hoje. O historicismo (*Historismus*), derivado do duplo processo que historiciza a realidade política e social e que repensa os caracteres retóricos e subjetivos presentes nas redações historiográficas dos séculos anteriores, nega a história como sistema de razão atemporal dos iluministas franceses, fratura o paradigma de uma substância histórica imóvel e inamovível, introduz o desenvolvimento e o movimento como motores intrínsecos da experiência humana e disputa, entre as várias vertentes, o sentido da subjetividade na pesquisa (Ankersmit, 1996; Nordalm, 2006; Barros, 2011): enquanto Leopold von Ranke (1824, p. VI), na frase tantas vezes referenciada, se estipula a tarefa de mostrar aos leitores em *Geschichten der romanischen und germanischen Völker* o passado “wie es eigentlich gewesen [como de fato foi]”, Droysen aceitava a

³³ No original: “aus historischer Perspektive ein nationales und liberales Reformprogramm”.

³⁴ No original: “Das Gegebene für die historische Forschung sind nicht die Vergangenheiten, denn diese sind vergangen, sondern das von ihnen in dem Jetzt und Hier noch Unvergangene, mögen es Erinnerungen von dem, was war und geschah, oder Überreste des Gewesenen und Geschehenen sein”.

dimensão subjetiva irremediável daquela ciência que se oficializava. Entretanto, num lado do campo tanto quanto no outro, a nova perspectiva indicava cada fenômeno e cada época como singulares e irrepetíveis, contendo por isso uma essência que o historiador precisaria, à custa de labuta arquivística livre de preconceções, “explicar” numa elaboração que visasse ao contexto específico, sem deturpá-lo em leis gerais que só são incidentalmente proveitosas para acessar o tempo desconhecido. Estão nisso, como enfatiza Iggers (1983), um certo conceito de Estado, uma filosofia do valor e uma teoria do conhecimento, nas quais a) o Estado (*Machtstaat*), fim em si mesmo, segue princípios que lhe são privativos e alberga, em última instância, a liberdade, a lei, a moralidade; b) os valores se encontram na concretude da história, onde atuam indivíduos e instituições; c) a formulação conceitual atrapalha a apreensão das transformações na materialidade, tornando-se obrigatório observar a natureza de cada evento sem assunções prévias. Não menos relevante era o modo de dispor os resultados das pesquisas; estas, que partiam agora de uma pergunta como guia, se escoravam na narrativa para dar racionalidade, seletividade e propósito a acontecimentos diferentes. Ao justificar que é na “infinita barafunda de atividades, situações, interesses, conflitos, paixões etc.” onde o método histórico se aplica, escreve Droysen (1960, p. 345, 359): “O que ocorre [nesse mundo moral] diariamente não é feito nem pretendido como história por nenhum especialista. Apenas certa forma de examinar o acontecido depois é que ‘converte atividades em história’”³⁵, pois as “formas de representação se definem não pelos passados pesquisados, mas pelos motivos da pesquisa e do pesquisador”³⁶.

Todos esses ingredientes que se apresentarão na obra futura de Mommsen — o direito historicizado, a dialética do movimento histórico, o ferramental auxiliar de outras ciências (como a filologia e a epigrafia), a política contemporânea em espelhamento, o papel central do Estado e do povo, o peso da individualidade, a narrativa que ordena o caos — começaram a aparecer, de uma forma ou de outra, já nos ensaios que serviram mais do que só para cumprir compromissos acadêmicos e lhe granjearam alguma notoriedade: abordou no doutorado, defendido em 8 de novembro de 1843, quase aos 26 anos, quinze teses em história e direito (uma delas sobre Niebuhr) e recebeu por isso a distinção *summa cum laude*, que o referendava como pesquisador tarimbado; descobriu, com a ajuda da filologia, que a tradição manuscrita deslocou erroneamente uma página das cartas que Cícero endereçou ao irmão,

³⁵ No original: “endloses Durcheinander von Geschäften, Zuständen, Interessen, Konflikten, Leidenschaften u. s. w.”; “Was in ihr täglich geschieht, wird von keinem Verständigen als Geschichte getan oder gewollt. Erst eine gewisse Art, das Geschehene nachmals zu betrachten, ‘macht aus Geschäften Geschichte’”.

³⁶ No original: “Die Formen der Darstellung bestimmen sich nicht nach den erforschten Vergangenheiten, sondern aus Motiven der Forschung und des Forschers”.

Quinto; percebeu que o estudo das fontes jurídicas italianas não seria levado a cabo a contento se o pesquisador não imergisse nas várias línguas daqueles que habitavam a península quando Roma ascendeu, e dedicou-se ao osco (Wickert, 1959, p. 188, 189). Nada disso, entretanto, foi suficiente para consagrá-lo de imediato nem como historiador, nem como professor universitário, nem mesmo como jurista. Na verdade, o fim do curso, em 1843, teve um acorde triste, porque, sem conseguir os empregos pleiteados, ele voltou a Altona para ensinar latim, francês, história, geografia e literatura alemã para as moças do internato que as tias dele administravam na cidade. A situação, para a sua felicidade, não duraria muito. Apoiado por ex-professores, obteve do alto conselho do rei dinamarquês Cristiano VIII uma carta de aceite concedendo-lhe a bolsa de viagem à Itália requerida em julho de 1843 para os dois anos consecutivos, com o fito de reeditar, acrescentando e comentando em profusão, o *Antiquitatis romanae monumenta legalia*, coletânea de inscrições jurídicas do Lácio organizada por Christian Gottlieb Haubold (1766-1824) e publicada em 1830. Para a expedição italiana, vieram também aportes financeiros da Academia Real de Ciências de Berlim; mais do que um contrato, nessa parceria se firmava a ponte necessária a uma travessia bem mais duradoura e complicada, que haveria de transcorrer por cinquenta longos anos. É que o projeto inicial do recente doutor se ampliara: primeiro, desaguando no *Inscriptiones regni neapolitani latinae*, edição finalizada em 1852 com conteúdo de localidades napolitanas; e a seguir, mas principalmente, desembocando numa reunião de inscrições com abrangência universal. O *Corpus inscriptionum latinarum*, que hibernava como plano inconcluso nas gavetas da Academia desde 1815, só saiu do papel depois que, ao regressar dos meses em trabalhos de campo ou debruçado sobre pedras milenares e manuscritos antigos nas salas do Istituto di Corrispondenza Archeologica em Roma, Mommsen (*apud* Schmidt, 2007, p. 8) remeteu em 1847 o memorando “Über Plan und Ausführung eines *Corpus Inscriptionum Latinarum* [Sobre o plano e a execução de um *Corpus*]” àquela instituição prussiana lembrando a necessidade de substituir as seletas de Janus Gruterus (1560-1627) e Joseph Justus Scaliger (1540-1609) e de Lodovico Antonio Muratori (1672-1750), que avaliava, uma, ultrapassada na metodologia, e a outra, além de lacunosa, também dispersa em centenas de livros; para que a Academia desse enfim o aval à fundação do *Corpus* em 1853, colaborara o malogro da *Recueil général des inscriptions latines*, rascunhada por pesquisadores franceses com amparo governamental do país inimigo e com o mesmo objetivo universalizante.³⁷ Em 1903, quando

³⁷ Para mais detalhes sobre a relação conflituosa entre França e Alemanha e suas culturas historiográficas distintas no período, cf. Lorga (2022); Garraffoni e Cozer (2021).

morreu, Mommsen havia sofisticado a visão sobre o passado como totalidade e um método crítico para aferir veracidade das inscrições (Rebenich, 2021).³⁸

1.2.4 A Revolução de 1848: o liberalismo e a Escola Prussiana

Não é de admirar que, na Alemanha, os historiadores e a história, nascente como âmbito autônomo do conhecimento, estivessem às voltas com o Estado. Misturam-se razões filosóficas e socioeconômicas. Fragmentado em potentados locais após a derrocada do Sacro Império Romano-Germânico em 1806, o país havia chegado atrasado à festa capitalista de que França, Grã-Bretanha e Holanda já participavam; estruturas pré-modernas de produção nas cidades conviviam com manufaturas criadas durante o mercantilismo e ainda controladas pelos reis absolutistas (Iggers, 1983, p. 18); sem a concorrência de grandes famílias burguesas, a aristocracia agrária, perdendo as funções políticas, ainda assim manteve privilégios senhoriais e o domínio sobre as gestões de alguns territórios; os governos do sul, por exemplo, encaravam obstáculos para liberalizar uma economia baseada na pequena propriedade (Winkler, 2000); universidades, escolas e igrejas, total ou parcialmente subvencionadas pela máquina pública, assim como a medicina, o judiciário e a burocracia administrativa, recrutavam seus membros principalmente das classes médias, de onde surge uma nova elite pensante de professores e servidores, que não dispunham de capital, porém gozavam de um prestígio que os convencia a se diferenciar de trabalhadores pobres e a galgar a hierarquia dessa sociedade de corte (Ringer, 1969, p. 15-16). No plano internacional, o terror jacobino e o posterior imperialismo francês afastaram de vez quaisquer simpatias alemãs (Losurdo, 1989); o exemplo do Reino Unido, com sua metamorfose burguesa de 1688 supostamente pacífica, reforçava a tese de que era plenamente exequível uma transição no comando político sem sobressaltos sanguinolentos. Dava-se peso central ao constitucionalismo; para muitos, as mudanças históricas deviam provir em essência dos debates parlamentares, das propostas de lei e do sistema judicial (Fueter, 2019, p. 502). Então, despojados do grande furor contestatório, toda a atividade de vários intelectuais historicistas, nas universidades como na política, cercava-se de conservadorismo e moderação no que respeita à espinha dorsal da burocracia, porque, em suma, o Estado era a estrela ao redor da

³⁸ Não é demais mencionar a tentativa de colaboração com outros países durante a confecção do *Corpus*, como nos dá conta a carta de Heinrich Dressel (1845-1920) ao Museu Britânico pedindo informações sobre inscrições em objetos de bronze que deveriam integrar o XV volume sobre “instrumentum domesticum urbis Romae et Latii” (Dressel *apud* Rovira Guardiola, 2020, p. 1433).

qual giravam diversificados estratos populacionais à cata de sobrevivência. Uma postura desses homens sempre mais pró-burguesia e avessa ao vigor indomável das massas veio à tona em máxima potência na Revolução de 1848 e nas controvérsias pela unificação alemã num parlamento geral em Frankfurt. Conquanto o domínio napoleônico tenha gerado rechaço e surgimento de um patriotismo geral capitaneado por servidores públicos, estudantes, professores universitários e oficiais, a quem também se somaram literatos e jornalistas, por outro lado as reformas liberalizantes impostas — que, por exemplo, na Prússia e em outras áreas modernizaram a gestão burocrática, aprimoraram a conscrição militar e as práticas formativas, ampliaram a instrução e libertaram os agricultores de taxas e obrigações feudais — não foram nem bastantes nem definitivas para anular as tensões entre classes e sanear os problemas sociais (Nipperdey, 2013). Agravou a conjuntura a restauração conservadora a partir de 1815, que enterrou constituições, reverteu a inovação em curso e silenciou liberdades individuais. Nessas décadas de *Vormärz*, a contenda sobre o modelo de carta magna mais apropriado cindiu os pensadores; liberais moderados, mesmo não sendo hostis a alterações no sistema vigente, sentiram-se impelidos a se afastar dos que queriam a República: “liberais” e “democratas” estranharam-se ao ponto de rompimento. Os levantes abafados em 1830, além de não enterrar o assunto, ainda foram um preparativo para a explosão que viria dezoito anos à frente. Cinco dias após irromper na França, a revolução aportou na Alemanha com uma manifestação em Mannheim ao 27 de fevereiro de 1848. Daí espalhou-se. Foi de tal monta a conflagração reivindicatória por todo lado, com mais de 230 mortes nas ruas de Berlim, por exemplo (Nipperdey, 2013, p. 599), que Jürgen Osterhammel (2010, p. 1037) captou com estas palavras o tamanho da insurreição: “Tomado em conjunto, este foi o movimento com o maior número de manifestantes, a maior extensão geográfica e a maior violência política na Europa do século XIX”³⁹. Protestavam camponeses, republicanos, monarquistas constitucionais, comunistas, trabalhadores superempobrecidos das grandes metrópoles, revolucionários nacionalistas (Osterhammel, 2010, p. 1038); no geral, clamavam posse de armas extensiva à população, liberdade de imprensa, autorização de partidos políticos, direito ao voto, fim da censura prévia, quebra do monopólio aristocrático no judiciário, parlamento alemão unificado, abolição dos resquícios do sistema feudal que ainda restassem no campo (Nipperdey, 2013, p. 595, 596). Capitulando sem relutância, as monarquias deram espaço à organização de um parlamento com deputados de todos os pontos cardeais, que se

³⁹ No original: “Zusammengenommen war dies die an Teilnehmern zahlreichste, geographisch ausgedehnteste und gewaltsamste politische Bewegung im Europa des 19. Jahrhunderts”.

encontravam periodicamente na Igreja de São Paulo, em Frankfurt, para deliberar sobre a nova constituição e o novo regime. As facções ficaram conhecidas pelos restaurantes que frequentavam na cidade, num xadrez ideológico que Mommsen reencontrará quase à perfeição na Roma republicana: a direita (Café Milani), altamente federalista e ligada à Igreja, não abdicava do *status quo* e preferia um acordo com os governos locais; a centro-direita (Casino), ala constitucional do liberalismo e a mais numerosa em cabeças, pregava um “parlamentarismo pragmático”, em que o rei deveria ter poder absoluto de veto, considerava o Estado a única solução para uma Alemanha unida sem desordem nem caos, não hesitava em podar a liberdade dos indivíduos em caso de conflito com o povo, combatia os democratas-radicais e as tendências igualitárias da esquerda e tinha como lideranças ex-professores de Mommsen, como Dahlmann, Droysen e Georg Waitz (1813-1886), além dos grandes burgueses; já a centro-esquerda (Wüttemberger Hof e Augsburger Hof), também liberal, prezava pela participação popular e a soberania do parlamento acima dos caprichos reais, legando ao monarca apenas um voto suspensivo, e, junto ao direito individual inegociável, valorizava os fundamentos smithianos originários do liberalismo; por fim, os democratas, ou seja, a esquerda (Deutscher Hof e Donnersberg), eram convictamente republicanos, acreditavam na inclusão direta das massas na política, exigiam poder verdadeiro à assembleia e abominavam qualquer composição ou aliança com as gestões regionais (Nipperdey, 2013, p. 611). Os congressistas, entre os quais não havia comunistas, sopesavam as alternativas. República ou monarquia? Aliás, qual dinastia? E ainda: unificação com ou sem a Áustria? Em outubro, a maioria aprovou os artigos constitucionais que punham o Império Austro-Húngaro no leme da Confederação Germânica (criada em 1815); mas as ordens do novo rei Habsburgo, Francisco José, impondo um novo parlamento esmagadoramente austríaco, fez a maré mudar, e, em março de 1849, 290 votos referendaram uma união sem o império vizinho. Por pressões geopolíticas, Frederico Guilherme IV (1795-1861), da Prússia, no entanto, ao negar a gentileza dos sublevados que lhe queriam senhor do país — enfurecendo Mommsen, o qual bradava numa carta ao irmão, em abril, a conveniência de uma “guerra mortal” e de um “Alexandre” (Wickert, 1969, p. 154) —, desencadeou outras tentativas frustradas e menores de agregação regional. O que Marx (2017) encarou com frieza analítica na França também decorreria na Alemanha sob as devidas peculiaridades: as classes aristocráticas se valeram dos grupos menos extremos da própria revolução, que padecia de absoluta falta de coesão devido à multiplicidade de demandas, para, minando-a por dentro, descartar as posições incômodas até às últimas resistências e restituir-se pelo menos algo do domínio anterior.

Os manifestantes podem não ter auferido os ganhos sociais imediatos que almejavam, mas a “revolução de fevereiro exerceu na historiografia influência quase tão grande quanto a Revolução Francesa em 1789”⁴⁰ (Fueter, 2019, p. 530). Uma parte daqueles homens de arquivo, a chamada Escola Prussiana, da qual Droysen era o maior representante, recorreu à história a fim de prosseguir ali a ideologia que ainda não havia se hegemonizado na arena política; coadunavam, portanto, as duas áreas como pressuposto teórico do ofício historiográfico (Schleier, 1963, p. 296). Acreditavam que não convinha ignorar o papel significativo que exerciam as camadas populares; assim, o próprio sentido de nacional refinou-se ao englobar as classes inferiores, até então alijadas desse conceito; ademais, o Estado forte era uma necessidade não só para a sobrevivência da aristocracia, mas também para uma burguesia que precisava resguardar direitos fundamentais aos negócios (Fueter, 2019). O despotismo das massas lhes parecia pior que o poder dos reis, e conseguiam harmonizar a oposição ao absolutismo com um Estado cujo esteio eram lei e ordem, através de uma constituição que, regida pela monarquia, prometia a melhor proteção contra o caos de um proletariado cada vez maior desde os anos 1840; nesse aspecto, a liberdade individual não se afligia com a mão estatal nada invisível, e a contradição com os princípios liberais se solucionava socorrendo-se à tradição luterana: liberdade, definida em termos de instituições sociais concretas, se realiza por dentro do Estado mais pela consciência pessoal que por direitos políticos verdadeiros (Iggers, 1983). Porém o que de fato os distinguiu de outros historiadores também políticos do passado e coetâneos seus, além da paixão desbragada pelos Hohenzollern como maestros de uma unidade sem a Áustria (por isso a outra alcunha, Alemanha Menor), vocalizou-se no compromisso entre aristocracia, realeza e burguesia e na persistente investigação histórica sobre os caminhos que levariam enfim ao Estado-nação moderno. Com palestras e periódicos que difundiam suas ideias, ascenderam à categoria de intelectuais públicos, e a corrente se tornou uma das mais importantes da segunda metade do século. Embora a história estivesse perdendo a característica que a adjectivou durante milênios como “mestra da vida”, uma vez que cada “época tem circunstâncias tão particulares, uma situação tão individual, que apenas nela e por ela própria é que se deve decidir”⁴¹ (Hegel, 1994, p. 17), guardava consigo, todavia, uma dialética de permanências e superações, continuidades e rupturas, entre passado e presente que validava os tempos antigos como

⁴⁰ No original: “Die Februarrevolution hat auf die Geschichtsschreibung beinahe einen ebenso großen Einfluss ausgeübt wie die Französische Revolution des Jahres 1789”.

⁴¹ No original: “Zeit hat so eigentümliche Umstände, ist ein so individueller Zustand, daß in ihm aus ihm selbst entschieden werden muß und allein entschieden werden kann”.

modelo para um novo desenvolvimento; o muito de passado no presente, e vice-versa, cumpria aos historiadores alcançar por meio de seu ofício, independentemente de com que período estivessem compenetrados; o julgamento ético-moral que na historiografia iluminista desancava o feudalismo agora substanciava a sociedade de classes (Schleier, 1963, p. 298).

Que Mommsen deve ser incluído entre os prussianos, porém à margem do grupo, está explicado pela sua mirada menos condescendente com a nobreza agrária e, a partir de 1871, pela luta contra o que xingava de bonapartismo e militarismo exacerbados do Estado bismarckiano. Mas, antes mesmo que o chanceler de ferro Otto von Bismarck (1815-1898) subisse ao palco, a proximidade relativa à escola foi se deslindando nos textos que escreveu como jornalista para o *Schleswig-Holsteinische Zeitung* durante a crise na província. A instabilidade na terra natal do historiador tem o estopim com um testamento: Cristiano VIII (1786-1848), soberano da Dinamarca, partiu deixando uma carta aberta em que, sabe-se que pelo medo de perder ainda mais territórios, decretava a anexação de Schleswig ao seu país, e o sucessor, Frederico VII (1808-1863), instituiu uma comissão para que o desejo do falecido fosse consumado. A medida era uma clara infração ao tratado de Ripen, assinado em 5 de março de 1460, no qual se discriminava que Schleswig e Holstein, dois ducados, “ewig zusammen ungeteilt bleiben [ficam para sempre conjuntamente indivisos]”, mesmo que o primeiro fosse um feudo dinamarquês e não tivesse pertencido nem ao antigo Sacro Império Romano-Germânico nem à posterior Confederação Germânica, mas o segundo, sim — ambos, contudo, ligados por união pessoal àquela monarquia do norte. O caldeirão demográfico, de alemães meridionais e dinamarqueses setentrionais, desenhava o pano de fundo perfeito para um conflito que escalonaria rapidamente; convocada pelos sublevados em março, a Prússia envolveu-se nos esforços de guerra vencendo inclusive a grande batalha do dia 23 de abril contra a Dinamarca, que havia enviado tropas para agregar a região à força; mas Inglaterra e Rússia, assustadas pelas incursões prussianas, pressionaram por um recuo, que veio em setembro na forma de um cessar-fogo. Desde abril o jornal semioficial do governo provisório em Rendsburg contratara Mommsen para cobrir os desdobramentos *in loco*; antes, o jovem doutorado em direito tentara incrementar a fileira dos soldados, mas, ferido com um tiro de raspão na orelha, foi dispensado até mesmo para o voluntariado administrativo por ter sido considerado inapto — destino que não teve August, irmão mais novo, o qual empunhara rifles nas barricadas. Para o mais velho, não havia, senão nas lutas reais, melhor veículo para se exercitar a cidadania, como insistirá em 21 de novembro de 1893

ao aluno F. Jonas: “Posso ter de fato me equivocado e errado aí; mas o pior erro de todos é quando se despe o traje do cidadão para não comprometer o fardão do intelectual”⁴² (Mommsen *apud* Wucher, 1968, p. 50); já na época essa consciência se epitomizava na resposta datada de 3 de maio de 1848 ao grande amigo, o escritor Theodor Storm (1817-1888): “Como pode ansiar [...] por ‘tempos tranquilos’? Agora não precisamos mais ter interesses artificiais, imaginar um incentivo livresco e silábico [referência à poesia] para fazer a revolução ao menos num copo d’água; está no ar, e sabemos muito bem por que viver”⁴³ (Mommsen *apud* Wucher, 1968, p. 50-51). Em jornadas estafantes, de 9h às 3h da manhã, publicava artigos em que discorria muito mais do que apenas sobre a violência local; sob a divisa “sem isolamento, sem reação, sem anarquia”, ou seja, contra o separatismo, o reacionarismo aristocrático e o desarranjo social nas ruas, queria reformas dentro da legalidade e processadas num *continuum* para não fragilizar a liderança burguesa, tolerava a liberdade desde que dentro do Estado, juntava monarquia com democracia representativa através de um parlamento que controlaria impostos, legislação e governo, combinava a unidade alemã à monarquia hereditária prussiana, abominava os privilégios feudais, mas também descrevia que as desigualdades pudessem ser totalmente varridas (Rebenich, 2002; Wickert, 1969). Os doutrinarios, entretanto, o repugnavam, porque, como afirmou dia 9 de junho com as tintas do repórter, a política se corrompia pelos extremistas, “para os quais a liberdade nada mais é que o despotismo de uma assembleia central, e a liberdade nada além do nivelamento de todas as diferenças naturais e vitais”⁴⁴ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 14); no dia seguinte, volta à carga até contra quem estava do mesmo lado ideológico nas trincheiras: “Os monarquistas são doutrinários que descobriram um método universal com que confiam estancar todos os males e produzir a melhor das ordens. A prescrição da monarquia hereditária serve para todos os casos”⁴⁵ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 12); também não poupará os republicanos, pouco antes de em outubro despedir-se dos serviços que assumira na redação: “talvez não haja ninguém em toda a esquerda que não saiba bastante

⁴² No original: “Ich mag darin wohl geirrt und gefehlt habe; aber der schlimmste aller Fehler ist, wenn man den Rock des Bürgers auszieht, um den Gelehrten Schlafrock nicht zu kompromittieren”.

⁴³ No original: “Wie können Sie sich [...] sehnen nach der ‘stillen Zeit’? Jetzt braucht man sich keine künstlichen Interessen zu machen, keinen Bücher- und Silbendrang [...] zu imaginieren, um wenigstens im Glase Wasser die Revolution zu haben; sie liegt in der Luft und man weiß dann doch warum man lebt”.

⁴⁴ No original: “Unsere politischen Doctrinärs, für die die Freiheit nichts ist, als die Despotie einer Zentralversammlung, und die Gleichheit nichts, als das Nivellieren aller natürlichsten und lebendigen Unterschiede”.

⁴⁵ No original: “Die Monarchisten sind Doctrinärs, die ein Universalmittel entdeckt haben womit sie alle Übelstände abzustellen und die beste Ordnung herzustellen sich getrauen. Die Verschreibung der Erbmonarchie gilt für alle Fälle”.

bem que a briga entre República e monarquia é uma questão banal, vazia, e que os objetivos da democracia [liberal] poderiam ser totalmente alcançados dentro das fronteiras de uma monarquia constitucional”⁴⁶ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 14-15). Não custa lembrar sua posição ambígua acerca da competência popular. Enquanto naquele mês, com o sucesso revolucionário cada vez mais improvável, confessava em carta a Tycho que “fé e esperança no povo continuam, mas o amor ficou para trás”⁴⁷ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 26), em novembro destilava um tom mais agressivo que decepcionado na missiva entregue ao filólogo Wilhelm Henzen (1816-1887): “Desde sempre fui republicano [...], mas com tanta mistura de aristocracia que considere a gentalha que chamamos de nossos semelhantes — agora concidadãos — como miseráveis demais para isso”⁴⁸ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 27).

1.2.5 O exílio após Leipzig e a escrita de *Römische Geschichte*

O rescaldo dessas semanas intensas desabará sobre ele apenas em 1850, quando condenação, proscrição e exílio se aceleram. Os humildes quatrocentos táleres de vencimento não foram o crucial para fazê-lo migrar a Leipzig, senão o convite de Otto Jahn e a estabilidade de um cargo como professor de direito romano na prestigiosa universidade. A Saxônia lhe presenteou com o único lar verdadeiro após sair da casa paterna, como disse à noiva, Maria Auguste Reimer (1832-1907), em 19 de julho de 1854 (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 32); também travou relações de intimidade com alguns senhores do mercado editorial, entre eles Salomon Hirzel e Karl Reimer, futuro sogro e, junto com o primeiro, sócio na Weidmannsche Buchhandlung, a qual o contratará para elaborar o grande livro; completou ensaios importantes, catalogando deuses das populações no centro-sul itálico, inaugurando uma série de estudos sobre numismática romana e publicando as mais de 7 mil inscrições napolitanas; para desprazer dele, conviveu nos corredores do departamento com acadêmicos que preferiam a casaca de caça aos livros e ensinava cotidianamente alunos “muito burros [sehr dumm]” (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 103); e, pior ainda, envolveu-se, logo na chegada, com a Deutscher Verein, organização dos liberais através da qual, em 3 de maio de 1849, ele, Jahn e o filólogo Haupt Moritz (1808-1874), gritando “Cidadãos às ruas! [Bürger

⁴⁶ No original: “es ist vielleicht niemand auf der ganzen Linken, der nicht sehr gut wüsste, dass der Streit: ob Republik oder Monarchie? eine hohle Schulfrage ist und dass die Zwecke der Demokratie innerhalb der Grenzen der konstitutionellen Monarchie vollständig erreicht werden können”.

⁴⁷ No original: “Glaube und Hoffnung auf das Volk sind fort, aber die Liebe bleibt nach”.

⁴⁸ No original: “Ich bin von jeher Republikaner gewesen [...], aber mit so viel Beimischung von Aristokratie, daß ich das Lumpenpack, das wir unsere Mitmenschen — jetzt Mitbürger — nennen, für zu elend dazu hielt”.

heraus!]”, se arriscaram a convocar qualquer um que estivesse transitando àquela hora da tarde a uma reunião que debateria pressionar o governo a ajudar os muitos barricados em Dresden que protestavam contra o fechamento do parlamento local e a favor de uma constituição nacional que soçobrava. O arroubo não durou 24 horas, porque no dia seguinte notaram que as associações de esquerda, a essa altura dominantes em número, queriam o sangue das autoridades. Mommsen opôs-se aos insurrectos dresdenianos e à violência (Hartmann, 1908, p. 47); a comissão da Deutscher Verein, assombrada, retirou-se de cena.

O governo, porém, não se esqueceu, e em dezembro os três foram citados pela justiça numa ação cuja parte contrária era o Ministério da Educação e Cultura do Estado. Caso não se comprometessem a abdicar da atividade política, seriam, ameaçou a universidade, suspensos e ademais expulsos. A audiência foi marcada para o dia 14 de agosto de 1850, e na carta ao irmão, em 14 de outubro, ciente do resultado, ele tenta acalmar a família: “ao ministério, que diversas vezes direta e indiretamente tentou exigir de nós a paz, demos [...] a prova de que há alguns homens na Saxônia que, obstinados e destemidos, realizam o seu dever”⁴⁹ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 175). O veredito condenava Mommsen a nove meses de cadeia por alta traição, mas a sentença foi reformada na segunda instância em janeiro de 1851, quando os desembargadores justificaram assim a absolvição total: “Vivem de ideias, entusiasmam-se por elas sem ter a capacidade de julgar sua exequibilidade prática e sem refletir o infortúnio que a execução tentada pode trazer consigo”⁵⁰ (Hartmann, 1908, p. 48; Wickert, 1969, p. 184). Sem embargo, o derradeiro episódio da perseguição só ocorreria ao se formalizar o fim do vínculo com a universidade por ofício do primeiro-ministro da Saxônia, o conde Friedrich Ferdinand von Beust (*apud* Hartmann, 1908, p. 49), que alertava à reitoria o equívoco de mantê-lo no quadro docente devido ao “péssimo exemplo à juventude acadêmica [schlechtes Beispiel für die akademische Jugend]”. Sobrou-lhe a sorte no exterior. Porém, quando os contatos na Itália não se revelaram suficientes, Zurique e sua minúscula universidade, principal refúgio dos desalojados políticos alemães, o receberam pela ascendente carreira dele e pela possibilidade de engrossar as próprias fileiras liberais. Ali, ao mudar-se a contragosto e assumir o cargo de *Ordinarus* (professor catedrático) apenas na Páscoa de 1852, escreverá a maior parte do livro que o consagrará.

⁴⁹ No original: “wir haben [...] dem Ministerium, welches uns mehrfach indirekt und direkt auffordern ließ unsern Frieden zu machen, den Beweis geliefert, daß es doch einige Männer in Sachsen gibt, die beharrlich und unerschrocken ihre Pflicht tun”.

⁵⁰ No original: “Sie leben in Ideen, entusiasmieren sich für dieselben, ohne die Fähigkeit zu haben, deren praktische Durchführbarkeit beurteilen zu können, und ohne zu bedenken, welches Unheil die versuchte Durchführung derselben mit sich bringen kann”.

CAPÍTULO II | ROMA

2.1 INTRODUÇÃO

Os setecentos primeiros anos da história romana mostram a paulatina expansão do Estado, unificando diversas populações e, por conseguinte, garantindo-lhes uma liberdade que se efetiva por causa dessa engrenagem, numa disputa que, polarizando forças políticas às vezes extremas, como, por exemplo, os democratas desagregadores e os aristocratas absolutistas e corruptos, apenas será superada por uma personalidade genial, que, ao fundir o espírito do tempo a demandas pessoais, fornece uma alternativa aos impasses do presente e se deixa figurar literariamente numa narrativa historiográfica cujo intento é conferir instrução política aos leitores contemporâneos nos trilhos de uma unificação real da Alemanha naquele período: esse resumo de *Römische Geschichte*, se por um lado tem a vantagem de descortinar o sentido perlocutório profundo, por outro não permite entrever os mecanismos linguístico-performativos empregados na confecção mesma da prosa mommseniana. Esta, representando a transição entre o Romantismo e o Realismo como movimentos literários, entre a narrativa historiográfica alemã produzida na virada ao século XIX e o enquadramento analítico cada vez mais privilegiado nas décadas seguintes, ainda se demorava nos eventos exteriores em detrimento da conjuntura geral e não subordinava integralmente os fatos à precisa influência das condições econômicas, políticas e militares, como os pesquisadores passariam a fazer (Fueter, 2019, p. 553). Em verdade, no coração da obra opera o *acontecimento*, o qual, de extrema relevância para o campo histórico, ganhara centralidade nos escritos sobre o passado em especial com Herder e Schiller ainda no Setecentos, não só porque, ao incorporá-lo como força motriz, abalava ideias correntes, partilhava devido à escolha do tema um componente de coletividade e se opunha à história iluminista dominante, até então bastante filosófica, teórico-metodológica e abstrata, mas principalmente porque, ao tramar as ações humanas numa relação causal, possibilitava assim a exploração de ferramentas literárias e ressaltava uma performatividade textual que dispunha diante do leitor o significado da estrutura temporalizada em que os episódios se desenrolavam (Jaeger, 2011, p. 48) — listagem descosida e de segunda mão dava lugar a um exercício teatral de encenação narrativa, em que percepção, corporalidade e linguagem sobressaíam (Huber, 2003).

2.2 NARRATIVA E PERFORMATIVIDADE HISTORIOGRÁFICAS: AS SINGULARIDADES DO TEXTO

O que entendemos aqui por performatividade do texto parte de Austin (2020), mas não se encerra nele; desse britânico tomamos de empréstimo as características básicas dos enunciados performativos: autorreferencialidade e ação efetiva, isto é, o discurso não apenas constata e identifica a realidade de modo locutório (no dizer, pela verdade da afirmação), mas, evidenciando-se a si mesmo, também interfere no mundo e o produz tanto ilocutória (ao dizer, pela força do dizer) quanto perlocutoriamente (por dizer, pelo efeito de dizer). As condições para que isso se efetue, enquanto passeiam naquele filósofo da linguagem pela imediaticidade do elocutório ou por circunstâncias socioinstitucionais específicas — os participantes do ato enunciativo, por exemplo, precisam cumprir determinados requisitos —, são contornadas numa obra literária complexa pelas produtivas ideias de “teatralidade” e “encenação”. O teatro como parâmetro de escrita e modelo cultural para literatos e escritores do período pressupõe, em seus fundamentos, “processos de observação, atos de percepção e uma comunicação orientada pelo corpo”⁵¹ (Huber, 2003, p. 69) numa simulação da presença física através de estratégias retóricas (Häsner *et al.*, 2011, p. 72); mobiliza-se na narração a tríade “*aisthesis, kinesis e semiosis*”⁵² a fim de gerar reverberações reais sob a marca do “como se [als-ob]” (Huber, 2003, p. 76). Em outras palavras, o performativo carece da construção cênica para se completar (Jaeger, 2011); daí o apelo à *mise-en-scène* e à emulação dos atos humanos como se transcorressem num palco à vista do espectador (Häsner *et al.*, 2011; Huber, 2003). Essa “encenação narrativa”, segundo Huber (2003, p. 81-82), “volta a atenção a signos visuais e acústicos narrados no texto, como luz, paisagem, cena, barulhos e música”⁵³. É uma operação que mostra em vez de simplesmente relatar — *showing* em lugar de *telling*, no par famoso de Henry James (Pfister, 2004, p. 518) —, podendo assim firmar um vínculo tal com o receptor que desencadeia pulsões afetivas e sociais pela força intrínseca da palavra (Fischer-Lichte, 2013; Herbrichs; Kiening, 2008; Velten, 2009). No aparato literário estão à disposição dos artistas que quiserem influenciar e persuadir o seguinte: a oralidade fingida, a condução do olhar, a reprodução de sensações e emoções que se materializam no corpo, a metalepse (quando o personagem transcende as fronteiras ficcionais que lhe impuseram na

⁵¹ No original: “Beobachtungsprozesse, Wahrnehmungsvorgänge und körperorientierte Kommunikationen”.

⁵² No original: “Wahrnehmung, Körper und Sprache (oder Aisthesis, Kinesis und Semiosis)”.

⁵³ No original: “richtet es die Aufmerksamkeit auf erzählte visuelle und akustische Zeichen im Text wie Licht, Landschaft, Szene, Geräusche und Musik”.

origem), a remissão direta ao leitor, além de outros artifícios que o arremessam num estado de liminaridade potencialmente transformativo (Velten, 2009, p. 552; Häsner *et al.*, 2011, p. 83-85; Fischer-Lichte, 2013, p. 138). Distintivo necessário a essa dinâmica se encontra na indexicalização, que Häsner *et al.* (2011, p. 88) conceituam como as proposições que, para serem devidamente interpretadas, dependem do que está além do universo diegético; é preciso recolher dali “o autor empírico na situação e no momento ou durante o período da produção textual e suas condições empíricas, espaciais, sociais, econômicas, psicológicas, mentais etc., na medida em que sejam indiciados no próprio texto”⁵⁴. E completam: “Ao postular as identidades nominal, fática ou biográfica entre as dimensões interna e externa, pessoas e contextos do mundo real acabam, digamos, ‘fisgados’ no texto”⁵⁵ (Häsner *et al.*, 2011, p. 89).

Se muito desse arsenal não restou conceitualmente explicitado nos estudiosos a mim precedentes que tentaram dar nitidez ao trabalho de Mommsen, nem por isso deixaram de intuir, com os óculos que possuíam, a propensão dele ao espetáculo. Após sinalizar a arquitetura antitética e quiasmática daquele estilo, Alfred Heuß (1996, p. 71, 67) juntou ao continuado empenho do autor por complexificar as imagens com “luz e sombras numa relação recíproca” a força que ele punha “antes na tensão dramática que no fluxo épico”, conferindo à facticidade, “em vez de uma fachada, sempre um palco com pano de fundo”⁵⁶; e antes havia atribuído a “maestria” dele à competência de alimentar-se “de uma total *presentificação* até o fim”⁵⁷ (Heuß, 1996, p. 66, grifo nosso). Já Joachim Fest (1992, p. 36) não mencionou apenas a elaboração frasal “brilhante [glanzvolle]”, a crescente tensão conseguida com anacronias que antecipavam ou retardavam uma revelação surpreendente, os jogos de linguagem, as metáforas, a capacidade de compor retratos “inesquecíveis [unvergessliche]”, mas também o início dos capítulos, que ditavam o ritmo do que aconteceria e assemelhavam-se tanto ao “encerramento de um ato teatral [Aktschluss]” que “quase se podem dizer encenados”, de maneira que o historiógrafo era “sobretudo menos narrador que dramaturgo, o qual comprime os desenvolvimentos, joga as posições abruptamente umas contra as outras e ama os

⁵⁴ No original: “es geht, anders gesagt, um den empirischen Autor in der Situation und im Moment oder während der Zeitspanne der Textproduktion und um deren empirische — mediale, soziale, ökonomische, psychologische, mentale etc. — Konditionen, und zwar insoweit diese im Text selber indiziert werden”.

⁵⁵ No original: “Indem nominelle, faktische oder biographische Identität zwischen textexternen und textinternen Größen postuliert wird, werden Personen und Kontexte der Lebenswelt gleichsam in den Text ‘hineingeholt’”.

⁵⁶ No original: “Licht und Schatten in ein gegenseitiges Verhältnis”, “anstatt auf den epischen Fluss auf die dramatische Spannung hat”, “statt einer Fassade immer eine Bühne mit Hintergrund”.

⁵⁷ No original: “bis zu dem Ende einer völligen Vergegenwärtigung”.

contrastes intensos”⁵⁸; outro ponto a incitar comentário foi a “tendência à extrema *presentificação* da história” nos planos tanto “conceitual quanto político”⁵⁹ (Fest, 1992, p. 42, grifo nosso), uma vez que “o passado, como ele o via, era da mesma matéria que o presente, apenas o figurino e o cenário haviam mudado, um tipo de Batalha dos Campos Cataláunicos, em que os contendores se combatem sem cessar, e ele mesmo entre aqueles, brigando, sofrendo, tomando partido”⁶⁰ (Fest, 1992, p. 41-42). Por seu turno, Mattenklott (2005, p. 172, grifo nosso) discerniu na voz subjacente àquela prosa um observador elevado, à distância, que entrelaça o emocional e o intelectual por meio de um “comentador engajado”, erigindo um espaço cênico “no qual [a peça histórico-mundial] ganha forma”⁶¹; deriva das fontes biografias, particularidades corporais, temperamentos e anedotas sobre as grandes figuras com “pesquisa *en détail*, arte da *presentificação* jornalística e a parcialidade política articulada ali, ademais da cuidadosa tendência para a analogia, a similaridade e paralelos”⁶², mas fica a cargo da fantasia dele “se por exemplo põe em cena a *dramatis persona* sob a lógica de uma ação com base em seu desfecho ou a partir do potencial contraditório da personalidade, assim como ela se apresentava — lida na fonte ou ao acaso legada na sorte do oráculo — diante de sua visão interna”⁶³ (Mattenklott, 2005, p. 169, 173).

Que Mommsen soube se utilizar dos vários recursos linguísticos para ao menos tentar “escrever uma história legível e não demasiadamente detalhada de Roma — representação, e não pesquisa — [...] para apresentar a um grande contingente”⁶⁴ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 619), numa ourivesaria “legível, sem notas [lesbare, notenlosen]” (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 618), que resultaria no seu “romance”, como afirmou em carta a Friedrich Ritschl em 1854, ou no seu “romance infantojuvenil”, como dissera em conversa privada aos amigos Alfred von der Leyen e Richard Böckh, fica claro na consciência que demonstrava

⁵⁸ No original: “man fast sagen könnte, inszeniert”, “überhaupt mehr Dramatiker als Erzähler ist, der die Abläufe komprimiert, die Positionen schroff gegeneinander führt und die grellen Kontraste liebt”.

⁵⁹ No original: “Tendenz zur äußersten Vergegenwärtigung der Geschichte kommt auf der begrifflichen ebenso wie auf der politischen Ebene zum Vorschein”.

⁶⁰ No original: “Vergangenheit war, wie er es sah, vom gleichen Stoff wie die Gegenwart, nur Kostüm und Kulisse hatten gewechselt, eine Art Katalaunisches Feld, auf dem die gleichen Widersacher ohne Ende aufeinandertrafen, er selber mitten unter ihnen, streitend, leidend, parteinnehmend”.

⁶¹ No original: “auf dem [dieses weltgeschichtliche Schauspiel] Gestalt gewinnt”.

⁶² No original: “zuverlässigen Recherche *en détail*, der Vergegenwärtigungskunst des Publizisten und der offen artikulierten politischen Parteilichkeit in der Sache, schließlich auch seiner vorsichtigen Öffnung für Analogie, Ähnlichkeit und Parallele”.

⁶³ No original: “ob er etwa die *dramatis persona* einer Szene eher aus der Logik einer von ihrem Ende her gedeuteten Handlung oder aus dem in sich widersprüchlichen Potential einer Persönlichkeit gibt, wie sie ihm — aus den Quellen gelesen, wie aus dem zufälligen überlieferten Wurf eines Orakels — vor dem inneren Auge steht”.

⁶⁴ No original: “eine lesbare nicht allzu ausführliche römische Geschichte — Darstellung, nicht Untersuchung — zu schreiben [...] einem großem Kreise vorzulegen”.

sobre aquilo que tinha nas mãos: em missivas a Jahn (em 10 de outubro de 1852⁶⁵ e em 22 de outubro de 1853⁶⁶) e a Tycho (em 8 de julho de 1853⁶⁷), reiteradamente conta dos esforços envidados em sua “deturpação histórica [Geschichtsklitterung]”. Mesmo alegando que não se justificava moldar o mundo antigo à imagem do seu passado recente, negando assim o modelo do historiador inglês Thomas Macaulay (1800-1859), defendeu para Wilhelm Henzen em 26 de novembro de 1854 que se tratava “sobretudo de fazer os antigos descerem dos saltos fantasiosos nos quais aparecem à massa do público e, em prol do leitor, situá-los no mundo real, onde há gente que odeia e ama, serra e martela, delira e trapaceia”⁶⁸ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 628). Ainda mais eloquente é uma passagem do discurso de posse na reitoria da Universidade de Berlim em 1874, ao pontuar que os historiadores se enquadram mais na categoria dos artistas que na dos intelectuais (Mommsen, 1905, p. 11); essa postura, entretanto, surgira muito antes mesmo dos anos 1850 e já estava delineada desde o liceu — do que nos dá provas o ensaio sobre biografias, em que ele acentua como característica inescapável do gênero o ato de “vergegenwärtigen”. Nas entradas dos dicionários *Pons* e *Digitales Wörterbuch der deutschen Sprache*, apensa-se ao verbo a acepção de imaginar (“sich etwas deutlich vorstellen”); no *Duden*, ainda esclarecer (“sich etwas klarmachen”), ter clareza de algo ou lembrar (“deutlich ins Bewusstsein, in Erinnerung rufen”). Pagando aqui a promessa feita numa das notas do primeiro capítulo, convém justificar por que optamos por lê-lo como “presentificar” — que ao historiador também associam, como fiz questão de grifar, Heuß (1996), Mattenklott (2005) e Fest (1992), este último ligando a palavra a um procedimento teórico-metodológico. A decisão por termo menos frequente em português que seu correlato em alemão se deve a dois fatores. O vocábulo provém do latim tardio *praesentare*, isto é, de acordo com o *Georges*, apresentar (“gegenwärtig machen”), mostrar

⁶⁵ “Precisamos ver o que o inverno nos reserva. Comecei de novo a trabalhar e espero finalmente arrematar minha deturpação histórica [Wir müssen nun sehen, was der Winter bringt. Ich habe wieder angefangen zu arbeiten, und hoffe meine Geschichtsklitterung nun einmal abzutun]” (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 620).

⁶⁶ “Estou passando a limpo de manhã à noite minha deturpação histórica [Ich schreibe von Morgen bis Abend an meiner Geschichtsklitterung ins Reine]” (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 622).

⁶⁷ “Minha deturpação histórica vai andando devagar e com grandes pausas; mas está chegando ao fim. Fico admirado como você lida com trabalhos dessa natureza; escrever um livro legível mas não superficial me parece diariamente mais difícil. Revisei o primeiro livro, e, se tudo der certo, os volumes 1 e 2 ficam prontos este ano [Meine Geschichtsklitterung geht auch ihren Gang, langsam und mit großen Pausen; aber es wird denn doch ein Ende kommen. Mich soll wundern, wie Dir diese Art Arbeit vorkommen wird; ein lesbares und nicht oberflächliches Buch zu schreiben scheint mir täglich schwerer. Ich bin mit dem ersten Buch ins Reine und wenn es gut geht, wird Bd. 1 und 2 dies Jahr fertig]” (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 621).

⁶⁸ No original: “es gilt doch vor allem die Alten herabsteigen zu machen von dem phantastischen Kothurn, auf dem sie der Masse des Publikums erscheinen, sie in die reale Welt, wo gehaßt und geliebt, gesägt und gehämmert, phantasiert und geschwindelt wird, den Lesern zu versetzen — und darum mußte der Konsul ein Bürgermeister werden usw.”.

(“zeigen”), trazendo sempre na raiz a marca do tempo (“Gegenwart”, presente); junto disso, ele não se deixa reduzir à simples imaginação, que pode ser resolvida com, por exemplo, *Vorstellungskraft* ou mesmo talvez *Vorstellung*. Na verdade, os instrumentos são outros — não a capacidade de abstração ou o sonho, mas o *gesto performativo*. Como vimos antes, o autor entendia que a ação dos homens de outrora seria tanto mais nítida quanto mais a representação as fizesse *presentificável* e sempre reencenada no momento da leitura. Não à toa exorta o biógrafo (ou o historiador) a não se aferrar às autoridades e a recuar ele próprio, pelo estudo, ao tempo em que os fatos transcorreram (Mommsen, 1897, 15-16). Esse expediente é decisivo para que o leitor presencie o drama se desenrolar diante dos olhos. O deslocamento no tempo, sendo uma ferramenta de metodologia historiográfica, consolida também um artifício literário que brinca com o foco narrativo; de tal sorte, a história e os personagens que a povoaram devem ser recontados como se não houvesse qualquer anteparo entre o antes e o agora, fundidos no próprio instante da reencenação performativa.

No constante baralhar da cronologia, essa prática põe em estresse, seja na materialização do passado, seja na interferência do presente, também o estatuto especial do texto historiográfico, nem ficção nem verdade, nem literatura nem ciência⁶⁹, nem romance nem drama. A aplicação e a transposição desses conceitos de uma matriz disciplinar à outra só em aparência borram as fronteiras entre tais gêneros de prosa narrativa; os teóricos que tentaram encontrar na referencialidade, nos caracteres formais ou na recepção o que cada um tem de próprio fracassaram. Walter Mignolo (1993), Sandra Heinen (2019), Jean-Marie Schaeffer (2014), Dorrit Cohn (1990), por exemplo, se cansaram em travessias árduas para atracar em portos equivocados: apostam, como critérios orientadores, na remissão ao extradiegético, na sintaxe própria da literatura, na coincidência entre historiador e voz narrativa, na velocidade ou na imersão da leitura.⁷⁰ A distinção aristotélica clássica — “o que

⁶⁹ Cf. Veyne, 2008, p. 12: “A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a história, da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos, não existe”.

⁷⁰ Mignolo (1993, p. 123), por exemplo, classifica a veracidade e a ficcionalidade a partir de uma “relação ‘extensional’ com objetos, entidades e acontecimentos” mencionados no texto. O mesmo sublinha Heinen (2019, p. 111), quando escreve que a literatura não tem pretensões ao mundo fora da diegese. Já Jean-Marie Schaeffer (2014, p. 240) contrasta fato e ficção em quatro níveis: semântico, sintático, pragmático e narratológico — e todos eles, de uma forma ou de outra, ressaltam o entendimento-chave de que a “narrativa factual promove a verdade referencial enquanto a narrativa ficcional não faz reivindicações desse tipo [factual narrative advances *claims* of referential truthfulness whereas fictional narrative advances no such claims]”. Cohn (1990, p. 800) elenca três “sinais de ficcionalidade”: um modelo sincrônico bidimensional entre narrativa e narração; a liberdade com que certos modos de narrar burlam as “restrições referenciais [referential constraints]”; a duplicidade da instância narrativa. Divergindo de Cohn (1990), Jaeger (2020) exemplifica citando Ranke, nos vários volumes de *Die römischen Päpste in den letzten vier Jahrhunderten* (1834-1836), e Jan Brokken, no estudo experimental *Die Vergeltung: Rhooen 1944 — Ein Dorf unter deutscher Besatzung*, a dissincronia entre

poderia ter acontecido” a um, “o que aconteceu” a outro —, embora se norteie pelo referente e não presuma a narração do fato histórico como produto epistemológico tão subjetivo quanto a ficção, tem ao menos a vantagem de refugar a importância da embalagem textual, porque Heródoto ainda é Heródoto em versos (Aristóteles, 1982, p. 29). Na verdade, a “probabilidade” e a “necessidade”, que, segundo o estagirita, devem comandar a composição do poeta, organizam também a argumentação dos homens de arquivo; Paul Veyne (2008, p. 117) chama de “retrodição” esse “tapar os buracos” realizado com consciência pelos historiadores. De modo acurado, Hayden White (2014, p. 138) defende ainda a indistinção ontológica entre as elaborações de linguagem na literatura e na historiografia: “o escopo do escritor de um romance deve ser o mesmo que o do escritor de uma história [historiografia]. Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da ‘realidade’” e ainda tentarão alcançar “algum domínio da experiência humana que não é menos ‘real’”. As sentenças que eles tecem tangenciam, inevitáveis, o mundo e suas regras; referendar ou subverter os fundamentos da vida sensível, exterior a nós, não altera esse contato e a sobrevivência dele. Aliás, não haveria como ser de outra forma, porque *o que não é concebível pelo pensamento não pode alcançar o discurso* — a quinta dimensão é, digamos, um “significante vazio”; uma narrativa que elimine o tempo e o espaço como constantes físicas é desde logo uma contradição em termos; os exemplos, é óbvio, se rarefazem por serem de listagem impossível. Assim, de um ponto de vista filosófico, e talvez demasiado kantiano, personagens e situações, sempre subordinadas aos paradigmas e aos preceitos mais gerais que o pensamento adota na sua conexão com o real, se concretizarão de variadas maneiras no espaço literário. Bichos ilusórios como grifos ou dragões cabem no universo da ficção, esse reflexo às avessas, por sabermos que nos rodeiam animais voadores ou peçonhentos, ou ainda criaturas híbridas e aberrantes, com os quais os mitológicos mantêm uma necessária extensibilidade preenchida pela “probabilidade” e pela “necessidade”; aceita-se César numa obra historiográfica não só por ter pisado o solo de Roma alguém com tal nome entre 100 a.C. e 44 a.C., uma vez que fraudes forjam certidões de nascimento etc. e passam muitas vezes incólumes ao filtro do tempo, mas por conhecermos, na experiência, seres humanos que entram em confrontos armados, ou se casam, ou morrem esfaqueados, com os quais o primeiro estabelece uma necessária extensibilidade preenchida pela “probabilidade” e pela “necessidade”; Bentinho e Capitu são signos de todos os homens e mulheres traídos ou traidores, vítimas de injustiça ou dignos de

voz do narrador e assinatura na capa do livro também perceptível na historiografia, em especial pela maneira como os autores arregimentam e administram as fontes.

reprimenda moral, com os quais sustentam uma extensibilidade preenchida pela “probabilidade” e pela “necessidade”. Se a literatura estivesse circunscrita apenas a uma verdade absolutamente singular e avessa a todo o resto, no limite nenhum leitor conseguiria entender suas proposições, e apenas afirmações agramaticais e a-históricas seriam enunciáveis num trabalho literário; por sua vez, se a história estivesse agrilhoadada a uma verdade estritamente referencial, no limite pesquisas que falassem sobre quem não conhecemos seriam impenetráveis. Estando o passado perdido para sempre, num texto César será tão *verdadeiro* quanto os exageros imaginativos. É simples resumir o parágrafo: literatura e história precisam de algum lastro na realidade e ímpeto imaginativo; o que as faz divergir deve ser procurado, pois, em outro lugar, e não na fabricação discursiva.

Ao retirar o “puro real” como baliza divisória, o teórico norte-americano nos arremessa para a seara do pragmático, isto é, a demarcação reside numa *práxis* específica, numa técnica de análise, exercida num lugar social e institucional — a operação historiográfica (Certeau, 2017). É na escolha e na separação da *fonte* sob o prisma de uma questão de interesse que a historiografia começa a aparecer (Barros, 2019, p. 23). Como corrobora Paul Ricoeur (2010, p. 178), os “fatos [...] não estão dados nos documentos, [estes] é que são selecionados em função de uma problemática”. Também Certeau (2017, p. 69) atentava à noção de que o “material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente”. O que seriam, afinal, as fontes, senão “todo acontecimento que deixou, até nós, uma marca material” (Veyne, 2008, p. 54), senão “tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferências, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos” (Barros, 2019, p. 15)? Mas fotografias, romances, testamentos, inventários, processos jurídicos, registros paroquiais e civis, cartas, memórias orais, discursos, pronunciamentos, diários pessoais, achados arqueológicos, inscrições em muros e monumentos, enfim, toda a cultura material e imaterial de um povo, não sendo monopólio da disciplina histórica, de modo nenhum se inutiliza como instrumento para traçar a margem entre ela e a literatura; o fato de ficcionistas encamparem material arquivístico não enfraquece a agrimensura nesse terreno espinhoso, porque a senha está no *como*, e não no *quê*. Toda a fantasia a que se autorizam os historiadores se patenteia apenas pela documentação. A fonte exerce um autoritativo “poder de veto” (Landwehr, 2016, p. 42): “Não podemos, pois, fazer

afirmações que a contradigam diretamente”⁷¹. O pesquisador só redigirá que César “cobria com a coroa de louros, com a qual viria a aparecer de público anos mais tarde, a calva *dolorosamente sentida*”⁷², como faz Mommsen (III, 462, grifo nosso)⁷³, se os resquícios do tempo o permitirem com razoável grau de segurança. Em paralelo, esses espólios do passado serão incorporados na condição de que sua proveniência tenha sido comprovada; a legitimidade deles, devassada cuidadosamente sob certos requisitos — Quem? Onde? Quando? Por quê? Para quê? Com que intenção? Com que material? etc., perguntas derivadas de uma taxonomia própria (Barros, 2019) —, também se situa no âmbito da produção, e não no de suas propriedades textuais intrínsecas. Falseamentos ou adulterações podem ser tomados pela literatura sem reservas, por seu exato valor de face; na historiografia como praticada hoje não. E nosso autor? O pequeno número de referências explícitas em comparação à quantidade de páginas decerto dificulta aferir o refinamento do interrogatório feito à sua matéria-prima; mas foge ao nosso escopo examinar a qualidade historiográfica da pesquisa ou do argumento de Mommsen. Compete-nos menos classificar o exercício profissional do que, advogando um “relativismo consequente” (Cassin, 2022) a partir do qual entendemos que a verdade histórica é contingente, e a razão variável, mas nenhuma delas sem critérios — e o parâmetro é o “melhor para” (Cassin, 2022) —, sustentar que os rastros da literatura escavados em muitas modalidades textuais não obstruem o avanço do conhecimento humano, na medida das limitações de seus autores; antes, preferimos entender como nessa produção se realizam performativamente a) “personagens”, b) “narrativa”, c) “trama” ou “intriga” e como uma tradução não deve menosprezar tais marcas. Essas categorias podem ser explicadas sem muito circunlóquio com a ajuda de Reis (2018, p. 388, 305, 221): a) “representação de uma figura humana ou humanizada que, numa ação narrativa, contribui para o desenvolvimento da história e para a ilustração de sentidos projetados por essa história”; b) “representação de um mundo possível (v.), centrada em entidades antropomórficas (designadamente, personagens) e ancorada em coordenadas temporais e espaciais que orientam certas ações para um final”; e c) “conjunto de acontecimentos singulares que se desenrolam de forma lógica e internamente encadeada, conduzindo, num determinado contexto, a um desenlace (v.) irreversível”.

⁷¹ No original: “Man darf nämlich keine Aussagen treffen, die ihr geradewegs widersprechen”.

⁷² No original: “deckte er mit dem Lorbeerkrantz, mit dem er in späteren Jahren öffentlich erschien, die schmerzlich empfundene Glatze”.

⁷³ A referência segue o padrão adotado comumente para a obra deste autor: o algarismo romano simboliza o livro, e o arábico a página da sexta edição, de 1874.

2.3 DESTAQUE AOS PONTOS PRINCIPAIS DE *RÖMISCHE GESCHICHTE*

2.3.1 A formação dos Estados: unidade e liberdade na Antiguidade e no século XIX

Falta agora acompanhar a execução em dois planos performativos que se intercambiam: a) funcional, em que se opera com a recepção do público e as reações que podem derivar do texto; e b) estrutural, em que se desenvolvem as estratégias textuais de encenação (Velten, 2009, p. 552). Começemos pelo primeiro, onde o mundo construído espelha o presente do autor com finalidade perlocutória. Na obra, a frase de abertura, caudalosa e estilisticamente reveladora, convoca o leitor a um cenário grandioso:

À volta do mar interior tantas vezes cindido que, esculpindo profundamente os territórios, forma o grande seio dos oceanos e, ora espremido por ilhas ou salientes promontórios, ora estendido em considerável amplitude, separa e liga as três partes do velho mundo, estabeleceram-se, em tempos idos, tribos que, etnográfica e linguisticamente de raças distintas, compunham um todo histórico⁷⁴ (I, 3).

Essa fotografia, não sendo apenas uma contextualização geográfica, tem duas funções narrativas: tanto prenuncia os possíveis dilemas que Roma terá de enfrentar na sua trajetória de poder — a topografia acidentada do Mediterrâneo; os povos que habitavam ao redor deste — quanto transfere o olhar de uma unidade administrativa ao processo que culminou num dos maiores impérios do mundo antigo. Ele explicita a intenção de perseguir antes uma constituição que uma cidade: “Nossa tarefa é representar o último ato daquele grande espetáculo da história mundial — a antiga história da península situada ao meio entre duas outras, estendida desde o continente ao norte em direção ao Mediterrâneo”⁷⁵ (I, 4). Mais à frente, adiciona, sem subterfúgios: “É a história da Itália que deverá ser contada aqui, e não a história da cidade de Roma”⁷⁶ (I, 6), porque “o que se costuma chamar de conquista da Itália pelos romanos parece muito mais como a união do conjunto das tribos itálicas num único Estado, entre as quais os romanos eram certamente o mais poderoso, mas, ainda assim, apenas

⁷⁴ No original: “Rings um das mannigfaltig gegliederte Binnenmeer, das tief einschneidend in die Erd feste den größten Busen des Ozeans bildet und, bald durch Inseln oder vorspringende Landfesten verengt, bald wieder sich in beträchtlicher Breite ausdehnend die drei Teile der alten Welt scheidet und verbindet, siedelten in alten Zeiten Völkerstämme sich an, welche, ethnographisch und sprachgeschichtlich betrachtet, verschiedenen Rassen angehörig, historisch ein Ganzes ausmachen”.

⁷⁵ No original: “Unsere Aufgabe ist die Darstellung des letzten Akts jenes großen weltgeschichtlichen Schauspiels, die alte Geschichte der mittleren unter den drei Halbinseln, die vom nördlichen Kontinent aus sich in das Mittelmeer erstrecken”.

⁷⁶ No original: “Es ist die Geschichte Italiens, die hier erzählt werden soll, nicht die Geschichte der Stadt Rom”.

um de seus ramos”⁷⁷ (I, 6). Em essência, os três primeiros livros, intitulados “Até a abolição da monarquia romana”, “Da abolição da monarquia romana à unificação da Itália”, “Da unificação da Itália à submissão de Cartago e dos Estados gregos”⁷⁸, aninham-se numa concepção de nacional cujas raízes estão enterradas no liberalismo oitocentista, que toma o Estado-nação como modelo para uma sociedade agora de massas e equilibra tensões entre particularismo e universalismo, homogeneidade e pluralidade (Hacke, 2021, p. 290). Por isso um início em que as populações mais antigas vêm à luz, mesmo que à época houvesse ainda menos informação a respeito do que no nosso século; em meio aos povos etruscos do norte, à colonização helênica do sul, às tribos úmbrico-sabélicas e samnitas do centro, à nascente Cartago da planície setentrional na África, os comentários dele sobre línguas em estilhaço, obscuras lendas e frenética mobilidade intrapeninsular, numa abrangência que certamente poucos autores de síntese histórica terão atingido depois dele, localizam Roma, por contraste, numa confluência cujo nó diferencial se acha na “centralização” (I, 99). Diferentemente do restante das tribos indo-europeias e mesmo da Grécia, que gostava de simaquiias e sinecismos, será a cidade fundada, de acordo com a tradição, em abril de 753 a.C. por Rômulo e Remo que, “da maneira mais consequente, rigorosa e exitosa”⁷⁹ (I, 99), desenvolverá uma ideia própria de unificação, credora de suas futuras dimensões superlativas. Essa vocação romana ficará plasmada no direito, cujo “fundamento legal último é, sobretudo, o Estado”⁸⁰ (I, 156), sancionador da liberdade (“expressão da cidadania em sentido amplo”⁸¹, I, 156), da propriedade e de negociações as mais diversas, desde tratados internacionais até testamentos. Unidade e liberdade se concretizam, de um lado, na complexa imbricação de indivíduo, família e Estado (“Nessa casa romana assentava-se o Estado romano tanto em forma quanto em conteúdo”⁸², I, 61) e, de outro, nas instituições públicas, isto é, “monarquia, Senado e uma assembleia popular para confirmação ou rejeição das propostas trazidas pelo rei ou pelo Senado”⁸³ (I, 25) — e ascenderá ao topo o poderio senatorial, intimamente identificado à urbe

⁷⁷ No original: “was man die Bezwingung Italiens durch die Römer zu nennen gewohnt ist, vielmehr als die Einigung zu einem Staate des gesamten Stammes der Italiker, von dem die Römer wohl der gewaltigste, aber doch nur ein Zweig sind”.

⁷⁸ No original: “Bis zur Abschaffung des römischen Königtums”, “Von der Abschaffung des römischen Königtums bis zur Einigung Italiens”, “Von der Einigung Italiens bis auf die Unterwerfung Karthagos und der griechischen Staaten”.

⁷⁹ No original: “folgerichtiger, ernstlicher und glücklicher”.

⁸⁰ No original: “letzte Rechtsgrund ist überall der Staat”.

⁸¹ No original: “Ausdruck für das Bürgerrecht im weitesten Sinn”.

⁸² No original: “Auf diesem römischen Hause beruht der römische Staat sowohl den Elementen als der Form nach”.

⁸³ No original: “Königtum, Senat und eine nur zur Bestätigung oder Verwerfung der von dem König und dem Senat an sie gebrachten Anträge befugte Volksversammlung”.

e muralha da aristocracia agrária contra inimigos internos e externos. O corolário é um gradativo avanço territorial que, em guerras pela hegemonia no Lácio e depois no Mediterrâneo, leva ao declínio de todas as civilizações, como a etrusca (desgastada por uma aristocracia opulenta e corrupta, I, 337-338) e a cartaginesa (de herança fenícia destituída de senso estatal, I, 488), que se interpuseram diante dos propósitos romanos, liberais *avant la lettre*, num embate entre culturas “perfeitas” e “imperfeitas” ou entre mais e menos “aptas”, com resultados favoráveis sempre às primeiras (I, 8); e, se os gregos resistem nesse comparativo, é porque, como aqueles, são também “protótipos” (I, 176), ainda que de outra classe: a Hélade, do desenvolvimento humano; o Lácio, do nacional; “e nós, seus descendentes, a ambos temos de venerar e de ambos temos a aprender”⁸⁴ (I, 176). O resultado, em que um só povo dominará grandes áreas, se deverá menos ao planejamento consciente que ao desequilíbrio entre as nações na Antiguidade, agindo Roma antes por medo que por desejo de conquista (I, 782).

2.3.2 As classes sociais e os partidos: a aristocracia corrupta, os democratas e os moderados em Roma e na Alemanha

A pretensão de encontrar a conjuntura do seu próprio século na época romana se externaliza também com a reaplicação anacrônica de grupos e classes que, protagonistas no abalo político em meados do Oitocentos, contraem funções análogas na Antiguidade. Indiciando um tanto o lugar de enunciação do autor, os *Junker* e sua *Junkertum* aparecem como a fidalguia latifundiária que, o quanto pôde, negou espaço à ascensão de famílias plebeias ao Senado e defendeu privilégios na magistratura até a igualdade formalizada em lei, a partir de quando haveria a emergência de uma nova aristocracia, com sua respectiva oposição (I, 783); o “partido popular [Volkspartei]” ou “partido progressista [Fortschrittspartei]” reivindicava “não a limitação do poder do Estado, mas do poder da magistratura [...] desde a época dos Tarquínios até os Gracos; porém mesmo aí nunca esqueciam que o povo não governava, mas era governado”⁸⁵ (I, 243); principalmente com a era de reformas e contrarreformas populares e patrícias na administração e na economia, que começa a ser narrada em “A revolução”, o quarto livro, esse agora “partido democrata

⁸⁴ No original: “und wir Nachfahren haben beides zu verehren und von beiden zu lernen”.

⁸⁵ No original: “Nicht Begrenzung der Staats-, sondern Begrenzung der Beamtenmacht [...] von den Zeiten der Tarquinier bis auf die der Gracchen; und auch dabei vergißt man nie, daß das Volk nicht regieren, sondern regiert werden soll”.

[demokratische Partei]”, “sempre pobre em lideranças capazes”⁸⁶ (II, 103), muda de patamar e intensifica a radicalidade quando, no tribinato popular, se elegem os irmãos Graco, mas em especial o mais novo, Caio; seus integrantes serão qualificados, à época de Marco Lépido (90-13 a.C.) e Quinto Sertório (c. 122-72 a.C.) — figuras que ganharão capítulo à parte no quinto livro, “A fundação da monarquia militar” — como “ousados radicais, que punham a fortuna e a vida em favor das palavras de ordem do programa partidário para, após a vitória, reconhecer com doloroso espanto que haviam lutado não por uma causa, mas por um chavão”⁸⁷ (III, 3). Já os moderados estão por toda parte: sofrendo sanções ilegais do Senado durante o conflito das ordens (I, 308), divergindo a respeito de como punir os responsáveis pela morte de Tibério na comissão criada para isso (II, 91) ou defendendo a Lei Manília para contrapor os poderes militares que Cneu Pompeu Magno havia adquirido com a Lei Gabínia no período em que dizimou a pirataria e reorganizou os Estados clientelizados no Oriente (III, 117); espremidos entre extremos, eram muito mais entes figurativos que verdadeiramente influentes. Os “Ultras”, o estrato mais reacionário dos conservadores, não têm tanto destaque quanto os “capitalistas” e a “burguesia”, que, a princípio fundidos à classe da aristocracia rural, vão se diferenciando pelos ofícios de coletor de impostos e fornecedores das mercadorias trazidas a Roma das províncias a tal ponto que, “no vertiginoso crescimento de sua opulência, no poder sobre o Estado ao qual parecem servir e no fundamento estéril e incoerente de sua autoridade financeira, são totalmente comparáveis aos especuladores da bolsa de valores de hoje em dia”⁸⁸ (I, 265); daí aos *fenerator* e aos *argentarius*, usurários e banqueiros, respectivamente, seria o desenvolvimento esperado (I, 845, 846). E desses comerciantes abastados se comporão em grande parte a cavalaria e seus comandantes militares, a disputar a proeminência estatal com a outra classe dominante, inclusive para tanto patrocinando o discurso revolucionário dos Graco (II, 109-110). Essa conjunção infeliz de domínio rural concentrado e busca desenfreada de lucro, numa disputa pela subjugação do Estado, desencadeia, para Mommsen, o ocaso dos costumes e a desigualdade gigantesca que fragilizam a estrutura político-administrativa em constantes rupturas e golpes, instabilidade que não seria dissolvida sem o choque das armas. A ruína podia ser reconhecida por toda parte nos séculos I e II a.C.: “na Roma do período

⁸⁶ No original: “immer arm an leitenden Kapazitäten”.

⁸⁷ No original: “bornierten Radikalen, die für die Schlagwörter des Parteiprogramms Vermögen und Leben einsetzen, um nach dem Siege mit schmerzlichem Erstaunen zu erkennen, daß sie nicht für eine Sache, sondern für eine Phrase gefochten hatten”.

⁸⁸ No original: “die in dem reißend schnellen Wachstum ihrer Opulenz, in der Gewalt über den Staat, dem sie zu dienen schienen, und in dem widersinnigen und sterilen Fundament ihrer Geldherrschaft den heutigen Börsenspekulanten vollkommen vergleichbar sind”.

engolfa-se a dupla calamidade de uma oligarquia degenerada e uma democracia ainda incipiente, mas desde o embrião acometida pelo carcoma”⁸⁹ (II, 72); mesmo em décadas anteriores percebia-se a agudeza do problema, uma vez que a camada dos *optimates*⁹⁰, ou seja, “os melhores”, “antes dos Graco certamente não era pródiga em talentos, e os bancos do Senado apinhavam-se da súcia covarde e decadente dos nobres; todavia sentavam-se ali Cipião Emiliano, Caio Lélío, Quinto Metelo [...] e numerosos outros homens respeitáveis e aptos [...]. Essa aristocracia havia caído”⁹¹ (II, 130); com a chegada de Marco Lépido e Quinto Sertório ao palco político, “a nação inteira entrou em decadência intelectual e moral, mas sobretudo as classes superiores”⁹² (II, 130). Faltavam líderes que pudessem retirar o *populus romanus* do lamaçal, porque a nobreza preferia à faina aborrecida na administração da coisa pública o ócio derivado do luxo nababesco, com banquetes recheados de pratos exóticos provenientes da Ásia Menor e da África (III, 10). Entretanto, a “arraia-miúda”, capitaneada pelos *populares*⁹³, gente de origem nada humilde, tinha também sua cota de responsabilidade na ebulição, já que, seja na assembleia popular, onde “a inteligência desapareceu sem deixar rastros [die Intelligenz spurlos verschwand]” (II, 94), seja nas ruas, onde a opinião do povo era “um poder em Roma [eine Macht in Rom]” (II, 95), os ventos políticos sopravam a depender do comportamento dessas “caóticas massas [wüste Masse]”: se “calavam ou gritavam ao que lhes participavam, se aplaudiam e comemoravam ou se vaiavam e uivavam contra os oradores”⁹⁴ (II, 95). Ainda se desgarraria de tal meio “essa súcia a quem não importava nenhuma questão política, mas sim unicamente a guerra contra a propriedade” (III, 471), isto é, os “comunistas daquela época [damaligen Kommunisten]”, iguados a

⁸⁹ No original: “verschlingen sich in dem Rom dieser Zeit die zwiefachen Mißstände einer ausgearteten Oligarchie und einer noch unentwickelten, aber schon im Keime vom Wurmfraß ergriffenen Demokratie”.

⁹⁰ “Designação moderna para o grupo de senadores romanos que insistiam na dominância tradicional do Senado. Contrário: *populares* [moderne Bezeichnung für eine Gruppe römischer → Senatoren, die im Bürgerkrieg für ein Festhalten an der traditionellen Dominanz des Senats eintrat. Gegensatz: ‘Popularen’]” (Sommer, 2016, p. 835). Não pretendemos mergulhar na discussão conduzida por Mouritsen (2017) ou por Robb (2010) sobre a validade e a sutileza dessa classificação; estamos aqui adotando a perspectiva do próprio Mommsen, que trata os dois lados como partidos políticos.

⁹¹ No original: “vor der Gracchenzeit war wahrlich nicht überreich an Talenten und die Bänke des Senats vollgedrängt von feigem und verlottertem adligen Gesindel; indes es saßen doch in demselben auch Scipio Aemilianus, Gaius Laelius, Quintus Metellus [...] und zahlreiche andere achtbare und fähige Männer [...]. Diese Aristokratie war gestürzt”.

⁹² No original: “die gesamte Nation war in intellektuellem und sittlichem Verfall, vor allem aber die höchsten Stände”.

⁹³ “Designação moderna para o grupo de senadores romanos que na guerra civil se apoiava numa ampla massa popular e supostamente defendia seus interesses. Contrário: *optimates* [moderne Bezeichnung für eine Gruppe römischer → Senatoren, die sich im Bürgerkrieg auf die breite Volksmasse stützten und vorgeblich deren Interessen vertraten. Gegensatz: Optimaten]” (Sommer, 2016, p. 836).

⁹⁴ No original: “ob diese wüste Masse bei dem, was ihr mitgeteilt ward, schwieg oder schrie, ob sie klatschte und jubelte oder den Redner auspiff und anheulte”.

verdadeiros criminosos, como são denominados, por exemplo, os tribunos populares Públio Dolabela e Lúcio Trebélio, os quais em vão tentaram reavivar os planos do conspirador Lúcio Catilina (III, 471). Ao explicitar a dupla camada de tempo que se dobra e se sobrepõe através de grupos e ideologias políticas a-historicamente espalhados por séculos, o texto, estetizando a história, constrói, sobretudo a quem o leu quando lançado, um modelo de autopercepção política que dialogava com seu presente e podia assim engajar de maneira muito efetiva tanto na leitura quanto na politização por uma Alemanha unificada e liberal; a narração não se exime de comentários que, apelando sempre a fatos históricos posteriores à Antiguidade, referendam ou criticam situações e personagens, como no capítulo sobre o Graco mais novo. Convicto de que este queria implantar uma forma de governo à moda napoleônica, o narrador confirma o desprezo pela nobreza: “Uma monarquia absoluta é uma grande calamidade para a nação, porém menos que a oligarquia absoluta; e a história não pode ralhar com quem impinge à nação antes sofrimentos menores que dores maiores, muito menos natureza tão verdadeiramente arrebatada e longe de todo o comum como Caio Graco”⁹⁵ (II, 115).

Enquanto, nas origens de escassas fontes, rareiam os indivíduos ou as situações corporalizadas e abundam os personagens coletivos, surgem, a partir do segundo livro e com frequência crescente, as presentificações que adquirem antes motivo dramático que argumentativo — a performatividade estrutural. No conflito das ordens que antagonizou patrícios a plebeus, por exemplo, a cena que narra o colapso do decenvirato, quando se promulgava a Lei das Doze Tábuas para evitar a arbitrariedade aristocrática num contexto de enfraquecimento do tribunato popular, importa tão mais que parece contradizer a afirmação inicial. Começa o parágrafo com esta sentença-guia: “O fim do decenvirato encontra-se em profunda obscuridade”⁹⁶ (I, 282). Mas as imagens, coloridas e vivas, se precipitam já poucas linhas depois. Durante as campanhas militares contra volscos e sabinos, “o antigo tribuno Lúcio Sício Dentato, o mais corajoso homem de Roma, aquele que lutou 120 batalhas e tinha para mostrar 45 honrosas cicatrizes, foi encontrado morto próximo ao acampamento, traiçoeiramente assassinado, sob incentivo, ao que nos consta, dos decênviros. A revolução floresceu nas mentes”⁹⁷ (I, 282-283). O crime misterioso, entretanto, ainda não havia sido

⁹⁵ No original: “Eine absolute Monarchie ist ein großes Unglück für die Nation, aber ein minderes als eine absolute Oligarchie; und wer der Nation statt des größeren das kleinere Leiden auferlegt, den darf die Geschichte nicht schelten, am wenigsten eine so leidenschaftlich ernste und allem Gemeinen so fernstehende Natur wie Gaius Gracchus”.

⁹⁶ No original: “Der Ausgang des Decemvirats liegt in tiefem Dunkel”.

⁹⁷ No original: “Da wurde der gewesene Volkstribun Lucius Siccus Dentatus, der tapferste Mann in Rom, der in hundertundzwanzig Schlachten gefochten und fünfundvierzig ehrenvolle Narben aufzuzeigen hatte, tot vor dem

suficiente para que o desagrado aticasse protestos; em paralelo a “fração moderada da aristocracia, Valérios e Horácios à frente, tentava no Senado extrair uma renúncia”⁹⁸ (I, 282) do grupo, em renitente busca por salvar Roma do abuso patricio e da “anarquia” (I, 281) tribúncia, que empurrava a comunidade à desintegração. Todavia, muda o curso dos acontecimentos uma decisão judicial expedida por Ápio Cláudio, “austero aristocrata que, porém, agora descambava à demagogia e à tirania”⁹⁹ (I, 282), condenando a filha do centurião Lúcio Vergínio e noiva do ex-tribuno Lúcio Icílio à escravidão e, portanto, à perda de direitos civis. Essa percebida injustiça estimulou “o pai a enfiar uma faca no peito dela em pleno mercado público para salvá-la da vergonha”¹⁰⁰ (I, 283). A tensão adensa-se quando “o povo atônito pelo inaudito ato se acercava ao corpo da bela jovem”¹⁰¹ (I, 283), porque precisamente aí “o decênviro ordenou aos lacaios que levassem o pai e depois o noivo aos pés de seu trono para que imediatamente justificassem a insurreição contra sua autoridade”¹⁰² (I, 283). Mommsen prossegue: “Protegidos pela impetuosidade popular, o pai e o noivo da moça furtaram-se aos alagoes oficiais”¹⁰³ (I, 283). Então desertores das forças militares “marcharam através da cidade e novamente prosseguiram ao monte sagrado, onde novamente nomearam seus tribunos. Os decênviros ainda se recusavam a apelar do poder; então surgiram na cidade os exércitos com seus tribunos e acamparam no Aventino”¹⁰⁴ (I, 283). A pacificação só seria alcançada com a desistência dos dez homens, a prisão perpétua de Ápio Cláudio e Espúrio Ópio, o degredo aos outros oito e o confisco de seus bens pelo Estado. Tal sucessão de episódios, que, no contexto de uma história de mil anos, não deixam de ser irrisórios, cumprem o papel de síntese visual para a crise: 45 cicatrizes, uma faca enfiada no peito de uma virgem, o círculo de curiosos ao redor de um corpo, pai e noivo que fogem ajudados por curiosos, os exércitos marchando sobre a cidade, tudo isso está encimado pela assertiva de

Lager gefunden, meuchlerisch ermordet wie es hieß auf Anstiften der Zehnmänner. Die Revolution garte in den Gemütern”.

⁹⁸ No original: “Die gemäßigte Fraktion der Aristokratie, die Valerier und Horatier an ihrer Spitze, soll versucht haben, im Senat die Abdankung der Decemvirn zu erzwingen”.

⁹⁹ No original: “von Haus aus ein starrer Aristokrat, aber jetzt umschlagend zum Demagogen und zum Tyrannen”.

¹⁰⁰ No original: “den Vater bewog seiner Tochter auf offenem Markt das Messer selber in die Brust zu stoßen, um sie der gewissen Schande zu entreißen”.

¹⁰¹ No original: “das Volk erstarrt ob der unerhörten Tat die Leiche des schönen Mädchens umstand”.

¹⁰² No original: “befahl der Decemvir seinen Bütteln den Vater und alsdann den Bräutigam vor seinen Stuhl zu führen, um ihm, von dessen Spruch keine Berufung galt, sofort Rede zu stehen wegen ihrer Auflehnung gegen seine Gewalt”.

¹⁰³ No original: “Geschützt von den brausenden Volksmassen entziehen der Vater und der Bräutigam des Mädchens sich den Häschern des Gewaltherrn”.

¹⁰⁴ No original: “sie ziehen in kriegerischer Ordnung durch die Stadt und abermals auf den heiligen Berg, wo sie abermals ihre Tribune sich ernennen. Immer noch weigern die Decemvirn die Niederlegung ihrer Gewalt; da erscheint das Heer mit seinen Tribunen in der Stadt und lagert sich auf dem Aventin”.

que o assunto é nebuloso, mas a inacessibilidade, talvez histórica e não literária, se dissolve pela composição cênica da violência, da agitação e de lances extraordinários.

Batalhas e guerras, em seu detalhamento visual, enchem páginas e páginas nos cinco primeiros livros porque, em parte, valorizam a vitória romana quando esta finalmente ocorre após perdas que pareciam insuperáveis e, em parte, mantêm o interesse do leitor atrelado ao sofrimento de pessoas em situações extremas — mais que isso, também dão vazão ao projeto mommseniano de uma Roma cuja missão vai sendo concretizada passo a passo. Nem sempre, porém, o foco narrativo permanece nas trincheiras romanas. Os grandes rivais, aqueles que ameaçam de fato sua existência e coesão internas, merecem do narrador às vezes um convívio detido. Por exemplo, a espantosa travessia cartaginesa do norte africano à Península Itálica, que por mar e terra conduziu elefantes e milhares de homens na intenção de destruir um adversário comercial e militar, enfrenta momentos desestabilizadores num território inóspito, por óbvio muito mais selvagem que o atual. Se a cadeia dos Apeninos não foi problema maior durante o trajeto, não se pode dizer o mesmo dos vales pantanosos entre os rios Serchio e Arno, os quais estavam tão inundados “pelo derretimento da neve e as chuvas de primavera que o exército teve de marchar quatro dias dentro d’água sem ao menos encontrar outro lugar seco para o descanso noturno senão o que ofereciam as bagagens amontoadas e a animália caída”¹⁰⁵ (I, 594). Ele acrescenta:

As tropas padeceram indizivelmente, em especial a infantaria gálica, que marchava atrás da cartaginesa em caminhos já intransitáveis; rosnavam em voz alta e teriam sem dúvidas desertado em massa não fosse a cavalaria cartaginesa, sob a liderança de Magão, que decidiu a marcha, ter tornado a fuga deles impossível. Os cavalos, entre os quais irrompeu a febre aftosa, tombavam aos montes; outras pestes dizimaram os soldados; o próprio Aníbal perdeu um olho para a infecção. Todavia o objetivo fora alcançado¹⁰⁶ (I, 594-595).

Dificuldades abstratas da viagem se convertem em obstáculos materialmente sensíveis, com informações que, orientando nossa percepção, nos fazem compartilhar o charco inundado e frio, cujos males não poupam nem os combatentes de maior prestígio. Porém, mesmo combalido pela perda da visão, o general não deixaria de arquitetar planos antirromanos que

¹⁰⁵ No original: “durch die Schneeschmelze und die Frühlingsregen so überstaut, daß die Armee vier Tage im Wasser zu marschieren hatte, ohne auch nur zur nächtlichen Rast einen anderen trockenen Platz zu finden, als den das zusammengeschüttelte Gepäck und die gefallenen Saumtiere darboten”.

¹⁰⁶ No original: “Die Truppen litten unsäglich, namentlich das gallische Fußvolk, das hinter dem karthagischen in den schon grundlosen Wegen marschierte; es murrte laut und wäre ohne Zweifel in Masse ausgerissen, wenn nicht die karthagische Reiterei unter Mago, die den Zug beschloß, ihm die Flucht unmöglich gemacht hätte. Die Pferde, unter denen die Klauenseuche ausbrach, fielen haufenweise; andere Seuchen dezimierten die Soldaten; Hannibal selbst verlor infolge einer Entzündung das eine Auge. Indes das Ziel ward erreicht”.

acompanharemos de perto. É o caso do logro com os ruminantes, em que a perspectiva se localiza, clara, com um dêitico:

No entanto, Aníbal ordenou que os soldados de infantaria ligeira escalassem a elevação que se erguia imediatamente junto à estrada e *a partir daqui* soltassem uma quantidade de bois com palha acesa nos chifres de maneira que parecesse o exército cartaginês a se retirar por ali em período noturno e à luz das tochas. O destacamento romano, que bloqueava a estrada, voltando-se e considerando supérflua a proteção da via, seguiu ao largo para a mesma elevação; e na estrada recém-liberada Aníbal passou então com o grosso de seu exército¹⁰⁷ (I, 599, grifo nosso).

O excerto merece o lugar que ocupa na trama por seus componentes teatrais de visualidade: os fochos noturnos se distanciando no horizonte ao passo que a divisão se arrasta em silêncio e na escuridão, bem próximo ao adversário. Ainda outros ingredientes de pintura cênica são sublinhados, por exemplo, ora no fim da revolta itálica de 89 a.C., ora nas refregas contra os partas que vitimaram Marco Licínio Crasso. Depois de uma insurreição que tomou Roma desprevenida, as regiões insubmissas, destroçadas uma a uma, “igualavam-se a um imenso foco de incêndio em extinção; em todo canto, nosso olhar encontrava cinzas, escombros e tições lentamente se apagando; aqui e ali, entre as ruínas, ainda se ataçavam as chamas, mas por todo lado o fogo havia sido contido e em lugar nenhum ainda representava perigo”¹⁰⁸ (II, 244). Não ficou aí explicitado, mas a visão das brasas não deixa de suscitar ao menos a sensação das altas temperaturas; da mesma forma, naquele outro momento, os sentidos vêm ao primeiro plano para reforçar a surpresa preparada:

O relato dos beduínos aliados decidiu a direção da marcha; o exército romano, consistindo de sete legiões, 4 mil cavaleiros e outros 4 mil lançadores e atiradores, voltou-se do Eufrates às planícies incultas do norte da Mesopotâmia. Por longo tempo, o inimigo não se mostrou; apenas a fome e a sede e as areias de um infundo deserto pareciam fazer guarda aos portões do Oriente. Mas, enfim, após reiterados dias de uma marcha extenuante, não muito longe do primeiro rio que o exército romano deveria cruzar, o Belisso (Belik), mostrou-se a primeira cavalaria inimiga. Abgaros e os árabes foram enviados para examinar; as réguas de cavaleiros partos recuaram até ao rio e desapareceram no horizonte, perseguidos por Abgaros e pelos seus. Com paciência, insistiram no retorno deles e numa informação mais acurada. O comandante aguardava aqui para enfim avançar sobre o inimigo eternamente em retirada; o filho dele, o jovem e valente Públio, que havia guerreado sob César na Gália com grande destaque e fora enviado na liderança de uma cavalaria de celtas para participar da Guerra Parta, corroía-se de um impetuoso desejo por batalhas.

¹⁰⁷ No original: “Allein Hannibal hieß seine Leichtbewaffneten die Anhöhen, die unmittelbar neben der Straße sich erhoben, erklimmen und von hier aus eine Anzahl Ochsen mit angezündeten Reiskündeln auf den Hörnern vortreiben, so daß es schien, als zöge dort die karthagische Armee in nächtlicher Weile bei Fackelschein ab. Die römische Abteilung, die die Straße sperrte, sich umgangen und die fernere Deckung der Straße überflüssig wählend, zog sich seitwärts auf dieselben Anhöhen; auf der dadurch freigewordenen Straße zog Hannibal dann mit dem Gros seiner Armee ab”.

¹⁰⁸ No original: “gleich einer erlöschenden ungeheuren Brandstätte; überall traf das Auge auf Asche und Trümmer und verglimmende Brände, hie und da loderte noch zwischen den Ruinen die Flamme empor, aber man war des Feuers überall Meister und nirgend drohte mehr Gefahr”.

Uma vez que os mensageiros não vinham, decidiram-se por seguir adiante e tentar a sorte: o sinal de partida fora dado, o Belisso cruzado, e o exército, depois de uma sesta breve e insuficiente, incentivado a continuar em passo acelerado e sem trégua. Então, subitamente, ressoou em toda parte ao redor deles o timbale dos partas; dos vários lados viam-se tremulando as bandeiras de seda adornadas com ouro e brilhando os elmos de ferro e as bigas sob os raios do escaldante sol de meio-dia; e junto ao vizir estava o príncipe Abgaros com os beduínos. Era tarde demais quando perceberam a rede na qual se haviam entrelaçado. (III, 344)¹⁰⁹

A emboscada, narrada do ponto de vista romano, corre ao ritmo de uma história de espionagem ou aventuras; em sequência, o envio dos emissários, a demora na resposta, a hesitação sobre continuar, o percurso sem sinais do adversário, a revelação final da armadilha; a eles se somam a paisagem de areia, o som dos instrumentos, o brilho das vestes, os cavaleiros surgindo de repente nas planícies arenosas ao redor ou no cume das dunas. A cena, toda ela atulhada de signos que disparam os sentidos, extrai seu efeito de fatos conhecidos há milhares de anos porque os posiciona e os encadeia com finalidade estética.

Apesar de normalmente indireta, a simulação de diálogos deriva do mesmo princípio geral de teatralidade, e sua baixa recorrência indica a força de veto nas fontes, mas também a preciosidade do direito à fala, de que apenas alguns usufruem, como Cícero, Catão, o Senado, emissários, os reis, os generais — personagens em sentido pleno. Nem todos, entretanto, demonstram as maiores habilidades oratórias. Sobre a dificuldade de controlar a muvuca das ruas romanas, lemos o seguinte episódio exemplificativo:

Não foram muitos os que tiveram coragem de repreender a multidão como fizera Cipião Emiliano quando o apuparam por causa da declaração dele sobre a morte do cunhado: “Vós *ai*”, disse ele, “para quem a Itália não é mãe, mas madrastra; calados todos vós!”. E quando bramiram ainda mais alto: “Não fiquéis achando que tenho medo dos libertos que eu mandava em grilhões ao mercado de escravos!”¹¹⁰ (II, 95, grifo nosso).

¹⁰⁹ No original: “Diese Rapporte der befreundeten Beduinen entschieden über die Marschrichtung; das römische Heer, bestehend aus sieben Legionen, 4000 Reitern und 4000 Schleuderern und Schützen, wandte vom Euphrat sich ab und hinein in die unwirtlichen Ebenen des nördlichen Mesopotamiens, Weit und breit zeigte sich kein Feind; nur Hunger und Durst und die endlose Sandwüste schienen Wache zu halten an den Pforten des Ostens. Endlich nach vieltägigem mühseligen Marsch, unweit des ersten Flusses, den das römische Heer zu überschreiten hatte, des Balissos (Belik), zeigten sich die ersten feindlichen Reiter. Abgaros mit seinen Arabern ward ausgesandt um zu kundschaften; die parthischen Reiterscharen wichen zurück bis an und über den Fluß und verschwanden in der Ferne, verfolgt von Abgaros und den Seinen. Ungeduldig harrte man auf die Rückkehr desselben und auf genauere Kundschaft. Der Feldherr hoffte hier endlich an den ewig zurückweichenden Feind zu kommen; sein junger tapferer Sohn Publius, der mit der größten Auszeichnung in Gallien unter Caesar gefochten hatte und von diesem an der Spitze einer keltischen Reiterschar zur Teilnahme an dem Parthischen Kriege entsandt worden war, brannte vor stürmischer Kampflust. Da keine Botschaft kam, entschloß man sich auf gut Glück vorwärts zu gehen: das Zeichen zum Aufbruch ward gegeben, der Balissos überschritten, das Heer nach kurzer ungenügender Mittagsrast ohne Aufenthalt im Sturmschritt weiter geführt. Da erschollen plötzlich rings umher die Kesselpauken der Parther; auf allen Seiten sah man ihre seidenen goldgestickten Fahnen flattern, ihre Eisenhelme und Panzer im Strahl der heißen Mittagssonne glänzen; und neben dem Vezier hielt Fürst Abgaros mit seinen Beduinen”.

¹¹⁰ No original: “Nicht viele hatten den Mut die Haufen anzuherrschen, wie es Scipio Aemilianus tat, als sie wegen seiner Äußerung über den Tod seines Schwagers ihn auszischten: ihr da, sprach er, denen Italien nicht

O discurso alicerça-se na oposição entre o *aqui*, da tribuna, elevada, e o *lá* ou *aí*, do piso no Fórum Romano, entre o senhor de escravizados e os libertos, que não eram em número ínfimo; as divergências ressaltadas nessa agressiva reação do orador reproduzem, além da cisão entre os mundos aristocrático e popular, principalmente uma personalidade e suas idiosincrasias; ao falar, Cipião revela quem é de verdade. Afora aqueles que costumamos ver nos livros tradicionais de história, há ainda pelo menos uma mulher nessa lista a quem se concede a intervenção oral. Na última das Guerras Púnicas, que só será abordada no segundo volume, depois que os descendentes dos fenícios são invadidos e os soldados barbarizam Cartago, o comandante local, a mulher dele, os dois filhos e novecentos desertores romanos se refugiam no santuário de Esculápio.

Mas então, quando, padecendo de fome, os mais decididos entre eles atearam fogo no templo, Asdrúbal não aguentou ver a morte diante de si; correu sozinho ao vencedor e pediu, ajoelhado, para viver. Fora-lhe concedido; mas, assim que a esposa, que se encontrava com as crianças sob o restante do teto, fitou-o aos pés de Cipião, o coração orgulhoso inflamou-se nela em relação à desonra de tão cara e decaída pátria; e, lembrando ao marido com acerbas palavras que poupasse sua vida com afinco, atirou primeiro as crianças, depois a si própria nas chamas. A luta havia chegado ao fim.¹¹¹ (II, 36-37)

Tal humilhação desesperada do soberano cartaginês perante Roma e a posição honrosa e nacionalista da mulher sem nome caracterizam ao mesmo tempo seres humanos específicos e os contrastes internos do Estado que o levaram à falência: o partido nacionalista, não admitindo a cooperação com a potência estrangeira, prefere a aniquilação total à submissão; os bárbaros cartagineses só resistiram por tanto tempo e foram uma real ameaça à sobrevivência romana por guardarem em seu íntimo algo da honra e do brilho patrióticos — valores que parecem, na concepção do autor, fulcrais para a construção de um país. O sentido de nacional, tão importante ao século XIX, se materializa na mulher que se atira à fogueira junto com os filhos. Mas, conquanto pujante recurso que corporifica vidas passadas, o diálogo não é a única ferramenta possível, nem mesmo a única empregada para tanto. No festim entre Sertório e o aliado Marco Perpenna Ventão, Mommsen procede de maneira diferente:

Mutter ist sondern Stiefmutter, ihr habt zu schweigen! und da sie noch lauter tobten: ihr meint doch nicht, daß ich die losgebunden fürchten werde, die ich in Ketten auf den Sklavenmarkt geschickt habe?!”

¹¹¹ No original: “Aber als nun, dem Hunger erliegend, die entschlossensten unter ihnen den Tempel anzündeten, ertrug Hasdrubal es nicht dem Tode ins Auge zu sehen; einzeln entrann er zu dem Sieger und bat kniefällig um sein Leben. Es ward ihm gewährt; aber wie seine Gattin, die mit ihren Kindern unter den übrigen auf dem Tempeldach sich befand, ihn zu den Füßen Scipios erblickte, schwoll ihr das stolze Herz über diese Schändung der teuren untergehenden Heimat und den Gemahl mit bitteren Worten erinnernd seines Lebens sorglich zu schonen, stürzte sie erst die Söhne und dann sich selber in die Flammen. Der Kampf war zu Ende”.

Estamos no quartel-general em Osca. Aqui, no evento de Perpenna, relataram ao general a fulgurante vitória que as tropas haviam amealhado; e no banquete de comemoração à vitória oferecido por Perpenna compareceu também Sertório, acompanhado, como era de sua praxe, pelo séquito de espanhóis. Contra o costume no quartel dos sertorianos a festividade se transformara logo num bacanal; conversas torpes cortavam a mesa, e parecia que alguns dos convidados procuravam a oportunidade para começar uma altercação; Sertório debandou para o leito e parecia querer abafar o barulho. Então uma taça tilintou ao chão: Perpenna deu o sinal combinado. Marco Antônio, vizinho de Sertório à mesa, desferiu a primeira estocada contra ele, e então o atingido se virou e tentou se endireitar, quando os assassinos desabaram sobre ele e o seguraram, até que o último dos comensais, todos participantes da conspiração, se unisse aos circundantes e perfurasse o indefeso general agarrado por ambos os braços. (III, 37)¹¹²

Nosso olhar e nossos ouvidos são conduzidos à taça que cai, fazendo barulho, como símbolo da conspiração e como gancho também para a presença física de Sertório, que logo receberá facadas de todos os presentes. Os leitores presenciaram a execução de alguém cuja gênese puderam acompanhar. É que o radical — assim como, por exemplo, Marco Lépido, os quais dão nome ao mesmo capítulo — havia passado em páginas anteriores por uma figuração direta, um tanto mais pormenorizada, que o recortara do fundo comum. Nessas circunstâncias, a morte terá ainda mais apelo emotivo pelo vínculo prévio com quem lê e desencadeará ou a felicidade por uma punição ansiada ou a catarse de um destino trágico. Cria-se aí uma corporalidade individualizada, atada não só a uma nomenclatura, mas também a uma vivência única. É das grandes forças desta obra que humanos tenham de lidar com questões humanas num tempo historicamente humano — ou, adjetivando com mirada crítica como faz não sem alguma razão a historiografia do século XX, que os grandes homens movam a história por meio de grandes feitos. De nosso ponto de vista, porém, preferimos tratá-la, em verdade, como a concretização do programa que, desde pelo menos os românticos, introduziu-se na literatura alemã: o novo produto literário em prosa do Oitocentos performa o embate entre um “eu”, que se vai revelando diante dos olhos do leitor, e uma realidade sensória, empírica, histórica, onde se encontram a sociedade e os aparatos estatais; por isso acreditava a teoria do gênero à época que todo romance fosse em essência formação de caráter — isto é, *Bildung*,

¹¹² No original: “Man befand sich im Hauptquartier zu Osca. Hier ward auf Perpennas Veranstaltung dem Feldherrn ein glänzender Sieg berichtet, den seine Truppen erfochten hätten; und bei der zur Feier dieses Sieges von Perpenna veranstalteten festlichen Mahlzeit erschien denn auch Sertorius, begleitet, wie er pflegte, von seinem spanischen Gefolge. Gegen den sonstigen Brauch im Sertorianischen Hauptquartier ward das Fest bald zum Bacchanal; wüste Reden flogen über den Tisch und es schien, als wenn einige der Gäste Gelegenheit suchten einen Wortwechsel zu beginnen; Sertorius warf sich auf seinem Lager zurück und schien den Lärm überhören zu wollen. Da klirrte eine Trinkschale auf den Boden: Perpenna gab das verabredete Zeichen. Marcus Antonius, Sertorius’ Nachbar bei Tische, führte den ersten Streich gegen ihn, und da der Getroffene sich umwandte und sich aufzurichten versuchte, stürzte der Mörder sich über ihn und hielt ihn nieder, bis die übrigen Tischgäste, sämtlich Teilnehmer der Verschwörung, sich auf die Ringenden warfen und den wehrlosen an beiden Armen festgehaltenen Feldherrn erstachen”.

termo que se notabilizou como conceito-chave a partir de 1827 (Hillebrand, 1993, p. 199) — e, portanto, antes de tudo, sempre *Bildungsroman* e instrução para o exercício da racionalidade (Hillebrand, 1993).¹¹³ Logo, é coerente que se erija então uma galeria de tipos os mais diversos: Viriato, o bárbaro lusitano, Espártaco, o gladiador trácio, e o trio Amílcar, Aníbal, Asdrúbal, de Cartago, por exemplo, obtêm certa dimensionalidade e ombreiam-se tanto com insignificâncias romanas quanto com os que exercem maior força gravitacional por sua ingerência na política. Estes são apresentados seguindo um roteiro — que antes já apontamos na formulação triádica de Goethe (2006a) e que Vretska (1955) também rastreia na historiografia antiga, fontes de onde Mommsen bebe — através do qual se inventariam a origem, o corpo e seus particularismos, as disposições de espírito, a educação e o crescimento desde a juventude, a personalidade conjugando aspectos materiais e emocionais, a relação com seu entorno, o que ajuda a esclarecer os atos que pratica. Três figurações suficientemente extensas darão conta de revelar as tensões latentes entre o “eu” e o “mundo” e as diferenças que formarão o contraponto necessário com o César do final.

2.3.3 As personalidades da história romana: Mário, Sula e Caio Graco em contraste com César

Depois de Caio Mário, o reformador das legiões, discutiremos Lúcio Cornélio Sula, o cônsul que desistiu de governar, e Caio Graco, o revolucionário democrata; os três foram escolhidos porque, a despeito do matiz político diferente (Graco, radical de esquerda; Mário, do partido popular; e Sula, conservador), são todos eles sinônimos de uma inabilidade exterior derivada dos ditames interiores de cada personalidade. Na primeira caracterização, que, assim como as outras duas, pode ser lida integralmente nos anexos a esta dissertação, está tudo ali: a infância numa vila pobre (“Cresceu junto ao arado, em circunstâncias de tanta escassez”¹¹⁴, II, 189), a educação rude do campo (“aprendeu desde cedo, o que em seguida aplicaria como general, a dormir no chão duro e a aguentar fome e sede, calor do sol e frio do inverno”¹¹⁵, II, 189), os vestígios pelo corpo que delatam o bravo militar (“honradas cicatrizes e insígnias da guerra”¹¹⁶, II, 189), a voz e a aparência incompatíveis com o refinamento no centro cosmopolita (“A voz continuou rude e alta; o olhar, bravio, como se ainda visse diante de si

¹¹³ Teremos a oportunidade de observar no próximo capítulo como a figuração mommseniana não se confunde de imediato à construção de personagens no romance e também adota procedimentos da teatralidade e do drama.

¹¹⁴ No original: “Beim Pfluge war er aufgekommen, in so dürftigen Verhältnissen”.

¹¹⁵ No original: “er lernte früh, was er später noch als Feldherr übte, Hunger und Durst, Sonnenbrand und Winterkälte ertragen und auf der harten Erde schlafen”.

¹¹⁶ No original: “ehreivollen Narben und kriegerischen Abzeichen”.

líbrios e cimbrós, e não colegas bem-nascidos e perfumados”¹¹⁷, II, 190), a envergadura moral que se constringe com as corrupções da aristocracia (“E não era apenas [...] um homem pobre, mas também, o que era pior ainda, sóbrio e declarado inimigo de qualquer corrupção ou conluio”¹¹⁸, II, 190), o deslocamento involuntário à oposição (“muito mais que um trabalho dele mesmo, a consequência da impreterível força das circunstâncias e das necessidades gerais da oposição por um líder”¹¹⁹, II, 191), a singeleza de maneiras e um certo deslumbramento com o luxo (“que mandasse forjar uma taça — e não das menores — para si conforme o modelo da de Baco”¹²⁰, II, 191). Esse preâmbulo se antepõe e justifica os limites das reformas marianas, em que entram no exército novas classes sociais, acabam-se as diferenças entre as armas e as qualificações para servir, mudam-se as divisões das legiões, inaugura-se uma guarda pretoriana com soldo e renome maiores; além disso, comentam-se também as alterações na legislação civil repartindo terras, retomando a imigração e atacando o desabastecimento na capital: Mário havia sedimentado o terreno à monarquia militar, mas “faltava unicamente o monarca”¹²¹ (II, 196). O traquejo político inexistente — o homem do campo desalojado na cidade — inviabiliza a metamorfose existencial de que Roma precisava, porque ele nutria antes uma “ambição de camponês, que alcançou a nobreza por títulos e até conseguiu sobrepujá-la, mas não a do estadista, que quer governar porque sente em si o pendor para tal; que toda empreitada construída a partir de sua personalidade política estava fadada necessariamente ao fracasso, mesmo em circunstâncias de todo favoráveis”¹²² (II, 204). Nesse ponto, história e figuração literária se cruzam; a personalidade de Mário não está à altura do desafio que a aristocracia governante e corrupta impõe a ele. Submetidos todos os demais obstáculos ao mesmo mecanismo, o personagem será tragado pelas contradições que é incapaz de solucionar. A morte dele, narrada no capítulo seguinte, recupera o mote do isolamento melancólico de um homem visto como liderança de raivosos revolucionários:

¹¹⁷ No original: “Seine Stimme blieb rau und laut, sein Blick wild, als sähe er noch Libyer oder Kimbrer vor sich und nicht wohlerzogene und parfümierte Kollegen”.

¹¹⁸ No original: “Er war nicht bloß [...] ein armer Mann, sondern, was schlimmer war, genügsam und ein abgesagter Feind aller Bestechung und Durchstecherei”.

¹¹⁹ No original: “es war dies weit mehr die Folge der zwingenden Gewalt der Verhältnisse und des allgemeinen Bedürfnisses der Opposition nach einem Haupte als sein eigenes Werk”.

¹²⁰ No original: “sich für seinen Gebrauch einen Becher — keinen von den kleinsten — nach dem Muster des Bakchischen fertigen ließ”.

¹²¹ No original: “es fehlte einzig an dem Monarchen”.

¹²² No original: “Ehrgeiz der des Bauern war, der den Adligen an Titeln erreichen und womöglich überbieten möchte, nicht aber der des Staatsmanns, der regieren will, weil er dazu in sich die Kraft fühlt; daß jedes Unternehmen, welches auf seine politische Persönlichkeit gebaut war, auch unter den sonst günstigsten Verhältnissen notwendig an ihm selber scheitern mußte”.

Passava os dias como em delírio; e às noites a tranquilidade se esquivava de seu leito, de maneira que virava taça atrás de taça apenas para se entorpecer. Uma ardorosa febre o capturou; após uma semana de convalescença, em que fantasiava desatinadamente travar nas paisagens da Ásia Menor combates cuja coroa de louros estava destinada a Sula, tornou-se em 13 de janeiro de 668 (86 a.C.) um cadáver. Morreu aos setenta, em total posse do que dizia ser poder e honra e na própria cama¹²³ (II, 314).

Já um de seus adversários mais renhidos também tem uma morte silenciosa, mas por outras razões. Sula ganha largo espaço de figuração porque representa uma reação conservadora — que salvou o Estado da anarquia total desencadeada desde os Graco — e a impossibilidade de avançar em direção à síntese das forças em disputa por não ter a essência de que o espírito do tempo necessitava. No próprio rosto do general, aflora o caráter sanguíneo (“tez de notável alvura mas ruborescida a cada gesto ardente”¹²⁴, II, 367), desdobrado no fervor do copo (“Prestava homenagens arrebatadas à bebedeira”¹²⁵, II, 368), no amor ao teatro (“amava compartilhar vinho não apenas com Quinto Rócio, um Talma romano, mas também com gente de teatro muito mais humilde”¹²⁶, II, 368) e na sociabilidade entre a soldadesca (“era bem-vindo como agradável companheiro e bom camarada”¹²⁷, II, 368). Esse sujeito de “olhos azuis, loiro [...], homem de beleza e arrebatado olhar”¹²⁸ (II, 367), será levado também pelas circunstâncias, assim como Mário, a lugar de proa na história: enquanto a oligarquia empurrou o mais velho, foi Afrodite quem ajudou o mais novo; e, oscilando entre a fé na inevitabilidade do acaso e a descrença nas superstições comuns (II, 369), careceu Sula do auxílio divino porque não tinha a “ambição metódica [planmäßige Ehrgeiz]” (I, 370) de muitos dos seus coetâneos. Daí a passagem pelo poder absoluto em Roma não resultar em obra de genialidade, e sim numa execução ainda que bastante bem realizada de concepções jurídico-administrativas que, vindo desde muito em desenvolvimento, foram apenas aprofundadas: “Sula é muito menos responsável pela restauração sulana do que a aristocracia decadente como um todo, que governava havia séculos feito uma camarilha e a cada ano com uma enervação e uma persistência caducas, e que tudo o que era insípido e tudo o que era

¹²³ No original: “Wie im Taumel vergingen ihm die Tage und des Nachts versagte ihm seine Lagerstatt die Ruhe, so daß er zum Becher griff um nur sich zu betäuben. Ein hitziges Fieber ergriff ihn; nach siebentägigem Krankenlager, in dessen wilden Phantasien er auf den kleinasiatischen Gefilden die Schlachten schlug, deren Lorbeer Sulla bestimmt war, am 13. Jan. 668 [86] war er eine Leiche. Er starb über siebzig Jahr alt im Vollbesitz dessen, was er Macht und Ehre nannte, und in seinem Bette”.

¹²⁴ No original: “von auffallend weißer, aber bei jeder leidenschaftlichen Bewegung sich rötender Gesichtsfarbe”.

¹²⁵ No original: “huldigte er dem Becher”.

¹²⁶ No original: “liebte es nicht bloß mit Quintus Roscius, dem römischen Talma, sondern auch mit viel geringeren Bühnenleuten beim Weine zu sitzen”.

¹²⁷ No original: “war er gleich willkommen als angenehmer Gesellschafter und guter Kamerad”.

¹²⁸ No original: “blauäugig, blond [...], ein schöner feurig blickender Mann”.

infame ali remetia, em última instância, a ela”¹²⁹ (II, 372). O temperamento desse “Dom Juan da política [Don Juan der Politik]” (II, 376) atrapalhava a atuação dele, seja quando tomava medidas que se baseavam em aversão ou afeição, como revelam as recompensas concedidas somente pela amizade a nomes de pequeníssimo merecimento (II, 375), seja quando, mesmo ainda tendo muito a fazer, preferiu a tranquilidade de uma vila em Cumae (II, 376). Gastou o tempo que lhe restava de vida pescando e escrevendo as memórias, também incompletas pela hemorragia súbita que o garantiu a morte. Uma “leviandade meio irônica [halb ironische Leichtfertigkeit]” (II, 376) que o orientava como gestor, uma “indiferença quase indesculpável [kaum verzeihlicheren Indifferentismus]” (II, 375) que somava benevolência a crueldade nas ações dele, um desejo mais pelos prazeres da vida que pelos alvoroços do parlamento (II, 367), tudo isso culmina no início de 79 a.C., quando vai ao Fórum e declara que está abdicando da vida pública: “Todos calaram; Sula desceu da tribuna e, a pé, apenas acompanhado pelos seus, retornou para casa em meio àquele mesmo populacho que oito anos antes havia arrasado sua moradia”¹³⁰ (II, 367). Nessa encenação narrativa, a imagem de um Sula a pé enfatiza a coragem aliada à indiferença brutal; já na comparação com Oliver Cromwell (1599-1658), homem da nobreza agrária que encampou um exército patrocinado pela burguesia para se insurgir contra a realeza na Inglaterra do século XVII, além de apontar para um tempo extradiagético, pinta-se Sula historicamente com as mesmas tintas de uma guerra civil, de uma República ditatorial, de privilégios feudais enfraquecidos ou dissolvidos, de uma aristocracia em queda e uma burguesia em ascensão, apenas pacificada com compromissos transversais como aconteceu naquele país — mas que em Roma não virá através dele. E há, sem dúvidas, uma melancolia mommseniana na teatralização do grandioso funeral, com o cortejo de combatentes saudosos reunidos ao longo do caminho, a fogueira para a cremação no Campo de Marte, o desfile dos militares que o homenageiam e as mulheres que aparecem para lamentar sua partida (II, 377).

A antipatia aberta que Mommsen cultivava contra o partido dos populares não autoriza que ele olhe para os Graco com o mesmo detalhamento que empenhou aos outros dois citados antes; a corporalidade aparece apenas na morte do mais novo dos irmãos, precisamente no

¹²⁹ No original: “daß weit weniger Sulla die Sullanische Restauration zu verantworten hat als die seit Jahrhunderten als Clique regierende und mit jedem Jahr mehr der greisenhaften Entnervung und Verbissenheit verfallende römische Aristokratie insgesamt, und daß alles was darin schal und alles was darin verrucht ist am letzten Ende auf diese zurückfällt”.

¹³⁰ No original: “Alles schwieg; Silla stieg herab von der Rednerbühne und zu Fuß, nur von den Seinigen begleitet, ging er mitten durch ebenjenen Pöbel, der ihm vor acht Jahren das Haus geschleift hatte, zurück seiner Wohnung”.

momento da queda trágica e violenta, frisando assim a relação intrínseca do personagem com a anarquia. A preocupação do autor reside na remodelagem a que o Estado é submetido nessa época; os grãos subvencionados à população da capital, a mudança na ordem de votação das centúrias nos comícios, a retomada da comissão para repartir terras aos pobres, o envio de trabalhadores para povoar as colônias, as reformas nos códigos de processo civil e penal foram encaminhadas por Graco a partir de sua entrada no tribunato popular em 123 a.C. com um único objetivo: vingança (II, 104). Ele, brilhante orador mas tomado de constante cólera (II, 104), queria a ruína daquelas pessoas e famílias que lhe mataram Tibério, pela tentativa deste em aplicar o programa político que Caio, por seu turno, tentará honrar. Para tanto, faria o que fosse necessário. “‘Não haverá para mim’, escreveu à mãe, ‘nada mais belo e magnífico do que recompensar o inimigo o quanto puder sem levar a pátria à destruição. Não sendo possível, nossos inimigos podem continuar existindo e sendo o que são, o que é mil vezes preferível a prejudicar a pátria.’ Cornélia conhecia o filho; o credo dele era o exato oposto”¹³¹ (II, 104). As alterações legislativas graquianas, tão penetrantes a ponto de parecerem uma nova constituição, mitigavam o problema fundiário romano e, ao mesmo tempo, atendiam aos interesses da cavalaria, especuladores capitalistas que lucrariam com a derrocada dos latifundiários como chefes do Senado (II, 109); por meio de Graco, acabam se incorporando ao Estado em funções no sistema de justiça (II, 112). Mas a reboque viria também o grupo de proletários sem nada a perder. Nesse sentido, o tribuno era um “incendiário político [politischer Brandstifter]” (II, 117), que desencadeou uma revolução de cem anos e a mais completa anomia social. Movido por sentimentos demasiadamente humanos, Graco não conseguirá conter a força da nobreza, que surgiria em plenitude com o cônsul Lúcio Opímio e os tribunos Lívio Druso e Marco Minúcio Rufo; a agitação nas ruas conclamada pelo revolucionário contra a tentativa de desfazer seu programa ganha máxima voltagem com a morte de Quinto Antílio, servo de Opímio, e a autorização do Senado para que o cônsul agisse como achasse conveniente. Marco Flaco fugiu com o filho, mas a milícia senatorial conseguiu encontrá-los pela última vez; já Graco

agiu para tentar fugir pela outra margem do Tibre; porém, ao descer o monte às carreiras, tropeçou e machucou o pé. Para lhe darem tempo à fuga, os dois acompanhantes dele [...] se lançaram diante dos perseguidores e foram massacrados; Graco, então, acompanhado apenas pelo escravo Euporo, chegou à

¹³¹ No original: “‘Auch mir’, schrieb ihm seine Mutter, ‘scheint nichts schöner und herrlicher als dem Feinde zu vergelten, wofern dies geschehen kann, ohne daß das Vaterland zu Grunde geht. Ist aber dies nicht möglich, da mögen unsere Feinde bestehen und bleiben was sie sind, tausendmal lieber als daß das Vaterland verderbe.’ Cornelia kannte ihren Sohn; sein Glaubensbekenntnis war eben das Gegenteil”.

periferia da cidade, à margem direita do Tibre. Aqui, no arvoredo de Furrina, foram encontrados os dois corpos; parece que o escravo primeiro deu cabo do senhor e depois de si mesmo. [...] O corpo dos mortos foi jogado no rio, e as casas do líder entregues ao saque da multidão¹³² (II, 124).

O pé machucado na tensa perseguição, um suicídio desonroso através do escravo e o descarte dos cadáveres diminuem ainda mais qualquer grandiosidade do “extremista”, punido, assim como Sertório e todos os outros do mesmo perfil político, em última instância por suas aspirações equívocas e pela tentativa de sobrepor a própria individualidade ao coletivo; a teatralização do fim, com um manejo de luz ou, quase poderíamos dizer, um corte cinematográfico abrupto, nos embrenha *aqui* em Furrina para achar os corpos e encerrar uma vida de insurreições da maneira mais degradante e apequenada. Se não Mário, com sua ambição caipira e deslumbrada, nem Sula, falto da ambição metódica, nem Graco, animado pela ambição da vingança, quem seria então o executor do espírito do tempo?

¹³² No original: “ließ sich bewegen einen Versuch zu machen nach dem andern Ufer der Tiber zu entkommen; allein den Berg hinabstürzte er und verstauchte sich den Fuß. Ihm Zeit zum Entrinnen zu geben, warfen seine beiden Begleiter [...] den Verfolgern sich entgegen und ließen sich niedermachen; so gelangte Gracchus, nur von seinem Sklaven Euporus begleitet, in die Vorstadt am rechten Ufer der Tiber. Hier im Hain der Furrina fand man später die beiden Leichen; es schien, als habe der Sklave zuerst dem Herrn und dann sich selber den Tod gegeben. [...] Die Körper der Getöteten wurden in den Fluß geworfen, die Häuser der Führer zur Plünderung der Menge preisgegeben”.

CAPÍTULO III | CÉSAR

3.1 INTRODUÇÃO

Se a performatividade havia antes sido empregada por Mommsen na encenação narrativa para descredibilizar as cabeças inábeis que desfilavam no teatro do poder romano, agora a figuração dedicada a César, empunhando as mesmas armas, moldará o homem a ponto de epitomizar nele a destreza política, a aderência ao poder e a revolução monárquica e democrática que amalgamava *Zeitgeist* e interesses pessoais, num claro e definitivo contraste com os predecessores. Talhado e circunscrito pelas fontes historiográficas e sua necessária *exterioridade*, esse indivíduo histórico-mundial hegeliano será mais bem compreendido se, em nossa língua, a tradução que se centre no capítulo 11 do livro 5 de *Römische Geschichte* levar em conta o ferramental que presidiu à sua criação; exterior e presentificável, a visualização, possibilitando imaginar uma cena prototípica a partir dos elementos fornecidos pelo original (Kussmaul, 2015), e a performatividade, em que o tradutor está consciente de sua posição e assume papel duplo de receptor e emissor (Agnetta, 2021a), cabem como nosso método tradutológico não mais para atingir o “âmago do tempo [Nerv der Zeit]” (Rebenich, 2002, p. 95) e provocar os mesmos efeitos operados na sociedade alemã oitocentista, mas para satisfazer outro propósito: distante à publicação dos anos 1850 e às demandas político-culturais da época, o produto dos nossos esforços tanto transmitirá apenas a *informação* de uma *informação* (Reiss; Vermeer, 1984) quanto sinalizará, ao modo documentário (Nord, 2018), as qualidades literárias que distinguiram o autor como ensaísta histórico; ao final, o leitor estará devidamente instruído sobre o pensamento dele a respeito do líder militar e fruirá uma leitura que reconstrói as particularidades da dicção autoral. Nos planos do meio e da mensagem, as escolhas zelam para salientar os imperativos ideológicos presentes à feitura do texto na língua de partida. Teremos sido felizes¹³³ no processo, teremos alcançado alguma força performativa, teremos gerado ao menos certo impacto perlocutório em quem nos lê se o resultado deixar transparentes os limites do pensamento liberal no seu nascedouro e uma erudição que não visava agradar ao “grande público”, a quem “gregos e romanos não são nada além do que, para nós, os enótrios e os lélegos”¹³⁴ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 624), mas mostrar Roma “em toda a sua imagem [in ganzer Figur]” ao “pequeno público”, aquele

¹³³ Remetemos aqui ao conceito de Austin (2020), segundo o qual é “feliz [happy]” o enunciado quando algumas condições tiverem sido cumpridas.

¹³⁴ No original: “Griechen und Römer nichts andres sein als uns Oenotrer und Leleger”.

“que, de algum canto, já fitou o antigo ente”¹³⁵ (Mommsen *apud* Wickert, 1969, p. 624). Em outras palavras, defendemos que o livro, em geral, e o capítulo selecionado, em particular, pintados com tintas performativas e encenando uma narração visual e exterior na criação dos personagens a partir das fontes, estará em plena consonância com uma abordagem tradutória também performativa, visual e exterior.

3.2 A PERFORMATIVIDADE NA CRIAÇÃO DE PERSONAGENS EM MOMMSEN

3.2.1 A encenação a partir da fonte historiográfica: o personagem histórico-mundial hegeliano no drama histórico romano

O percurso que, nesta pesquisa, leva do texto historiográfico à tradução performativa, passando pela criação de personagem, começa nas *fontes*, entre cujos atributos três principais referendam nossa argumentação: a) foco na ação humana; b) capacidade de produzir enunciados sobre o mundo; c) controle do imaginário historiográfico. Todo o arcabouço oriundo do passado se classifica ou como vestígio ou como relato, ambos mantendo nexos estreitos com a ação (Hüttenberger, 1992); a atividade de nossos semelhantes ao longo do tempo e pelo espaço nos legou, por um lado, pistas diretas e, por outro, narrações intermediárias, que podem ajudar a decifrar e a recompor acontecimentos antigos com alguma coerência. Mesmo cartas ou diários, produções de caráter pessoal em que a autoria elabora sobre si e sobre os outros, exteriorizam uma vida interna sempre afetada pelo meio que a circunda e pelas relações sociais travadas, enquanto produzem resíduos do próprio ato da escrita e de sua intencionalidade. Às vezes mais fragmentários, às vezes mais íntegros, os testemunhos e o universo material dos antigos nos facultam acessá-los porque, sendo “máquinas de discurso”, tomam a palavra, posicionam-se e respondem quando questionados; mas, após falarem, consegue-se apenas uma compreensão incompleta, mediada e inferencial do que decidem confessar e do que escolhem omitir — ainda que os documentos com propósito explicativo possam oferecer “cores à superfície, transições e linhas de contato”¹³⁶ ao historiador, mais do que somente o “pontilhismo” dos restos involuntários (Brandt, 1958, p. 61). Tais lacunas inevitáveis não serão preenchidas pela representação historiográfica de modo arbitrário, mas sob o domínio que as próprias fontes exercem no trabalho de quem as investiga, excluindo o que seja incompatível com o que está registrado sem, no entanto,

¹³⁵ No original: “das von irgendeiner Ecke schon in das alte Wesen hineingeschaut hat”.

¹³⁶ No original: “Das aus Überresten gewonnene Bild kann mithin immer nur ‘pointillistischen’ Charakter haben, das Bild der Tradition kann auch Flächenfarbe, Übergänge und Verbindungslinien darbieten”.

prescrever o conteúdo do que deve ser dito (Koselleck, 1989, p. 153); assim, elas abrem o campo a uma criatividade restrita e cerceada. Esse poder de veto é em parte o que torna não o passado em si, mas a “ficção do factual [Fiktion des Faktischen]” o verdadeiro objeto da historiografia (Koselleck, 1989). É por tudo isso que o profissional da área analisa as fontes da mesma forma que os seres humanos tentam penetrar a realidade cotidiana e conhecer as personalidades que habitam nela: damos sentido ao caráter das pessoas com quem convivemos por suas ações e falas, isto é, pelo que apresentam de mais *exterior*, e intuimos a partir daí, com maior ou menor grau de precisão, o que nos é vedado, ou seja, seu funcionamento *interior*.

Contrariamente às obras da épica e da lírica, a performance e o texto dramáticos consolidam entre público e personagem relação análoga à do historiador diante dos resquícios do passado — e, em última instância, à de um sujeito cognoscente confrontado à vida empírica. Isso porque as figuras do palco são essencialmente elementos de ação: somente através de atos exteriores é que a dramaturgia e a direção podem exhibir e explicar à plateia ou ao leitorado um estado de espírito em “episódios significativos, [...] incidentes característicos, que fixem objetivamente a psicologia da personagem” (Prado, 2018, p. 92); sem isso, ou seja, sem um ator que fale e se mova, sem uma fabricação literária com palavras — uma artista muda, sentada por duas horas numa cadeira, é ainda teatro e performance, mas não trama —, seria impossível qualquer tipo de mimesis, porque figuras teatrais, quando comparadas às dos romances, são meros “ossos”, que se individualizam pelo que querem, pelos embates nos quais se envolvem e pelo que fazem ou se dispõem a fazer para atingir esse objetivo (Ball, 2014, p. 93); cada corpo ou nome que entra numa peça e se imbrica num enredo, em maior ou menor grau, indicia o entrelaçamento entre uma imagem do humano ligada à época, uma concepção de personagem e uma forma específica de representá-la (Greiner, 1982, p. 19); num jogo de presença e ausência, claro e escuro, se revelam em fragmentos, carentes de um narrador que geografe o âmbito “biográfico-genético [biographisch-genetischen]” e o “escopo interno de sua consciência [Innenraum ihres Bewußtseins]” (Pfister, 2001, p. 223); a missão da voz narrativa aqui é trocada “justamente pela função limitada à criação de figuras” (Hamburger, 2013, p. 146), entre as quais a matéria do drama se distribui numa expressão da objetividade, da reificabilidade e do perfil inacabado dessas criaturas, aproximando-as da realidade física e histórica; dessa maneira, a trama não pode pressupor, como na épica, uma visão de mundo totalizante, que se ramifica e se expande quase ao infinito, mas, ao contrário, deve residir na unidade e na coerência entre temperamento singular, condições concretas ali estabelecidas e etapas acionais que desaguam num choque conflitante, porque, como leciona

Hegel (1990, p. 491) nos *Cursos de estética*, o “dramático é, afinal, a expressão dos indivíduos na luta de seus interesses e na divergência de seus caracteres e paixões”¹³⁷. Mas é, enfim, Lukács (2015) quem melhor articula os planos estético e social quando mapeia os pontos de confluência entre a figura no drama de cariz historiográfico do século XIX e o indivíduo histórico-mundial hegeliano: assim como este concretiza, no fluxo do tempo, as forças gerais de uma época perseguindo seus desejos particulares, também o personagem, quase predestinado à agência confrontativa tanto por pendores internos quanto pelas situações que o impelem a topar-se com opositores, expressa em si e numa contínua tentativa de superar a crise “o conteúdo dramático interior da época [...] de maneira adequada” e um “resumo geral, social, histórico e humano do conflito, sem perder seu caráter imediato e pessoal”.

A dimensão que César conquista nos *Cursos de filosofia da história*, de Hegel (1994), é reaproveitada de modo estetizado em Mommsen; mas a personalidade alçada neste à categoria de herói não se confunde, na construção, com a pura personagem teatral nem com a figura erigida na prosa, porque o trabalho performativo na redação historiográfica segue perspectiva diversa. Enquanto o dramático soma lírico e épico na sua receita, conservando do primeiro a camada interior da consciência e do segundo a objetividade dos desenvolvimentos exteriores (Hegel, 1990, p. 490), o histórico na obra estudada, por sua vez, mistura dramático e épico para mover a linha temporal. Não se aventurando pela “combinação de estilos” nem pela “diversidade de linguagens” que o romance demanda para se constituir em “heterodiscurso” (Bakhtin, 2015, p. 29), a instância narrativa, menos uma exclusividade épica que uma função preenchida de outras formas no drama (Zymner, 2013, p. 60), presentifica, como na performance dramática, as ocorrências do passado, apresentando os episódios como se eles estivessem sendo revividos novamente diante do leitor, porém, em maior consonância com o épico, manipula os tempos da enunciação e da matéria enunciada para acelerar, retardar, comprimir e distorcer os componentes em prol de uma configuração não capturável no palco; as diferentes vozes incorporadas em geral silenciosamente a partir das fontes facilitam a mudança de perspectiva e focalização, ajudando o narrador a colocar-se, quando útil, numa posição pessoal¹³⁸ em relação às personagens; estas, veículos imprescindíveis da intriga, fatores de tensão e essência de uma época, encarnam a costura dentro-fora num processo que, assim como no teatro, costuma se exhibir *in medias res*, quando as atitudes

¹³⁷ No original: “Das eigentlich *Dramatische* endlich ist das Aussprechen der Individuen in dem Kampf ihrer Interessen und dem Zwiespalt ihrer Charaktere und Leidenschaften”.

¹³⁸ Emprego a categorização de Genette (2010), que argumenta ser esse “pessoal”, ou “interno”, também possível por meio do narrador; “a personagem percebeu” ou “eu percebi” estão, portanto, integrados no mesmo conceito.

exteriores complexificam e dinamizam aptidões potenciais que aquele nome já carrega. As figurações historiográficas neste caso, ao recuperarem a infância e a juventude de alguém, atrelam esses anos de aprendizado à apresentação e à justificativa de fatos históricos, e não a um desdobramento que tenta, como no romance, abarcar em certo sentido a infinitude da experiência humana; contradizendo o épico e em conformidade com o drama, a gênese do personagem, que situamos num plano interior, está subordinada ao enredo, que se cumpre no exterior, e não o contrário — a coerência e a unidade dramáticas excluem do íntimo do sujeito tudo o que houver de supérfluo para a ação; por exemplo, a vingança após ter sido sequestrado por piratas, de que nos prestam conta Suetônio (*divus Iulius*, 74) e Plutarco (*Caes.*, 2), ou os comentários pejorativos insinuando relações homossexuais de César com Nicomedes, rei da Bitínia, como outros perfis frisam¹³⁹, estragam a *clementia* e a virilidade que participam da sua grandiosidade moral e histórica para Mommsen, e por isso não são mencionados. Conforme afirma Ball (2014, p. 98), o que muda durante a narrativa no teatro dramático não é a personalidade, mas o contexto, que ressalta o ainda desconhecido e imprevisível daquela figura, nunca delimitada por inteiro. Entretanto, divergindo do romance e do drama, o protagonista nestas páginas, incompleto e fracionado porque nosso contato com a consciência dele é sempre mediado pelas fontes, também plástico e estetizado porque o narrador o modela quando maneja o tempo, se mostra capaz de incidir de maneira muito mais frontal, abrangente e decisiva no mundo extradiegético porque, de certa forma, cultiva com ele uma contiguidade que parece faltar aos outros. Nisso também está a potência transformativa de César; sabendo o leitor que o “impossível” foi praticado no plano histórico, os propósitos políticos atuais se tornam também palpáveis e exequíveis.

3.3 CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE CÉSAR AO LONGO DO LIVRO: ARCO NARRATIVO DO HERÓI EM ASCENSÃO

3.3.1 César como performance da capacidade política, da aderência ao poder, da revolução monárquica e democrática

Embora todos os caminhos levem a Roma e a esse general especialmente mommseniano, antes do ano 100 a.C. — data de nascimento do romano — a presença dele se introduz esporádica e somente por força do narrador, em paralelo às lutas pela ocupação da

¹³⁹ Cf. Schlegel (2007, p. 26), escrevendo no século XVIII com outras intenções, cita ainda um dos comentários mais famosos da Antiguidade: “[César] era o marido de todas as mulheres e a mulher de todos os maridos”.

península e as batalhas por hegemonia no Mediterrâneo. As primeiras menções a César, várias em notas de rodapé, têm conteúdo apenas antecipatório: vencerá os celtas (I, 327); comandará o cerne da parte romana de Ilírico, futura província (I, 552); militarizará a passagem leste do monte Cenis (I, 581). Algumas vezes aparecem ainda comparações: Públio Cipião pode ter ganhado guerras ao Senado, mas não se iguala em competência bélica a ele (I, 632); o domínio global de Roma não se efetiva por um planejador habilidoso como ele se revelaria, mas devido a uma falta de equilíbrio entre as nações litorâneas da Europa e do norte da África que cria uma potência imperial por acidente (I, 782); Graco se viu diante do mesmo dilema com o qual também pelejou aquele homem da *gens Iulia*, por serem ambos a um tempo legítimos e usurpadores (II, 117). Mas a narração só se interessará por ele como personagem histórico em sentido pleno no início do terceiro volume; após retratar Crasso e Pompeu desfavoravelmente, ressalta em César a “corajosa recusa [mutige Weigerung]” (III, 17) a separar-se da esposa, Cornélia, por exigência do ditador Sula, a “bravura nos combates em Mitilene e na Cilícia”¹⁴⁰ (III, 17), a insistência em reaver o cargo religioso do *flamen Dialis*, concedido por Cina e confiscado por Sula (III, 17); tudo isso eram recomendações positivas para o partido democrático, que, com lideranças mortas ou exiladas, não tinha quem pusesse ordem nos correligionários e dominasse o Estado. Essas “esperanças para o futuro [Hoffnungen für die Zukunft]” (III, 18) insinuam os aspectos que serão desdobrados em seguida, como a perspicácia militar, a obstinação pelo poder, o rigor na execução dos ideais: a precipitação com que sai de Rodes, onde estudava retórica com Apolônio Mólou, para debelar as revoltas provinciais durante a guerra contra Mitrídates VI sugere, a despeito do fraquíssimo resultado, uma prontidão à luta que lhe será bastante útil (III, 57); levar os sulanos Cneu Cornélio Dolabela e Caio Antônio Híbrida aos tribunais, além de participar ativamente na restauração da antiga autoridade dos tribunos da plebe (III, 96), se revelava um passo importante para conquistar um lugar próprio na política; ainda que à custa de astronômicas dívidas, o perdularismo de 65 a.C. na oferta de jogos gladiadores à população — visualmente descrito nos vários equipamentos de prata maciça, “até as gaiolas das feras selvagens [selbst die Käfige der wilden Bestien]” (III, 168), que visavam provocar sensação — era o feitiço voltado contra o feiticeiro, ou seja, contra a aristocracia dominante, que também se acudia do método para cooptar apoiadores. Constatava-se assim que aquele Júlio nascido num bairro de classe baixa em Roma estava disposto ao que fosse preciso para enfrentar os governantes; mas quem a princípio avança frontalmente contra esse poderio é Lúcio Sérgio Catilina. A

¹⁴⁰ No original: “Tapferkeit in den Gefechten vor Mytilene und in Kilikien”.

conspiração batizada com o nome deste interfere sobremaneira na autopercepção democrata, porque aí, nesse episódio de um golpe desbaratado por Cícero em 63 a.C. antes que houvesse assassinatos e incêndios criminosos, o grupo derrotado foi obrigado a reconhecer a carência de um exército próprio e fiel; e César igualmente se convenceria de que a máquina de guerra tinha de ser empregada em razão de seu ideal, isto é, uma comunidade livre sob um soberano forte (III, 211). Notava Mommsen o muito de monarquia embebido na essência de um movimento democrata que nutria o plano mais ou menos consciente de “uma ordem estatal periclina na qual o poder do príncipe se baseava em que ele confiasse nos cidadãos da forma mais elevada e perfeita, e a parcela mais elevada e perfeita dos cidadãos reconhecesse nele seu legítimo homem de confiança”¹⁴¹ (III, 210). Dessa maneira, não causa estranheza nem que César se tornasse sogro do sulano Pompeu após ter sido genro do democrata Cina, nem que delegasse¹⁴² a Catilina e seus respectivos asseclas um tanto de “terrorismo e anarquia [Terrorismus und Anarchie]” que ainda não haveria de executar com o fio de sua navalha, porque, nesses trânsitos sem o rompimento de conexões com nenhum dos lados plenamente, o indivíduo histórico-mundial cumpre o papel *sine qua non* de processo dialético. Faz, portanto, sentido que em 58 a.C. avocasse a administração da Gália Cisalpina e três legiões experientes antes comandadas por Lúcio Afrânio (III, 215) ou que se encarregasse de submeter o norte e o Ocidente (III, 221), chegando até a Britânia ou calando os espanhóis rebelados; as Gálias se tornaram o fundamento do poder militar desse “gênio político [staatsmännischen Genius]” (III, 222), que, para além dos Alpes, erigiu uma fronteira contra os povos celtas. Não são escamoteadas as batalhas em que as populações do norte quase derrotam esse sujeito de tanto talento (III, 283, 287), mas a mera presença dele desata um silêncio de admiração e um temor nos combatentes adversários que faz cessar a guerra provisoriamente (III, 276, 285); antes de tudo, era essa imponência máscula o que lhe assegurava posição excelsa na província (III, 287). Nada mais natural que alcançasse uma romanização nas regiões ocupadas através de opressão, mas ocorria o exato contrário: era muito mais pródigo em concessões aos submetidos (III, 297). Portanto, o trabalho de incorporar populações inteiras à República

¹⁴¹ No original: “eine perikleische eine perikleische Staatsordnung, in der die Macht des Fürsten darauf beruhte, daß er die Bürgerschaft in edelster und vollkommenster Weise vertrat und der vollkommenste und edelste Teil der Bürgerschaft ihren rechten Vertrauensmann in ihm erkannte”.

¹⁴² Dizendo que havia “grande probabilidade [große Warscheinlichkeit]” de que César e Crasso tivessem planejado implantar uma ditadura militar na ausência de Pompeu, que enfrentava os piratas no Mediterrâneo, Mommsen (III, 117) cometa uma prudência talvez desnecessária diante da longa argumentação que associa, sem tergiversações, o general ao golpismo antiaristocracia. Para embasar, cita, entre outros fatos, o titubeio de Cícero, que o tirou da lista de perpetradores e depois se arrependeu (III, 193), e ainda a parceria dele na Guerra Civil com Públio Sítio, um consabido catilinário (III, 194).

romana teve um impacto que apenas os muitos milênios descobririam por completo; na comparação com Alexandre, bem ao gosto de Mommsen, este reforça a ação exterior cesariana com a imagem da ponte:

A gente comum vê os frutos de seu trabalho; já a semente que naturezas geniais espalham brota aos poucos. Passaram os séculos até ser possível perceber que Alexandre não ergueu um mero reino efêmero no Oriente, mas levou o helenismo à Ásia; transcorreram ainda outros tantos séculos até ser possível perceber que César não conquistou apenas uma nova província aos romanos, mas fundou a romanização dos territórios ocidentais. [...] É obra de César que uma ponte conduzisse do esplendor existente na Hélade e na Itália à orgulhosa construção de uma nova história global, que a Europa do Ocidente seja românica, e a Europa germânica clássica, que os nomes Asoca e Salmanassar soem para nós diferentes de Temístocles e Cícero, que Homero e Sófocles não atraíam apenas escafanistas literários como fazem os Vedas e Calidaça, mas que emergem para nós em águas serenas e praia aberta; e, se a criação de seu grandioso antecessor quase foi totalmente aniquilada no Oriente por marés tempestuosas, a construção de César transcendeu milênios que transformaram a religião e o Estado para o gênero humano e deslocaram até ele o ponto nevrálgico da própria civilização, e para tanto, para isso que chamamos de eternidade, ele se mostrou à altura.¹⁴³ (III, 300, 301)

O que poderia César fazer de ainda maior do que, em certo sentido, fundar a Europa ocidental? A obra suprema desse futuro “rei democrata” (III, 465, 488) não tardaria a aparecer. A confusão nas ruas adicionava complexidade à corrupção e à administração catastrófica da aristocracia, exigindo uma intervenção que Pompeu, a força militar de uma aliança informal que tinha no endinheirado Crasso a outra ponta da coalização trina, não era capaz de fornecer, principalmente depois que o também partícipe da tríade, o procônsul César, sai da capital e se envolve na Guerra das Gálias. Mesmo este teve de enfrentar o povo — personagem dúbio, ora auxiliar, ora antagonista — o qual se decepcionou quando ele não foi tão radical quanto gostaria ou supunha:

Até o público mais amplo que acompanhava os acontecimentos políticos à distância havia se dado conta dos fundamentos cada vez mais definidos da futura monarquia. Desde o instante em que compreendeu que César não faria as modificações na constituição republicana e que, na verdade, tratava-se do ser ou não ser da

¹⁴³ No original: “Gewöhnliche Menschen schauen die Früchte ihres Tuns; der Same, den geniale Naturen streuen, geht langsam auf. Es dauerte Jahrhunderte, bis man begriff, daß Alexander nicht bloß ein ephemeres Königreich im Osten errichtet, sondern den Hellenismus nach Asien getragen habe; wieder Jahrhunderte, bis man begriff, daß Caesar nicht bloß den Römern eine neue Provinz erobert, sondern die Romanisierung der westlichen Landschaften begründet habe. [...] Daß von Hellas und Italien vergangener Herrlichkeit zu dem stolzeren Bau der neueren Weltgeschichte eine Brücke hinüberführt, daß Westeuropa romanisch, das germanische Europa klassisch ist, daß die Namen Themistokles und Scipio für uns einen anderen Klang haben, als Asoka und Salmanassar, daß Homer und Sophokles nicht wie die Veden und Kalidasa nur den literarischen Botaniker anziehen, sondern in dem eigenen Garten uns blühen, das ist Caesars Werk; und wenn die Schöpfung seines großen Vorgängers im Osten von den Sturmfluten des Mittelalters fast ganz zertrümmert worden ist, so hat Caesars Bau die Jahrtausende überdauert, die dem Menschengeschlecht Religion und Staat verwandelt, den Schwerpunkt der Zivilisation selbst ihm verschoben haben, und für das, was wir Ewigkeit nennen, steht er aufrecht”.

República, uma rédua dos melhores homens que até então haviam se considerado do partido popular e venerado César como líder deles passou ao lado oposto. Não mais se ouviam nos salões e nas casas de campo da nobreza conversas sobre os “três dinastas” ou o “bicho de três cabeças”. A multidão escutava, apinhada, aos discursos consulares de César, sem retumbar aclamação ou apoio; as mãos não se chocavam em aplauso quando o cônsul democrata entrava no teatro. Ao contrário, havia vaias onde quer que um ajudante do detentor do poder fosse visto em público, e mesmo homens da lei aplaudiam quando um ator proferia sentença antimônárquica ou fazia alusão contra Pompeu.¹⁴⁴

Tão agitada e tumultuosa quanto Paris em 1848 na comparação do próprio historiador, Roma vivia as dores da transição entre o comando da nobreza e o governo militar. Os maus elementos se multiplicavam na capital e elevavam a cada dia o nível da violência armada; dizendo defender a liberdade, esses bandos mudavam de bandeira ao sabor dos ventos, na análise sempre crítica do autor a respeito das multidões (III, 307). Então, quando a “canalha de toda sorte [Gesindel aller Art]” (III, 307) escapa às rédeas de Pompeu e encontra definitivamente seu principal incentivador no tribuno popular Públio Clódio Pulcro, que “lutava ou alegava lutar, em sequência, pela democracia governante, pelo Senado e por Crasso”¹⁴⁵ (III, 307), o triúviro da *gens* Pompeia perde também a maioria do Senado (III, 311), enquanto César, estribado pelas tropas e pelo butim angariado em batalhas, deixava de ser o elo antes mais frágil da tríade: “Com frequência escarnecido como fracote, agora era ídolo do exército, herói celebrado e coroado pela guerra, cujos louros recentes ofuscavam a glória emurchecida de Pompeu e a quem o Senado, após campanhas vitoriosas, batia uma continência em grande medida já desde 697 (57 a.C.) como nunca fizera a Pompeu”¹⁴⁶ (III, 310). Apenas depois que Clódio, durante a disputa à pretura em 52 a.C., é assassinado na Via Ápia pelos partidários de Tito Ânio Papiano Milão, que concorria ao consulado nas trincheiras aristocráticas, uma perseguição judicial contra os clodianos, em especial no contexto do

¹⁴⁴ No original: “Auch das größere Publikum, das den politischen Ereignissen ferner stand, ward aufmerksam auf die immer bestimmter hervortretenden Grundlagen der künftigen Monarchie. Von dem Augenblick an, wo dieses begriff, daß es Caesar nicht um eine Modifikation der republikanischen Verfassung zu tun sei, sondern daß es sich handle um Sein oder Nichtsein der Republik, werden unfehlbar eine Menge der besten Männer, die bisher sich zur Populärpartei gerechnet und in Caesar ihr Haupt verehrt hatten, auf die entgegengesetzte Seite übergetreten sein. Nicht mehr in den Salons und den Landhäusern des regierenden Adels allein wurden die Reden von den ‘drei Dynasten’, dem ‘dreiköpfigen Ungeheuer’ vernommen. Caesars konsularischen Reden horchte die Menge dichtgedrängt, ohne daß Zuruf oder Beifall aus ihr erscholl; keine Hand regte sich zum Klatschen, wenn der demokratische Konsul in das Theater trat. Wohl aber piff man, wo eines der Werkzeuge der Machthaber öffentlich sich sehen ließ, und selbst gesetzte Männer klatschten, wenn ein Schauspieler eine antimonarchische Sentenz oder eine Anspielung gegen Pompeius vorbrachte”.

¹⁴⁵ No original: “nach Clodius nacheinander für die herrschende Demokratie, für den Senat und für Crassus gefochten oder zu fechten vorgegeben hat”.

¹⁴⁶ No original: “Der oft als Zärtling Verhöhnthe war jetzt der Abgott der Armee, der gefeierte sieggekürnte Held, dessen junge Lorbeeren die welken des Pompeius überglänzten und dem sogar der Senat die nach glücklichen Feldzügen üblichen Ehrenbezeugungen schon 697 (57) in reicherem Maße zuerkante, als sie je Pompeius zuteil geworden waren”.

incêndio criminoso no Senado e na Basílica Pórcia, arrefeceu um tanto os ânimos exaltados, e o Senado, para não perder a importância estatal se apequenando em mero órgão de finanças e questões internas (III, 325-326), teve de se socorrer mesmo com Pompeu, o único que poderia confrontar o general das Gálias, ainda mais fortalecido e, a partir de 50 a.C., livre para voltar à cidade. Mas um reatamento de laços, no qual se intrometeram relações íntimas, adiaría a guerra civil; César, além de não querer magoar a filha casada com Pompeu (III, 353), nutria uma ambição que não se reduzia à coroa: queria realizar, por etapas, “a ordenação dos assuntos internos da Itália e a conquista e a segurança de um solo novo e limpo para a civilização itálica”¹⁴⁷ (III, 322), por isso começa a fundar colônias e aumentar suas tropas sem a anuência daquela instância estatal (III, 324, 325). A situação muda com a morte de Júlia (III, 353) durante o parto e o inevitável afastamento de Pompeu, embora o pai dela acreditasse que ainda poderia haver paz e negociação ao devolver ao Estado, como prova de boa-fé, a legião a que teve acesso noutra ocasião (III, 366). Entretanto, em 49 a.C., ao fim de uma sucessão de reveses e medidas diretamente contra ele no Senado as quais o levaram à ruptura, atravessa o rio Rubicão entrando em região não autorizada da península, com tropas cheias de “força [Stärke]”, “destreza [Gewandtheit]”, “leveza [Leichtigkeit]” e “rapidez [Schnelligkeit]” (III, 375) — soldados convencidos à democracia mais do que pela promessa de terras e prêmios, porque, na concepção hierárquica do professor, o “homem comum está fadado a servir e não se recusa a ser ferramenta quando sente que um mestre o conduz”¹⁴⁸ (III, 377). À ocupação de Roma seguem-se grandes batalhas em “Brundísio, Ilerda, Farsálos e Tapso”, como enumera o título do capítulo 10 no último volume publicado nos anos 1850. A reação do futuro “rei” ao assassinato do ex-genro, que fugiu em debandada e precisou ser perseguido pela costa do continente africano, sublinha uma benevolência que está a serviço de seu planejamento; a presença de objetivos pessoais, parece nos dizer o historiador (III, 436), não diminui a grandiosidade do plano, nem personaliza os alvos:

Quando César, seguindo o rastro de Pompeu, entrou no ancoradouro de Alexandria, já estava tudo terminado. Com grande abalo, desviou-se quando o assassino lhe trouxe no barco a cabeça do homem que havia sido seu genro e companheiro de longa data no poder e que, para capturá-lo ainda com vida, ele havia seguido ao Egito. A resposta sobre o tratamento a ser dado por César a um Pompeu prisioneiro fora obstada pelo punhal precipitado do assassino; mas, se a compaixão humana encontrava na grandiosa alma de César espaço junto à ambição, então era imperioso que este se interessasse por anular aquele antes de outra forma que pelas mãos do

¹⁴⁷ No original: “die Ordnung der inneren Verhältnisse Italiens und die Gewinnung und Sicherung eines neuen und frischen Bodens für die italische Zivilisation, nebeneinander zu betreiben und zu vollenden”.

¹⁴⁸ No original: “Der gewöhnliche Mensch ist zum Dienen bestimmt und er sträubt sich nicht, Werkzeug zu sein, wenn er fühlt, daß ein Meister ihn lenkt”.

carrasco. Pompeu tinha sido por longos vinte anos reconhecido senhor de Roma; um poderio assim tão profundamente enraizado não sucumbe com a morte do homem. A morte de Pompeu não dissuadiu os pompeanos, mas lhes deu, em vez de uma liderança envelhecida, inapta e caquética, nos dois filhos dele, Cneu e Sexto, dois líderes que eram ambos jovens e ativos e entre os quais o segundo era decididamente uma sumidade. Atrélava-se à monarquia hereditária recém-fundada um conjunto de pretendentes igualmente parasita, e era bastante discutível se essa alternância não fez César mais perder que ganhar.¹⁴⁹

Alguns desses rivais, amplamente tolerados e readmitidos no novo Estado, impunham ao chefe um desafio sobre o qual nosso autor, embora enxergue, pouco discorre, porque as anistias, permitindo uma oposição silenciosa (III, 392), desembocam no homicídio que nunca é relatado. O volume de 1856 se encerra quando César está no auge da glória; a morte dele transcorrerá apenas na cabeça do leitor já informado do fato.¹⁵⁰ Sem dúvida, essa estratégia rima com o projeto perlocutório da obra, que precisa deixar ecoando o triunfo, e não a desgraça; subestimadas além da medida, as contradições internas do aparato jurídico-estatal cesariano que levam a um complô bem-sucedido e à nova guerra entre os herdeiros do espólio monárquico-militar talvez expliquem por que Mommsen não continuou o trabalho, dedicado demais a construir um César coerente num Estado bem-acabado e atento de menos ao papel que Augusto teria no salto para o império.¹⁵¹ Assim, o fim da autoridade aristocrática corrupta, substituída por uma espécie de democracia, e uma satisfatória dominação sobre a população — mais com tropas mobilizáveis que mobilizadas —, em detrimento da anarquia graquiana ou catilinária, sintetizam os contrastes fundadores do Estado romano reconstituído; os vetores democráticos e militares representam uma extensão do César planejador, eloquente, vaidoso, comprometido, belicoso, hábil, apoético, lógico e conciliador. A tradução parte desse material.

¹⁴⁹ No original: “Als Caesar, Pompeius’ Spuren folgend, auf der Reede von Alexandria eintraf, war bereits alles vorüber. Mit tiefer Erschütterung wandte er sich ab, als ihm der Mörder das Haupt des Mannes auf das Schiff entgegnetrug, der sein Schwiegersohn und lange Jahre sein Genosse in der Herrschaft gewesen und den lebend in seine Gewalt zu bringen er nach Ägypten gekommen war. Die Antwort auf die Frage, wie Caesar mit dem gefangenen Pompeius verfahren sein würde, hat der Dolch des voreiligen Mörders abgeschnitten; aber wenn die menschliche Teilnahme, die in Caesars großer Seele noch neben dem Ehrgeiz Raum fand, ihm die Schonung des ehemaligen Freundes gebot, so forderte auch sein Interesse, denselben auf andere Art zu annullieren als durch den Henker. Pompeius war zwanzig Jahre lang der anerkannte Gebieter von Rom gewesen; eine so tief gewurzelte Herrschaft geht nicht unter mit dem Tode des Herrn. Pompeius’ Tod löste die Pompeianer nicht auf, sondern gab ihnen statt eines bejahrten, unfähigen und vernutzten Hauptes an dessen beiden Söhnen Gnaeus und Sextus zwei Führer, welche beide jung und rührig und von denen der zweite eine entschiedene Kapazität war. Der neugegründeten Erbmonarchie heftete sogleich parasitisch sich das erbliche Prätendententum an, und es war sehr zweifelhaft, ob bei diesem Wechsel der Personen Caesar nicht mehr verlor, als er gewann”.

¹⁵⁰ Poucas alusões ao assassinato de César no Senado matizam a afirmação; uma delas, por exemplo, quando os catilinários avançam sobre ele após as condenações dos conspiradores: “apontaram a espada ao peito dele quando, em 5 de dezembro, saía da cúria, e não faltou muito para que deixasse a vida ali mesmo naquele lugar onde dezessete anos mais tarde o golpe fatal o encontraria; durante muito tempo não voltará a pisar a cúria [sie richteten am fünften Dezember, als er die Kurie verließ, die Schwerter auf seine Brust und es fehlte nicht viel, daß er schon jetzt an derselben Stelle sein Leben gelassen hätte, wo siebzehn Jahre später ihn der Todesstreich traf; längere Zeit hat er die Kurie nicht wieder betreten]” (III, 194).

¹⁵¹ Sobre esse curto-circuito argumentativo no projeto de *Römische Geschichte*, cf. Wucher (1968).

3.4 A TRADUÇÃO DE CÉSAR: A VISUALIZAÇÃO E A PERFORMATIVIDADE

Para dar conta da empreitada, nossa abordagem se aproveita de duas fontes teóricas que não são díspares: o escopo, ou funcionalismo, e a linguística performativa. Ambas pressupõem que o esquema triádico tradicional emissor-mensagem-receptor ignora ou a tradução ou o tradutor; elas concebem a comunicação humana em termos não de “‘dizer’, reafirmando na língua-alvo mais ou menos de maneira exata o que o autor-fonte disse na língua-fonte” (Robinson, 2003, p. 16), mas de “‘fazer’, fazendo algo *para* o leitor-alvo”¹⁵² (Robinson, 2003, p. 16). Junto com outras linhas surgidas a partir dos anos 1970, como polissistemas, estudos descritivos (DTS, na sigla em inglês), protocolo de expressão oral (TAP, na sigla em inglês), pós-colonialismo e feminismo, o escopo, com Reiss e Vermeer (1984) na origem e posteriormente Kussmaul (2015) e Nord (2018), reposicionará o sujeito que executa o ofício e o situará no centro da reflexão, incluindo assim a subjetividade criadora na instância tradutória. Desse horizonte mental, importamos as ideias-chave de *informação*, *situação* e *função*, além de classificações ou procedimentos metodológicos que delas derivam: *tipologia funcional* e *visualização*. Sendo a tradução processo e produto, isto é, ação e resultado, sendo ainda um tipo específico de transferência cultural em que uma sociedade se apresenta a outra, sendo antes interpretação de texto no contexto que mera transcodificação linguística palavra a palavra, sendo por último — mas não por fim — um ato que só se realiza plenamente quando há alguma base comum entre emissor e receptor (Reiss; Vermeer, 1984), consideramos que o tradutor recebe uma oferta de informação primária, ocupando o lugar de receptor numa relação com o autor, mas opera também como emissor de um novo conjunto de informações, filtrado tanto pela cultura em que está inserido quanto pelas experiências psicossociais que o constituem. O conteúdo do que sai da língua-fonte e aporta na língua-alvo não deve ser entendido restritivamente nesse esquema: “Informação é aqui usado como conceito genérico para funções linguísticas, para como um emissor comunica (ou melhor, quer comunicar) a (um grupo de) destinatários pretendidos, de modo formal e condicionado pela *situação*, o que e como ele quer que seu enunciado seja entendido”¹⁵³ (Reiss; Vermeer, 1984, p. 61, grifo nosso). Não seria, portanto, equivocado tratar o termo com o sentido amplo

¹⁵² No original: “‘saying,’ restating in the target language more or less precisely what the source author said in the source language [...] ‘doing,’ doing something *to* the target reader”.

¹⁵³ No original: “Information wird hier insofern als Oberbegriff für Sprachfunktionen gebraucht, als ein Produzent einem intendierten Rezipienten(kreis) formal und situationsbedingt mitteilt (genauer: mitteilen möchte), was und wie er seine Äußerung verstanden wissen möchte”.

de mensagem, que abarca os enunciados literários e não jornalísticos nem científicos. Igualmente necessária para que se firme a ligação comunicacional entre os dois polos, a situação, que consiste em “predeterminantes culturais, determinantes reais e exteriores, e condicionantes sociais e interiores dos parceiros comunicativos e de suas relações entre si”¹⁵⁴ (Reiss; Vermeer, 1984, p. 18), se concretiza na língua como o que denominamos *estilo* (Kussmaul, 2015, p. 47), com características individuais (origem geográfica do emissor, camada social, época) e supraindividuais uma vez que se atrela à cultura: estão implicados aí as relações sociais, o grau de intimidade entre os falantes, a participatividade dos envolvidos, o meio através do qual circula a mensagem e o campo específico de especialidades em que se encontra. Já a função, essencial para os defensores dessa linha e baseada naquilo que se almeja com a ação tradutória tendo em vista expectativas, necessidades, conhecimento prévio e condições situacionais do receptor (Nord, 2018), não perde a atratividade para nós porque, concentrados em nossa presença performativa e interventiva na obra traduzida, estamos também mirando um leitor inevitável e sempre presente, aquele provável iniciado no mundo romano, muito possivelmente estudioso da historiografia antiga produzida no século XIX, atraído à postura crítica que é possível assumir diante dos movimentos ideológicos da história. Portanto, o texto-fonte, por não ser manual de instrução mas ponto de partida, e o produto tradutório, por ser trabalho original em sua singularidade, “permitem ao tradutor [...] uma decisão criadora, autônoma e legítima”¹⁵⁵ (Reiss; Vermeer, 1984, p. 75). Essa liberdade para fazer escolhas lexicais e estilísticas dependerá menos da informação primária que da ação performativa realizada pelo tradutor e de seu potencial transformativo; e, para que a comunicação seja exitosa, toda a estratégia de construção textual deve estar amparada nas regras de informação específicas a cada cultura e língua (Reiss; Vermeer, 1984, p. 87).

Em decorrência do exposto, observar neste trabalho a tipologia funcional de Nord (2018) ajuda a esclarecer nossas opções: o produto ora apresentado (*Translat*) é documento que fotografa uma interação comunicativa ocorrida na sociedade alemã do século XIX e, por isso, será tratado metalinguisticamente como texto sobre um texto e sobre determinados aspectos deste, numa forma que guarde a dicção oitocentista e, portanto, exotizante (sob ponto de vista temporal: arcaizante e historicizante¹⁵⁶), com o propósito de simular o texto-fonte em forma e conteúdo, a fim de que a situação, o funcionamento ideológico e a performatividade

¹⁵⁴ No original: “aus kulturellen Vorgegebenheiten, aktuellen äußeren Gegebenheiten und inneren und sozialen Bedingungen der Kommunikationspartner und ihres Verhältnisses zueinander”.

¹⁵⁵ No original: “erlauben dem Translator dagegen legitim eine eigenverantwortliche schöpferische Entscheidung”.

¹⁵⁶ Sobre a diferença entre tradução historicizante e modernizadora, cf. Delabastita (2004, p. 886).

decorrentes sejam trazidos à luz de modo evidente e *crítico*. Isto é, lemos *Römische Geschichte* não como estudo a respeito de Roma antiga, mas como: a) janela privilegiada aos desdobramentos intelectuais da Revolução de 1848 na Europa; b) à mentalidade hierárquica, masculina e adversária das massas em pelo menos parte do liberalismo alemão na política daquela primeira metade de século; e c) ao processo institucional-científico que culminará na autonomização da história em novo campo disciplinar ainda profundamente ligado às classes dominantes e às esferas do poder. Pelas fortes cores derramadas na tradução ao reconstruir a apologia quase militante a uma figura histórica que perde a sua complexidade para se encaixar num programa partidário, esse desequilíbrio calcado na linguagem e na figuração de personagem — em que as concepções de Estado, liberdade, unidade, democracia, gênio etc. abdicam de sua abstração ao adquirirem materialidade *literária* acional, visual e exterior na narrativa dele — deverá apontar afinal à insensatez e às deficiências do projeto político a que aderiu e defendeu. Nesse caso, os componentes do estilo mantêm uma relação de permanências e rupturas com as convenções do gênero historiográfico ligadas à tradição que vinha de Schiller: se, por um lado, os personagens únicos e suas ações pessoais continuam tendo relevância histórica e performativa, por outro, algumas forças sociais não redutíveis aos indivíduos interferem no desenrolar dos tempos com pujança cada vez maior. Sobre as normas pertinentes às produções escritas em humanidades na língua alemã, mapeamentos mostram que, definidas e diferenciadas pela cultura social (Hönig; Kussmaul, 1991, p. 51), elas admitem uma digressividade e uma assimetria entre as partes muito maior que, por exemplo, em inglês, “o que dificulta a orientação do leitor”¹⁵⁷ (Kussmaul, 2004, p. 637); a redação explica menos a própria estrutura, dialoga menos com o leitor e usa menos orações diretas e ativas. “Textos em alemão são, justamente por causa de sua dedutividade e do peso dado à teoria, mais autocentrados e voltados ao autor, e o leitor tem de fazer um esforço próprio para entendê-los”¹⁵⁸ (Kussmaul, 2004, p. 638). Caracteres macroestruturais das línguas românicas, por sua vez, são as digressões frequentes e o elevado grau de desvios ao tema central (Kussmaul, 2004, p. 637). Mas essas marcas, embora possam ter sido captadas desde um *corpus* com artigos da academia contemporânea, não estão distantes do que se apresenta no historiador de Garding e, além disso, combinam-se nele com outro ingrediente — o periodismo diário. A acusação de uma verve jornalística assinala indiretamente que os escritos científicos e os comentários diários publicados na “*imprensa opinativa [Meinungspresse]*”,

¹⁵⁷ No original: “wodurch für den Leser die Orientierung erschwert wird”.

¹⁵⁸ No original: “Deutsche Texte sind, wohl aufgrund ihrer Deduktivität und Theorielastigkeit, mehr autorbezogen, und der Leser muss sich selbst die Mühe machen, sie zu verstehen”.

linha concorrente à “imprensa noticiosa [Nachrichtenpresse]”, adotavam táticas muito mais persuasivas do que os de hoje, porque ambos os gêneros haviam sido chocados num ninho retórico comum, ainda muito influente em vários setores da vida alemã durante os primeiros cinquenta anos do Oitocentos (Püschel, 1991, p. 439-440). Então, se juntamos a tendência para um certo labirinto argumentativo ao *modus operandi* polemista e imagético do jornalismo político no período, chegaremos a uma descrição mais precisa do modo de expressão dele: um ensaísmo de voz própria, que exige conhecimentos geográficos, históricos (não apenas de Roma), políticos e linguísticos (em latim e grego) de quem o lê, sem os quais referências do passado e alusões ao presente se dissipam — como as comparações a Alexandre, o Grande, e Oliver Cromwell, os trechos *ipsis litteris* de obras da Antiguidade em nota e os títulos de cargos reproduzidos, muitas vezes, como grafados nos documentos latinos. Conservamos assim, sem alterações nem explicações pormenorizadas na tradução, não por subserviência ao autor, mas porque o procedimento revela a que leitor o projeto de Mommsen se dirige e a quem serve ideologicamente. Na busca por estabelecerem-se as unidades da língua percebidas como antigas, esforço que compete a cada tempo, podemos explorar grafias ou prosódias, denotação, conotação, forma, repetições propositais, imagens, citações, expressões idiomáticas e sintaxe (Weitemeier, 2004, p. 891); no que nos diz respeito, enquanto trazemos ao primeiro plano o fraseado e o léxico arcaizantes, junto com menções e expressões históricas, nos ativemos à grafia convencionalizada atualmente porque uma reconstrução excessiva atrapalha os princípios performativos que devem antes ordenar a composição inteira. Duas passagens, retiradas uma logo ao parágrafo inicial e a outra quinze páginas adiante em “A antiga República e a nova monarquia”, contêm o essencial da prosa dele; vamos ao primeiro excerto, que lança as bases do argumento mommseniano na equivalência reiterada com o rei da Macedônia:

Se em natureza assim tão harmonicamente organizada um único aspecto puder ser ressaltado como característico, este é o afastamento dele a toda ideologia e a toda fantasia. É evidente que César era um homem ardoroso, pois sem ardor não há genialidade; mas seu ardor não o dominava. Tivera juventude; e canções, amores e vinhos instilaram nele também o temperamento a uma vida vivaz; mas não penetraram até ao mais interno âmago de seu ser. A literatura ocupou-o longa e seriamente; mas, se o Aquiles homérico não deixava Alexandre dormir, já César, nas horas insones, tecia considerações sobre as declinações de substantivos e verbos latinos. Como todos à época, compôs versos, mas fracos; em compensação, interessavam-lhe matérias astronômicas e científicas. Se o vinho era e foi desanuvante para Alexandre, já o tímido romano evitou-o totalmente após uma mocidade de pândego. Como a todos aqueles a quem na juventude iluminou o intenso brilho do amor feminino, restou nele uma chama imperecível: mesmo em anos posteriores, encontravam-no aventuras amorosas e sucessos com mulheres, e mantinha-se nele uma certa janotice no comportamento exterior ou, mais precisamente, a consciência satisfeita da própria aparência de belo homem. Zeloso,

cobria com a coroa de louros, com a qual viria a aparecer de público anos mais tarde, a calva dolorosamente sentida, e teria sem dúvidas abdicado de muitas de suas vitórias se pudesse com isso reaver os cachos de jovem.¹⁵⁹ (III, 461)

A personalidade desencantada desde a juventude, conquanto isso não se equivalha a fraqueza, extravasa na preferência menos poética por exercícios gramaticais, temas científicos, sobriedade alcoólica e, durante a maturidade, na capacidade organizativa e planejadora que não se esconderá. A passagem, quase imitando em microescala a prática comparativa que forma a coluna vertebral do capítulo inteiro, traz uma alternância entre temporalidades e personalidades que, com esse nível de detalhamento, ainda não havia sido visto no livro, acostumado antes a referências mais sucintas. Esse início, além de introduzir uma vaidade que retornará na vestimenta púrpura enviando à sociedade uma mensagem de realeza (III, 486), está coalhado de artificios historicizantes na nossa tradução: a abundância de ênclises, o deslocamento de alguns verbos para o princípio da oração (“encontravam-no aventuras amorosas”), o pretérito mais-que-perfeito, os vocábulos escolhidos com menor incidência na língua (“instilaram” para o mais comum *einziehen*, “desanuviante” no lugar de *Sorgenbrecher*, “mocidade de pândego” em substituição a *durchschwärmer Jugendzeit*, “amor feminil” em vez de *Frauenliebe*, “janotice” equivalendo à rara *Stutzerhaftigkeit*, “calva” servindo como a mais frequente *Glatze*).¹⁶⁰ Mantivemos, naquilo que cabia ao português sem grandes deformações, as particularidades da pontuação original; a organização da editora wgb Philipp von Zabern já havia acrescentado vírgulas a uma prosa “bastante econômica” (Anhang, 2021, p. 68) no emprego delas, como ocorria aos escritores alemães daquele tempo. Conforme nossa proposta, decidimos não acrescentar os intertítulos com as

¹⁵⁹ No original: “Wenn in einer so harmonisch organisierten Natur überhaupt eine einzelne Seite als charakteristisch hervorgehoben werden kann, so ist es die, daß alle Ideologie und alles Phantastische ihm fern lag. Es versteht sich von selbst, daß Caesar ein leidenschaftlicher Mann war, denn ohne Leidenschaft gibt es keine Genialität; aber seine Leidenschaft war niemals mächtiger als er. Er hatte eine Jugend gehabt, und Lieder, Liebe und Wein waren auch in sein Gemüt in lebendigem Leben eingezogen; aber sie drangen ihm doch nicht bis in den innerlichsten Kern seines Wesens. Die Literatur beschäftigte ihn lange und ernstlich; aber wenn Alexandern der homerische Achill nicht schlafen ließ, so stellte Caesar in seinen schlaflosen Stunden Betrachtungen über die Beugungen der lateinischen Haupt- und Zeitwörter an. Er machte Verse wie damals jeder, aber sie waren schwach; dagegen interessierten ihn astronomische und naturwissenschaftliche Gegenstände. Wenn der Wein für Alexander der Sorgenbrecher war und blieb, so mied nach durchschwärmer Jugendzeit der nüchterne Römer denselben durchaus. Wie allen denen, die in der Jugend der volle Glanz der Frauenliebe umstrahlt hat, blieb ein Schimmer davon unvergänglich auf ihm ruhen: noch in späteren Jahren begegneten ihm Liebesabenteuer und Erfolge bei Frauen und blieb ihm eine gewisse Stutzerhaftigkeit im äußeren Auftreten oder richtiger das erfreuliche Bewußtsein der eigenen männlich schönen Erscheinung. Sorgfältig deckte er mit dem Lorbeerkrantz, mit dem er in späteren Jahren öffentlich erschien, die schmerzlich empfundene Glatze und hätte ohne Zweifel manchen seiner Siege darum gegeben, wenn er damit die jugendlichen Locken hätte zurückkaufen können”.

¹⁶⁰ Sobre o percentual de incidência na língua, as palavras foram consultadas no Corpus do Português NOW, com 1,1 bilhão de vocábulos catalogados, e, selecionando por país, obtivemos o seguinte resultado (por mil): instilaram (0), desanuviante (0), pândego (0,01), feminil (0), janotice (0) e calva (0,05).

divisões de conteúdo que, desde a segunda edição, o historiador havia distribuído como guias nas margens — a ausência não altera a integridade do texto. Vale ressaltar para os demais aspectos o que mencionamos sobre a grafia: controlamos o nível de arcaização, uma vez que uma linguagem impenetrável seria contraproducente à índole performativa que deve ser conservada. O segundo trecho nos permitirá explicar como a personalidade se exterioriza:

César, desde os primórdios igualmente líder do partido popular já por direito hereditário, havia, há uns trinta anos, empunhado nas alturas seu estandarte, sem mudar-lhe as cores nem escondê-lo; manteve-se democrata também como monarca. Ao assumir irrestritamente o legado de seu partido, a despeito, por óbvio, dos absurdos catilinários e clodianos, ao devotar à aristocracia e aos reais aristocratas o mais amargo dos ódios pessoais e ao manter inalterada a ideia essencial da democracia romana — a mitigação das dívidas, a colonização d'além-mar, o paulatino nivelamento das diferenças jurídicas existentes entre as classes integrantes do Estado, a emancipação do que havia de poder executivo no Senado —, punha-se sua monarquia, assim, em tão pouca contradição com a democracia que, ao contrário, esta houve de consumir-se e realizar-se através daquela. Pois essa monarquia não era o despotismo oriental baseado na graça divina, mas a monarquia como Caio Graco quis fundar e como Péricles e Cromwell fundaram: a representação da nação por meio de seu mais elevado e absoluto homem de confiança.¹⁶¹ (III, 476)

Talvez não seja redundante observar *en passant* que comparações ou atributos como “catilinários” e “clodianos” carecem de um receptor suficientemente letrado no assunto; de qualquer forma, o cerne nesse segundo exemplo, em verdade, é este: a sentença estruturante, a maior e mais complexa, cheia de intercalações, num modo de encadear informações bastante típico da obra, deposita na ação o essencial do que quer dizer monarquia e democracia e, por conseguinte, atribui a capacidade de sintetizá-las a César, que conciliou “contradições do ser [Gegensätze der Dasein]” (III, 467), tomou para si a tarefa de revivificar as nações helênica e romana destruídas pela aristocracia (III, 467) e fez-se homem completo “porque se havia imiscuído, como nenhum outro, no fluxo do tempo e porque, perfeitamente como nenhum outro, carregava consigo as particularidades fulcrais da nação romana e as verdadeiras

¹⁶¹ No original: “Caesar, von Haus aus und gleichsam schon nach Erbrecht das Haupt der Populärpartei, hatte seit dreißig Jahren deren Schild hoch emporgehalten, ohne je die Farbe zu wechseln oder auch nur zu decken; er blieb Demokrat auch als Monarch. Wie er die Erbschaft seiner Partei, abgesehen natürlich von den catilinarischen und clodischen Verkehrtheiten, unbeschränkt antrat, der Aristokratie und den echten Aristokraten den bittersten, selbst persönlichen Haß zollte und die wesentlichen Gedanken der römischen Demokratie: die Milderung der Lage der Schuldner, die überseeische Kolonisation, die allmähliche Nivellierung der unter den Klassen der Staatsangehörigen bestehenden Rechtsverschiedenheiten, die Emanzipierung der exekutiven Gewalt vom Senat, unverändert festhielt, so war auch seine Monarchie so wenig mit der Demokratie im Widerspruch, daß vielmehr diese erst durch jene zur Vollendung und Erfüllung gelangte. Denn diese Monarchie war nicht die orientalische Despotie von Gottes Gnaden, sondern die Monarchie, wie Gaius Gracchus sie gründen wollte, wie Perikles und Cromwell sie gründeten: die Vertretung der Nation durch ihren höchsten und unumschränkten Vertrauensmann”.

competências civis”¹⁶² (III, 468). Precisamente porque, por um lado, vemos no capítulo a decadência da nobreza, com exposições sobre a cidade e o campo, e por outro a figuração que justifica e projeta um personagem destinado a interferir naquela realidade e transformá-la é que *fotografia em movimento* enquadra, como boa metáfora, o ritmo de toda essa seção, que passeia entre o velho “apodrecido”, dinâmico na sua derrocada, e o novo “brilhante” que nasce daí, sempre exterior: a reinstauração do reinado, apesar da recusa pública à diadema; a guarnição de fronteiras; a administração financeira e suas reformas; a redistribuição dos cereais, que tanto ameaça de inanição a grande cidade; os reparos urbanos; o domínio sobre a oligarquia e o proletariado; o combate ao superendividamento; a taxaço do luxo e do perdularismo; a gestão das províncias e das minorias através de sua latinização; as meticulosas alterações no calendário; o freio à dissolução moral que acometia, por exemplo, o comportamento das mulheres etc.

A evocação à fotografia nos fornece ainda a oportunidade de discorrer sobre um método de grande fecundidade associado ao imagético. A *visualização* ancora-se na semântica do par moldura-cena, que, no Brasil, a linguística convencionou chamar de *frames* a partir do estadunidense Charles J. Fillmore, mas que, em nosso trabalho, nos chega já filtrada para a aplicação tradutológica pelo microscópio de Kussmaul (2015). O modelo elucida a infusão de significado prototípico, delimitado cultural e contextualmente, a certa forma linguística, isto é, à moldura; a elaboração de uma imagem desenhada na mente durante a prática comunicativa, ou seja, a cena, é o que de fato emprestará sentido à palavra. Como afirma Kussmaul (2015, p. 32), esse “material [...] que nos chega de fora desencadeia ideias em nossa mente que em certo grau já existiam. [Além disso, as] palavras (= molduras) não são vistas como unidades solitárias, mas como parte da cena”.¹⁶³ Em nossa concepção, “Toscana” não suscita de imediato cidades grandes abarrotadas de gente, nem escritórios empoleirados no décimo andar de um edifício comercial com engravatados num vaivém incessante, nem mesmo a Galleria degli Uffizi em Florença, mas, prototipicamente, uma área rural, ampla, plantações de um verde vibrante sob um verão de sol claro e, quem sabe ainda, algumas poucas e pequenas casas de paredes esmaecidas pelo tempo — eis aí a diferença entre a moldura e a cena que a preenche com detalhes. Advêm disso possibilidades criativas para a tradução, seja o

¹⁶² No original: “Nur dadurch war Caesar ein voller Mann, weil er wie kein anderer mitten in die Strömungen seiner Zeit sich gestellt hatte und weil er die kernige Eigentümlichkeit der römischen Nation, die reale bürgerliche Tüchtigkeit vollendet wie kein anderer in sich trug”.

¹⁶³ No original: “Das von außen auf uns zu kommende sprachliche Material löst Vorstellungen in unserem Gehirn aus, die bis zu einem gewissen Grade bereits vorhanden sind. [...] Wörter (= Rahmen) nicht als allein stehende Einheiten gesehen werden, sondern als Teil einer Szene”.

detalhamento, seja a manutenção, seja a reconstrução. Por exemplo, no trecho acerca daquela região italiana e listando *Heimatland, Wiese, Kornfeld, Rebenhügel, Ölbäume e Bäumen*, as decisões devem se compatibilizar, a um só tempo, ao que houver de palpável e visual, na expectativa de adensar ou preservar a encenação narrativa, e ao que esteja de acordo com o projeto geral, visando desvelar as forças ideológicas predominantes. Em dado momento, leremos: “a bela pátria, onde a pradaria irrigada, o centeio exuberante, o vinhedo aprazível estão debruados por escuras filas de oliveiras, onde a pérola do lugar, gozando de um encanto multifacetado, nutre em seu colo jardins os mais fascinantes e é coroada por árvores frutíferas”¹⁶⁴ (III, 519-520). Num livro que tenta espelhar na Roma antiga o surgimento do Estado-nação contemporâneo, não haveria como nos desviar de “pátria” para o que, de outro modo, bem poderia ser apenas “terra natal”; mas a primeira, por sua etimologia procedente do latim, aponta, como a *patria* latina, à institucionalidade que Mommsen tanto prezava. Nesse espaço estável portanto, a “pradaria”, mais que apenas um único *Wiese*, bosqueja um extenso horizonte, onde a política pode ser feita por meio da lavoura, uma extensão da outra; ali se espalham não genéricos “campos de cereais”, mas o “centeio” e, além deles, o “vinhedo”, encimados e enfeitados ambos por “oliveiras”; de toda a área, não a “joia” nem o “adereço”, e sim o terreno que presentificamos como “pérola” coroa seus jardins com árvores propícias à alimentação numa pintura impossível sem que a imaginação conceda vales e cumes. Também recorremos a outros critérios de visualidade quando, por exemplo, a narrativa mira criticamente a composição da capital em fins da República. De início, uma metáfora sobre o campo embute conotação antiaristocrática e censura quem só possuía de seu a capacidade de mendigar pelas vielas: “a distribuição de grãos convidava todo o proletariado romano inane e mandrião oficialmente a estabelecer paragem na capital. Foi uma terrível sementeira, e a colheita lhe correspondeu”¹⁶⁵ (III, 512). Essa relação com a agricultura, atividade econômica principal da nobreza, e nela uma ligação etimológica com a semente merecem ser reproduzidas por prenunciar a responsabilidade das classes governantes no conseqüente banditismo e na proliferação de violência pelas ruas, enquanto os adjetivos depreciativos não se esquecem de assinalar parcela da culpa à individualidade dos sujeitos que, mesmo famintos

¹⁶⁴ No original: “schönen Heimatland entwirft, wo die wohlbewässerte Wiese, das üppige Kornfeld, der lustige Rebenhügel von der dunklen Zeile der Ölbäume umsäumt wird, wo der Schmuck des Landes, lachend in mannigfaltiger Anmut, die holdesten Gärten in seinem Schoße hegt und selber von nahrungsgebenden Bäumen umkränzt wird”.

¹⁶⁵ No original: “Endlich die Getreideverteilungen luden das gesamte nahrungslose und arbeitsscheue Bürgerproletariat offiziell ein seinen Sitz in der Hauptstadt aufzuschlagen. Es war eine arge Saat und die Ernte entsprach ihr”.

porque afetados pela má administração, eram considerados ainda assim preguiçosos. Há algo mais sobre as precárias condições de vida: “A subvenção essencial para manter baixos os preços dos cereais ao proletário vivendo de pires na mão era manejada com o mais inescrupuloso descuido, e as oscilações no valor do trigo foram de tipo fabuloso e incalculável”¹⁶⁶ (III, 512). Da expressão “von der Hand in den Mund lebenden Proletariat”, conservamos em português a “mão” que já está na língua-fonte, mas modificamos a “boca” pelo “pires” e reformulamos, numa construção de igual visibilidade e análogo sentido, as agruras da sobrevivência no período.

Mas que postura tomar quando um termo perfeitamente atrelado à cultura de partida não conjura de imediato nada no solo estrangeiro que pretende frutificar? Denominando os membros da nobreza rural, latifundiários e militares da cavalaria, reacionários e (para liberais e socialistas) símbolo do atraso social e econômico na Confederação Germânica, o vocábulo *Junker*, qualificação pejorativa desde meados do século XIX, não gera quaisquer imagens mentais poderosas aos leitores brasileiros se deixada assim intocada, como ao contrário ocorre com *imperator*, *dictator* ou mesmo *optimates*, logo enfraquecendo a opinião severa de Mommsen sobre essa classe da sua época e quem faz as vezes dela em Roma; uma abordagem pertinente deve, portanto, se valer dos componentes negativos associados à figura para materializá-la em personagem com caracteres legíveis: o coronel, a princípio patente da Guarda Nacional do Império, criada em 1831, e com o tempo transmudando-se em distinção meramente social, ligada aos proprietários de terras que, na Primeira República (1889-1930), exerciam controle militar e financeiro sobre largas parcelas de eleitores nas zonas rurais do país. Sobre o patriciado, o historiador afirma que, em meio às reformulações cesarianas, “continuava existindo, conquanto sem privilégios essencialmente estamentais, porém como uma *guilda de coronéis* [Junkergilde]; mas, uma vez que não podiam mais admitir nenhuma nova linhagem, pereciam mais e mais ao longo dos séculos: não havia no tempo de César mais que quinze ou dezesseis linhagens patrícias”¹⁶⁷ (III, 487). Levando o autor ao leitor, como diria Schleiermacher (1963) em “Sobre os diferentes métodos de traduzir”, temos em

¹⁶⁶ No original: “Die bei einem solchen durchaus von der Hand in den Mund lebenden Proletariat unumgängliche Fürsorge für niedrige Getreidepreise ward mit dem gewissenlosesten Leichtsinne gehandhabt und die Preisschwankungen des Brotkorns waren fabelhafter und unberechenbarer Art”.

¹⁶⁷ No original: “Noch immer bestand die Patricierschaft, wenngleich ohne wesentliche ständische Vorrechte, doch als geschlossene Junkergilde fort; aber da sie keine neuen Geschlechter aufnehmen konnte, war sie im Laufe der Jahrhunderte mehr und mehr zusammengestorben: nicht mehr als fünfzehn bis sechzehn Patriciergeschlechter waren zu Caesars Zeit noch vorhanden”.

vista a força visual e potencialmente performativa que *coronel* pode acarretar e de que *Junker* está destituída. A seguinte cena foi submetida a igual procedimento:

Mas nenhum gênero de luxo prosperou tanto quanto o mais cru de todos: o luxo da mesa. Toda a estrutura das vilas e toda a vida nas vilas conduziam, por fim, aos banquetes. Não havia apenas diferentes cômodos de jantar para inverno e verão; os convivas eram servidos também na galeria de pinturas, na despensa das frutas, no aviário ou num estrado forjado no *pasto de caça* [Wildpark], ao redor do qual, quando o “Orfeu” contratado surgia em figurino de teatro e a fanfarra transbordava, se apinhavam por ali a corça e o porco selvagem amestrados para o evento.¹⁶⁸ (III, 525-526)

Wildpark designa a parte da propriedade real destinada à caça de animais selvagens; porém, como “coutada”, que a substituiria naturalmente, a poucos sugere imagens mobilizadoras, torna-se mais coerente a opção por “pasto de caça”, que consegue dar tanto visualidade quanto ressonância socioeconômica a ambiente que do contrário não teria apelo imediato, mantendo ainda assim a estranheza pelo conjunto da descrição, pelos animais citados e pelo cenário geral. Nesse aspecto, concordamos com Guttinger (1963, p. 15) quando ele defende que uma tradução pode soar estrangeirizante mesmo que o estrangeiro não seja destacado, porque se trata mais de operar a linguagem que o conteúdo. São, por fim, merecedores de registro os casos que evocam uma boa visualização da moldura-cena apesar de sustentados por estruturas que no original indeterminam o sujeito, e não por substantivos concretos, já em si provocativos. Quando Mommsen encena a multidão que acorria à casa do novo “rei democrata” para encontrá-lo e partilhar de sua fama, o pronome *man*, que assinala um alguém não nomeado, adquire presença e materialidade, como em “Todos ao redor sentiam [Man empfand], mais claramente do que o próprio César gostaria, que não visitavam mais um concidadão”¹⁶⁹ (III, 487), ou ainda em “Das mais vastas extensões do abrangente Império, as pessoas fluíam [strömte man] à cidade para especular, farrear, enredar, forjar-se no crime ou mesmo abrigar-se aos olhos da lei”¹⁷⁰ (III, 511). Em ambas as ocasiões, corporalizamos uma estrutura antes menos visual. São reformulações sem dúvida comedidas, mas nem por isso menos interventivas, porque o grau de reelaboração da camada verbal,

¹⁶⁸ No original: “Aber keine Gattung des Luxus blühte so wie die roheste von allen, der Luxus der Tafel. Die ganze Villeneinrichtung und das ganze Villenleben lief schließlich hinaus auf das Dinieren; man hatte nicht bloß verschiedene Tafelzimmer für Winter und Sommer, sondern auch in der Bildergalerie, in der Obstkammer, im Vogelhaus wurde serviert oder auf einer im Wildpark aufgeschlagenen Estrade, um welche dann, wenn der bestellte ›Orpheus‹ im Theaterkostüm erschien und Tusch blies, die dazu abgerichteten Rehe und Wildschweine sich drängten”.

¹⁶⁹ No original: “Man empfand es, deutlicher als es Caesar selber lieb war, daß man nicht mehr zu einem Mitbürger kam”.

¹⁷⁰ No original: “Aus dem ganzen Umfange des weitumfassenden Reiches strömte man nach Rom, um zu spekulieren, zu debauchieren, zu intrigieren, zum Verbrecher sich auszubilden oder auch daselbst vor dem Auge des Gesetzes sich zu verbergen”.

como insistem Hönig e Kussmaul (1991), deve estar a reboque do projeto tradutório¹⁷¹; os critérios avaliativos não se encontrarão, portanto, na concordância ou divergência da parte verbal e visível do texto de chegada com o original, e sim na coerência entre proposta e execução (Hönig; Kussmaul, 1991) — tanto para eles quanto para nós, a função a fundamentar todas as escolhas, ou seja, a performatividade aqui a ressaltar criticamente os ingredientes ideológicos da obra a ser vertida, colaborando ao estudo da historiografia da época e animando o leitor a uma postura avessa a perspectivas hierárquicas e excludentes.

É certo que, na tradução, a performatividade pressupõe uma “destruição [Zerstörung]” do original precedendo uma “represtinação [Repristination]” como resultado, mas esses conceitos não são prescritivos, admitem grande pletera de tonalidades e graus e, antes de tudo, querem dizer que o tradutor deve ser como um “ator ativo e consciente, que se responsabiliza pelas decisões que toma e se posiciona com seu texto no complexo das ações comunicativas de uma sociedade”¹⁷² (Agnetta, 2021a, p. 13), de maneira que se tornam imprescindíveis à redação de um trabalho tradutório a subjetividade e a “construção da *perspectiva* — aquele ato que põe em conexão observador, obra e criador, ligado a esta pelo caráter metonímico”¹⁷³ (Agnetta, 2021b, p. 188). Nesse diálogo de várias vozes em que o tradutor pretende incitar uma resposta do leitorado, a performatividade, incorporando a experiência individual, as emoções despertadas no contato com o texto-fonte e as posições ideológicas prévias de quem traduz (Agnetta, 2021a), pode se expressar em algumas das particularidades que também estão identificadas à performance teatral: 1) a imprevisibilidade, questionando planejamento e emergência; 2) a ambivalência entre papéis ativo e passivo; 3) a subjetividade da percepção; e 4) o poder transformativo do projeto (Agnetta, 2021b; Fischer-Lichte, 2013).

1) O inesperado se manifesta na mudança propositada de vocabulário repetido e nas diferentes interpretações ou ações impulsionadas pela relação receptor-texto a variar em cada geração e em cada sociedade; se não nos compete determinar com certeza as reações possíveis ou mesmo prováveis à nossa tradução hoje ou no futuro, ao menos nos cabe conceder ao leitor mais material para análise e reflexão quando termos polissêmicos vêm à ribalta: *Gemeinwesen*, que ressurgiu 24 vezes, se alternará entre “regime”, “comunidade política”,

¹⁷¹ Sobre o conceito de projeto em tradução, cf. Cardozo (2009).

¹⁷² No original: “aktiver, mündiger Akteur zu verstehen, der eigenverantwortlich Übersetzungsentscheidungen trifft und der sich mit seinem Text im Gefüge der kommunikativen Handlungen einer Gesellschaft positioniert”.

¹⁷³ No original: “dass ästhetische Qualitäten einem gemeinhin als künstlerisch betitelten Artefakt nicht nur *per se* zuzuschreiben, sondern vielmehr ein Produkt, eine Konstruktion der *Anschauung* sind — jener Handlung, die Betrachter, *Euvre* und den auf metonymischem Wege mit diesem verbundenen Erschaffer zueinander in Beziehung setzt”.

“Estado” etc., porque aponta um “tipo de coletividade (nacional) em que se cria uma estrutura social fundamentada num sem-número de necessidades, competências, conhecimentos, divisões de trabalho etc. diferenciadas umas das outras e na qual, com base em costumes tradicionais e legislação, são atribuídos aos membros determinados cargos e posições com direitos, deveres e funções preestabelecidos”¹⁷⁴ (Hegner, 2020, p. 259); como se vê, a definição, ampla e não redutível em português, abrangendo a ordem jurídico-política, mas também o aspecto social-demográfico do conjunto, fomenta molduras-cenas com um apanhado lexical diversificado dentro desse universo. Não é diferente com as dez menções de *Herrschaft*, palavra tão complexa quanto a anterior e já presente na tradição medieval alemã (Launay, 2004, p. 549), que se torna “regência”, “poder”, “domínio”, “autoridade” etc.¹⁷⁵ e sobre a qual discorrem, por exemplo: a) George Simmel e Max Weber, segundo os quais o conceito se define pelo poderio de dada instância considerado legítimo na sociedade e consentido pelos submetidos antes por sua crença nele que pela consciência, calhando assim de explicar “estruturas sociais, conflitos, relações de cooperação e fenômenos de mudança”¹⁷⁶ (Wienold, 2020, p. 311); b) Karl Marx, que o emprega como o exercício da dominação de uma classe sobre as outras (Wienold, 2020); e c) James Samuel Coleman, o qual o explica como “o direito de uma pessoa ou corporação de controlar a ação de outra pessoa em certo aspecto e em determinada extensão”¹⁷⁷ (Wienold, 2020, p. 311). Também não é sempre que *Staatsmann* será vertida como “estadista”, porque se associa positivamente a César, mas em parte negativamente aos demais operadores do Estado, de maneira que em algumas circunstâncias carece ser diminuída ou neutralizada para “político”, a fim de reforçar a posição mommseniana sobre o romano que ele tenta construir. Oferecendo, enfim, as várias nuances contidas na imagem caleidoscópica de certos substantivos e adjetivos, contribuimos para multiplicar os caminhos interpretativos através de uma sensação mais polifônica; afinal, a pluralidade ou, como nos convence Cassin (2022, p. 58), a “homonímia, inclusive sob a

¹⁷⁴ No original: “Typus der (Volks-)Gemeinschaft, in dem sich auf der Grundlage einer Vielzahl von gegeneinander abgrenzbaren Bedürfnissen, Fähigkeiten, Kenntnissen, Arbeitsbereichen usw. ein soziales Gefüge herausgebildet hat, in dem aufgrund überkommener Sitte und gesetzten Rechts die Angehörigen der Volksgemeinschaft jeweils bestimmten Ämtern und Ständen mit vorgegebenen Rechten, Pflichten und Funktionen zugeordnet sind”.

¹⁷⁵ Em outras línguas, pode ser ainda *autorité, domination, pouvoir, seigneurie* (francês); *command, dominion, lordship, reign, rule* (inglês).

¹⁷⁶ No original: “gesellschaftlicher Strukturen, Konflikte, kooperativer Beziehungen, Erscheinungen des Wandels”.

¹⁷⁷ No original: “Recht einer Person oder einer Korporation, das Handeln einer anderen Person in bestimmter Hinsicht und in bestimmtem Umfang zu kontrollieren”.

forma de polissemia, está inscrita na singularidade de cada língua: ela manifesta sua contingência e perturba radicalmente sua pretensão ao estatuto de *logos*”.

2) Visto que as funções de receptor e emissor confluem à figura do tradutor, esse papel ambíguo garante que nossa visada crítica por um lado e nossa consequente atividade interventiva por outro também desloquem quem lê de um estado de passividade. Em transgressão à praxe das produções acadêmicas na língua alemã e em consonância ao dialogismo dos discursos opinativos e performativos, elegemos o plural majestático como ferramenta profícua e reiterada, que, apesar de impessoal, não é propriamente genérica; ao convocar um “nós” implícito ou explícito que elucida o argumento ou vai ao palco junto com os personagens, a voz narrativa toma o leitor pela mão e o leva junto consigo, tornando-o cúmplice dos juízos de valor que assume e compartilha. Sempre que puder englobar também o próprio narrador, a ideia gramatical do pronome *man* some aqui em favor de períodos nos quais predomina a terceira pessoa do plural. Por exemplo, o trecho em que a anáfora como figura de construção estilística ressalta qualidades cesarianas perderá em todas os verbos a partícula apassivadora: “Com razão celebramos [e não “celebra-se”] o orador César devido a toda a eloquência escarnekedora e máscula da sua retórica jurídica [...]. Com razão admiramos [e não “admira-se”] no escritor César a inimitável facilidade da composição, a singular pureza e a beleza da linguagem”¹⁷⁸ (III, 464). Em outra parte, a conversa performativa será direta, por meio de um comando ou convite que o escritor havia deixado apenas nas entrelinhas: “Pensemos em Londres com a população escrava de Nova Orleans, com a polícia de Constantinopla, com a inoperosidade de Roma atual e com a agitação na política à moda de Paris em 1848, e assim teremos uma ideia aproximada do esplendor republicano cuja derrocada Cícero e seus companheiros lastimavam em desenganadas cartas”¹⁷⁹ (III, 513). O imperativo leva vantagem sobre opções menos impositivas¹⁸⁰ como “Tente-se pensar [Man versuche sich (...) zu denken]”. Mesmo quando *man* se ausenta, algumas passagens permitem que o plural dialógico reforce o laço entre os vários participantes da comunicação. Ocorre no parágrafo que inicia com uma autorreferência de

¹⁷⁸ No original: “Mit Recht rühmt man den Redner Caesar wegen seiner aller Advokatenkunst spottenden männlichen Beredsamkeit [...]. Mit Recht bewundert man an dem Schriftsteller Caesar die unnachahmliche Einfachheit der Komposition, die einzige Reinheit und Schönheit der Sprache”.

¹⁷⁹ No original: “Man versuche sich ein London zu denken mit der Sklavenbevölkerung von New Orleans, mit der Polizei von Konstantinopel, mit der Industrielosigkeit des heutigen Rom und bewegt von einer Politik nach dem Muster der Pariser von 1848, und man wird eine ungefähre Vorstellung von der republikanischen Herrlichkeit gewinnen”.

¹⁸⁰ Não é demasiado salientar que as formas passivas em alemão podem adotar em alguns contextos uma força ilocutória do tipo ordem ou instrução (Hönig; Kussmaul, 1991, p. 79), garantindo à tradução alternativas criadoras de que tentamos nos aproveitar.

Mommsen a partir do ofício como *Geschichtsschreiber*; na tradução, implicamos a narração em vez de mantê-la como espelho de um terceiro, por isso no lugar de “Será porém bem aqui neste ponto que o *historiógrafo* deve expor expressamente o que supunha tácito em toda parte”¹⁸¹ estará escrito “Será porém bem aqui neste ponto que deveremos expor expressamente o que supúnhamos tácito em toda parte” (III, 476). Menos apartado e mais engajado, nosso autor tem mais chances de produzir um leitor também político e atuante ou ao menos em grande medida consciente dessas características naquilo que lê.

3) A percepção como processo performativo oscila constantemente entre corpos, espaços e objetos no seu surgimento fenomênico, quando esses elementos se manifestam enquanto tais, isto é, por descrição visual do que são, ou na sua aparição simbólica, revelando-se por signos e alusões (Fischer-Lichte, 2013, p. 101); disso geram-se noções de espacialidade, corporalidade, sonoridade e temporalidade dependentes de tal modo de captar o mundo circundante (Fischer-Lichte, 2013, p. 103). É a perspectiva que qualifica algo como observável, podendo por isso obter o assunto, foco de atenção, sentidos diferentes tantos sejam seus observadores; na prática, o sentido da obra traduzida também estará subordinado às peculiaridades da percepção (Agnetta, 2021b, p. 186). Partindo então de original generoso em retratar o espaço, com comentários sobre a bagunça da capital e a extravagância de certas propriedades rurais; o corpo, na caracterização física de César; o som, quando repara nas multidões ou nos jantares cheios de entretenimentos; e o tempo, por insistir nas idas e vindas de uma República em mutação, colaboramos para reverberar uma atmosfera temporal presentificadora ao emular em essência o movimento profundo do texto — passado aristocrático, presente cesariano, futuro conhecido, mas apenas em potência. Enquanto nosso epigrafista salpicava seu estudo historiográfico com categorias e termos anacrônicos com a intenção de eliminar a distância de Roma ao século em que vivia, na tradução interferimos nos verbos não para provocar qualquer facilitação ou aproximação, mas com o fito de que, tratando a Antiguidade em todos os aspectos temporais, tanto seja o *status científico* do livro posto em crise quanto possa a passagem do tempo atingir nossos sentidos. Um excerto sobre os provinciais condensa todos os ingredientes dessa proposta: “Como ainda doíam as antigas chagas, César faz surgir, para súditos tão vilipendiados, a aurora de tempos mais suportáveis [...]. Não à toa se enlutarão junto ao corpo do grande libertador sobretudo os súditos com os

¹⁸¹ No original: “Wohl aber wird es gerade hier am Orte sein das, was der Geschichtsschreiber stillschweigend überall voraussetzt, einmal ausdrücklich zu fordern”.

melhores romanos”¹⁸² (III, 548). A tradução das duas sentenças nas quais as feridas de antes são curadas hoje pelo homem que, como recompensa, terá num amanhã o amor dos súditos durante seu funeral pontua toda a mistura de temporalidades que formam os alicerces e não a superfície do texto-fonte, e portanto estão ausentes de um original mais adepto do *Präteritum*; há ainda ali César e sua capacidade de manobrar os materiais disponíveis para cumprir um programa político-militar revolucionário. Que todo o capítulo tenha sido submetido ao mesmo procedimento de reorientação temporal não significa, entretanto, uma reformulação indiscriminada, porque aqui o gesto historicizante e a presentificação devem conviver num equilíbrio que nem parodie uma linguagem arcaica às expensas da mensagem nem abandone o colorido do passado para voltar-se ao mero conteúdo, mas se beneficie do melhor dos processos dessa lente com que enxergamos os tempos anteriores (Zimmer, 1981, p. 139); chamar a atenção às artimanhas utilizadas pelo tradutor, sem que isso se degenere em maneirismos, serve para iluminar a postura crítica de nossa percepção.

4) O ambiente de liminalidade perlocutória, que as apresentações teatrais originam através de uma ritualização da performance (Fischer-Lichte, 2013), aqui não terá nada além do próprio texto para estruturar e mobilizar a recepção. De tal forma, deve lidar com as expectativas que a cultura de chegada atribui ao gênero historiográfico e à escrita acadêmica em geral, a partir de fatores situativos determinantes para a comunicação, como relações sociais, grau de confiabilidade, lugar de emissão, tempo, origem geográfica, classe, gênero (Hönig; Kussmaul, 1991, p. 66, 71); o fato de ter sido elaborado há dois séculos não apaga de antemão os pressupostos atuais de que a história é um campo autorizado do saber, com cursos universitários que credenciam bacharéis e licenciados em todo o país e avalizam projetos em nível de pós-graduação, de maneira que um trabalho nessa área *científica* deve obedecer a critérios durante a pesquisa e a redação, como a verificabilidade das fontes consultadas ou a linguagem clara, correta e, antes de tudo, informativo-reflexiva. A ideia de que o projeto historiográfico de um dos nomes mais influentes do pensamento alemão no século XIX em Antiguidade e laureado com o Prêmio Nobel esteja antes empenhado em defender certas pautas políticas do que fazer o leigo ou o especialista compreenderem melhor o passado é contrária ao senso comum (e às próprias convenções da disciplina), de que o leitor não se desvencilha facilmente. De início, um livro de expressão literária marcada, obscuro em alguns aspectos estilísticos, sem fontes registradas e desequilibrado ao focar personagens na

¹⁸² No original: “Wie auch noch die alten Wunden schmerzten, mit Caesar erschien den vielgeplagten Untertanen die Morgenröte einer erträglicheren Zeit [...]. Wohl mochten mit den besten Römern vor allem die Untertanen an der Leiche des großen Befreiers trauern”.

história desconforta e surpreende pelo incomum de afirmações como as seguintes: “César é homem total e completo [ist Caesar der ganze und vollständige Mann]” (III, 467) e “Assim agiu e criou como nenhum mortal antes ou depois dele; e como agente e criador viveu ainda milênios na memória das nações ele, o primeiro e ainda único *imperator* César”¹⁸³ (III, 569). Com esse pendor desmesurado em prol do romano, o capítulo constrói uma atmosfera em que o choque diante da fluidez dos critérios na pesquisa e na escrita se torna parte inerente e necessária à força performativa; representar o descendente dos heróis homéricos ao mesmo tempo como único e veículo do *Zeitgeist* arremessa o personagem e o livro para o terreno da composição literária, enquanto os afasta do que se convencionou como objetividade na ciência. Mas, se Mommsen, para instruir politicamente e convencer o interlocutor à unificação alemã através de um homem forte que sintetizasse democracia, monarquia e militarismo, usava o “êxito” das reformas cesarianas, isto é, ações exteriores que César identificou, planejou e executou em meio à antiga patifaria aristocrática descrita de modo visual, já nesta tradução, atentos aos percursos tenebrosos do nacionalismo chauvinista, ao culto de personalidades militares na seara política, ao exercício da autoridade e do jugo monárquicos e coloniais, os mesmos mecanismos, deslocados em época e geografia diferentes — como o Quixote cervantino reescrito pelo borgiano Pierre Menard —, nos ensinam por contraste sobre os perigos contidos nesse receituário ideológico e podem oferecer, no aspecto perlocutório, a recusa e a aversão a repetir caminhos testados no passado. Ou no mínimo gerar discussão.

Por isso vem bem a calhar a assertiva de que “a tradução é para as línguas o que a política é para os homens” (Cassin, 2022, p. 98), ou seja, lugar precípuo de alteridade e disputa, pois, num trabalho como o nosso, as duas instâncias estão num atrito produtivo: na introdução da polifonia, do equívoco, do divergente — quando o tradutor explicita as singularidades e as diferenças linguístico-culturais —, conceitos universais, antes totalizantes e unívocos, amigados da verdade com v maiúsculo, agora podem se tornar “consequentes”, tratados em termos de “melhor para” e aptos a despertar mudanças que superem o caráter originalmente excludente, tendo como base que o “verdadeiro” é discurso e performance da linguagem, portanto contingente, porém não arbitrário (Cassin, 2022). As concepções de nacionalismo, unidade, liberdade, história como uma batalha moral entre culturas superiores e inferiores ligadas à formação do Estado-nacional moderno, importantes em Mommsen e aos historicistas germânicos do Oitocentos, podem ser repensadas sob ótica crítica, uma vez que,

¹⁸³ No original: “So wirkte und schaffte er wie nie ein Sterblicher vor und nach ihm, und als ein Wirkender und Schaffender lebt er noch nach Jahrtausenden im Gedächtnis der Nationen, der erste und doch auch der einzige Imperator Caesar”.

para “complicar” estabilidades e hierarquias, a tradução, produzindo a falsa ideia de que o sentido possa ser fixado, quando muito ao contrário se multiplica em diferentes tentativas (Cassin, 2022, p. 76-77), é também política por outros meios, na aptidão desta para interferir e alterar a sociedade. Como Mommsen continua se comunicando com o mundo contemporâneo, dado que as pessoas de hoje não se desfizeram da gramática e do vocabulário que os homens e mulheres do século XIX desenvolveram para nós, uma tradução da história política e politizada redigida por esse intelectual conversará conosco através de seus personagens e ações inseridos num período de crise, como parece ser nosso presente. A tradução, portanto, como espelho que faz refletir (nas várias acepções do verbo) uma imagem específica da Alemanha e de Roma, de Mommsen e de César, mas também nossa e de nosso país; a tradução, em suma, não como mestra, mas como agente da vida.

CAPÍTULO IV | TRADUÇÃO

A antiga República e a nova monarquia¹⁸⁴

O novo monarca de Roma, o primeiro soberano a todo o território de civilização romano-helênica, Caio Júlio César, estava no quinquagésimo sexto ano de vida (nascido em 12 de julho do ano 652 da cidade?, isto é, 102 a.C.), quando a batalha de Tapso, a última de uma longa série de momentosas vitórias, depositou nas mãos dele a decisão sobre o futuro do mundo. De pouca gente foi o vigor tão posto à prova como o desse gênio criador, o único de Roma e o último que o mundo antigo produziu e cujos caminhos este percorreu até à própria ruína. Rebento de uma das mais antigas famílias aristocráticas do Lácio, cuja árvore genealógica remetia aos heróis da *Ilíada*, aos reis de Roma e mesmo a *Vênus-Afrodite*, deusa partilhada por ambas as nações, passou seus anos de meninice e os primeiros da juventude como costumavam passar os mais distintos jovens daquela época. Também do cálice daquele estilo de vida experimentara o mel e o fel; recitara e declamara; exercitara de seu descanso a literatura e compusera versos; concorrera em tramas de amor de toda sorte e fizera-se iniciar nos mistérios de barba, cabelo e indumentária da toalete à época, bem como em arte ainda tão mais enigmática, sempre tomando de empréstimo e nunca lha pagando. Mas o aço tenro dessa natureza resistia mesmo a tais práticas relapsas e levianas; César manteve íntegros tanto o frescor do corpo quanto o viço do espírito e do coração. Guerreando e cavalgando, estava à altura de todos os soldados, e o nado salvou-lhe a vida em Alexandria; a incrível rapidez das costumeiras viagens noturnas com o fito de poupar tempo — o exato oposto da vagareza de cortejo com a qual Pompeu se deslocava de um lugar a outro — era de pasmar os contemporâneos, sem que fosse a causa última dos seus êxitos. Assim como o corpo era o espírito. A admirável capacidade de análise revelava-se na segurança e na exequibilidade de todos os seus comandos, mesmo ali onde ordenava sem ver com os próprios olhos. A memória era incomparável, e era corriqueiro gerir vários assuntos em simultâneo com a mesma firmeza. Conquanto cavalheiro, gênio e monarca, tinha porém coração. Enquanto viveu, nutriu pela honrosa mãe, Aurélia — o pai morreu antes dele —, a veneração mais límpida; às mulheres e sobretudo à filha Júlia dedicou sincera afeição, que não ficou sem repercussões na arena política. Com os mais hábeis e vigorosos homens de seu tempo, de extração elevada ou inferior, travou uma bela relação de confiança mútua, cada qual à sua

¹⁸⁴ O capítulo pode ser recuperado no seguinte endereço: <https://x.gd/JO69f>. (N.T.)

maneira. Como nunca deixava um dos seus cair na postura derrotista e apática de Pompeu e como, inequívoco, aferrava-se aos amigos nos bons e nos maus momentos não apenas por cálculo, muitos houve entre eles, como Aulo Hircio e Caio Mateus, que lhe conservaram apreço em belos testemunhos, mesmo depois de sua morte. Se em natureza assim tão harmonicamente organizada um único aspecto puder ser ressaltado como característico, este é o afastamento dele a toda ideologia e a toda fantasia. É evidente que César era um homem ardoroso, pois sem ardor não há genialidade; mas seu ardor não o dominava. Tivera juventude; e canções, amores e vinhos instilaram nele também o temperamento a uma vida vivaz; mas não penetraram até ao mais interno âmago de seu ser. A literatura ocupou-o longa e seriamente; mas, se o Aquiles homérico não deixava Alexandre dormir, já César, nas horas insones, tecia considerações sobre as declinações de substantivos e verbos latinos. Como todos à época, compôs versos, mas fracos; em compensação, interessavam-lhe matérias astronômicas e científicas. Se o vinho era e foi desanuviante para Alexandre, já o tímido romano evitou-o totalmente após uma mocidade de pândego. Como a todos aqueles a quem na juventude iluminou o intenso brilho do amor feminino, restou nele uma chama imperecível: mesmo em anos posteriores, encontravam-no aventuras amorosas e sucessos com mulheres, e mantinha-se nele uma certa janotice no comportamento exterior ou, mais precisamente, a consciência satisfeita da própria aparência de belo homem. Zeloso, cobria com a coroa de louros, com a qual viria a aparecer de público anos mais tarde, a calva dolorosamente sentida, e teria sem dúvidas abdicado de muitas de suas vitórias se pudesse com isso reaver os cachos de jovem. Mas gostava, mesmo já monarca, tanto de conhecer mulheres quanto, porém, de usufruir delas e de modo nenhum conceder a elas influência sobre si; mesmo a relação bastante comentada com a rainha Cleópatra só fora entabulada para mascarar um ponto mais fraco de sua posição política. César era completamente realista e racional; e o que enfrentava e realizava era atravessado e conduzido pela genial sobriedade que caracterizava seu mais íntimo feitio. A este agradecia a capacidade de viver energicamente o instante, incólume a lembranças e expectativas; a ele, a habilidade de agir a cada momento com forças renovadas e de dedicar-se ao menor e mais fugaz princípio de sua total genialidade; a ele, a versatilidade, com a qual depreendia e dominava o que o intelecto pudesse entender e a vontade pudesse sujeitar; a ele, a segura leveza com que estruturava frases e planejava campanhas; a ele, a “admirável serenidade” que lhe continuava fiel nos dias bons e maus; a ele, a completa independência que não permitia a nenhum preferido e a nenhuma amásia, nem mesmo a nenhum amigo, ascendência sobre si. Derivava, no entanto, dessa clareza de compreensão que César não nutria ilusões sobre o poder do destino e a capacidade das gentes; para ele, havia-se

rasgado o delicado véu que escondia às pessoas a insuficiência dos próprios atos. Uma vez que planejava com inteligência e refletia acerca de todas as possibilidades, nunca se furtava a seu peito o sentimento de que, em todas as coisas, a sorte, isto é, o acaso, deveria fazer o melhor; e podia também relacionar-se com isso que desafiava com frequência o destino e principalmente que pusesse sua pessoa em risco reiteradas vezes sob arrojada indiferença. Assim como gente excepcionalmente racional refugia-se em puros jogos de azar, havia no racionalismo de César um ponto que em certa medida tangenciava o misticismo.

De uma tal predisposição só podia mesmo provir um estadista. Desde a mais tenra idade, era César um estadista no mais profundo senso da palavra; e seu objetivo, o maior que é dado a uma pessoa estabelecer-se: a ressurreição moral, intelectual, militar e política da própria nação, tão profundamente decaída, e da nação helênica, tão intimamente irmanada com a sua, mas ainda mais profundamente decaída. A árdua lição extraída de trinta anos de experiência alterou-lhe a perspectiva a respeito dos meios a atingir esse objetivo; o objetivo permanecia o mesmo em tempos de auspiciosa degradação e de ilimitada plenitude do poder, em tempos nos quais, como demagogo e conspirador, esgueirava-se até ele por obscuros caminhos e em tempos nos quais, diante dos olhos do mundo, se ocupava em plena luz do dia de sua obra, como detentor do mais elevado poder e depois como monarca. Nos mais diferentes tempos, todas as medidas duradouras partidas dele se adaptavam com bastante propriedade ao grande plano geral. Não se trata de realizações singulares de César; ele não concretizou nada de próprio. Com razão celebramos o orador César devido a toda a eloquência escarnecedora e máscula da sua retórica jurídica, que, como a chama transparente, a um só tempo ilumina e aquece. Com razão admiramos no escritor César a inimitável facilidade da composição, a singular pureza e a beleza da linguagem. Com razão os maiores mestres bélicos de todos os tempos incensaram o comandante César, que, como nenhum outro, incólume à rotina e à tradição, sempre sabia encontrar aquela liderança militar através da qual derrotava o inimigo em dada circunstância, e essa dada circunstância era correta; que encontrava para cada propósito os meios corretos com uma segurança divinatória; que, após a derrota, ficava de prontidão, como Guilherme de Orange, e com a vitória, sem exceção encerrava a campanha; que com o elemento da liderança militar, cuja condução diferenciava o gênio militar do oficial de competência comum, operava a ligeira movimentação das massas com insuperável perfeição e encontrava a garantia de vitória não no número de forças em combate, mas na velocidade da movimentação, preparada não com antecedência, mas sob ação apressada e mesmo ousada, até por meios insuficientes. Porém tudo isso era, para César, secundário; ainda que fosse grande orador, escritor e comandante, apenas tornou-se cada uma

dessas coisas porque era um arrematado estadista. Em especial porque nele o papel de soldado tinha sido totalmente acidental, e era essa a mais importante das características que o diferenciavam de Alexandre, Aníbal e Napoleão, pois o ponto de partida de sua atividade política não foi o papel de oficial, mas o de demagogo. De acordo com o plano originário, havia pensado em alcançar o objetivo sem violência armada, como Péricles e Caio Graco, e durante dezoito anos tinha agido como líder do partido popular exclusivamente nos planos e intrigas políticos, antes que, já entrado nos quarenta, convencendo-se com relutância sobre a necessidade de apoio militar, se pusesse à frente de um exército. É justificável que mesmo posteriormente tenha se tornado cada vez mais estadista que general — feito Cromwell, que também se transformou de líder da oposição em chefe militar e rei democrata e que, embora o príncipe puritano se assemelhasse tão pouco ao atraente romano, foi, talvez entre todos os estadistas, o mais proximamente afim a César, tanto em seu desenvolvimento quanto em objetivos e êxitos. Mesmo na liderança da guerra, esse comando militar improvisado era bastante discernível; nas empreitadas de Napoleão contra o Egito e contra a Inglaterra não era tão claramente visível o tenente de artilharia elevado a comandante como naquelas de César o demagogo metamorfoseado em comandante. Dificilmente um oficial treinado teria conseguido, por considerações políticas que não fossem de natureza forçosa, pôr de lado as mais fundamentadas ponderações militares desse jeito, como fizera César reiteradas vezes, mais notadamente no desembarque em Épiro. Algumas de suas ações são repreensíveis do ponto de vista militar; mas o comandante perde apenas no ponto em que ganha o estadista. A tarefa do estadista foi de natureza universal, como o gênio de César: quando atacava os assuntos mais diversos e invulgares, todos eles remetiam sem exceção àquele grande objetivo a que servia com necessária fidelidade e consequência; e nunca entre os diversos lados e pendores de sua grandiosa atividade preferia um em detrimento de outro. Embora mestre na arte bélica, tinha porém, por considerações republicanas, feito o máximo para evitar a guerra civil e para colher os louros tão sem sangue quanto possível, depois que ela começou. Embora fundador de uma monarquia militar, não faz surgir, com sua energia sem precedentes na história, nem uma hierarquia marcial nem um governo pretoriano. Se havia aliás lado com mérito cívico, preferia antes a ciência e as artes da paz que as militares. A mais notável particularidade da sua criação política foi a perfeita harmonia. Em verdade estavam reunidas em César todas as condições para a mais difícil entre as realizações humanas. Realista do princípio ao fim, de modo algum contestou as figuras do passado e a honrosa tradição: para ele, nada valia na política senão a presença viva e a lei arrazoada; da mesma forma, ele, também gramático, pôs de lado a pesquisa histórico-antiquária e nada reconhecia senão, de

um lado, o uso corrente da língua e, de outro, as regras da uniformidade. Soberano desde o nascimento, comandava o temperamento das gentes, como o vento coage as nuvens, e impelia a unirem-se a ele as mais diversas naturezas: os cidadãos humildes e os grosseiros suboficiais, as elegantes senhoras de Roma e as belas princesas do Egito e da Mauritânia, o brilhante general de cavalaria e o banqueiro calculista. Era de um maravilhoso talento para a organização; nunca tão decisivamente um estadista ameahou tantas alianças, nunca um comandante manteve exército com elementos tão descosidos e antagônicos quanto César o fez com coalizões e legiões; nunca um regente julgou com visão mais aguçada as ferramentas de que dispunha e empregou cada uma delas no lugar que entendia conveniente. Era um monarca; mas nunca agiu como rei. Feito também senhor absoluto de Roma, manteve-se atuando como líder partidário; totalmente dócil e habilidoso, complacente e afável na conversação, cortês com todos, parecia não querer ser nada senão o primeiro entre os pares. César evitou por inteiro o erro de tantos homens, do contrário iguais a ele, os quais transferiam à política o tom de comando militar; a irritante relação com o Senado lhe deu várias ocasiões para tanto, mas nunca descambou ele à brutalidade, como no Dezoito de Brumário. César era monarca; mas nunca o capturou a febre da tirania. Talvez seja o único entre os grandiosos soberanos que nunca lidou com grandes e pequenos por meio de simpatia ou capricho, mas sem exceção por deveres regenciais, e que, ao olhar a vida em retrospecto, podia até se ter lamentado pelos cálculos equivocados, mas não encontrava arrependimento em deslizos do fervor. Não há nada na vida de César que se possa comparar em pormenores¹⁸⁵ com aquelas irrupções de poesia e sensibilidade, com o assassinato de Clito ou com o incêndio de Persépolis, que a história de seu grande antecessor conta no Oriente. É talvez, afinal, o único entre aqueles grandes homens que se ateve ao compasso republicano no possível e no impossível até o fim da carreira e não falhou naquela tarefa, a mais árdua a todos de natureza excepcional, naquela tarefa de reconhecer, em meio aos píncaros do sucesso, as restrições naturais deste. Realizou o que foi possível, e nunca, por amor a um melhor inalcançável, absteve-se de um bom alcançável, nunca rejeitou ao menos mitigar a moléstia sem cura com paliativos. Mas, ao reconhecer que ali falava o destino, sempre obedecia. Alexandre no rio Hípanis e Napoleão em Moscou recuaram por necessidade e enfureceram-se contra o destino porque também seus preferidos só gozaram de limitado sucesso; César regressou espontaneamente do Tâmsa e do Reno e pensava também pôr em

¹⁸⁵ Se a relação com Labério, contada pelo conhecido prólogo, foi apresentada como exemplo do temperamento tirânico de César, é porque desconheciam a ironia da situação e do poeta, a despeito da ingenuidade de tratar como mártir um poeta cobiçosamente coberto de honorários.

prática no Danúbio e no Eufrates não um plano desmesurado de dominação mundial, mas apenas uma bem ponderada regulação de fronteiras.

Assim era esse homem singular, que parece tão fácil de descrever, mas que, no entanto, é tão infinitamente difícil. Toda a natureza dele tinha uma claridade translúcida; e a tradição conserva dele comentários mais copiosos e vívidos que sobre qualquer outro de seus pares no mundo antigo. Uma tal personalidade pode ser concebida de modo certamente mais superficial ou mais profundo, mas não de maneira diversa; ao pesquisador não experimentado revela-se a excelsa figura com os mesmos traços essenciais, e, entretanto, ninguém consegue reproduzi-los de concreto. O segredo repousa na perfeição dele. Tanto humana quanto historicamente, César encontra-se no ponto de equilíbrio em que se neutralizam as contradições do ser. De enorme força criadora e, a um só tempo, do mais pujante intelecto; já saído da juventude e ainda não entrado na velhice; de vontades supremas e consecuições supremas; eivado de ideais republicanos e, ao mesmo tempo, nascido para o reinado; um romano no mais profundo âmago do ser e sempre convocado a conciliar e desposar o desenvolvimento romano e helênico tanto em si quanto nos outros, César é homem total e completo. Por isso faltam-lhe, mais que a qualquer outra personalidade histórica, o que podemos chamar de traços característicos, os quais não são, porém, senão desvios do desenvolvimento humano conforme a natureza. O que salta à primeira vista se mostra, em considerações mais detidas, não como individualidade, mas como idiossincrasia da nação ou da cultura à época, uma vez que suas aventuras juvenis eram comuns a todos os contemporâneos igualmente dotados, que seu temperamento apoético mas energicamente lógico era o temperamento sobretudo dos romanos. Participava da total humanidade de César que estivesse condicionado em altíssimo grau ao tempo e ao espaço; pois não há humanidade em si, uma vez que o ser humano não pode se encontrar senão contido em dada particularidade nacional e em determinado traço de cultura. César era um homem completo somente porque se havia imiscuído, como nenhum outro, no fluxo do tempo e porque, perfeitamente como nenhum outro, carregava consigo as particularidades fulcrais da nação romana e as verdadeiras competências civis, assim como seu helenismo estava também há muito intimamente entrelaçado à nacionalidade itálica. Mas mesmo nisso reside a dificuldade, ou deveríamos dizer impossibilidade, de retratar César com nitidez. Assim como o artista pode realizar tudo exceto a beleza em sua plenitude, só conseguimos também calar ao encontrar a perfeição a cada mil anos. Pois a regra pode muito bem ser expressa, mas só nos dá a ideia negativa de uma ausência de escassez; o segredo da natureza, ao unir normalidade e individualidade em seu mais completo desvelamento, é inexprimível. A nós não resta senão

louvar com entusiasmo aqueles que assistiram a essa perfeição e obter dela uma ideia a partir do reflexo que emana da obra imperecível feita por essa grandiosa natureza. Traz, de fato, a marca do tempo. O homem romano não se punha meramente no nível de seu predecessor grego mais jovem, mas o superava; entretanto, o mundo envelheceu, e a chama juvenil apagou-se. As ações de César não têm mais que as de Alexandre a benfazeja tendência de avançar pelas amplidões incomensuráveis; ele fez-se nas ruínas e delas emergiu, e sentia-se satisfeito por adaptar-se a espaços amplos mas limitados, outrora dependentes, ao modo mais tolerável e seguro que conseguisse. Com razão, a refinada atividade poética dos povos não devotou muita atenção ao apoético romano, mas, em compensação, vestiu o filho de Filipe com todo o brilho dourado da poesia, e a lenda com todas as cores do arco-íris. Mas, com igual razão, a vida política das nações enquadrou-se reiteradas vezes, desde milênios, às linhas traçadas por César; e, quando os povos aos quais o mundo pertence nomeiam ainda hoje o mais excelso de seus monarcas com o nome daquele, repousa aí uma admoestação profunda, ainda que infelizmente vergonhosa.

Se houvesse de escapar à situação antiga e, sob todos os aspectos, incurável e regenerar o regime, deveria antes de tudo apaziguar de fato o país e limpar do chão os destroços que o cobriram por toda parte desde a última catástrofe. Para tanto, César aplicava o princípio da reconciliação entre os partidos de então, ou, melhor dizendo — uma vez que com antagonismos tão irreconciliáveis não se podia falar de uma real conciliação —, o princípio de que o campo de batalha, no qual até então haviam lutado entre si nobreza e *populares*, tinha de ser abandonado por ambas as partes, e ambas tinham de congregar-se no solo de uma nova constituição monárquica. Antes de tudo, tratou toda antiga desavença havida no passado republicano como encerrada para todo o sempre. Enquanto César ordenava a reposição da estátua de Sula derrubada pelo populacho urbano após a notícia da Batalha de Farsália, assim reconhecendo que se devia fazer justiça a respeito desse homem grandioso e único na história, suspendia, ao mesmo tempo, as últimas consequências ainda vigentes de sua lei de exceção, trazia do exílio os ainda banidos pelas balbúrdias de Cinna e Sertório e devolvia aos filhos dos proscritos por Sula os direitos políticos passivos que haviam perdido. Foram igualmente restituídos todos aqueles que, nos estágios prévios da última catástrofe, por meio da deliberação dos censores ou por processos políticos, em especial com as acusações formuladas devido à lei de exceção de 702 (52 a.C.), haviam perdido o assento no Senado ou a existência civil. Restaram apenas, com justiça, aqueles que haviam matado os proscritos por dinheiro e, ademais, outros conspurcados, e o mais temerário *condottiere* do partido senatorial, Milão, fora excluído do indulto geral.

Muito mais difícil que a ordenação dessas questões que recaíam em essência sobre o passado era o tratamento dos partidos que se defrontavam no momento: de um lado, os próprios apoiadores democráticos de César; de outro, a aristocracia derrubada. É bastante evidente que aqueles, com os processos de César e suas exigências após a guerra, estavam porventura menos de acordo em abandonar o antigo ponto de vista partidário que estes. O próprio César queria o mesmo que Caio Graco tinha em mente; porém a intenção dos cesarianos não era mais a mesma dos graquianos. O partido popular romano fora pressionado em progressão crescente, de reforma em revolução, de revolução em anarquia, de anarquia em guerra contra a propriedade; festejavam entre si a memória daquele domínio do medo e enfeitavam com flores e coroas agora o túmulo de Catilina, como outrora o dos Gracos; haviam se postado sob a bandeira de César porque esperavam dele o que Catilina não lhes pudera prover. Quando logo ficou constatado que César não queria ser nada mais que o executor testamentário de Catilina e que os endividados só podiam esperar dele no máximo um abatimento nas dívidas e a atenuação dos processos, surgira então a amarga pergunta: para quem o partido popular havia vencido senão para o povo? E a súcia de nobres e pobres entre eles começou, pela expressiva irritação sobre as malogradas saturnálias político-econômicas, a cortejar os pompeanos e então a tramar aí uma guerra civil dentro de uma guerra civil, até mesmo durante a ausência de César, que passou quase dois anos fora da Itália (janeiro de 706, isto é, 48 a.C., até o outono de 707, isto é, 47 a.C.). Bom aristocrata e terrível pagador, de certo talento e maior instrução, sujeito sólido e eloquente no Senado de então e um dos mais fervorosos precursores a favor de César no mercado público, o pretor Marco Célio Rufo, sem maiores ordens, introduziu uma lei popular que concedia aos devedores uma moratória de seis anos sem juros e, depois, já que seguira esse caminho, uma segunda, que cassava todas as dívidas dos empréstimos e dos aluguéis correntes, o que fez o Senado cesariano confiscar seu posto. Isso foi antes da Batalha de Farsália, e o prato da balança na grande luta pareceu pender para o lado dos pompeanos; Rufo firmou aliança com o líder do bando senatorial, Milão, e ambos instituíram uma contrarrevolução que inscreveu em seu estandarte de um lado a constituição republicana e de outro a revogação das dívidas e a libertação dos escravos. Milão abandonou Massália, onde esteve banido, e chamou às armas pompeanos e pastores escravizados na região de Túrios; Rufo tomou providências para se apoderar de Cápua se valendo de escravos armados. Porém este último plano fora, antes da execução, descoberto e frustrado pelas forças de segurança capuanas; Quinto Pédio, que avançou com uma legião pelo território turiniano, dispersou o bando assentado por lá; e a queda dos dois líderes deu ao escândalo um fim (706, isto é, 48 a.C.). Entretanto, no ano seguinte (707, isto é, 47 a.C.),

achou-se um novo tolo, o tribuno popular Públio Dolabela, que, igualmente endividado mas desigualmente menos talentoso que o antecessor, introduziu de novo a lei dele a respeito de dívidas e aluguéis, e com o colega Lúcio Trebélio encetou outra vez — e esta seria a última — a guerra dos demagogos; houve terrível negociação entre bandos armados de ambos os lados e diversos confrontos pelas ruas, até que o comandante da Itália, Marco Antônio, fez intervir o exército e, pouco depois do regresso de César do Oriente, deu cabo ao incontrolável movimento. César legou a essas tentativas descerebradas de reanimar os projetos catilinários tão pouca importância que ele até mesmo tolerava Dolabela na Itália, e ainda pouco tempo depois concedeu-lhe clemência novamente. Contra essa súcia a quem não importava nenhuma questão política, mas sim unicamente a guerra contra a propriedade, bastava, como contra os bandos de ladrões, a mera existência de um governo forte; e César era magnânimo e ponderado demais para aproveitar-se do medo que os tremebundos itálicos sentiam diante dos comunistas daquela época e, com isso, surrupiar para sua monarquia uma falsa popularidade.

Quando César pôde abandonar, e abandonou, o antigo partido democrático em meio a um avançado processo de decomposição, acabou, ao juntar desmoralizações e concessões, não provocando a dissolução — isso apenas o tempo conseguiria — do partido aristocrático, à época ainda de bastante vitalidade, mas preparando-a e orientando-a. É que ao menos César, pelo senso natural de decoro, evitou exasperar o partido decaído com escárnio vazio, não celebrou o triunfo por sobre os concidadãos derrotados¹⁸⁶ e, quando da reconstrução da Câmara Municipal, mandou reerguer a estátua de Pompeu em seu anterior lugar de destaque, sempre considerada com estima e derribada no edifício pelo povo. À perseguição política após a vitória, mete-lhe César os mais estreitos limites possíveis. Não ocorrem investigações sobre os múltiplos contatos que o partido da constituição tivera com os que eram nominalmente cesarianos; César lança ao fogo, intocadas, as pilhas de documentos encontradas nos quartéis-generais do inimigo em Farsália e Tapso, poupando-se a si e ao país de processos políticos contra indivíduos suspeitos de alta traição. Ademais, seguiram inimputados, entre todos, os soldados rasos que tivessem acompanhado oficiais romanos ou provinciais na guerra contra César. Uma exceção é feita apenas àqueles cidadãos romanos que se incorporaram ao exército do rei numídio, Juba; a eles, como pena para a traição nacional, foi-lhes confiscado o patrimônio. Também aos oficiais do partido derrotado César havia concedido clemência irrestrita até o fim da campanha espanhola em 705 (49 a.C.); entretanto,

¹⁸⁶ O triunfo após a batalha em Munda, de que trataremos mais à frente, aplicou-se de fato apenas aos numerosos lusitanos que serviram no exército vencido.

convenceu-se de que nesse caso havia ido longe demais e que era inevitável o afastamento pelo menos dos principais. A regra sustentada a partir dali como linha-mestra era que quem, após a capitulação de Illerda, houvesse servido como oficial inimigo no exército ou tivesse assento no Senado opositor, se sobrevivesse ao fim da batalha, perdia o patrimônio e os direitos políticos e era degredado da Itália por toda a vida, mas, se não sobrevivesse ao fim da batalha, pelo menos o patrimônio passava ao Estado; quem, porém, houvesse recebido aquela misericórdia anterior de César e outra vez fosse encontrado nas fileiras inimigas merecia morrer. Durante a realização, contudo, essas cláusulas são essencialmente amenizadas. Pena de morte só se executou de fato com poucos entre os numerosos reincidentes. Ao confiscar o patrimônio dos falecidos, não apenas eram quitadas as pesadas dívidas de alguns grupos e pagas as exigências de dote às viúvas, mas também era deixada aos filhos uma parte do patrimônio paterno. Entre aqueles que, de acordo com as regras, foram atingidos com o degredo e o confisco de bens, não poucos foram, de igual maneira, totalmente indultados ou receberam uma multa pecuniária, como os grandes comerciantes africanos pressionados a se tornarem membros do Senado de Útica. Mas também ao restante, quase sem exceção, foram-lhes devolvidos a liberdade e o patrimônio, quando não os obtiveram de volta apenas pedindo a devolução a César; a muitos que se negaram a tanto, como por exemplo o consular Marco Marcelo, o perdão impusera-se também à revelia, e, finalmente no ano de 710 (44 a.C.), promulga-se uma anistia conjunta para todos os ainda não regressados.

A oposição republicana foi anistiada; mas não estava reconciliada. Eram gerais a irritação contra o inusitado soberano e a insatisfação com o novo estado de coisas. A uma política aberta de resistência não havia mais qualquer oportunidade — pouco importava que alguns tribunos opositoristas, quando da questão titular, tivessem ganhado a coroa de mártir republicano ao atacar os que haviam chamado César de rei; porém o republicanismo se exteriorizava mais decididamente na convicção opositorista e, em surdina, na atividade e na agitação. Em público, ninguém punha o dedo em riste no rosto do imperador. Choviam contra a nova monarquia grafitos nos muros e versos de escárnio nas sátiras populares, em tudo mais amargas e mais incisivas. Quando um ator ousava uma insinuação republicana, aclamava-o o mais caloroso aplauso. A louvação a Catão era o tema da moda entre os opositoristas que redigiam panfletos, e os escritos destes só encontraram público tanto mais ávido porque a literatura não era mais livre. César combateu também os republicanos na própria área deles; ele mesmo e seus hábeis secretários responderam literatura catônica com anticatônica, e houvera disputa entre os escrevinhadores republicanos e cesarianos sobre o morto de Útica, como entre troianos e helenos sobre o cadáver de Pátroclo; no entanto, é evidente que nessa

batalha, em que o público totalmente republicano era o juiz, os cesarianos levavam a pior. Não restava senão aterrorizar os escritores; por isso, entre os degredados, homens perigosos e literariamente conhecidos, como Públio Nigídio Fígulo e Aulo Cecina, só mais dificilmente que outros é que receberam autorização para regressar à Itália; os autores oposicionistas tolerados na Itália, porém, são submetidos a uma censura real, que os tolhia com mais escrúpulos porque a intensidade da temida pena era completamente arbitrária.¹⁸⁷ A agitação e a atividade dos partidos depostos contra a nova monarquia serão apresentadas de modo mais detalhado em outro contexto; aqui basta dizer que revoltas tanto de pretendentes ao trono quanto de republicanos fermentavam, incessantes, em toda a extensão do Império Romano e que a chama da guerra civil, inflamada ora por pompeanos, ora por republicanos, incendiava-se claramente de novo em diferentes lugares; e, na capital, mantinha-se duradoura a conspiração contra a vida do governante; porém, mesmo com os grafitos, César nunca se preocupou em acercar-se de uma guarda permanente e, em regra, se contentava em tornar conhecidas por anúncios públicos as conspirações descobertas. Ainda que César costumasse tratar todos os assuntos relativos à sua segurança pessoal com uma ousadia indiferente, não havia dissimular o grave perigo com o qual a massa de desgostosos ameaçava não apenas ele, mas também suas realizações. Se, entretanto, ignorando todos os avisos e pressões dos amigos, insistia com uma impressionante e plácida energia, também sem se iludir sobre a reconciliação dos opositores indultados, em perdoar uma quantidade cada vez maior deles, isso não significava nem generosidade cavaleiresca de uma natureza orgulhosa, nem afabilidade de uma natureza branda, mas a correta ponderação política de que os partidos submetidos fossem absorvidos pelo Estado com presteza e com pouco prejuízo a este, como ocorria quando se tentava extirpá-los pelo ostracismo ou alijá-los da comunidade política pelo degredo. Para seus elevados desígnios, César não podia prescindir do partido constitucional, que encerrava em si não somente a aristocracia, mas todos os elementos nutridos pelo senso de liberdade e nacionalismo entre os cidadãos itálicos; para os planos de remoçar o envelhecido Estado carecia ele de toda a massa de talentos, formações e reputações, herdadas ou adquiridas, que esse partido encerrava em si; e, nesse sentido, pôde qualificar a clemência aos opositores como a mais bela recompensa da vitória. Assim são afastados então os mais destacados líderes dos partidos derrotados, mas aos homens de segunda e terceira categorias, e principalmente à geração mais jovem, não lhes é sonogada a clemência total, embora a eles

¹⁸⁷ Quem desejar comparar antigos e novos tormentos enfrentados por escritores encontrará oportunidade para tanto na carta de Cecina (Cic. *ad fam.* 6, 7).

também não lhes seja autorizado amuarem-se na oposição passiva, mas incentivados, através de um incentivo um pouco mais ou menos suave, a participar da nova administração e aceitar dela honras e cargos. Igual a Henrique IV e Guilherme de Orange, também para César só começam as maiores dificuldades após a vitória. Todo vencedor revolucionário vem a perceber que, quando não se mantém chefe do partido após subjugar o inimigo, como o fizeram Cinna e Sula, e pretende, como César, Henrique IV e Guilherme de Orange, pôr no lugar do programa partidário necessariamente parcial o bem-estar da comunidade, por um momento todos os partidos, o próprio e o vencido, reúnem-se contra o novo comandante; e, tanto mais, quanto mais grandiosa e mais límpida ele concebe a nova tarefa. Os defensores da constituição e os pompeanos, se também louvavam César de boca, ressentiam-se no coração, quer pela monarquia, quer ao menos pela dinastia; os democratas frustrados caíram em aberta revolta contra César ao compreenderem que os propósitos dele não eram de modo algum os seus; mesmo os partidários pessoais de César resmungaram quando viram o dirigente fundar uma monarquia equânime e justa para todos em vez do Estado baseado num *condottiere* e quando, após a admissão dos vencidos, notaram que se reduziram as fatias conquistadas que lhes cabiam. Esse ordenamento da comunidade não era agradável a nenhum dos partidos e não deve ter sido imposta menos aos companheiros que aos opositores. A própria posição de César estava agora, em certo sentido, mais ameaçada do que antes da vitória; mas o que ele perdia era obtido pelo Estado. Ao destruir os partidos e não apenas poupar seus integrantes, mas também pôr em serviço todo homem de talento e boa procedência sem atentar a passado político, granjeava para sua grande construção toda a força de trabalho existente no Estado e ainda conduzia tanto a ação espontânea ou forçada dos homens de todos os partidos para a mesma obra quanto, imperceptível, também a nação através do solo recém-cultivado. Não o enganava o fato de que essa equivalência entre os partidos era apenas a forma mais superficial para o momento e que eles se uniam, por ora, menos na adesão à nova conjuntura que no ódio contra César; sabia muito bem que, numa unificação assim aparente, as divergências, porém, se embotam e, apenas por esse caminho, o estadista antecipa-se ao tempo, o único que conseguia expurgar afinal tais desavenças ao levar para o túmulo a antiga geração. Questionava-se ainda menos sobre quem o odiava ou lhe tramava a morte. Como todo verdadeiro estadista, não servia ao povo por recompensa, nem mesmo pela recompensa do amor, mas sacrificava o favor dos contemporâneos às bênçãos do futuro e sobretudo ao consentimento para salvar e regenerar a nação.

Tentemos dar conta em detalhes da passagem da antiga conjuntura à nova trajetória; devemos, assim, a princípio, lembrar que César não surgiu para iniciar, mas para concluir. O

plano de uma política conexa ao tempo, há muito rascunhada por Caio Graco, fora conservada por seus partidários e sucessores com um pouco mais ou menos de espírito e êxito, mas sem vacilações. César, desde os primórdios igualmente líder do partido popular já por direito hereditário, havia, há uns trinta anos, empunhado nas alturas seu estandarte, sem mudar-lhe as cores nem escondê-lo; manteve-se democrata também como monarca. Ao assumir irrestritamente o legado de seu partido, a despeito, por óbvio, dos absurdos catilinários e clodianos, ao devotar à aristocracia e aos reais aristocratas o mais amargo dos ódios pessoais e ao manter inalterada a ideia essencial da democracia romana — a mitigação das dívidas, a colonização d'além-mar, o paulatino nivelamento das diferenças jurídicas existentes entre as classes integrantes do Estado, a emancipação do que havia de poder executivo no Senado —, punha-se sua monarquia, assim, em tão pouca contradição com a democracia que, ao contrário, esta houve de consumir-se e realizar-se através daquela. Pois essa monarquia não era o despotismo oriental baseado na graça divina, mas a monarquia como Caio Graco quis fundar e como Péricles e Cromwell fundaram: a representação da nação por meio de seu mais elevado e absoluto homem de confiança. Entretanto, não eram propriamente novas essas ideias que fundamentavam a obra de César; mas a ele calharam a consecução, mantendo delas enfim o principal em toda a parte, e a enormidade da tarefa, que poderia ter surpreendido até o genial estrategista, se ele a tivesse visto antes, e que fisgou, e fisgará pela eternidade, com emoção e maravilhamento cada vez mais profundos, todo aquele que, de acordo com a medida de sua capacidade cognitiva para dimensões humanas e históricas, se defronte com ela na realidade vivida ou no espelho da história, seja qual for a época histórica ou a coloração política a que pertença.

Será porém bem aqui neste ponto que deveremos expor expressamente o que supúnhamos tácito em toda parte e tecer objeções contra o hábito coletivo da puerilidade e da perfídia, ou seja, elogiar e censurar a história sem atentar às circunstâncias dadas, como um lugar-comum pronto a ser usado — nesse caso, transformar o julgamento sobre César num julgamento sobre o assim chamado cesarismo. Certamente a história dos séculos passados deve ser a mestra do atual; mas não no sentido comum de que se poderia reencontrar com facilidade a conjuntura do presente nos relatos sobre o passado e ler neles, a partir do diagnóstico e do receituário políticos, os sintomas e a terapêutica; entretanto, ela só será instrutiva na medida em que a observação às culturas antigas revelar as condições orgânicas da civilização em geral, as forças motrizes iguais em toda parte e a composição dela que diverge em toda parte, e, em vez de conduzir a uma imitação irrefletida, incitar, muito mais, a uma recriação autônoma. Nesse sentido, a história de César e do período cesariano, por toda a

insuperável enormidade do obreiro, por toda a necessidade histórica da obra, é em verdade a crítica mais arguta que a mão humana conseguiria escrever contra a moderna autocracia. De acordo com a mesma lei da natureza que postula ser o mais ínfimo organismo muito mais infundável que a mais artificiosa máquina, também toda constituição, embora bastante imperfeita, que deixe à maioria dos cidadãos espaço para a livre autodeterminação é mais infundável que o mais engenhoso e humano dos absolutismos; pois aquela é apta ao desenvolvimento, isto é, viva, enquanto este é o que é, ou seja, morto. Essa lei da natureza também se comprovou na monarquia militar absoluta de Roma e se comprovou de forma tão plena que, sob o genial impulso de seu criador e na ausência de todo essencial vínculo com o estrangeiro, se formou mais pura e mais livre que em qualquer Estado semelhante. A partir de César, como será apresentado em livros posteriores e como Gibbon há muito já o fez, o ente romano mantinha-se unido apenas exteriormente e fora ampliado apenas de modo mecânico, enquanto, por dentro, definhava e esmorecia. Quando, no início da autocracia e sobretudo na própria alma de César, ainda predominava o auspicioso sonho de uma unificação entre o livre desenvolvimento dos povos e o domínio absoluto, o governo dos imperadores da linhagem juliana, altamente dotados, ensinará, então, do modo mais terrível, o quanto é possível misturar água e fogo no mesmo jarro. A obra de César foi necessária e salutar, não porque trouxesse ou pudesse trazer bênçãos para si, mas porque, na antiga organização daquele povo, construída em bases escravocratas, totalmente afastada de uma representação republicano-constitucional e diante da legítima constituição da cidade, maturada num absolutismo oligárquico no correr de meio milênio, a monarquia militar absoluta era o mal menor, e a pedra angular lógica e necessária. Se algum dia, nas Virgínias e nas Carolinas, a aristocracia escravocrata for levada ao ponto da sua correspondente na Roma sulana, então o cesarismo terá sido ali legitimado diante do espírito da história;¹⁸⁸ ao surgir sob contextos outros de desenvolvimento, é ao mesmo tempo uma caricatura e uma usurpação. A história, porém, não se contentará em diminuir, por isso, o respeito ao verdadeiro César, porque uma tal máxima em relação aos péssimos cézares pode enganar pela simplicidade e dar azo à vileza das mentiras e das ilusões. A história é também uma bíblia; e, se, assim como esta, não pode impedir os tolos de desentendê-la nem o diabo de citá-la, também será capaz tanto de ambos suportar quanto a ambos retorquir.

¹⁸⁸ No ano de 1857, quando isso foi escrito, não havia como saber a rapidez com que a mais violenta das lutas e a mais esplêndida das vitórias que a história do gênero humano já registrou nos poupou dessa terrível confirmação, nem sabíamos que nosso futuro seria garantido pela liberdade incondicional e autorregulada, nunca mais atravancada por nenhum cesarismo.

A posição do novo superior do Estado parecia, pelo menos a princípio, ser formalmente a de ditador. César adotou-a logo após o regresso da Espanha, no ano de 705 (49 a.C.), desfez-se dela dias depois e comandou a decisiva campanha de 706 (48 a.C.) unicamente como cônsul — foi o cargo, a partir de cuja nomeação irrompeu a guerra civil. Mas, no outono do mesmo ano, após a Batalha de Farsália, retornou à ditadura e assumiu-a várias vezes: ao começo por tempo indeterminado, porém de janeiro de 709 (45 a.C.) em diante como exercício anual; posteriormente, em janeiro ou fevereiro de 710¹⁸⁹ (44 a.C.), por toda a vida, de maneira que deixou caducar expressamente a antes planejada deposição do cargo e deu expressão formal à vitaliciedade no novo título *dictator perpetuus*. Essa ditadura, tanto aquela primeira efêmera quanto esta segunda duradoura, não era a da antiga constituição, mas, conforme o ordenamento de Sula, o mais elevado cargo de exceção, coincidente com ela apenas no nome; um cargo cuja competência não era estabelecida por disposições constitucionais acerca do mais excelso encargo individual, mas por decisões populares especiais, e que ainda, tendo seu detentor que redigir leis e organizar o Estado, recebia uma autoridade oficial juridicamente irrestrita a qual suspendia a porção republicana do poder. Funcionava aplicando uma autoridade geral em casos específicos, quando eram transferidos ao depositário do poder a decisão sobre a guerra e a paz sem consulta ao Senado ou ao povo, a disposição autônoma do exército e do tesouro e a nomeação dos governadores das províncias por decretos especiais. Por conseguinte, César podia se atribuir de modo legal mesmo aquela autoridade que residia além do poder de magistratura ou de sua competência; e parecia quase uma concessão de sua parte que abdicasse de nomear magistrados em vez dos comícios e se restringisse a exercer o direito de sugerir parte dos pretores e de magistrados menores; que, ademais, deixasse a uma decisão popular especial o condão de, a despeito do Estado, ratificar patrícios de acordo com a procedência.

Junto a esse ditador, não havia espaço para outros cargos, em sentido próprio. César não assumiu a censura enquanto tal,¹⁹⁰ e sim os direitos censórios, exercendo, de forma abrangente, principalmente o da nomeação de senadores.

Com frequência, junto à ditadura ele se investiu do consulado, e certa vez sem colegas, mas nunca aderindo este permanentemente à sua pessoa e não dando continuidade às prerrogativas de tê-lo assumido por cinco ou mesmo dez anos em sequência.

¹⁸⁹ Em 26 de janeiro de 710 (44 a.C.), César ainda era *dictator IIII* (distintivo do triunfo); em 25 de fevereiro do mesmo ano, era já *dictator perpetuus* (Cic. *Phil.* p. 34, 87). Cf. *Römisches Staatsrecht*, v. 2, 3. ed., p. 726.

¹⁹⁰ A formulação daquela ditadura parece ter ressaltado consigo expressamente a “melhoria da moralidade”; mas César não foi investido com um cargo dessa natureza (*Römisches Staatsrecht*, v. 2, 3. ed., p. 705).

Não precisou que lhe transferissem a inspeção sobre os cultos, uma vez que já era sumo pontífice. É evidente que lhe atribuíram a membresia no colégio dos augúrios; direitos honorários antigos e novos em sua plenitude, como o título de pai da pátria; a designação do mês de seu nascimento com o nome que leva até hoje, julho; e, por fim, outras manifestações correntes da rasa idolatria de uma corte que se formava. Apenas dois institutos merecem ser destacados: César se equiparava ao tribuno popular na inviolabilidade especial de sua pessoa e carregava como título a denominação de *imperator*, aderida a si de modo duradouro, junto às designações restantes do cargo.¹⁹¹

Os especialistas não carecem de provas nem de que César intencionava introduzir o mais elevado poder na comunidade política — ou seja, não apenas por alguns anos ou como cargo pessoal por tempo indeterminado, feito, por exemplo, a regência de Sula, mas como órgão essencial e permanente —, nem também de que vislumbresse um designativo correspondente e simples para a nova instituição; pois, se é erro político criar um nome esvaziado de conteúdo, não será equívoco menor apresentar, sem nome, o conteúdo do poder absoluto. Certamente não é fácil dizer que formulação definitiva César tinha em mente, em parte porque, nessa época de transição, as construções efêmeras e duradouras não se faziam claras em sua diferença, e em parte porque a devoção dos clientes, já antecipando o gesto, cumulava o senhor com uma abundância de votos de confiança e leis honorárias, sem dúvida desprezíveis até mesmo para ele. A nova monarquia pôde no mínimo aderir ao consulado em decorrência da colegialidade, que não se fazia separar de fato desse cargo; César também obrou claramente para que o mais elevado dos cargos até então fosse esvaziado do título e depois, quando o assumisse, não o conduzisse pelo ano inteiro, senão que o entregasse a pessoal de segundo escalão antes do encerramento do mandato. A ditadura destacava-se de modo mais determinado e frequente na prática, porém provavelmente apenas porque César queria utilizá-la como o que, desde o princípio, ela havia significado no organismo constitucional: liderança extraordinária para a superação de crises extraordinárias. Como portadora da nova monarquia, era ela ao contrário pouco recomendada, uma vez que a excepcionalidade e a impopularidade haviam se aderido ao cargo, e assim não poderia ser confiada ao representante da democracia aquela forma que o genial precursor do partido de oposição havia criado no propósito de escolher a organização permanente. Muito mais apropriado para a formulação da monarquia mostra-se o novo nome de *imperator*, justamente

¹⁹¹ César carregava a designação de *imperator* sempre sem o número de restituições ao cargo e sempre atrás do nome, em primeiro lugar (*Römisches Staatsrecht*, v. 2, 3. ed., p. 767, par. 1).

por ser novo nesse uso¹⁹² e por não evidenciar nenhuma ocasião outra mais propícia à sua introdução. Vinho novo não deve encher velhos alforjes: aqui, à coisa nova calha um novo nome; e nele da maneira mais sucinta resume-se como competência do governante o que o partido democrático já havia formulado na Lei Gabínia, apenas com menor refinamento — a concentração e a perpetuação do poder oficial (*imperium*) nas mãos de um representante do povo independente do Senado. Também se encontra nas moedas de César, em especial naquelas de período mais recente, sobremaneira o título de *imperator* junto ao da ditadura, e com esse termo o monarca parece ter sido caracterizado na lei de César sobre crimes políticos. É por isso que os tempos vindouros, embora não de imediato, ligaram a monarquia ao nome de *imperator*. E, para conceder a esse novo cargo consagração a um só tempo democrática e religiosa, é provável que César tenha intencionado ligar, de vez, a ele tanto o poder tribunicio quanto o sumo pontificado.

Que a organização não deveria ficar restrita meramente à longevidade de seu instituidor era indubitável; mas ela não conseguiu solucionar sobretudo a árdua questão da sucessão, e ainda não sabemos se ele tinha em mente algum método de estabelecer a eleição do sucessor, como existira originalmente no reinado, ou se queria introduzir para o mais alto dos cargos tanto a vitaliciedade quanto a hereditariedade, como depois afirmou seu filho adotivo.¹⁹³ Não é improvável que de certo modo tivesse ele o intento de unir ambos os sistemas e de organizar a sucessão, como Cromwell e Napoleão, de maneira que o filho sucedesse o soberano; se, porém, não tivesse filho ou se ele não lhe parecesse talhado a isso, o soberano nomeava o sucessor por livre escolha, na forma de adoção.

Juridicamente o novo cargo de *imperator* tendia a ocupar o lugar de cônsules e procônsules fora do perímetro restrito, de maneira que estava contido nele, a princípio, o comando militar, e junto deste ainda o mais elevado poder jurídico e conseqüentemente também administrativo.¹⁹⁴ Era o poder de *imperator*, em qualidade, superior ao de cônsules e

¹⁹² Em época republicana, o nome *imperator*, que caracterizava o comandante vitorioso, era abandonado com o fim da campanha; como titulação permanente, aparecerá apenas com César.

¹⁹³ Uma vez que o *imperium* e o sumo pontificado se tornaram, ainda em vida de César, através de um ato legislativo formal, hereditários para os descendentes agnatos dele, transmitindo-se carnal ou adotivamente, César fez do filho seu titular legal ao poder. Pelo que nos legou a tradição, mantém-se a reiterada dúvida acerca da existência de uma tal lei ou decisão do Senado; permanece, entretanto, bastante possível que César intencionasse promulgação dessa natureza. Cf. *Römisches Staatsrecht*, v. 2, 3. ed., p. 767, 1106.

¹⁹⁴ A disseminada opinião que não vê, no cargo monárquico de imperador, nada mais que uma honra vitalícia ao comandante do exército imperial não era justificada nem pela relevância do título nem pela concepção dos antigos noticiáristas. *Imperium* é o poder de mando, *imperator* seu detentor; nesses termos, assim como nas expressões correspondentes em grego κράτος e αὐτοκράτωρ, há tão poucos aspectos especificamente militares que, na verdade, a característica mesma do poder administrativo romano, onde surge puro e integral, são a guerra e o processo, isto é, o poder de comando civil e militar, contido em si como um todo indiviso. Muito sabiamente

procônsules, na medida em que aquele não se restringia nem ao tempo nem ao espaço porém atuava vitaliciamente e na capital;¹⁹⁵ em que o *imperator* não podia, mas o cônsul sim, ser inibido por colegas com competências análogas; e em que todas as restrições impostas originalmente ao mais elevado poder administrativo no correr do tempo, em especial a obrigatoriedade de garantir a *provocatio* e atender aos aconselhamentos do Senado, deixaram de existir para o *imperator*. Numa só palavra: esse novo ofício não era nada além do antiquíssimo reinado restituído, pois o que diferenciava o cônsul do rei era precisamente aquela participação do Senado ou da comunidade, em alguns casos necessária, e as restrições na colegialidade e nos limites temporal e geográfico do poder. Quase não há aspecto da nova monarquia que não se localize na antiga: a reunião dos mais elevados poderes militar, equestre e administrativo nas mãos do príncipe; uma liderança religiosa sobre a comunidade; o direito de promulgar decretos com força vinculante; o rebaixamento do Senado a conselho de Estado; a ressuscitação do patriciado e da prefeitura urbana. Mais notável ainda que essas analogias é a similaridade da monarquia de Sêrvio Túlio com a monarquia de César: se aqueles antigos reis romanos haviam sido, em toda a plenitude de seu poder, senhores de uma comunidade livre e mesmo protetores do homem comum contra a nobreza, César também não tinha vindo para dissipar a liberdade, mas para cumpri-la e também para romper com o jugo insuportável da aristocracia. Não deve ainda causar espécie que César, não menos que um antiquário político, retrocedesse meio milênio para encontrar o modelo de seu novo Estado; pois não tinha desaparecido de modo algum o conceito de reinado, uma vez que o mais elevado dos cargos na comunidade política romana havia se mantido reinado, embora podado por certa quantidade de leis especiais. Na prática Roma voltou a este nas mais diversas épocas e desde os mais diversos lugares durante a República, como no poder dos decênviros, na ditadura sulana e na de César; e por certa necessidade lógica, em toda parte onde se houvesse

afirma Dião Cássio (53, 17, cf. 43, 44; 53, 41) que o nome *imperator* fora adotado pelos imperadores “para demonstrar a plenitude de seu poder, em lugar dos títulos de rei e ditador (πρὸς δῆλωσιν τῆς αὐτοτελοῦς σφῶν ἔξουσίας, ἀντὶ τῆς τοῦ βασιλέως τοῦ τε δικτάτωρος ἐπικλήσεως); pois esses antigos títulos haviam desaparecido no que respeita ao nome, porém, no que concerne ao teor, *imperator* dava a mesma autoridade (τὸ δὲ δὴ ἔργον αὐτῶν τῇ τοῦ αὐτοκράτορος προσηγορίᾳ βεβαιοῦνται), por exemplo o direito de exonerar soldados, instituir impostos, declarar a guerra, estabelecer a paz, exercer o mais elevado mando dentro e fora da cidade sobre cidadãos e não cidadãos, punir a todos em cada localidade com a vida ou que tais e reivindicar a si autoridade em geral ligada ao mais elevado *imperium* dos antigos tempos”. Não se pode dizer mais explicitamente que *imperator* é apenas sinônimo para *rex*, bem como *imperare* coincide com *regere*.

¹⁹⁵ Quando Augusto, ao constituir o principado, retomou o *imperium* de César, isso ocorreu com a ressalva de que deveria ser restrito espacial e, em certo sentido, também temporalmente; a autoridade proconsular do imperador, a qual não é mais do que o mesmíssimo *imperium*, não deveria ser aplicada em Roma e na Itália (*Römisches Staatsrecht*, v. 2, 3. ed., p. 854). Residia nesse ponto a diferença essencial do *imperium* de César e do principado de Augusto, assim como, de outra parte, a real igualdade de ambas as instituições apoiava-se na concretização incompleta, ainda principial e muito mais prática, daquelas balizas.

mostrado a carência de uma autoridade de exceção, sobressaiu-se o *imperium* irrestrito, o qual, em oposição ao *imperium* comumente restrito, não era mais do que um poder régio. Por fim, também considerações exteriores recomendavam essa retomada do reinado anterior. A humanidade produziu inovações de indizível complexidade e, por isso, nutriu as formas desenvolvidas em certa vez como herança sagrada. Assim, por bom senso, César liga-se a Sêrvio Túlio, da mesma forma que no futuro Carlos Magno se ligará a ele e Napoleão tentaria ligar-se a Carlos Magno. Não fez isso, porventura, indiretamente ou de modo velado, mas do jeito mais público possível, quase como descendente deles; e podemos encontrar nesse objetivo uma formulação clara, nacional e popular para o novo Estado. Desde os tempos mais antigos, mantinham-se no Capitólio as estátuas daqueles sete reis que costumavam representar a história convencional de Roma; César ordenou que se erigisse junto às demais a sua como a oitava. Ele se apresentava em público nos trajos dos antigos reis da Alba. Na nova lei sobre crimes políticos, desviava-se da legislação sulana, no que havia de principal, ao destacar o *imperator* como a expressão viva e pessoal do povo, junto à comunidade popular e em linha com ela. Nas fórmulas comuns de juramento político, fora acrescentado a Jovis e aos penates do povo romano o gênio do *imperator*. A característica exterior da monarquia era, segundo opinião difundida em toda a Antiguidade, a imagem do monarca nas moedas: desde 710 (44 a.C.), aparece a cabeça de César nas do Estado romano. Nesse aspecto não se podia reclamar que houvesse deixado o público no escuro sobre sua posição; apresentava-se, tão resoluto e oficial quanto possível, não apenas como monarca, mas também como rei de Roma. Embora não seja provável, e, em todo caso, tenha relevância marginal, é até possível que tivesse em mente caracterizar seu poder administrativo não com o novo nome de *imperator*, mas com o antigo, de rei.¹⁹⁶ Já durante a vida dele, muitos dos inimigos, e também dos amigos, eram da opinião de que intencionava nomear-se expressamente como rei de Roma; inclusive alguns de seus mais fervorosos apoiadores sugeriam-lhe a assunção da coroa de diferentes maneiras e

¹⁹⁶ Essa questão é discutível; nesse ponto, deve ser criticada a suposição de que César intencionava dominar os romanos como *imperator* e os não romanos como *rex*. Baseia-se unicamente na história de que, na reunião do Senado em que César fora assassinado, foi apresentada por um dos sacerdotes oraculares chamado Lúcio Cota a previsão sibilina segundo a qual os partos só poderiam ser derrotados por um “rei”, e por conseguinte tomara-se a decisão de transferir a César o reinado sobre as províncias romanas. Essa história, entretanto, era corrente já logo após a morte de César. Porém, ademais de não se encontrar em lugar nenhum qualquer confirmação, nem mesmo indireta, declarava-a ainda expressamente como falsa o contemporâneo Cícero (*div.* 2, 54, 119) e relatavam-na como mero boato os historiógrafos subsequentes, sobretudo Suetônio (79) e Dião Cássio (44, 15), distanciados o bastante para poder assegurá-la; e ela não se torna mais crível por repetirem-na Plutarco (*Caes.* 60, 64; *Brut.* 10) e Apiano (*civ.* p. 110), como de hábito, aquele anedótico, este pragmático. Essa história não é apenas inautêntica, mas também inerentemente impossível. Se quisermos ignorar que César tinha bastante verve e bastante tato político para, ao modo oligárquico, decidir num golpe as principais questões estatais, com a máquina oracular, então ele jamais poderia ter pensado em fragmentar, formal e juridicamente, o Estado que ele queria igualar.

em diferentes momentos; o caso mais notável foi de Marco Antônio, que, quando cônsul, ofereceu a diadema a César diante de todo o povo (15 de fevereiro de 710, isto é, 44 a.C.). César, porém, rejeitava, sem exceção, essas propostas. Se ao mesmo tempo atuava contra os que se usavam desses episódios para fazer oposição republicana, não derivava daí, de modo algum, que, rejeitando-as, não as considerasse seriamente. A suposição de que esses apelos fossem ordem sua a fim de preparar a multidão à inusitada encenação da diadema romana ignora de todo o grandioso poder da convicção oposicionista com a qual César tinha de lidar e que, com tal reconhecimento público de legitimidade por parte do próprio César, não se tornaria mais maleável, pois, em verdade, ganhava mais terreno necessariamente assim. E o entusiasmo intempestivo dos fervorosos apoiadores é o único que pode ter provocado o espetáculo; também pode haver ocorrido que César tenha permitido e organizado a cena com Antônio para dar fim ao falatório inconveniente do modo mais acachapante possível, através de uma recusa incontestada ao título real transcorrida diante dos olhos dos cidadãos e incluída por uma ordem dele próprio no calendário do Estado. A probabilidade nos leva a crer que César, o qual apreciava tanto o valor de uma expressão corrente quanto a antipatia popular impregnada mais ao nome que à essência da coisa, estava decidido a apropriar-se da essência do reinado sob o título de *imperator* e a evitar a designação de rei, prenhe de antiquíssimo anátema e corrente aos romanos de seu tempo mais para os déspotas do Oriente que a seus Numas e Sérvios.

Todavia, fosse qual fosse a titulação definitiva, estava ali o soberano, e de imediato arranjou-se a corte com a pompa, a sensaboria e a vaziez obrigatórias. César aparecia em público não na indumentária dos cônsules, debruada com listas púrpuras, mas numa que era por inteiro púrpura, lida na Antiguidade como vestimenta de reis, e recebia assim, sentado numa poltrona dourada, sem erguer-se dela, a solene procissão do Senado. As celebrações de aniversário, vitória e votos em honra sua preenchiam o calendário. Quando César vinha à capital, partiam os mais distintos serviçais em longuíssimo comboio para buscá-lo. Estar próximo a ele passou a ter tanta importância que o preço dos aluguéis no bairro em que morava foi às alturas. Devido à multidão que se apinhava por uma audiência, dificultou-se de tal maneira uma entrevista pessoal com ele que César se viu obrigado diversas vezes a contatar até os mais íntimos por escrito, e os mais ilustres também tinham de esperar por horas na antessala. Todos ao redor sentiam, mais claramente do que o próprio César gostaria, que não visitavam mais um concidadão. Nascia uma aristocracia monárquica, que, de modo notável, era a um só tempo antiga e nova e engendrou a obsolescência da aristocracia oligárquica em favor da do reinado, e da nobreza em favor do patriciado. Este continuava

existindo, conquanto sem privilégios essencialmente estamentais, porém como uma guilda de coronéis; mas, uma vez que não podiam mais admitir nenhuma nova linhagem, pereciam mais e mais ao longo dos séculos: não havia no tempo de César mais que quinze ou dezesseis linhagens patrícias. Tendo César, ele mesmo rebento de uma delas, o direito de criar novas linhagens patrícias, o qual fora concedido ao *imperator* por decisão popular, funda, em oposição à nobreza republicana, a nova aristocracia de patrícios, que reunia todos os requisitos de uma aristocracia monárquica: o fascínio pelo passado, a inteira dependência ao governo e a total desimportância ao mais essencial. De todos os lados manifesta-se a nova dominação.

Sob monarca de fato absoluto, não se pode falar em constituição, muito menos em continuidade de uma comunidade política até então baseada na combinação jurídica entre cidadãos, Senado e alguns magistrados. César regressava à tradição do reinado com toda a firmeza: a assembleia dos cidadãos continuou o que havia sido na época, a última e mais elevada expressão da vontade popular soberana junto aos reis; o Senado foi reconduzido à concepção original, aconselhando o soberano quando era demandado por ele; o governante concentrara em sua pessoa, de novo, o inteiro poder dos magistrados, de maneira que não cabia junto dele outro magistrado autônomo, tampouco quanto, nos tempos mais antigos, outro rei.

No que respeita à legislação, o monarca democrático atém-se à antiquíssima cláusula do direito administrativo romano, segundo a qual apenas o povo em unidade com seu rei convocado era capaz de regular a comunidade política organicamente e sancionar as disposições constitutivas, com regularidade, por meio de decisões populares. As forças livres e a autoridade consuetudinária e administrativa, que haviam trazido consigo as idas e vindas daqueles antigos grupos de pressão, não conseguiam influir nesse tempo no que se chamava de comícios; a interferência dos cidadãos na feitura das leis, que na antiga constituição era altamente restrita mas viva e concreta, se torna na nova, em aspecto prático, um vulto sem importância. Não havia necessidade de regras especialmente mais restritivas contra os comícios; uma experiência de vários anos tratou de mostrar que, com esse soberano formal, todo governo, quer oligarquia, quer monarquia, passava bem. E de uma tal maneira que, servindo-se disso os comícios cesarianos para conservar o princípio da soberania popular e para protestar energicamente contra o sulanismo, eram estes grandes momentos no sistema cesariano e tinham, indiretamente, uma importância prática.

Aliado a isso, porém, é incorporada já pelo próprio César, e não apenas pelos sucessores, a outra cláusula do antigo direito administrativo, segundo a qual o que o mais

elevado dos magistrados, aliás, o único, ordenava tinha validade instantânea enquanto permanecesse no cargo, e, embora a legislação fosse responsabilidade do rei e dos cidadãos em conjunto, os decretos reais, pelo menos até a saída de seu criador, vigiam como lei, o que não apenas é óbvio, mas também restou provado.

Se o rei democrata conferia ao conjunto do povo uma porção ao menos formal da autoridade do Estado, então, nesse sentido, não era de modo nenhum sua intenção partilhar o poder com o governo de então, ou seja, o colégio senatorial. O Senado de César — em total contraste com o dos futuros tempos de Augusto — não deve ter sido mais do que um elevadíssimo conselho imperial, que ele usava para consulta prévia sobre uma lei ou para promulgar, através dele ou pelo menos em seu nome, disposições administrativas de importância, pois também certamente ocorria que decretos senatoriais fossem aprovados sem que nenhum dos listados como responsáveis pela redação tivesse ideia do que nela estava. Não houve dificuldades formais relevantes para conduzir o Senado outra vez à situação original de aconselhamento, a qual se evidenciava mais do ponto de vista prático que legal; nesse sentido, foi necessário proteger-se ali diante da resistência efetiva, já que o Senado romano foi o epicentro da oposição contra César, assim como o areópago ático havia sido contra Péricles. Em especial por esse motivo, o número de senadores, que até então perfazia o máximo de seiscentos em condições normais e que nas últimas crises sofreu drástica redução, é levado, numa complementação extraordinária, a novecentos, e ao mesmo tempo, para mantê-lo nesse patamar mínimo, o número de questores que deviam ser nomeados a cada ano, isto é, membros inscritos no Senado anualmente, aumenta de vinte para quarenta.¹⁹⁷ A complementação extraordinária do Senado foi o monarca sozinho quem efetuou; já na ordinária, assegurou uma influência duradoura ao obrigar o colégio eleitoral, por lei¹⁹⁸, a votar nos primeiros vinte pleiteantes à questura indicados pelo monarca com uma carta de recomendação; além disso, a coroa estava livre para conceder, em caráter de excepcionalidade, também a indivíduos não qualificados a questura ou honras legais ligadas a ofício subordinado a ela, em especial assento no Senado. A eleição extraordinária de complementação beneficiou, por óbvio, os partidários da nova administração e alçou àquela solene corporação, junto a respeitados integrantes da cavalaria, também vários plebeus e indivíduos de caráter duvidoso: antigos senadores retirados da lista pelo censor ou por decisão

¹⁹⁷ Segundo as estimativas mais prováveis, aceitas anteriormente, chegava-se a uma média de 1000 a 1200 senadores no total.

¹⁹⁸ Referia-se, entretanto, apenas à eleição nos anos de 711 (43 a.C.) e 712 (42 a.C.) (*Römisches Staatsrecht*, v. 2, 3. ed., p. 730); mas, decerto, o instituto deve ter-se tornado permanente.

judicial; estrangeiros da Espanha e da Gália, que só no Senado houveram de aprender latim; suboficiais que nunca ganharam o anel da cavalaria; filhos de gente liberta ou de quem praticava profissões escusas; e outros tantos elementos dessa sorte. Os círculos exclusivos da nobreza, aos quais essa reforma do grupo senatorial naturalmente suscitou amargo ressentimento, viam nisso uma humilhação intencional da própria instituição do Senado. Mas César não era capaz de uma política assim autodestrutiva; ele estava tanto decidido a não se deixar governar pelo Senado quanto convencido da necessidade desse instituto. De modo mais correto, deveriam ter reconhecido nesse processo a intenção do monarca em retirar do Senado seu caráter até então de representação exclusiva da nobreza oligárquica e restituí-lo ao que era na época dos reis: um conselho imperial representando todas as classes pertencentes ao Estado através dos mais inteligentes de seus elementos, não excluindo necessariamente os homens dos estratos inferiores e nem mesmo os estrangeiros — César traz a seu Senado os não itálicos, como outrora aqueles mais antigos reis fizeram com os não cidadãos.

Quando, desse modo, o regime eliminou a nobreza enterrando-lhe a existência, e o Senado em sua nova forma não se tornou nada além de uma ferramenta do monarca, então implantou-se ao mesmo tempo na administração e no governo do Estado a autocracia em sua forma mais acurada, e a inteireza do Executivo unificou-se nas mãos do monarca. Antes de tudo, decidia o *imperator* em pessoa naturalmente toda e qualquer questão essencial. César conseguiu implantar o regime personalista numa tal extensão que é incompreensível para nós, gente comum, e que, no entanto, se explica não só pela ligeireza e pela firmeza sem precedentes, mas também, além do mais, por estar fundamentado numa razão mais abrangente. Quando vemos César, Sula, Caio Graco, os políticos romanos sobretudo, desenvolverem ações que superam nossa concepção sobre a capacidade produtiva da força humana, notamos então que a causa disso não reside na natureza humana em constante transformação desde aqueles tempos, mas na administração interna em constante transformação desde aqueles tempos. A casa romana era uma máquina na qual ao senhor cabiam até as forças intelectuais dos escravos e libertos; um senhor que os soubesse comandar trabalhava também com almas sem conta. Era o ideal da centralização burocrática, a que nossas repartições almejam com fervor, embora se distanciem em muito do modelo original, tanto quanto o atual domínio capitalista diante do antigo regime escravista. César soube aproveitar essa vantagem: onde há posto a exigir especial confiança, vemos ocupá-lo com seus escravos, libertos e clientes de baixa extração social, desde que outras considerações o autorizassem. A obra dele mostra na totalidade o que um gênio para a organização como o seu pôde construir com tal ferramenta; se se questiona em detalhes como foram levadas a cabo

essas realizações, não temos resposta satisfatória — a burocracia iguala-se à fábrica também porque a obra consumada não aparece como do indivíduo que a executou, mas como da fábrica que a embala. Só fica perfeitamente claro que César em sua obra não teve em momento algum ajudante que por influência pessoal estivesse a par dela ou do plano inteiro; não apenas era mestre solitário, mas também trabalhava sem companheiros, apenas com serviçais.

Nesse caso particular, é evidente que, nos assuntos propriamente políticos, César evitava, sempre que possível, usar-se de substitutos. Quando fosse impreterível, uma vez que devido às reiteradas ausências de Roma ele necessitava de um órgão superior, não designava, como era característico, seu substituto legal, o prefeito da cidade, mas um homem de confiança sem competência oficialmente chancelada, em geral o banqueiro de César, Lúcio Cornélio Balbo, fenício de inteligência e destreza, natural de Gades. Na administração, preocupa-se César sobretudo em tomar para si novamente a chave das finanças públicas, de que o Senado, após a queda da monarquia, se havia apropriado e por cujo meio se tinha apoderado do regime, e confiá-la àqueles serviçais que, total e exclusivamente, se responsabilizassem por ela arriscando o próprio pescoço. Com óbvio rigor, separava-se, de fato, no que concerne à propriedade, a renda particular do monarca dos bens públicos; mas César detinha consigo a administração das finanças e do cofre estatal e a geria inteiramente na forma como ele, e aliás grande parte dos romanos, costumava gerir a própria fortuna. No futuro, a cobrança de impostos provinciais e, no que há de principal, também a emissão de moedas serão transferidos a escravos e libertos do *imperator*, e assim excluídos os homens do estrato senatorial — um passo exitoso, a partir do qual, no decorrer do tempo, se desenvolveram a importante classe dos procuradores e a “casa imperial”. Ao contrário dos governadores, que, após deixarem os negócios financeiros a cargo dos novos coletores imperiais de impostos, se tornaram, muito mais do que até então, essencialmente comandantes militares, apenas o comando egípcio passou à gente do próprio monarca. Por suas idiossincrasias isolado pela geografia e centralizado pela política, o território no Nilo, como tantas vezes haviam tentado os opressivos chefes dos partidos itálicos nas últimas crises, mostrou-se, feito nenhum outro distrito, bastante capaz de desvincular-se da autoridade central através de um líder habilidoso. É provável que fosse essa a razão para que César não haja declarado o terreno formalmente como província, e sim o tenha deixado aos inofensivos Lágidas; e, decerto, também por esse motivo, as legiões estacionadas no Egito não foram confiadas a alguém do Senado, isto é, aos homens pertencentes ao antigo governo, e esse comando, igual à escolha dos coletores de impostos, tenha sido tratado como um posto para

apaniguados. Em geral predominava em César a prudência de não deixar que os soldados de Roma, como os dos reinados no Oriente, fossem comandados por lacaios. Manteve-se a regra de substituírem-se governadores mais relevantes por antigos cônsules, e governadores menores por antigos pretores; em vez dos cinco anos de interregno prescrito pela lei de 702 (52 a.C.), o início da gestão como governador atrelava-se, provavelmente naquela forma mais antiga, de imediato ao fim das atividades administrativas na cidade. No que respeita à divisão das províncias entre candidatos qualificados, o que até então ocorria ora pelas decisões populares ou senatoriais, ora pela combinação dos magistrados, ora pela sorte, agora transfere-se ao monarca; e, quando os cônsules com frequência eram instados a abdicar antes do fim do ano e dar lugar a cônsules eleitos posteriormente (*consules suffecti*), quando, além disso, o número dos pretores nomeados por ano subiu de oito para dezesseis e quando fora transferida ao *imperator* a nomeação de metade deles da mesma forma que de metade dos questores, restando-lhe finalmente reservado o direito de nomear, não o cônsul titular, mas tanto os pretores quanto os questores titulares, César garantia, para o preenchimento dos cargos de governador, suficiente número de candidatos convenientes a ele. A critério do regente ficam, por óbvio, a destituição, bem como a nomeação; como regra, não se admite que o governador antes cônsul fique mais de dois anos na província, e o outrora pretor mais que um. Já no que se refere, enfim, à administração da capital e da cidade onde residia, intencionou o *imperator* confiar um período indefinido também a magistrados nomeados por ele de igual modo. Traz de volta à vida a administração urbana do tempo dos reis; por diversas vezes, transfere, durante suas ausências, a gestão da capital a um ou vários desses representantes nomeados por ele sem consulta ao povo e por tempo indeterminado, os quais reúnem as responsabilidades do conjunto dos magistrados ligados à administração e até têm o direito de cunhar moedas com o próprio nome, embora naturalmente não com a própria imagem. Em 707 (47 a.C.) e nos primeiros meses de 709 (45 a.C.), não havia, além do mais, nem pretores, nem edis curuis, nem questores; naquele ano também os cônsules foram nomeados só perto do fim, e neste até César era cônsul sem colega. Parece-nos uma tentativa de renovar completamente o antigo poder real também dentro da cidade de Roma e até mesmo as restrições dadas pelo passado democrático do novo monarca, isto é, fazer surgirem tribunos e edis populares, dedicados a proteger a liberdade do povo, e prefeitos urbanos, ocupados por magistrados apenas durante a ausência da realeza, porém abolindo outra vez o consulado, a censura, a pretura, a edilidade curul e a questura.¹⁹⁹ Posteriormente, todavia, César recusará

¹⁹⁹ Por isso as cuidadosas mudanças ao mencionar esses cargos nas leis de César: *cum censor aliusve quis*

também esse aspecto: nem aceita ele próprio o título real, nem elimina aquele nome venerável, aglutinado à gloriosa história da República. Aos cônsules, pretores, edis, tribunos e questores resta em essência a competência formal de então; porém a situação deles é por inteiro transformada. Era ideia política basilar da República que se erguesse o Império Romano na cidade de Roma, e por isso os magistrados municipais da capital vinham sendo tratados plenamente como se já de um Império. Na monarquia de César, essa concepção é suprimida pelo seguinte: os magistrados de Roma constituem-se, a partir dali, apenas como os primeiros entre os muitos outros dos municípios imperiais, e principalmente o consulado se torna um mero título, que conserva certa relevância prática pela expectativa a ele agregada de elevar-se a Executivo provincial. O destino que a comunidade romana costumava impingir aos subjugados sucedeu a ela através de César: a autoridade sobre o Império Romano metamorfoseia-se numa liberdade local dentro do Estado romano. Que ao mesmo tempo o número de pretores e questores havia dobrado já mencionamos; o mesmo acontece quanto aos edis populares, aos quais se adicionam dois novos “edis cereais” (*aediles Ceriales*) para inspeção do suprimento à capital. A ocupação desses cargos ficou com a comunidade e não se restringia aos cônsules, e talvez também nem aos tribunos populares, nem aos edis populares; que o imperador detinha, para metade dos pretores, edis curuis e questores a serem nomeados anualmente, o direito vinculante de propositura já mencionamos. Em regra, o templo sagrado que era a liberdade do povo não foi violado; o que obviamente não impedia de avançar com dureza contra alguns tribunos populares, até destituí-los e riscá-los da lista de senadores. Já que o imperador era seu próprio ministro nas questões mais gerais e importantes, já que dominava as finanças por meio de serviçais e o exército através de ajudantes, já que os antigos cargos oficiais republicanos novamente se converteram em cargos da cidade de Roma, a autocracia via-se assim bastante bem alicerçada.

Na hierarquia espiritual, ao contrário, César, embora tenha promulgado legislação detalhada também sobre essa parte da administração do Estado, não renova essencialmente em nada, exceto por ter associado à pessoa do regente o sumo pontificado e talvez a membresia dos elevados colégios sacerdotais; relaciona-se a isso em parte que tenham sido criados um assento nos três colégios superiores e três novos no quarto, o dos banquetes. Até então a igreja estatal havia servido como apoio à oligarquia dominante, de maneira que pôde prestar o mesmo serviço também à nova monarquia. A religião política conservadora do

magistratus Romae populi censum aget (Lex Iul. munic. l. 144); *praetor isve quei Romae iure deicundo praerit* (Lex Rubr. oft); *quaestor urbanus queive aerario praerit* (Lex Iul. munic. l. 37 *passim*).

Estado foi legada aos novos reis de Roma; quando Varrão, um rígido conservador, tornou conhecido, por volta desse período, seu *Antiguidades dos assuntos divinos*, livro fundamental da teologia estatal romana, deve ter dedicado ao sumo pontífice César. O brilho mortiço que o culto a Jovi ainda conseguia produzir circundava o trono recém-fundado, e a antiga crença local se tornou, nos últimos estágios, a ferramenta de um cesaropapismo já vazio e enfraquecido certamente desde o começo.

No campo do direito, a princípio é recriada a antiga jurisdição monárquica. Assim como o rei tinha sido originalmente juiz nas varas penal e civil sem estar atrelado do ponto de vista jurídico naquela aos indultos concedidos pelo povo, nem nesta ao encaminhamento de questões delicadas a outros juízes, César também exerce o direito de, em julgamentos de morte e processos privados, avocar a decisão monocrática e derradeira, e, em caso de sua ausência ou mesmo de sua presença, realizá-la por meio do administrador urbano. De fato, encontramos-lo, bem à forma dos antigos reis, em parte sentado publicamente no mercado da capital a julgar cidadão romano acusado de alta traição, em parte sentenciando dentro da própria casa os clientes culpados pelo mesmo agir; assim, parece ter existido o privilégio, que os cidadãos romanos tiveram antes de quaisquer outros súditos do rei, de que ocorressem os trâmites legais apenas em público. Contudo, esse tribunal superior, ressuscitado dos reis, conquanto César nele procedesse com imparcialidade e esmero, só viria a funcionar, na verdade, em casos excepcionais, devido à natureza dele. Para o processo jurídico principalmente nas varas civil e penal, continua em paralelo a jurisprudência republicana de então. As ações penais conduziam-se, antes e depois, diante de diferentes comissões de juízes, às quais competiam determinados crimes, e as civis, em parte perante o tribunal de heranças ou, como era chamado, “tribunal dos cem homens”, em parte perante juízes isolados; os tribunais eram, como então, operados na cidade mormente pelos pretores e, nas províncias, pelos governadores. Até os crimes políticos são transferidos, mesmo sob a monarquia, a uma comissão de juízes; para esta, o novo ordenamento que César promulgou especifica, em detalhes e de modo liberal, os atos puníveis juridicamente, excluindo quaisquer perseguições ideológicas, e estabelece como pena não a morte, mas o degredo. Em relação à escolha dos juízes, que o partido senatorial queria eleger exclusivamente do Senado e os rígidos defensores de Graco exclusivamente da cavalaria, César, fiel ao princípio de reconciliação entre os partidos, estipula na lei de transação de Cota, com a modificação preparada provavelmente na lei de Pompeu em 699 (55 a.C.) afastando os tribunos erários provenientes das camadas mais inferiores da população, uma cláusula de barreira para juízes, cuja fortuna

deveria ser de ao menos 400 mil sestércios (30 mil táleres), e repartiu senadores e cavaleiros nas funções judiciais, que desde muito eram o pomo da discórdia entre eles.

A alçada das jurisdições monárquica e republicana era, em geral, de tipo concorrente, de maneira que toda matéria podia ser vinculada tanto ao tribunal real quanto à corte republicana que tratava dela, por isso, em caso de colisão, esta última naturalmente recuava; quando, ao contrário, a sentença tinha sido expedida por um ou outro desses tribunais, a matéria estava finalmente concluída.

O novo soberano não era também autorizado a revogar o veredito dado em matéria civil ou penal por juízes convocados, excetuando momentos especiais, por exemplo corrupção ou violência, em que a invalidação da sentença já estava prevista conforme o direito da República. Nesse sentido, o artigo que autorizava a quem se sentisse prejudicado pela mera determinação de um magistrado a apelar ao chefe da vara sofreu provavelmente já aí grande ampliação, da qual derivará depois a instância imperial de apelações: talvez fossem considerados como servidores de baixo escalão os magistrados que expediam sentenças e, de qualquer forma, os governadores das províncias, na medida em que, para todos os decretos deles, poderia ser interposto um recurso.

No entanto, essas inovações, entre as quais a mais importante foi a vulgarização do recurso, não podem ser contabilizadas necessariamente como melhorias; não sanaram de modo nenhum os males dos quais padecia a jurisprudência romana. O processo penal não consegue estar são em nenhum Estado escravagista, porque a ação contra escravos repousa, quando não juridicamente, ao menos na prática, na mão dos senhores. Em toda parte, o senhor romano, o que é compreensível, não castigava o crime do criado em si, mas apenas na medida em que o escravo se tornava para ele imprestável ou desagradável; os escravos criminosos eram apenas dispensados, como, por exemplo, o touro lacerado, e vendidos, este ao abatedouro e aquele às guildas de gladiadores. Mas também as ações penais contra homens livres, que, desde o princípio, eram em grande parte processos políticos e continuariam a ser, tinham transformado, com a prática desregrada das últimas gerações, o devido tratamento legal numa batalha de quadrilhas que podia ser travada com favores, dinheiro e violência. A culpa recaía em todos os envolvidos igualmente, nos magistrados, no júri, nos partidos, até mesmo no público espectador; mas a mais incurável das chagas quem cravou no direito foi o exercício da advocacia. Ao prosperar a erva daninha da retórica advocatícia, fraturaram-se todos os conceitos do direito positivo e expulsou-se da práxis penal romana, com efeito, a diferença entre opinião e prova, ambas de ilustração tão difícil para o público. “Um mau réu”, disse um advogado romano bastante experimentado que atuava no período, “pode ser acusado

de todo e qualquer crime, tendo ele cometido ou não, e ser decerto condenado.” É dessa época que se conservaram numerosas alegações finais em matéria criminal; poucas havia entre elas que tentassem com seriedade caracterizar o suposto crime ou formular uma prova ou contraprova.²⁰⁰ Que o processo civil também estava viciado nem carece de menção; ainda sofria as consequências da política partidária, que em tudo se intrometia, como, por exemplo, no processo de Públio Quíncio (671-673, isto é, 83-81 a.C.), em que ocorreram as mais divergentes decisões, a depender de quem tivesse a autoridade em Roma, se Cina ou Sula; e os advogados, com frequência não juristas, instituía aqui, intencional ou inintencionalmente, bastantes confusões. Mas residia na natureza da matéria que, por um lado, o partido aí se imiscuísse apenas a modo de exceção e que, por outro, os rábulas não conseguissem desfazer as noções jurídicas numa tal rapidez e profundidade, como é o caso das alegações finais civis que possuímos dessa época, as quais, embora não sejam boas peças legais segundo nosso estrito conceito, têm conteúdo muito menos de libelo político e muito mais de documento jurídico que os discursos penais do mesmo período. Se César deixou ou até arrojou a focinheira que havia sido colocada por Pompeu na retórica advocatícia, nada se perdeu com isso; e muito mais se obteve quando foram nomeados magistrados e juízes mais bem selecionados e mais bem inspecionados, pondo-se um fim à palpável corrupção e à intimidação aos tribunais. Mas o sagrado senso de justiça e o temor reverencial diante da lei, difícil de extraírem-se do seio da multidão, são ainda mais difíceis de se instilarem outra vez. Ainda que o legislador elimine múltiplas malversações, ele não consegue sanar os danos fundamentais; e duvidamos de que o tempo, que tudo cura, também possa trazer alívio neste caso.

O exército romano desse tempo tinha um pouco mais ou menos a mesma constituição que o cartaginês ao tempo de Aníbal. As classes regentes enviavam ainda os oficiais; as inferiores, plebeus e provinciais, formavam a tropa. O comandante era quase independente do governo central sob os aspectos financeiro e militar, e, na felicidade e na tristeza, responsável por si mesmo e pelos recursos à sua circunscrição administrativa. O senso de nação e de cidadania desapareceu da tropa, e restou apenas o espírito de corpo como ligação interna. O exército deixou de ser uma ferramenta do Estado; politicamente, não tinha vontade própria, mas conseguia apropriar-se da vontade de seu artífice; militarmente, decaía sob os líderes

²⁰⁰ “Quantas vezes”, afirma Cícero nas suas orientações à arte retórica (*De orat.* p. 42, 178), a princípio em relação ao processo penal, “a aversão, ou a afeição, ou a parcialidade, ou a amargura, ou a dor, ou a alegria, ou a esperança, ou o temor, ou a decepção, ou sobretudo uma paixão definiram mais a sentença das gentes que a prova, ou a prescrição, ou a regra jurídica, ou a instrução processual, ou a lei.” Nisso se fundamentava, pois, o ensinamento amplo ao futuro procurador.

miseráveis de sempre num pelotão dissoluto e imprestável, desenvolvendo-se, porém, sob o comandante certo, a uma perfeição militar inalcançável para as tropas de civis. A categoria dos oficiais, sobretudo, estava em profunda decadência. As classes mais abastadas, o Senado e a cavalaria, vinham se desacostumando às armas. Se antes houvera ávido alistamento aos postos de oficialato no estado-maior, agora garantia-se o cargo de tribuno militar a qualquer homem da cavalaria que quisesse servir, e muitas dessas funções devem ter sido ocupadas por sujeitos de baixa extração; quem entre os nobres ainda servisse procurava, no entanto, consumir seu tempo de serviço pelo menos na Sicília ou em outra província em que se tinha a certeza de não chegarem inimigos. Oficiais de bravura e utilidade costumeiras eram avistados como aberrações marinhas, em especial Pompeu, cujos contemporâneos promoveram sua divinização militar, comprometida em todos os sentidos. Era em geral o estado-maior que incentivava a deserção e o motim; a despeito da leniência dos comandantes, as propostas de cassação dos oficiais superiores eram incidentes cotidianos. Ainda possuímos a descrição, feita por César de próprio punho e não sem ironia, contando como, mesmo em seu quartel-general, quando precisaram seguir contra Ariovisto, fugiram e choraram e redigiram testamentos e até pedidos de licença. Na infantaria, não se havia de achar mais nenhum indício dos melhores estratos. Legalmente ainda existia o serviço militar obrigatório, porém a incorporação ocorria, quando se tratava de alistamento, de modo atabalhado; numerosos deveres eram ignorados, e integrantes incorporados havia trinta anos ou mais se mantinham entre as águias de Roma. A cavalaria de cidadãos vegetava, mesmo sendo um tipo de guarda nobre, cuja montaria de extremo luxo e seus cavaleiros recendendo a loção só cumpriam um papel nas celebrações urbanas; a assim chamada infantaria de cidadãos era uma tropa de lanceiros amealhados entre as mais baixas camadas da população; os súditos forneciam apenas a cavalaria e as tropas leves, e começaram a ser empregados cada vez mais detidamente na infantaria. As posições de mando nos pelotões legionários, nos quais se baseava a eficiência das divisões na estratégia militar e nos quais, de acordo com a organização bélica da nação, o soldado armava-se com o pique, agora não eram mais concedidas regularmente por meio da graça, e sim vendidas não raro a quem desse o maior lance. O pagamento dos soldos ocorria altamente deficitário e irregular, devido às péssimas administrações financeiras do governo, e à venalidade e à corrupção da grande maioria dos magistrados.

Como consequência necessária ao curso natural das coisas, os exércitos romanos depenavam as províncias, amotinavam-se contra os oficiais e fugiam diante dos inimigos; transcorreu em consideráveis tropas, como a macedônia de Pisão em 697 (57 a.C.), que, sem

de fato uma derrota, tenham sido totalmente arruinadas por mera administração ruim. Líderes hábeis, ao contrário, como Pompeu, César, Gabínio, formavam, mesmo do material que havia, tropas eficientes, lestras e, em parte, modelares; porém essas tropas pertenciam muito mais ao comandante que à comunidade. Não carece de menção a decadência ainda mais absoluta da marinha romana, que tinha permanecido antipática aos romanos e nunca nacionalizada por completo. Sob todos os aspectos, o regime oligárquico arruinou, nesse caso, o que pôde.

A reorganização empreendida por César nos meios militares romanos restringiu-se em essência a puxar, novamente com rigidez e firmeza, as rédeas da disciplina até então lassas e sob lideranças superiores débeis e ineptas. O exército romano parecia-lhe a ele nem carente nem capaz de uma reforma radical; aceitava os elementos do exército como Aníbal os havia aceitado. A regulamentação segundo a qual se tornavam obrigatórios três anos de serviço a cavalo — ou seja, como oficial — ou seis na infantaria para assumir um cargo na administração pública antes do trigésimo ano de vida ou para sentar-se no conselho de Estado prova por demais que ele desejava trazer ao exército os melhores estratos e também, de modo muito claro, que não acreditava, em vista do espírito cada vez mais destrutivamente antibélico da nação, que fosse ainda possível ligar a investidura de um cargo honorário à conclusão do tempo de serviço, como outrora. Daí por que César não faz tentativas de reconstruir a cavalaria civil romana. A incorporação é mais bem ordenada, e o tempo de serviço regulado e encurtado; de resto, continuava-se aí a recrutar a infantaria de linha sobremaneira entre os estratos mais inferiores da população romana, e a cavalaria e a infantaria leve entre os súditos — é notável que nada tenha sido feito para a reorganização da frota naval. Uma inovação, forçada pela desconfiança dos súditos contra a cavalaria e certamente alarmante até mesmo para seu criador, é a rejeição de César ao antigo sistema romano, nunca mais lutando com mercenários, e o emprego, na cavalaria, de estrangeiros contratados, principalmente alemães. Outra novidade é o estabelecimento de ajudantes legionários (*legati legionis*). Até ali os tribunos militares, nomeados em parte pelos cidadãos, em parte pelos governadores respectivos, tinham feito as legiões serem lideradas cada uma por seis deles e, entre estes, dividido o comando; a um único comandante só atribuíam a liderança sob condição provisória e extraordinária. Em tempos posteriores, ao contrário, aqueles superiores na legião ou ajudantes legionários surgirão, em parte, como uma instituição permanente e orgânica e, em parte, como nomeados não mais pelo governador, a quem obedecem, mas pelo comando superior em Roma; ambos parecem remontar a instituições de César ligadas à Lei Gabínia. O motivo para introduzir esse importante nível intermediário na hierarquia militar poderá ser procurado em parte na carência de uma centralização enérgica do comando, em parte na

sensível escassez de oficiais superiores qualificados, em parte, e sobretudo, na intenção de servir como contrapeso ao governador através da atribuição de um ou mais superiores indicados pelo *imperator*. A mais importante mudança nas Forças Armadas consistiu em assumir o *imperator* o posto de líder militar permanente, que, no lugar do colégio de governo até ali não militar e inepto em todos os aspectos, tomou nas próprias mãos todas as regências militares, reformulando-as de uma direção meramente nominal num comando superior verdadeiro e enérgico. Não estamos propriamente informados de que modo esse comando superior se pôs diante dos comandos especiais até então absolutos nas respectivas circunscrições administrativas. É provável que esteja na base disso a analogia acerca da relação prevalente entre pretor e cônsul ou também entre cônsul e ditador, de maneira que, embora o governador conservasse consigo a mais elevada autoridade militar na sua circunscrição, o *imperator* estava autorizado, a qualquer momento, a tirá-la dele e tomá-la para si ou encaminhá-la a um encarregado; e, enquanto a autoridade do governador na circunscrição era restrita, a do *imperator*, por sua vez, como a monárquica e a consular antigas, estendia-se sobre a inteireza do Império. Ademais, é muitíssimo provável que tenham calhado diretamente ao *imperator* já aí tanto a nomeação dos oficiais, fossem tribunos militares, fossem centuriões,²⁰¹ uma vez que couberam até ali ao governador, quanto a nomeação dos novos ajudantes legionários, e tanto mais possível ainda que tenham sido encampadas pelo comando superior a organização dos recrutamentos, a concessão de dispensas e as mais importantes ações penais. Pela competência limitada do governador e pelo controle regulado sob o *imperator*, não se temia, além disso, nem uma total dilapidação dos exércitos, nem uma transformação deles em séquitos pessoais de alguns oficiais. Todavia, ainda que a conjuntura se impusesse tão determinante para fomentar uma monarquia militar e César, resoluto, trouxesse exclusivamente para si o comando superior, não estava ele de modo algum convicto em fundamentar seu poder no exército e através dele. Embora mantivesse um exército fixo necessário ao Estado, este carecia de uma regulação abrangente de fronteiras e tropas estabelecidas nos seus limites devido à situação geográfica. Em parte nas épocas passadas, em parte durante a última guerra civil, tinha o general trabalhado na pacificação da Espanha e na instalação de pontos estáveis para a proteção fronteiriça ao longo do grande deserto, em África, e no traçado do Reno, no noroeste do Império. Com planos análogos, dedicou-se aos territórios no Eufrates e no Danúbio. Pensava sobretudo no dia de vingar-se de

²⁰¹ César, democrata também nesse aspecto, não tocou na nomeação da parte dos tribunos militares feita pelos cidadãos.

Carras e em abalar-se contra os partas; havia estipulado três anos para essa guerra e estava decidido a acertar as contas com esses perigosos inimigos de uma vez por todas com esmero e atenção. Como fizera no território dos celtas, havia rascunhado o plano de atacar Burebista, rei dos getas, que dominava ambos os lados do Danúbio, e também proteger o nordeste da Itália por meio de províncias semelhantes. Nesse aspecto, não havia prova nenhuma de que César, como Alexandre, tivesse em mente uma campanha em lonjuras intermináveis; conta-se que intencionava palmilhar, a partir da Pártia, até ao Cáspio e daí ao mar Negro, depois, das margens setentrionais deste, até ao Danúbio, e incorporar ao Império toda a Cítia e a Germânia até aos oceanos do norte — segundo a concepção da época, não tão distantes do Mediterrâneo — e retornar através da Gália; porém nenhuma autoridade confiável responsabilizava-se pela existência desse fabuloso projeto. Num Estado que, como o romano de César, já englobava uma massa de elementos bárbaros dificilmente controláveis e vinha realizando a assimilação deles ao longo dos séculos, tais conquistas, incluída aí sua exequibilidade militar, não teriam sido nada além de um equívoco mais fulgurante e mais terrível que a campanha indiana de Alexandre. Tanto de acordo com o procedimento de César na Britânia e na Alemanha quanto de acordo com o comportamento dos que se tornaram herdeiros de seu pensamento político, é provável em altíssimo grau que César, com Cipião Emiliano, não tenha invocado os deuses para ampliar o Império, mas para conservá-lo, e que seus planos de conquistas se restringissem a uma regulação de fronteiras auferida conforme excelente métrica, garantindo o traçado do Eufrates e firmando, em vez da fronteira imperial por completo vacilante e militarmente vazia no nordeste, o traçado do Danúbio, tornando-os passíveis de defesa. Contudo, se continua apenas provável que César não deveria ser descrito como conquistador do mundo, tal qual Alexandre e Napoleão, por outro lado é perfeitamente correto dizer que ele não pensava a princípio em sustentar sua monarquia no exército, nem em sobrepor o poder militar ao civil, mas em acomodá-lo e tanto quanto possível subordiná-lo à comunidade de cidadãos. O apoio inestimável de um Estado soldadesco, aquelas antigas legiões gálicas tão festejadas, foi anulado de modo bastante digno devido a seu espírito de corpo incompatível com uma comunidade civil, e seu rumoroso nome propagou-se em comunidades urbanas recém-fundadas. Os soldados que ganharam terrenos ao serem dispensados por César não foram, digamos assim, militarmente alojados nas próprias colônias, mas, ao se fixarem na Itália, eram isolados o quanto possível e fragmentados por toda a península; só não se pôde evitar que, na parte do território campânio que ainda restara disponível, se encontrassem aos montes os antigos soldados de César. Este procurou cumprir a árdua tarefa de manter os soldados de um exército que se estabilizou no interior da vida

civil, em parte ao conservar o tempo de serviço estabelecido até então, mas não fixo, isto é, sem uma ordem predeterminada para dispensa, em parte pela diminuição do período servido, como já mencionado, o que provocava uma rápida mudança de pessoal, em parte pelo assentamento regular de soldados reformados como colonos na agricultura, em parte, e principalmente, por afastar o exército da Itália, sobretudo do verdadeiro lugar da vida civil e política da nação, e por mostrar-se ao soldado qual era seu lugar, de acordo somente com a opinião do grande rei: nas estações de fronteira, para defesa contra o inimigo estrangeiro. O verdadeiro critério para um Estado militar, o desenvolvimento e a preferência por tropas de elite, também não se encontra em César. Embora, no exército em atividade, já houvesse desde muito o instituto de uma guarda especial do comandante, ela ficou durante a liderança de César por inteiro em segundo plano; sua coorte pretoriana parece ter consistido essencialmente de oficiais de ordenança e acompanhantes não militares, e parece nunca ter sido com efeito um corpo de elite, ou seja, um objeto de ciúme das tropas de linha. Se, como comandante, César já havia ignorado de fato a escolta pessoal, agora como rei tolerava ainda menos uma guarda ao redor de si. Mesmo constantemente cercado por assassinos, do que tinha bastante consciência, rejeitou, entretanto, a proposta do Senado para a instituição de uma guarda nobre; dispensou, quando as coisas se apaziguaram em certo sentido, a escolta espanhola, de que tinha se servido nos primeiros tempos na capital; e contentou-se com o séquito de servidores da Justiça, como os que levavam os magistrados superiores. Ao lidar com a realidade, quanto não terá César abandonado a ideia de seu partido e da juventude de fundar um regime periclino em Roma, não à força do sabre, mas à força da confiança da nação — preservou, com uma energia sem paralelo na história, a ideia fundamental de não instituir uma monarquia militar. No entanto, era também um ideal inexecutável — foi a única ilusão na qual o anseio ávido desse espírito forte foi mais poderoso que o claro entendimento. Um regime como o que César trazia em mente não era só de natureza altamente pessoal e havia de acabar-se com a morte do criador, assim como as obras de Péricles e Cromwell se encerraram com seus fundadores; mas, pelo estado profundamente deplorável da nação, não era mais crível que o oitavo rei de Roma, como os sete anteriores, conseguisse durante sua mera existência dominar os concidadãos apenas com lei e justiça, e tampouco era provável que conseguisse introduzir o exército estável como um membro novamente funcional na ordem civil depois que este, na última guerra, conheceu o poder e perdeu o pudor. Quem refletir friamente sobre o grau de temor diante da lei que grassava entre as camadas altas e baixas da sociedade terá de julgar a esperança inicial muito mais como um sonho; e, quando os soldados, com a reforma mariana do exército, deixaram de ser cidadãos, os motins na

Campânia e as batalhas em Tapso mostraram com penosa clareza de que maneira o exército emprestava seu braço à lei. Mesmo o grande democrata só com muito esforço e pouca eficiência é que conseguiu novamente domar os poderes que havia desatado; milhares de espadas saíram do coldre num aceno dele, mas não retornaram mais. O desastre é mais poderoso que o gênio. César queria ter se tornado o recriador da comunidade de cidadãos, mas acabou se transformando no criador de uma monarquia militar por ele desprezada; derrubou o Estado de aristocratas e banqueiros para situar no lugar o Estado soldadesco, e a comunidade continuou tiranizada e explorada por uma privilegiada minoria. É, contudo, também privilégio das naturezas superiores se equivocarem criativamente. As geniais tentativas dos grandes homens para realizar o ideal formam, ainda que não alcancem o objetivo, o melhor tesouro das nações. É trabalho de César que o Estado militar só se tenha tornado após muitos séculos um Estado policial e que os imperadores romanos, ainda que pouco se assemelhassem ao grande fundador daquele poder, não empregassem os soldados primordialmente contra os cidadãos, mas contra os inimigos; e nação e exército cuidavam bastante para que este não se fizesse de beleguim em relação àquela.

A regulação das finanças públicas deu relativamente poucas dificuldades devido aos sólidos princípios que garantiram o enorme tamanho do Império bem como a anulação do sistema de crédito. Se o Estado até então se encontrava em agruras financeiras constantes, a inadequação da receita pública era pouquíssimo responsável por isso; esta, aliás, havia aumentado imenso nos anos anteriores. Ao antigo erário, que fora calculado em 200 milhões de sestércios (15 milhões de táleres), adicionaram-se mais 85 milhões (6,5 milhões de táleres) quando da fundação das províncias da Bitínia-Pontos e da Síria — o que compensou sobremaneira a perda de lucro nos arrendamentos campânios —, juntamente com as restantes fontes de rendas recém-fundadas ou incrementadas, em especial pelo rendimento crescente e constante devido à taxação de bens de luxo. Ademais, através de Lúculo, Metelo, Pompeu, Catão e outros, afluíram extraordinariamente somas enormes ao erário. A causa das agruras financeiras residia, na verdade, em parte no aumento de gastos ordinários e extraordinários, em parte na barafunda comercial. Entre aqueles, a partilha de grãos às multidões da capital levou somas exorbitantes: durante a expansão realizada por Catão em 691 (63 a.C.), cresceu o gasto anual em 30 milhões de sestércios (2,3 milhões de táleres), e ao se anular a indenização paga em 696 (58 a.C.) engoliu-se a quinta parte dos rendimentos estatais. O orçamento militar também foi incrementado desde que tropas ocuparam a Espanha, a Macedônia e o restante das províncias, bem como a Cilícia, a Síria e a Gália. Entre os gastos extraordinários pode ser nomeado como precípua o grande custo do armamento naval, que, por exemplo, consumiu

nos cinco anos após as grandes razias de 687 (67 a.C.) 34 milhões de sestércios (2,6 milhões de táleres). A isso acrescentaram-se vultosas somas que as expedições militares e as preparações à guerra absorveram, como os 18 milhões de sestércios (1,37 milhão de táleres) pagos de uma vez a Pisão para o armamento do exército macedônio; os 24 milhões de sestércios anuais (1.826.000 de táleres), a Pompeu para a manutenção e para o soldo das tropas espanholas; e as somas semelhantes, a César para as legiões gálicas. Igualmente notáveis eram as exigências feitas ao erário público romano, que as teria, no entanto, conseguido satisfazer, se uma administração outrora tão modelar não tivesse sido capturada pela prostração e pela desonestidade gerais desse tempo; com frequência os pagamentos ao erário público cessavam simplesmente porque se negligenciava a cobrança das dívidas. Os funcionários responsáveis, dois dos questores, jovens, trocados todos os anos, agiam, no melhor dos casos, de modo passivo; entre escrivães e demais integrantes da burocracia, vistos anteriormente com justificado renome por sua honradez, se tornaram praxe agora os mais terríveis abusos, principalmente desde que esses postos passaram a ser ocupados mediante suborno.

Uma vez que os fios das finanças romanas não convergiam mais, feito antes, ao Senado, e sim ao gabinete de César, acabaram surgindo, por óbvio, uma nova vida, uma ordem mais rigorosa e uma conexão mais firme entre a força motora e todas as rodas dessa grande máquina. As duas instituições que provinham de Caio Graco e corroíam o sistema financeiro romano como um câncer — os arrendamentos dos impostos diretos e a divisão de cereais — são em parte sustadas, em parte reformuladas. César não queria, como os antecessores, pôr em xeque a nobreza por meio da aristocracia bancária e do populacho urbano, mas alijá-la e livrar a comunidade de todos os parasitas de alta e baixa extrações; por isso não tinha a ver com Caio Graco, mas com o oligarca Sula. O sistema de arrendamento mantém-se para impostos indiretos, nos quais era antiquíssimo, e não se furta simplesmente à máxima, preservada de modo inquebrantável por César a respeito da administração financeira romana, segundo a qual a instituição de impostos devia se conservar fácil e clara a todo custo. Os impostos diretos, entretanto, são desde então ou implementados universalmente como pagamentos em bens locais encaminhados diretamente ao Estado, feito as remessas de azeite e grãos da Sardenha e de África, ou, como as receitas da Ásia Menor, transformados em aportes fixos, e a arrecadação do montante individual deixado aos próprios distritos fiscais. A distribuição de grãos na capital tinha sido vista até então como direito útil da comunidade governante, alimentada pelos súditos justamente porque governava. Esse princípio indigno é defenestrado por César; mas não podemos ignorar que uma multidão de cidadãos totalmente

pauperizados se protege da fome apenas por esses alimentos. Nesse sentido, César os conserva. Tendo todo cidadão romano residente em Roma o direito legal a grãos gratuitos para a feitura de pão conforme a ordem de Semprônio renovada por Catão, a lista dos que os recebiam, que cresceu ao número de 320 mil, reduz-se a 150 mil ao se retirarem todos os indivíduos abastados ou nutridos de outras formas, e essa cifra fixa-se de vez como máximo para distribuição gratuita de cereais, organizando-se também uma revisão anual da lista, para se substituírem aos pleiteantes necessitados os lugares vagos em caso de ausência ou morte. Ao ter-se transformado de privilégio político em provimento dos pobres, dava-se viva efetividade pela primeira vez a uma disposição legal notável tanto em sentido moral quanto histórico. Apenas com vagar e degrau a degrau, a sociedade civil convenceu-se da necessidade da solidariedade de interesses; no princípio da Antiguidade, o Estado protegia bem os cidadãos dos inimigos externos e de assassinos, mas não era obrigado a defender a população carente de inimigo pior, a escassez, suprimindo-lhes os meios de subsistência. Foi a civilização ática que por primeiro desenvolveu, na legislação de Sólon e depois dele, o princípio segundo o qual era dever da comunidade cuidar dos inválidos e sobretudo dos pobres; e pela primeira vez César desenvolveu aquilo que havia se mantido na vida ática como matéria da comunidade numa instituição orgânica do Estado e num estatuto — fardo e ignomínia para o Estado — reformado num daqueles primeiros institutos hoje tão inestimáveis e benéficos, nos quais se digladiava a infinita misericórdia com a infinita miséria humanas.

Afora essas reformas de princípios, ocorre uma revisão geral das receitas e das despesas. As receitas ordinárias são em toda parte reguladas e fixadas. A muitas comunidades, e mesmo a territórios inteiros, é autorizada a isenção de impostos, seja indiretamente quando se atribuía o direito de cidadania romana ou latina, seja diretamente por privilégio; assim, por exemplo, daquela maneira receberam-na todas as comunidades sicilianas²⁰², e desta a cidade de Ílion. Ainda maior é o número daquelas cujo *quantum* de impostos fora reduzido: assim como havia sido autorizado pelo Senado às comunidades da Espanha Ulterior uma redução fiscal por ingerência de César depois que ele fora nomeado governador, agora a coleta de impostos diretos para a província da Ásia, então a mais oprimida, é não apenas atenuada, mas mesmo totalmente isenta sua terça parte. As taxas recém-acrescidas, como as das

²⁰² O cancelamento do décimo siciliano prova Varrão num escrito publicizado após a morte de Cícero (*rust. 2 praef.*), ao nomear como províncias agrícolas das quais Roma extraía sua subsistência apenas África e Sardenha, e não mais a Sicília. A latinidade, como a Sicília a recebeu, deve também ter incluído a imunidade (cf. *Römisches Staatsrecht*, v. 3, p. 684).

comunidades submetidas na Ilíria e sobretudo na Gália, de onde se retiravam anualmente ao todo 40 milhões de sestércios (3 milhões de táleres), são em todos os lugares minimizadas. Ao contrário, algumas cidades, como Leptis em África, Sulci na Sardenha e muitas comunidades espanholas, tiveram impostos elevados como pena pelo comportamento na última guerra. As alfândegas portuárias da Itália, bastante lucrativas e extintas nos últimos tempos de anarquia, foram recriadas principalmente quando as taxas passaram a atingir produtos de luxo importados do Oriente. A essas fontes de receitas ordinárias recém-inauguradas ou retomadas acresceram-se as somas angariadas pelo vencedor, extraordinariamente e em decorrência da guerra civil: o butim reunido na Gália; o caixa da capital; o tesouro derivado dos templos itálicos e espanhóis; as somas levantadas em forma de empréstimos compulsórios, oferendas obrigatórias ou multas às comunidades e dinastias dependentes e, de modo semelhante, em decisões judiciais ou também em simples envio, por ordens de pagamento, de multas infligidas a alguns romanos ricos; mas em especial o lucro extraído à fortuna dos opositores vencidos. Tão abundantes fossem essas fontes de receitas, verificamos que somente as multas aos grandes comerciantes africanos que tinham assento no Senado inimigo perfaziam 100 milhões de sestércios (7,5 milhões de táleres) e o preço pago pelos compradores do patrimônio de Pompeu, 70 milhões (5,3 milhões). Esse procedimento era necessário porque o poder da nobreza vencida residia em boa parte na sua colossal riqueza, e com efeito este apenas pôde ser rompido ao se lhe infligirem os custos da guerra. A malvadez dos confiscos, porém, é em parte amenizada quando César emprega a receita destes apenas em benefício do Estado e, em vez de, à maneira de Sula, relevar toda malversação feita por seus favorecidos, coleta com rigor o montante devido, por meio de seus seguidores mais confiáveis, como por exemplo Marco Antônio.

A princípio, visava diminuir gastos restringindo consideravelmente a doação de cereais. A distribuição de grãos, preservada para os mais pobres da capital, bem como o fornecimento de óleo aos banhos urbanos, pouco antes introduzido por César de modo análogo, baseavam-se, ao menos em grande medida, na contribuição natural da Sardenha e principalmente de África, e assim estavam desvinculados do erário no todo ou na maior parte. Por outro lado, cresciam os gastos regulares com os militares, em parte pelo incremento das tropas fixas, em parte pela elevação dos soldos dos legionários, até então de 480 sestércios anuais (36 táleres), para 900 (68,5 táleres). Ambos foram imprescindíveis. Carecia-se totalmente de uma séria defesa de fronteiras, e a precondição imprescindível para tanto era o incremento considerável do exército. César se utiliza da duplicação do soldo para fidelizar seus soldados junto de si, mas não a introduz como inovação permanente por esse motivo. O

soldo de um sestércio e um terço (dois grossos) ao dia havia sido estabelecido em tempos antiquíssimos, quando o dinheiro tinha valor diverso daquele na Roma da época; assim se conservou até ao tempo em que o trabalhador por jornada ganhava com o suor do rosto em média três sestércios (cinco grossos) ao dia na capital, apenas porque, nesses tempos, o soldado entrava no exército não por causa do soldo, mas em decorrência principalmente de ocasionalidades em grande medida indevidas do serviço militar. Para uma reforma séria das Forças Armadas e para eliminar a remuneração irregular dos soldados, incumbida à maioria dos provinciais, a condição primeira era o aumento atualizado dos proventos regulares; e a fixação deles em 2,5 sestércios (quatro grossos) deve ser considerada como uma carga módica, necessária e evitada de consequências benéficas, e não como um grande fardo imputado ao erário. É difícil ter uma ideia do montante de gastos extraordinários que César foi obrigado a assumir ou que o fizera espontaneamente. A própria guerra devorou somas monstruosas; e decerto não foi pouco o que precisara gastar para cumprir a promessa que teve de fazer durante a guerra civil. Exemplo terrível, e infelizmente não esquecido nos tempos posteriores, foi que todo soldado comum tenha recebido por sua participação na guerra civil 20 mil sestércios (1.500 táleres), e por não tomar parte nela cada cidadão das multidões urbanas 300 (22 táleres), como adicional aos grãos; César, todavia, após ter empenhado a palavra no calor das circunstâncias, era rei demais para esquivar-se dela. Além disso, satisfaz inúmeros pedidos por sua honesta generosidade e faz fluir imensas somas em especial para a construção civil, que durante a escassez financeira dos últimos tempos da República havia sido vergonhosamente negligenciada — calculava-se em 160 milhões de sestércios (12 milhões de táleres) o total dos custos durante a campanha na Gália e, em seguida, nas construções realizadas na capital. O resultado da administração financeira de César está expresso no fato de que ele, em reformas unilaterais e enérgicas e na correta união entre parcimônia e liberalidade, satisfazia a todas as justas exigências com abundância e por inteiro, e, a despeito disso, já em março de 710 (44 a.C.), nos cofres do Estado restavam 700 milhões e nos seus próprios 100 milhões de sestércios (ao todo 61 milhões de táleres) — uma soma que sobrepujava em dez vezes as finanças da República em seu período mais próspero.

Mas a tarefa de dissolver os antigos partidos e prover a nova comunidade com uma constituição adequada, um exército bem treinado e uma administração financeira ordenada, tão difícil quanto sejam, não é a parte mais árdua do trabalho de César. Tivesse, em verdade, a nação itálica de renascer, então carecia ela de uma reorganização que transformasse todas as partes do grande Império — Roma, a Itália e as províncias. Tentemos aqui retratar tanto as antigas circunstâncias quanto o início de novos e mais razoáveis tempos.

De Roma havia desaparecido completamente, e há muito, a boa cepa da nação latina. Coube a essa conjuntura que, mais ligeiro que todas as comunidades subordinadas, a capital desmantelasse seus aspectos municipal e mesmo nacional. Aqui as classes mais altas separaram-se, rápidas, da vida social urbana para encontrar sua pátria muito mais no Estado como um todo do que numa única cidade; aqui concentravam-se, inevitavelmente, a povoação estrangeira, a população fluida de viajantes a passeio e a negócios, a massa do povaréu ocioso, preguiçoso, criminoso, falido moral e economicamente e, mesmo por isso, cosmopolita. Em Roma esses todos encontravam magnífica utilidade. O romano abastado considerava sua casa na cidade, com frequência, apenas um alojamento de pensão. Quando dos cidadãos urbanos provieram os funcionários imperiais, quando o bailio urbano se tornara a assembleia dos cidadãos imperiais, quando pequenas áreas autogeridas ou outras coletividades não eram mais toleradas dentro da capital, cessou de fato para Roma toda a vida comunal. Das mais vastas extensões do abrangente Império, as pessoas fluíam à cidade para especular, farrear, enredar, forjar-se no crime ou mesmo abrigar-se aos olhos da lei. Esse mal deriva, em certa medida, necessariamente da essência da urbe; outros, mais ocasionais e talvez ainda mais sérios, associavam-se àquele. Talvez não tenha havido nunca uma metrópole tão inane quanto Roma; em parte as importações, em parte as fabricações caseiras dos escravos tornavam impossível desde logo qualquer indústria livre. As consequências danosas do sistema escravista, esse mal fundante para a formação do Estado sobretudo na Antiguidade, destacavam-se na capital com maior agudeza que em qualquer outro lugar. Em parte alguma apinhavam-se tais massas de escravos como nos palácios das grandes famílias metropolitanas ou dos ricos ascendentes. Em parte alguma misturavam-se como na escravaria da capital nações das três bandas do mundo: sírios, frígios e outros semi-helenos com líbios e mouros; getas e iberos com os sempre numerosos afluxos de celtas e teutões. A desmoralização, indissociada da ausência de liberdade, e a abjeta contradição entre os direitos formal e consuetudinário faziam-se visíveis mais nos escravos urbanos, semi-instruídos ou totalmente alfabetizados, de igual distinção, do que nos servos da lavoura, os quais cultivavam o campo em grilhões tal como o touro acorrentado. Ainda pior que as massas de escravos eram as de gente libertada na justiça ou apenas na prática, uma mistura de populacho mendicante e arrivistas abastados, nem escravos nem cidadãos plenos, dependentes econômica e mesmo juridicamente dos senhores e, entretanto, com reivindicações de homens livres; e até os libertos mudavam-se, antes de tudo, para a capital, onde havia ganhos de diversa natureza e onde o pequeno comércio bem como a pequena manufatura quase sempre estavam-lhes nas mãos. A influência deles sobre as eleições está explicitamente comprovada;

e que iam à frente nas revoltas de rua pode ser mostrado pelo sinal comum através do qual eles eram, digamos assim, convocados pelos demagogos: o fechamento das tascas e dos pontos de venda. Diante de tudo isso, o governo não apenas nada fazia para reagir à corrupção do povo da urbe, mas ainda, até em favor de uma política egoísta, a incentivava. A ponderada prescrição legal que vedava aos indivíduos condenados por crimes capitais a estada na metrópole não foi posta em exercício pela vacilante polícia. A vigilância policial, sugerida com urgência contra a associação do populacho, foi ignorada no início, depois declarada como uma restrição contrária à liberdade do povo e até mesmo passível de punição. As festividades populares aumentaram tanto que apenas as setes regulares, a romana, a plebeia, a da deusa-mãe, a de Ceres, a de Apolo, a da Flora e a da Vitória, juntas duravam 62 dias, aos quais se juntavam os jogos de luta e incontáveis outras folias extraordinárias. A subvenção essencial para manter baixos os preços dos cereais ao proletário vivendo de pires na mão era manejada com o mais inescrupuloso descuido, e as oscilações no valor do trigo foram de tipo fabuloso e incalculável.²⁰³ Por fim, a distribuição de grãos convidava todo o proletariado romano inane e mandrião oficialmente a estabelecer paragem na capital. Foi uma terrível sementeira, e a colheita lhe correspondeu. Tiveram aqui suas raízes os clubes e o banditismo, no âmbito político, e o culto a Ísis e o transe igualmente devoto, no âmbito religioso. Ficavam sempre às voltas com a carestia e não raro com a fome. Em parte alguma a vida era menos segura que na capital: o assassínio praticado por bandidos profissionais era em si mesmo um ofício; o sacrifício religioso atraído a Roma fora o prelúdio para a matança; ninguém se atrevia, sem séquito armado, pelas cercanias da capital. E sua característica externa correspondia também à destruição interna e parecia uma sátira perspicaz ao regime aristocrático. Para regular a correnteza do Tibre, nada foi feito; e quase não erigiram a única ponte de pedra da qual sempre se valiam ao menos até à Ilha Tiberina. Também não ocorreu muito na terraplenagem da Cidade das Sete Colinas, exceto onde os montes de entulhos haviam se nivelado. As ruas seguiam morros estreitos e tortuosos de cima a baixo e mantinham-se deploráveis; as calçadas, esguias e pessimamente pavimentadas. O comum das casas era serem de alvenaria, construídas tão vertiginosa quanto desmazeladamente altas, e o mais das vezes por mestres de obras especuladores às custas de pequenos proprietários, com o que aqueles se tornavam milionários, e estes mendigos. Surgiam, como ilhas isoladas nesse mar de edifícios miseráveis, os fulgurantes palácios dos ricos, que espremiavam tanto as

²⁰³ Na Sicília, terra produtora, o alqueire romano passara a ser vendido em poucos anos a dois e a vinte sestércios; com isso estimamos o quanto devem ter oscilado os preços em Roma, que vivia de cereal d'além-mar e era lugar de especuladores.

pequenas casas quanto as ruas, assim como no Estado os proprietários dessas mansões esmagavam o direito da arraia-miúda; e, junto às colunas de mármore e às estátuas gregas de tais residências, os templos decadentes com imagens de deuses ainda talhados em madeira faziam uma triste figura. Não havia patrulha nas ruas, polícia costeira, bombeiros, nem supervisão em canteiros de obras; se o governo se preocupava com enchentes, incêndios e demolições espalhadas por acidente ao longo do ano, era visando a reflexões e comentários dos teólogos estatais sobre o verdadeiro sentido desses sinais e milagres. Pensemos em Londres com a população escrava de Nova Orleans, com a polícia de Constantinopla, com a inoperosidade de Roma atual e com a agitação na política à moda de Paris em 1848, e assim teremos uma ideia aproximada do esplendor republicano cuja derrocada Cícero e seus companheiros lastimavam em desenganadas cartas.

César não lamentava, e tentava salvar o que fosse de salvação. Roma continuava naturalmente o que era, uma cidade global. A tentativa outra vez de dar-lhe um específico caráter itálico não seria apenas inexecutável, mas também não teria combinado com os planos de César. Semelhante a Alexandre, que encontrava na helênica, judaica, egípcia e sobretudo cosmopolitana Alexandria a capital adequada para seu império greco-oriental, também a capital do novo império romano-helênico, situada a meio caminho entre Ocidente e Oriente, não calhava de ser uma comunidade itálica, mas a capital desnacionalizada de muitas nações. Por isso tolera César que, junto ao pai Jovis, sejam venerados deuses egípcios recém-estabelecidos e autoriza também na metrópole do Império até mesmo aos judeus o livre exercício de seu estranho ritual. Quando a terrivelmente variegada e sempre parasitária população heleno-oriental se imiscui em Roma, ele não se põe no caminho de sua expansão; é notável que, nas festividades populares da capital, tenha deixado os atores apresentarem-se não apenas em latim e grego, mas também em outras línguas, provavelmente em fenício, hebraico, sírio e espanhol.

Mas, quando César aceitou, com toda a convicção, o caráter fundamental da metrópole tal como ele o encontrou, então passou a atuar energeticamente pela melhoria das condições sobremaneira execráveis e ignominiosas. O mal fundante era pouquíssimo extirpável. César não podia eliminar a escravatura com seu cortejo de calamidades; continua a incógnita se, com o tempo, ele teria tentado restringir a população escravizada na capital, como empreendera em outra região. Tampouco conseguiu tirar da cartola uma indústria metropolitana livre; porém as grandiosas obras contra a inanição a remediavam em certa medida e inauguram ao proletariado uma fonte de ganhos minguados mas honestos. Nesse sentido, César age energeticamente para reduzir a massa de proletários livres. O contínuo afluxo a Roma

dos que vinham por causa da doação de grãos é, se não totalmente obstruído²⁰⁴, ao menos bastante restringido através de sua transformação num sustento para os pobres e limitado a um número fixo de cabeças. Para o proletariado existente, constitui-se, de um lado, um tribunal, orientado a intervir com impiedoso rigor contra o populacho, e, de outro, a colonização extensiva d'além-mar; dos 80 mil colonos que César levou ao mar nos poucos anos de seu governo, grande parte terá derivado das camadas baixas da população urbana, uma vez que a maioria dos povoadores coríntios eram libertos. Divergindo da ordem de então que vedava aos libertos todo posto de honra na cidade, César abre-lhes as portas do conselho municipal nas colônias, sem dúvida para que a emigração obtivesse os mais bem situados entre eles. Essa emigração deve ter sido, entretanto, mais do que um mero evento passageiro; César, convencido como todo homem de senso de que o único e verdadeiro socorro contra a miséria do proletariado consistia num sistema de colonização bem regulado e, devido à composição do Império, posto em condições de concretizar-se numa expansão quase incomensurável, terá tido a intenção de mantê-lo constante e oferecer uma saída permanente ao mal que está sempre a renovar-se. São, ademais, tomadas medidas para impor limite às terríveis oscilações de preços nos mais importantes gêneros alimentícios dos mercados metropolitanos. As finanças públicas, sob administração liberal e reorganizada, dispunham para isso dos meios, e dois magistrados recém-nomeados, os edis cereais, assumiram a fiscalização de fornecedores e mercados da capital. Mais efetivo que por leis proibitivas é o controle das agremiações por mudanças constitucionais, quando, com o fim da República e de eleições e tribunais republicanos, obviamente chegam ao fim também a corrupção e a violação dos colégios eleitorais e judiciais, mas sobretudo as saturnais políticas dos canalhas. Além disso, dissolvem-se as alianças trazidas à vida pelas leis clodianas, e põe-se toda associação sob a superintendência da autoridade governativa. Com exceção das guildas e associações tradicionais, das reuniões de judeus e outras categorias especialmente atípicas para as quais a mera comunicação ao Estado parece ter sido suficiente, a autorização de constituir uma sociedade duradoura com assembleias em datas fixas e contribuições permanentes estava associada a uma concessão fornecida pelo Senado e só regularmente expedida a bem da vontade do monarca. A isso se acrescentam uma gestão penal e uma polícia enérgica. As leis, em especial no que se refere ao crime de estupro, são refinadas, e é adequadamente abolida a

²⁰⁴ É de se notar que um escritor posterior, enviesado politicamente, redator das cartas dirigidas a César e assinadas sob o nome de Salústio, o tenha aconselhado a transferir a repartição de grãos da metrópole a alguns municípios. A crítica tinha lá sua perspicácia, porque, sob Trajano, ideia claramente semelhante terá prevalecido no magnífico sustento municipal aos órfãos.

disposição incoerente do direito republicano segundo a qual o criminoso transferido estava autorizado, mediante o autodegredo, a se safar de uma parte da pena devida. O regulamento detalhado que César promulgou sobre a polícia metropolitana está, em boa medida, conservado, e quem assim quiser pode se convencer de que o *imperator* faz questão de instar os proprietários das casas a reparar as ruas e o calçamento do passeio em toda sua amplitude com pedras talhadas, promulgando ainda oportunas disposições sobre o deslocamento de liteiras e o trânsito de carroças, as quais, pela natureza das ruas, só estavam livres para circular na capital durante a noite e a madrugada. A superintendência de polícia local fica, como era até então, sob incumbência dos quatro edis da urbe, que, se não um tanto antes, ao menos agora se tornam responsáveis cada um por vigiar determinado distrito policial circunscrito à cidade. Por meio de César, que unificava em si a vontade criadora dos romanos e dos administradores, a construção civil urbana e a assistência relacionada a ela para estabelecimentos de interesse público ganham finalmente um repentino impulso que não apenas humilha o desregramento administrativo dos últimos tempos de anarquia, mas também deixa para trás tudo o que a aristocracia romana havia realizado em suas melhores épocas, assim como o gênio de César fazia com os honestos esforços de Márcios e Emilianos. Não foi apenas na expansão das edificações em si e na dimensão dos montantes empregados que César superou os antecessores, mas também no verdadeiro sentido de Estado e interesse comum, que ressaltava, diante de todas as realizações semelhantes, o que ele fizera para os estabelecimentos públicos. Não construiu, como os sucessores, templos e outros edifícios esplêndidos, mas antes retirou do mercado de Roma — no qual se apinhavam sempre a assembleia de cidadãos, o espaço do tribunal superior, a bolsa e tanto as transações comerciais diárias quanto a ociosidade diária — pelo menos as assembleias e os tribunais, instalando para aquelas um novo lugar de deliberações, o Septa Júlia no Campo de Marte, e para estes um mercado judicial específico, o Fórum de César, entre o Capitólio e o Palatino. De espírito aparentado é uma obra da lavra dele que fornecia aos banhos da capital 3 milhões de libras de óleo anualmente, grande parte vinda de África, e, por isso, estava ela em condições de ministrar aos banhistas, sem custos, o óleo necessário à unção do corpo — uma medida da vigilância sanitária altamente benéfica segundo o antigo regime baseado em banhos e unguentos. Contudo, essas esplêndidas obras eram apenas o início de uma metamorfose absoluta de Roma. Já se havia feito o rascunho de um novo Senado, um novo e magnífico bazar, um teatro que rivalizava com o de Pompeu, uma biblioteca pública em grego e latim à moda da de Alexandria há pouco destruída — o primeiro estabelecimento do gênero em Roma — e finalmente um templo de Marte, que teria sobrepujado em riqueza e magnificência

tudo o que existia até então. Ainda mais genial é a ideia de cavar um canal através dos Pântanos Pontinos e carregar deles a água para Tarracina, de maneira a alterar o curso do baixo Tibre e conduzi-lo a partir da atual Ponte Molle, não entre o Vaticano e o Campo de Marte, mas na verdade ao largo do Campo Vaticano e do Janículo em direção a Óstia, onde o péssimo ancoradouro daria lugar a um porto artificial abundante. Com esse gigantesco plano bania-se, de um lado, o mais perigoso inimigo da capital, os maus ares das cercanias, e, de outro, ampliavam-se, de um golpe, as oportunidades extremamente restritas para construções do tipo na metrópole, porque o Campo Vaticano, posto com isso à margem esquerda do Tibre, deslocava-se ao lugar do Campo de Marte, e o espaçoso Campo de Marte poderia ser utilizado para obras públicas e privadas, enquanto, ao mesmo tempo, recebia o seguro porto marítimo tão dolorosamente ansiado. Parecia que o *imperator* queria mover montes e rios e desafiar uma corrida com a própria natureza. Contudo, enquanto a cidade de Roma ganhava em comodidade e magnificência com o novo ordenamento, sua supremacia política, como já dito, ia-se perdendo na mesma leva de modo irrecuperável. Ia-se tornando, no correr do tempo, cada vez mais antinatural e controvertido que o Estado romano coincidissem com a cidade de Roma; mas essa disposição legal estava tão intimamente atrelada à essência da República romana que não podia perecer antes dela. Apenas no novo Estado de César é que foi de todo eliminada, com exceção, por exemplo, de algumas ficções legais, e a coletividade metropolitana situou-se juridicamente na mesma linha do restante das municipalidades; assim, César, esforçando-se aqui e, aliás, em toda parte não apenas para organizar a matéria mas também para chamá-la pelo nome correto, decreta, sem dúvida intencionalmente, regulamentos municipais na Itália ao mesmo tempo para a capital e para o restante das coletividades cidadinas. Podemos acrescentar que, incapaz de uma animada vida comunal por ser uma metrópole, Roma atrasava-se substancialmente perante o resto das municipalidades do período imperial. A Roma republicana era um antro de ladrões, mas também o Estado; a Roma da monarquia, embora começasse a afeitar-se com todas as preciosidades das três bandas do mundo e coruscasse em ouro e mármore, não era no seu Estado nada além do paço real ligado a um asilo de necessitados, isto é, um mal necessário.

Enquanto se agia na capital para varrer as notórias desgraças por meio de ordenanças policiais de grande escala, reanimar a economia nacional itálica, em ruínas profundas, era em compensação tarefa muito mais difícil. Foram já antes detalhadamente ressaltadas as desditas fundamentais: a atrofia da população agrícola e o aumento antinatural de comerciantes, a que se ligou um imprevisto séquito de desgraças. Não terá o leitor esquecido as condições em que se encontrava o cultivo do solo. Apesar das gravíssimas tentativas de levar à destruição os

pequenos proprietários, a lavoura nessa época já não era mais o modo de produção econômica prevalente em quase nenhuma paragem da Itália, à exceção dos vales dos Apeninos e dos Abruzzos. No que respeita ao latifúndio, não havia diferenças essenciais a perceber entre o de Catão e aquele que Varrão retratou, embora este último revelasse, para o bem e para o mal, os indícios da intensa vida metropolitana em Roma. “Antes”, afirma Varrão, “o celeiro era maior que a casa-grande; agora costuma ser o contrário.” Nas lavouras tusculana e tiburtina, na costa de Terracina e Baiiae, erguiam-se agora num brilho mortiço, onde antes os camponeses latinos e itálicos haviam semeado e colhido, casas de fazenda dos maioraes romanos, muitas das quais cobriam o espaço de uma singela cidade com seus pomares e canalizações de água, reservatórios doce e salgado para peixes de rio e de mar, criadouros de moluscos e lirões, reservas vegetais ainda selvagens para a guarda de lebres, coelhos, cervos, corças e javalis, além de aviários em que eram mantidos até mesmo grou e pavões. Mas o luxo da metrópole também tornava rico muito braço laborioso e alimentava mais os pobres do que a filantropia à base de esmolas. Aqueles aviários e viveiros de peixe eram em regra um passatempo, por óbvio, bastante dispendioso. Porém essa produção extensiva e intensiva havia se desenvolvido de modo tão vultoso que, por exemplo, o rendimento de um criatório de pombos fora avaliado em até 100 mil sestércios (7.600 táleres); surgira uma produção racional de engorda e se empregava na agricultura o adubo obtido nos cativeiros; um único comerciante de pássaros tinha capacidade de entregar de uma vez 5 mil tordos-azuis — que sabia como criar — a três denários a peça (21 grossos); um único dono de viveiro era capaz de fornecer 2 mil moreias; e foram perdidos 40 mil sestércios (3.050 táleres) com os peixes abandonados por Lúcio Lúculo. Compreensivelmente, sob tais circunstâncias, quem praticasse esse negócio com inteligência e tino comercial conseguia, a partir de um montante de recursos relativamente pequeno, atingir ganhos muito elevados. Um pequeno apicultor desse tempo vendia ano após ano, do seu pomarzinho de tomilho com não mais que uma jeira de tamanho, próximo a Falérios, pelo menos 10 mil sestércios (760 táleres) em mel. A competitividade do produtor rural permitia, nas elegantes residências das fazendas, mobiliar a despensa das frutas, toda ela revestida de mármore, também como uma sala de jantar e pôr à mostra ali as belíssimas frutas compradas como se fossem de lavra própria. Pela primeira vez foram cultivadas nos pomares itálicos a cereja da Ásia Menor e outras mudas estrangeiras. A horta e os canteiros de rosas e violetas no Lácio e na Campânia deitavam fartos rendimentos, e a “feira livre” (*forum cupedinis*) junto à Via Sacra, onde frutos, mel e guirlandas costumavam ser dados à venda, desempenhavam importante papel na vida da metrópole. Em geral, tinha o latifúndio, no seu sistema de *plantation*, um nível de desenvolvimento econômico difícil de superar. O vale do

Rieti, as cercanias do lago Fucino, os territórios cortados pelo Liri e pelo Volturno e sobretudo o centro da Itália tinham a mais próspera situação agrícola; certas indústrias, próprias que eram para se juntar ao cultivo do terreno por escravos, foram incorporadas pelo agricultor inteligente, e, onde a conjuntura fosse favorável, instalaram-se na propriedade bodegas, tecelagens e especialmente olarias. Os produtores itálicos, em especial de vinho e azeite, não apenas abasteciam os mercados da Itália, mas faziam também imponentes negócios de exportação de ambos os artigos para além-mar. Um singelo texto científico desse tempo compara a Itália a um grande pomar; e as descrições que um poeta coetâneo esboçou sobre a bela pátria, onde a pradaria irrigada, o centeio exuberante, o vinhedo aprazível estão debruados por escuras filas de oliveiras, onde a pérola do lugar, gozando de um encanto multifacetado, nutre em seu colo jardins os mais fascinantes e é coroada por árvores frutíferas — essas descrições, claramente pintura fiel da constante paisagem que o poeta tinha todos os dias diante dos olhos, nos deslocam ao mais próspero trecho da Toscana e da Terra di lavoro. A economia pastoril, que decerto avançou cada vez mais a partir de causas previamente desencadeadas principalmente no sul e no sudeste da Itália, enfrentava em todos os sentidos um retrocesso; porém ela também participou, embora apenas até certo grau, no progresso geral do trabalho, como ocorreu bastante no melhoramento das raças; e, por exemplo, pagavam-se burros de criação com 60 mil (4.600 táleres), 100 mil (7.570 táleres) e mesmo 400 mil sestércios (30 mil táleres). A sólida lavoura itálica amalhava nessa época, em que o desenvolvimento geral da inteligência e a plenitude do capital a frutificavam, resultados mais brilhantes que a antiga agricultura jamais teria conseguido dar e espraiou-se por sobre as fronteiras da Itália quando a economia itálica explorou grandes faixas com criação de gado e mesmo plantação de cereais também nas províncias.

Que dimensões, porém, havia assumido a economia monetária junto a esse latifúndio florescido artificialmente sobre as ruínas da pequena agricultura; como o comércio itálico se difundira em todas as províncias e Estados-clientes do Império num acirramento com os judeus; e de que modo todo capital, por fim, fluía a Roma — para esclarecer, bastará, conforme já antes dito, apontar o único fato de que, no mercado financeiro da cidade, os juros regulares eram, nessa época, de 6%, e o dinheiro, portanto, metade mais desvalorizado que a média comum na Antiguidade.

Em decorrência dessa economia fundada em especulação e numa massa de capital agrária e mercantil, dava-se a mais temerária desigualdade na repartição da riqueza. O argumento geralmente empregado, e geralmente mal-empregado, a respeito de uma coletividade composta de milionários e pedintes cabe por completo, como talvez a nenhum

outro lugar, a Roma dos últimos tempos da República; e também em nenhum outro lugar a viga mestra do Estado escravista — segundo a qual o homem que vive da atividade do escravo é necessariamente respeitável, enquanto o pobre que vive do suor do rosto é necessariamente vil — havia sido aceita com maior firmeza que a ideia fundamental e incontestável de comércio público e privado.²⁰⁵ Não havia uma verdadeira classe média no sentido que usamos, como aliás não pode haver num Estado escravista totalmente desenvolvido; o que parece como boa classe média, e em certo sentido de fato o é, são aqueles comerciantes ricos e fazendeiros que, tão cultos ou incultos quanto fossem, contentavam-se à esfera de sua atividade e afastavam-se de toda a vida pública. Entre os homens de negócios, em meio aos quais numerosos libertos e outros indivíduos ascendentes eram, via de regra, tomados pelo disparate de fazer as vezes de homens distintos, não havia muitos com aquele entendimento: modelo desse gênero é Tito Pompônio Ático, frequentemente mencionado em relatos dessa época, o qual em parte com grandes propriedades, que geria na Itália e em Épiro, em parte com seus negócios financeiros que se ramificavam por toda a Itália, a Grécia, a Macedônia e a Ásia Menor, obteve imensa fortuna, porém permaneceu por completo um comerciante simples e não foi induzido a pleitear cargo nem a fazer negócio com o Estado, e, longe da avarenta sovínice ou do luxo desregrado e caótico desse tempo — suas despesas diárias eram custeadas com, por exemplo, cem sestércios (7,5 táleres) —, comprazia-se com uma existência confortável, assimilando a elegância da vida na cidade e no campo, a alegria na relação com a melhor sociedade de Roma e todos os prazeres da literatura e da arte. Muito

²⁰⁵ É característica a seguinte análise em *Das obrigações*, de Cícero (*off.* 1, 42): “A esse respeito, grassam normalmente as seguintes ideias sobre quais negócios e ramos comerciais podem valer como decentes e quais como vis. Impolutos são, a princípio, os ramos comerciais dos quais se extrai o ódio do público, como o do coletor e o do agiota. Indecente e vil é também o negócio do assalariado, a quem se paga pelo trabalho material e não intelectual; pois, pelo mesmo salário, vendem-se igualmente à escravidão. Também são gente vil os indolentes, contratados pelo comerciante para labuta imediata; pois não têm constância, e isso quando não mentem sobre tudo, e nada é menos confiável que o embuste. Os artesãos também praticam, em conjunto, negócios vis; pois é impossível ser cavalheiro numa oficina. Os menos honrados são os artesãos que têm nas mãos os banquetes, por exemplo: ‘o salsicheiro, o peixeiro, o cozinheiro, o vendedor de aves, o pescador’, como nos diz Terêncio (*Eun.* p. 2, 26); juntam-se a eles ainda, por exemplo, o perfumeiro, o dançarino e toda a camarilha de artistas. Aqueles ramos comerciais, entretanto, que ou pressupõem alta qualificação ou garantem não poucos rendimentos, como a medicina, a arquitetura e o ensino sobre assuntos decentes, são decentes para aqueles cujas classes são próprias a isso. O negociante, porém, quando pequeno, é vil; com efeito, o grande comerciante, que importa dos mais diversos países uma quantidade de mercadorias e, sem logro, as vende a uma quantidade de gente, não pode ser propriamente recriminado; ainda que ele, farto de lucrar, ou melhor, satisfeito com o que lucrou, alcançasse, antes, com frequência, vindo do mar, o porto e, por fim, saindo do próprio porto, a fazenda, deve-se, com bastante justiça, louvá-lo. Mas, entre todos os ramos comerciais, não há nenhum melhor, nenhum mais lucrativo, nenhum mais satisfatório, nenhum mais decente ao homem livre que o de fazendeiro”. Portanto, o homem decente deve ser um fazendeiro em sentido estrito; as transações comerciais cabiam-lhe apenas enquanto fossem meios para esse objetivo final, e a ciência como profissão restava apenas aos gregos e aos romanos não pertencentes às ordens dominantes, os quais, com isso, deviam angariar, quando muito, uma certa tolerância à sua pessoa. Era uma aristocracia de *plantation* perfeitamente formada, com um forte matiz de especulação comercial e uma leve nuance geral de instrução.

mais numerosos e hábeis eram os proprietários itálicos de velha guarda. A literatura contemporânea guarda no retrato de Sexto Róscio, que fora morto nas proscrições de 673 (81 a.C.), a imagem desses aristocratas rurais (*pater familias rusticanus*); a fortuna, estimada em 6 milhões de sestércios (4.570.00 táleres), estava essencialmente aplicada em treze terrenos; a administração, ele próprio a explorava com razão e fervor; ia de raro em raro à capital, ou mesmo nunca, e, quando lá aparecia com suas maneiras xucas, destacava-se de todos os refinados senadores, assim como a massa inúmera dos brutos escravos das fazendas sobressaía-se frente ao enxame dos delicados serviçais urbanos. Mais que os círculos cosmopolitas de nobres instruídos e que a classe comercial, assentada em toda parte e em lugar nenhum, conservaram esses fazendeiros e os “municípios rústicos” (*municipia rusticana*), em essência mantidos por eles, a disciplina e a moral dos pais, bem como a língua pura e nobre deles. A classe dos fazendeiros era o cerne da nação; o especulador que fez fortuna e desejava iniciar-se entre os notáveis da terra comprava um terreno e procurava, se não ele próprio tornar-se cavaleiro, pelo menos criar um filho para tanto. Encontramos indícios dessa classe onde se mostra uma movimentação popular na política e onde a literatura faz germinar um broto ainda verde: a oposição patriótica contra a monarquia suga dela a sua melhor força; a ela pertencem Varrão, Lucrécio, Catulo; e talvez em parte alguma a relativa vitalidade dessa existência dos proprietários rurais possa ser ressaltada de maneira mais característica que na elegante introdução arpínia ao segundo livro dos escritos de Cícero sobre as leis, um oásis de verdura no tenebroso deserto desse escrevinhador tão oco quanto verborrágico.

Mas o instruído comerciante e o hábil fazendeiro são em muito superados pelas duas classes prevalecentes da sociedade: a mendicância e o mundo dos de fato nobres. Não temos dados estatísticos para designar com precisão a relativa massa de pobreza e de riqueza dessa época; porém devemos aqui, outra vez, recordar a afirmação que um político romano fizera coisa de cinquenta anos antes: o número de famílias de alicerçada riqueza entre os cidadãos romanos não totalizava 2 mil. O perfil dos cidadãos tinha se tornado outro desde então; mas claros indícios dão conta de que a desproporção entre pobres e ricos havia permanecido no mínimo igual. O gritante empobrecimento revela-se com clareza na multidão que acorria às doações de cereais e no alistamento ao exército; o correspondente incremento da riqueza prova explicitamente um escritor dessa geração ao chamar, referindo-se às proporções da época mariana, uma fortuna de 2 milhões de sestércios (152 mil táleres) de “conforme as proporções de riqueza do período”; e daí provêm as informações que encontramos sobre a fortuna de alguns indivíduos. Lúcio Domício Enobarbo, rico ao extremo, prometeu a cada um

dos 20 mil soldados quatro jugeras de terra retiradas dos próprios terrenos; a fortuna de Pompeu perfazia 70 milhões de sestércios (5,3 milhões de táleres), e a do ator Esopo 20 (1,5 milhão de táleres); Marco Crasso, o mais rico do Império, possuía no início da carreira 7 milhões de sestércios (530 mil táleres) e no final, após gastar monstruosas somas com o povo, 170 (13 milhões de táleres). As consequências de tais pobreza e riqueza eram, para ambos os lados, uma destruição exteriormente diferente mas essencialmente semelhante dos pontos de vista econômico e moral. Se o homem comum só se salvava da fome pelo subsídio dos meios estatais, então eram consequências necessárias dessa mendicância, decerto ressurgida outra vez como causa, que ele se rendesse à indolência e à boa vida do pedinte. Em vez de trabalhar, a plebe romana preferia deslumbrar-se com o teatro; as tascas e os bordéis tinham tanta adesão que os demagogos consideravam sobremaneira atrair o dono desses estabelecimentos para seus interesses. Os jogos gladiadores, tanto revelação quanto alimento da mais vil desmoralização do mundo antigo, atingiu cume tal que, com a venda dos ingressos, fazia-se lucrativo negócio, e surgiu, nessa época, terrível inovação, segundo a qual decidia sobre a vida e a morte do derrotado não a regra do duelo ou o arbítrio do vencedor, mas o humor do público assistente e, conforme aceno deste, o vencedor ou poupava o vencido estendido no chão ou perfurava-o. A academia dos lutadores havia crescido tanto em valor, ou a liberdade decaído tanto, que a ousadia e a competitividade ausentes aos campos de batalha dessa época eram comuns aos exércitos das arenas e que, onde a regra do duelo chancelava que todo gladiador poderia ser trespassado em silêncio e sem titubear, homens livres não raro se vendiam aos empresários como lutadores escravizados para extrair dali o sustento e o salário. Os plebeus do quinto século também viveram indigentes e famélicos, mas não haviam vendido a liberdade; e os juristas daquele outro tempo teriam, menos ainda, se prestado a indicar como lícitos e litigáveis na justiça, em grosseiras chicanas jurídicas, os contratos avessos ao direito e ao costume nos quais lutadores escravizados “se deixavam, forçosamente, agrilhoar, chicotear, queimar ou matar, quando a lei da instituição assim o permitir”.

No mundo dos nobres, não ocorria coisas desse tipo; mas, no fundo, não eram diferentes, muito menos melhores. O aristocrata competia, intrepidamente, com o proletário em não fazer nada; enquanto este vadiava pelo passeio, aquele se esticava sob as cobertas até bem depois que o dia estava claro. O desperdício regia aqui tanto sem medida quanto sem requinte. Atingia seja a política, seja o teatro, naturalmente em prejuízo de ambos: o consulado era vendido a preços inacreditáveis — no verão de 700 (54 a.C.), apenas o primeiro turno de votação foi pago com 10 milhões de sestércios (760 mil táleres) —, e toda a alegria das artes cênicas arruinou-se para o intelectual por causa do escabroso luxo decorativo. O

preço dos aluguéis em Roma parece ter alcançado em média o quádruplo do praticado nos municípios rurais; lá, uma casa chegou a ser vendida certa vez por 15 milhões de sestércios (1,15 milhão de táleres). A casa de Marco Lépido (cônsul em 676, isto é, 78 a.C.), a mais bela de Roma quando Sula morreu, não era mais, na geração seguinte, nem a centésima na ordem de precedência dos palácios romanos. Já refletimos sobre a suntuosidade das residências rurais; identificamos que foram pagos 4 milhões de sestércios (300 mil táleres) por uma delas, estimada principalmente devido ao viveiro de peixes; e o homem verdadeiramente nobre carecia já agora de ao menos duas residências rurais, uma nos montes Sabino ou Albano junto à capital e uma segunda nas proximidades dos banhos campânios, e além disso, onde possível, um jardim diretamente diante dos portões de Roma. Ainda mais disparatados que essas vilas eram os mausoléus, entre os quais alguns ainda aos dias de hoje provam de que altíssimas pilhas de pedras lavradas carecia o romano rico para morrer de acordo com sua classe. Não faltavam ainda aficionados por cavalos ou cães; para um cavalo de luxo, não era 24 mil sestércios (1.830 táleres) um preço incomum. Sofisticavam-se com móveis de madeira nobre — por uma mesa de cipreste africano pagava-se 1 milhão de sestércios (67 mil táleres) —; com vestes de material púrpura ou gaze transparente e, junto disso, dobras delicadamente assentadas diante do espelho — o orador Hortênsio teve de processar um colega por injúria porque ele lhe amarrotou a túnica na multidão —; com pedrarias e pérolas, que assumiram só nessa época o lugar dos enfeites a ouro de antes, infinitamente mais belos e engenhosos: já havia sido uma tremenda barbaridade quando, no triunfo de Pompeu sobre Mitrídates, parecem ter trabalhado a imagem do vencedor por inteiro em pérolas e quando, no salão do banquete, forjaram sofás e prateleiras com prata, e até aprontaram a louça da cozinha em prata. Da mesma forma, o colecionador dessa época extraía das antigas taças de prata engenhosos medalhões para empregá-los em vasos de ouro. As viagens de luxo também não eram ignoradas. “Quando o governador viajava”, contava Cícero sobre um dos sicilianos, “o que, por óbvio, não ocorria no inverno, mas apenas com o início da primavera, nem com o princípio do calendário, mas com a época das rosas, mandava, como era hábito entre os reis da Bitínia, que o transportassem numa liteira por oito homens, sentado em almofadas de gaze maltesa acolchoadas com pétalas de rosas, uma coroa enrolada à cabeça, uma segunda no pescoço, segurando ao nariz uma trouxinha perfumada, delicada, costurada em linho e preenchida de rosas; e fazia-se levar até ao quarto.” Mas nenhum gênero de luxo prosperou tanto quanto o mais cru de todos: o luxo da mesa. Toda a estrutura das vilas e toda a vida nas vilas conduziam, por fim, aos banquetes. Não havia apenas diferentes cômodos de jantar para inverno e verão; os convivas eram servidos também na galeria de pinturas, na despensa das

frutas, no aviário ou num estrado forjado no pasto de caça, ao redor do qual, quando o “Orfeu” contratado surgia em figurino de teatro e a fanfarra transbordava, se apinhavam por ali a corça e o porco selvagem amestrados para o evento. Assim, cuidavam da decoração, mas não se esqueciam de maneira nenhuma da realidade. Não apenas o cozinheiro era graduado gastrônomo, mas também, com frequência, o próprio senhor se tornava mestre dos seus cozinheiros. Havia muito, os assados tinham sido postos à sombra dos peixes e das ostras; agora baniram-se totalmente da boa mesa os peixes de rio; as delicatessen e os vinhos itálicos eram tidos quase como ruins. Nas festividades populares já agora difundiam-se, além do falerno, três tipos de vinho estrangeiro — siciliano, lesbiano, quiano —, enquanto, uma geração antes, bastava fazer circular um vinho grego nos grandes banquetes; na adega do orador Hortênsio encontrava-se uma provisão de 10 mil barris (33 quartos berlinenses) de vinho estrangeiro. Não era surpresa nenhuma que o vinicultor itálico começasse a reclamar da concorrência das ilhas vinicultoras gregas. Nenhum cientista consegue vasculhar terras e mares à caça de animais e plantas com maior diligência que os artistas do gosto daquele tempo buscando elegâncias culinárias.²⁰⁶ Ninguém mais reparava se então o conviva, para escapar à sequência de variedades que lhe era apresentada, tomava um vomitório após a refeição. A devassidão de toda sorte se tornara tão sistemática e minuciosa que encontrava professores vivendo de servir a jovens nobres, na teoria e na prática, como mestres do vício. Não é preciso demorar-se longamente nessas torpes pinturas da mais monotônica variedade; como também nessa área os romanos não eram menos que originais, e a ela se restringiram, tampouco é necessário fornecer uma cópia ainda mais descabida e vulgar do luxo heleno-oriental. Naturalmente Plutão devora seus filhos tanto quanto Cronos; a concorrência a todos aqueles objetos o mais das vezes banais, alvos de distinta cobiça, punha o preço tão nas alturas que, em pouco tempo, os que nadavam com a torrente viam se desfazer a mais colossal das fortunas, e também aqueles que só à busca de honrarias é que colaboravam no mais estrito

²⁰⁶ Ainda temos (Macr. *Sat.* 3, 13) o cardápio daquele banquete que deu Lúcio Lêntulo Níger em 691 (63 a.C.) ao assumir o pontificado e no qual tomaram parte os pontífices — entre os quais César —, as virgens vestais, alguns outros sacerdotes e damas de estreita parentela. Antes do banquete, vieram ouriços; ostras frescas, tantas quantas quisessem os convivas; caixas-de-joias-lázaro; vieiras-de-espinhos; tordos-zornais com aspargos; frango recheado; empadas de ostras e moluscos; bodelhas brancas e pretas; mais vieiras-de-espinhos; castanholas; galinhola ao figo; costelas de corça; costelas de porco; aves empanadas; mais galinhola ao figo; murex de dois tipos. A refeição mesmo consistia de peito e cabeça de porco; empada de peixe; empada de porco; patos; marrecos cozidos; lebres; aves fritas; pastéis; pastéis pontinos.

Eram esses os banquetes dos colégios, sobre os quais nos diz Varrão (*rust.* 3, p. 16) que jogavam ao alto os preços de todas as delicatessen. Ele enumera ainda, numa de suas sátiras, as seguintes delicatessen estrangeiras como as mais notáveis: pavões de Samos; galinhas-do-mato da Frígia; grou de Milão; cabritos da Ambrácia; atuns da Caledônia; moreias do estreito gaditano; peixes nobres (?) de Pessino; ostras e moluscos de Tarento; esturjões (?) de Rodos; peixes scarus (?) da Cilícia; nozes de Tasos; tâmaras do Egito; boletas espanholas.

necessário viam minar, rápido, a abastança herdada e muito bem sedimentada. O pleito ao consulado, por exemplo, era a estrada habitual à ruína das mais reputadas casas; e quase o mesmo vale para os jogos, as grandes obras e todos aqueles outros *métiers* caros, embora animados. A riqueza mais opulenta daquele tempo só é superada por endividamento ainda mais opulento: César devia em 692 (62 a.C.), após deduzidos seus ativos, 25 milhões de sestércios (1,9 milhão de táleres); Marco Antônio, aos 24 anos, 6 (460 mil táleres), e 40 (3 milhões de táleres) catorze anos depois; Cúrio, 60 (4,5 milhões de táleres); e Milão, 70 (5,5 milhões de táleres). Que aquela vida e postura perdulárias do mundo romano dos nobres se baseava no crédito prova o fato de que, certa vez em Roma, por empréstimo aos diversos concorrentes ao consulado, os juros mensais subitamente elevaram-se de 4% a 8%. A insolvência, em vez de provocar execução patrimonial ou ainda falência oportuna e com isso produzir de novo uma situação no mínimo razoável, era em geral retardada pelo devedor enquanto possível; em vez de vender seus haveres, em especial as propriedades rurais, continuava a tomar empréstimos e ostentar riqueza até que a crise viesse mais terrível e irrompesse a falência, como, por exemplo, a de Milão, quando os credores receberam pouco mais de 4% do montante liquidado. Dessa rapidíssima mudança de riqueza em bancarrota e desse logro sistemático, ninguém ganhava tanto quanto o banqueiro calculista, que sabia dar ou recusar crédito. Assim, a proporção de crédito chegou quase ao mesmo ponto em que havia estado nos piores tempos da crise social do século quinto: os proprietários nominais eram, por assim dizer, fiduciários de seus credores; e os devedores estavam ou submetidos serviçalmente aos credores — de maneira que os mais ínfimos entre aqueles, feito os libertos, apareciam no séquito destes, enquanto os mais distintos falavam e votavam no Senado de acordo com a anuência do detentor das dívidas — ou estavam prestes a declarar guerra à propriedade em si, e seus credores ou os aterrorizavam com ameaças ou livravam-se deles até mesmo por complô e guerra civil. Baseava-se nessas circunstâncias o poder de Crasso; delas nasceram as turbas, cujo sinal era o “Folium livre”, de Cina e, mais certo ainda, de Catilina, de Célio, de Dolabela, perfeitamente semelhantes àquelas batalhas entre proprietários e não proprietários as quais movimentaram, um século antes, o mundo helenístico. Que, em deterioradas circunstâncias econômicas, toda crise financeira ou política provoca a mais terrível das barafundas reside na natureza mesma da matéria; nem é preciso dizer que, durante a Guerra Social e a guerra com Mitrídates, se estabeleceram os fenômenos habituais — a fuga de capital, a súbita desvalorização das propriedades do campo, incontáveis bancarrotas e uma insolvência quase generalizada —, assim como agora durante a guerra civil.

É totalmente compreensível que a moralidade e a vida familiar, sob tais circunstâncias, tenham se tornado uma antigalha em todas as camadas da sociedade. Não era mais o maior dos insultos e o pior dos crimes ser pobre, senão o único; por dinheiro, o político vendia o Estado, e o cidadão a liberdade; por dinheiro, punham-se à venda o cargo de magistrado e o voto dos jurados; por dinheiro, a distinta senhora entregava-se tanto quanto a vil prostituta; falsificação de documentos e perjúrio eram tão comuns que um poeta popular dessa época chamou depoimento de “emplastro da culpa”. Esqueceram o que era honradez; quem rejeitava suborno passava a ser visto não como sujeito íntegro, mas como inimigo pessoal. O registro penal em todos os tempos e em todos os países dificilmente oferecerá páginas com a descrição de um crime mais multifacetado, mais terrível e mais perverso do que o que se desenrola diante de nós no processo de Aulo Clêncio no seio de uma das mais elegantes famílias de uma cidade agrária da Itália.

Enquanto, no solo profundo da vida social, acumulava-se um lamaçal cada vez mais venenoso e instável, punha-se sobre a superfície, assim polido e reluzente, o verniz de refinada moralidade e amizade geral. Todo mundo se visitava, de maneira que, nas casas dos nobres, tornou-se necessário organizar, numa certa sequência estabelecida pelos senhores ou, quando cabível, também pelo ajudante de câmara, a gente que comparecia toda manhã diante do secretário, dando ainda audiência individual apenas aos mais ilustres e atendendo o restante, porém, ora em grupos, ora, por fim, numa massa que Caio Graco, precursor da nova monarquia, deve ter encabeçado. Ganharam grande difusão tanto a visita de cortesia quanto a missiva de cortesia; entre pessoas que não tinham relações pessoais nem comerciais, corriam por sobre mares e terras missivas “amigáveis”; mas, por outro lado, quase só havia cartas formal e factualmente comerciais quando a escrita se destinava a uma corporação. De igual maneira, os convites para banquetes, os rotineiros presentes de Ano-Novo, as comemorações domésticas tornaram-se alheios à sua própria essência e quase se transformaram em festividades públicas; sim, nem mesmo a morte eximia o romano de dar atenção a uma infinidade de “gente próxima”, mas, para morrer com decência, ele devia refletir sobre cada um deles ao menos com uma lembrança. Assim como em certos círculos de nosso mundo financeiro, perdeu-se inteiramente na Roma daquele período a ligação verdadeira e interna da domesticidade e da amizade comezinha, quando, com fórmulas vazias e frases feitas, todo o contato comercial e humano se engalana, e então, paulatinamente, no lugar da real conexão pôde adentrar aquele espectro da “amizade” que não ficava para trás diante dos muitos espíritos infernais que pairavam sobre os degredos e as guerras civis dessa época.

Na fulgurante decadência desse tempo, um traço igualmente característico é a emancipação do mundo feminino. Sob o aspecto econômico, as mulheres haviam, fazia muito, se tornado independentes; agora, encontram-se já advogados os quais, solícitos, auxiliavam ricas e solitárias senhoras em processos e na administração da fortuna, impressionando-as com conhecimentos jurídicos e comerciais e, assim, abocanhando gorjetas abundantes e cotas na herança, feito outros aproveitadores na bolsa. Mas não apenas da tutela do pai ou do marido é que as mulheres se sentiam dispensadas. Contatos amorosos de toda sorte vinham à luz, constantes. Na variedade e no virtuosismo de sua indústria estavam as bailarinas (*mimae*) perfeitamente à altura das de hoje; as próprias primas-donas, que se chamavam Cíteris, ou seja lá como for, emporcalhavam as páginas da história. Contudo, a arte liberal das senhoras nos círculos aristocráticos causava bastantes prejuízos a esses, digamos assim, misteres permitidos. Enlaces amorosos nas mais importantes casas haviam se tornado tão frequentes que apenas um escarcéu de todo inesperado é que poderia torná-las objeto de falatório especial; uma interferência jurídica parecia agora assim quase risível. Embora milhares de vezes mais terrível que os incidentes os quais ainda cinquenta anos antes haviam levado a uma série de condenações à morte, passou sem alarde e quase totalmente sem punições o escândalo ímpar que protagonizou Públio Clódio em 693 (61 a.C.) numa celebração exclusiva a mulheres dentro da casa do sumo pontífice. A temporada dos banhos — em abril, quando os negócios públicos relaxavam e o mundo dos ilustres acorria a Baiae e Putéoli — extraía seu principal estímulo das relações lícitas e ilícitas animadas por passeios de gôndola com música, canto e dejejuns elegantes nos barcos ou nas margens. Nesse ponto, as mulheres dominavam irrestritamente; todavia, não se contentavam de modo algum com os domínios que lhe competiam por força de lei, por isso faziam também política, apareciam nas plenárias dos partidos e participavam, com dinheiro e intrigas, nas caóticas patifarias do tempo. Quem visse essas figuras políticas agindo no palco de Cipião e Catão e, junto a elas, elegantes jovens que, com queixo escanhado, voz mansa e passos ligeiros, com lenços na cabeça e no colo, abotoaduras e sandálias femininas, copiavam as mocinhas levianas estremeceria demais perante esse mundo avesso à natureza em que os gêneros parecem querer trocar de lugar. É possível identificar o que se pensava nesses círculos da aristocracia sobre separação matrimonial tomando por base o comportamento de Marco Catão, o melhor e mais honesto de seus homens, o qual, ao pedido de um amigo, desejoso de se casar, não hesitou em separar-se da esposa e, aliás, após a morte desse amigo, se casou pela segunda vez com a mesma mulher. A recusa ao casamento e à procriação difundiu-se bastante, especialmente nas altas classes. Quando, entre estas, o matrimônio se havia tornado há muito um fardo que se carregava no

máximo pelo interesse público, então encontramos agora, como já também em Catão e nos seus contemporâneos de convicção semelhante, a máxima a partir da qual, um século antes, Políbio deduzira a decadência da Hélade: é dever cívico conservar as grandes fortunas não gerando muitos filhos. Foram-se os tempos em que a denominação “gerador de filhos” (*proletarius*) era questão de honra para o romano!

Em consequência dessa conjuntura social, a tribo latina desapareceu da Itália de modo assustador e deixou sobre as belas paisagens em parte a migração parasita, em parte o puro deserto. Considerável fatia da população afluíu para o estrangeiro. Logo a soma de indivíduo e força de trabalho, usados no fornecimento de funcionários e tropas itálicas para todo o território do Mediterrâneo, superou as forças da península, em especial porque os elementos da nação, em grande parte enviados ao estrangeiro, sumiram para sempre. Pois, quanto mais a comunidade romana se desenvolvia num império que abarcava muitas nações, tanto mais desacostumava-se a aristocracia regente a considerar a Itália como sua pátria exclusiva; da equipe recrutada ou alistada para serviço militar, entretanto, pereceu parte importante nas várias guerras, particularmente na sangrenta guerra civil, enquanto outra, pelo longo tempo de serviço estendendo-se às vezes por uma geração, foi totalmente alijada da pátria. Assim como o serviço público, a especulação manteve fora do país uma parte de proprietários rurais e quase todos os comerciantes, quando não a vida inteira, ao menos muito tempo, e desacostumou, em especial os últimos, pela desmoralizante vida de viagens a negócios, sobretudo à existência burguesa na terra natal e condicionada à família. Como substitutos, a Itália recebeu em parte proletários escravizados e libertos, em parte negociantes e artesões, que afluíam da Ásia Menor, da Síria e do Egito e proliferavam mormente na capital e mais ainda nas cidades portuárias de Óstia, Putéoli e Brundísio. Porém, na maior e mais importante parte da Itália, não se realizou uma tal substituição de elementos puros por impuros, e visivelmente a população desapareceu. Isso ocorreu sobretudo nos territórios pastoris, como na Apúlia, terra incensada pela criação bovina e chamada desde então pelos coetâneos de “área mais despovoada da Itália”, e nos arrabaldes de Roma, onde a Campânia se desertificava sob a constante interação entre uma retardada agricultura e ares todo ano mais e mais deletérios. Lábico, Gabínio, Bovillae, outrora simpáticas cidadezinhas rurais, decaíram tanto que era difícil achar representante para a cerimônia da festa latina. Túsculo, embora ainda uma das comunidades mais ilustres do Lácio, consistia quase só de uma única e nobre família — que vivia na metrópole, mas conservara seu direito regional tusculano — e estava bem atrás de pequenas comunidades do interior da Itália no que concerne ao número de cidadãos com direito de voto. Nessa região, na qual outrora se havia baseado principalmente o

potencial defensivo de Roma, a tribo de onde se convocavam os homens aptos ao serviço militar estava tão exaurida que podemos ler, com assombro e talvez com terror, crônicas a respeito da guerra de équos e volscos que, em comparação à conjuntura atual, soam fantasiosas. Não foi tão terrível em todos os lugares, nem nas partes restantes da Itália central e da Campânia; porém, ainda assim, como reclamou Varrão, cidades antes populosas sofreram com a desertificação.

É uma imagem pavorosa essa imagem da Itália sob o governo da oligarquia. Entre o mundo dos mendigos e o mundo dos ricos está uma desditosa oposição nem aplacada nem intermediada por nada. Quanto mais clara e incômoda ela era sentida de ambos os lados, quanto mais vertiginosa se elevava a riqueza, quanto mais profundo se escancarava o abismo da pobreza, tanto mais frequentemente, nesse diversificado mundo de especulação e jogos de azar, os indivíduos eram arremessados das profundezas ao topo e do topo de volta às profundezas. Quanto mais externamente os dois mundos estavam fendidos, tanto mais inteiros se encontravam na mesma destruição da vida familiar — que é o cerne e o gérmen de toda nacionalidade —, nas mesmas ociosidade e extravagância, na mesma economia sem lastro, na mesma dependência efeminada, na mesma corrupção diferente apenas em cifras, na mesma criminalidade desmoralizadora, na mesma ânsia por começar a guerra contra a propriedade. Riqueza e miséria em íntima aliança carregaram os itálicos para fora da Itália e encheram a península metade com um enxame de escravos, metade com um silêncio horripilante. É uma imagem pavorosa, mas não particular; em todo lugar em que o regime capitalista se desenvolveu por inteiro num Estado escravista, o belo mundo de Deus foi, de igual maneira, assolado. Assim como o feixe de raios se reflete em cores diversas e a cloaca também se parece em toda parte, a Itália da época ciceroniana equipara-se em essência à Hélade de Políbio e, ainda mais preciso, a Cartago dos tempos de Aníbal, onde, de maneira de todo semelhante, o capital que governava com onipotência levava as classes médias à ruína, elevava o comércio e as propriedades rurais ao máximo florescimento e, por fim, provocara uma decomposição moral e política da nação, brilhantemente disfarçada. Tudo o que é de pecado terrível cometido pelo capital no mundo de hoje contra a nação e a civilização se encontrava no cerne das atrocidades dos antigos Estados capitalistas, da mesma maneira que o homem livre se mantinha superior ao escravo, ainda que fosse ele tão pobre quanto; e só quando amadurece a semente da discórdia na América do Norte é que terá o mundo de colher de novo frutos parecidos.

Esses males, de que padecia a economia itálica, eram, de acordo com seu âmago mais profundo, incuráveis, e o que ainda poderia ser curado havia de tornar-se melhor

principalmente pelo povo e pelo tempo; pois nem o mais sábio dos governos tampouco o mais dotado dos médicos conseguiria renovar os fluidos corrompidos do organismo ou, no caso de males profundamente entranhados, fazer mais do que combater as intercorrências, as quais impedem que o poder curativo da natureza aja. O novo regime conservava a energia serena dessa defesa, por meio da qual algumas das mais terríveis excrescências extirpavam-se por si mesmas, como, por exemplo, a educação artificial do proletariado, a impunidade dos crimes, o suborno e outras mais. Porém o governo podia fazer mais do que apenas não prejudicar. César não era desses sabidos que só não represam o mar porque a maré desobedece ao dique. É melhor que a nação e a economia sigam por si mesmas seu curso natural; mas, uma vez que se desviaram dele, César emprega toda a energia para trazer de volta as vidas nacional e familiar e reformar a economia por leis e decretos. Para expurgar a constante ausência dos itálicos e fazer o mundo dos nobres e o comércio fundarem um epicentro próprio na pátria, não apenas o tempo de serviço dos soldados é encurtado, mas também se interdita aos homens das classes senatoriais aumentarem as estadas fora da Itália quando não estivessem a serviço; e prescreve-se ao restante dos itálicos em idade de casar (entre os vinte e os quarenta) que não se ausentem da Itália por mais de três anos consecutivos. Nesse mesmo sentido, no primeiro consulado, quando da fundação da colônia de Cápua, César havia considerado preferenciais os pais com muitos filhos e, agora como *imperator*, oferta uma extraordinária recompensa aos pais de famílias numerosas, enquanto, ao mesmo tempo, como juiz superior da nação, trata separações e adultérios com inaudito rigor para os padrões romanos. Aliás, não se havia eximido de promulgar uma detalhada lei sobre o luxo, que limitava, entre outros, o dispêndio com obras — ao menos com uma de suas excrescências mais incoerentes, os mausoléus —; restringia o uso de túnicas púrpuras e pérolas a determinadas épocas, idades e níveis sociais, interditando-as por completo aos homens adultos; estipulava um limite às despesas com banquetes; e proibia uma quantidade demasiada de pratos exóticos. Decretos do gênero não eram decerto novidade; porém, é novidade que o “moralista” se detivesse seriamente na sua aplicação, vigiasse o mercado alimentício com sentinelas contratados e controlasse, sim, os banquetes dos ilustres por meio de beaguins, deixando-os confiscar ali mesmo os pratos proibidos. Por meio dessa orientação teórica e prática em favor do comedimento que a polícia monárquica conferiu ao mundo dos nobres, conseguiu alcançar até mesmo o retorno do luxo ao isolamento; porém, se a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude, então mesmo a aparência policialesca produzida entre as relações foram, àquela altura, um progresso não desprezível.

São de tipo mais austero e prometem mais sucesso as medidas de César para melhorar a regulação das economias agrária e financeira da Itália. A princípio, trata-se aqui de determinações transitórias a respeito da escassez de dinheiro e da inadimplência geral. A lei provocada pelo alarido sobre os capitais retidos, segundo a qual ninguém deveria guardar mais de 60 mil sestércios (4.600 táleres) em ouro e prata puros, pode ter sido promulgada para apaziguar a ira do enceguecido público contra os agiotas; a forma da publicação, em que fingia impor novamente uma antiga lei caída no esquecimento, mostra que César se encabulava desse decreto e que dificilmente ela seria aplicada de fato. Uma questão muito mais séria é o tratamento das dívidas pendentes cuja dispensa integral os partidários de César ansiavam com veemência. Que ele não atendeu à expectativa já o dissemos; todavia, foram feitas duas importantes concessões aos devedores já no ano de 705 (49 a.C.): primeiro, os juros em atraso foram reduzidos,²⁰⁷ e o que tinha sido quitado até então abatido do capital; segundo, exigiu-se ao credor aceitar em pagamento os haveres móveis e imóveis dos devedores conforme o valor venal que a coisa havia tido antes da guerra civil e da desvalorização geral causada por ela. Esta última determinação não era injusta; se o credor podia ser visto como o real proprietário dos haveres de seu devedor até o montante total devido, então era bastante justificável que partilhasse da desvalorização geral do objeto possuído. Nesse sentido, a anulação dos juros pagos ou pendentes que fez, conforme o caso, os credores perderem em média 25%, exceto os próprios juros que tiveram de exigir sobre o capital na época da promulgação da lei, nada mais é que o consentimento parcial à anulação das dívidas provenientes de empréstimos, ansiada com tanta veemência pelos democratas; e, por mais terrível que os agiotas tenham conseguido atuar, não é possível justificar com isso o cancelamento retrospectivo de toda cobrança de juros, sem discriminação. Para compreender esse burburinho, devemos recordar como se postava o partido democrático frente à questão. A proibição legal de cobrar juros, que a antiga oposição plebeia havia exigido no ano de 412 (342 a.C.), embora tivesse sido descartada na prática por uma nobreza que dominava os processos civis através da pretura, mantivera-se válida formalmente desde aquela época; e os democratas do século sétimo, que se consideravam por inteiro continuadores daquele antigo movimento classista e social, haviam declarado a nulidade da cobrança de juros a qualquer tempo, impedindo-a na prática ao menos provisoriamente, mesmo durante os distúrbios do tempo mariano. Não é crível que César partilhasse da crença ignorante do seu partido nesse

²⁰⁷ Embora não esteja na tradição, deduzimos necessariamente dessa anuência que fosse contra a lei abater do capital, através de pagamento ou promissória, os juros pagos (*si quid usurae nomine numeratum auf perscriptum fuisset*: Suet. *Caes.* 42).

tema; se, no relatório sobre a execução patrimonial, pensava em regular a disposição dos haveres do devedor em lugar do pagamento, mas calava sobre a anulação dos juros, isso talvez seja uma autoincriminação muda. Porém, como todo líder partidário, ele dependia do partido e não podia rejeitar, demasiado, as proposições tradicionais da democracia; tanto mais por ter de decidir sobre o tema não como o vencedor absoluto de Farsálos, mas já antes da partida para Épiro. Se, porém, essa ruptura na ordem legal e na propriedade tenha sido talvez mais permitida que provocada, é de certeza mérito dele que tenha sido rejeitado o imenso desejo por rescindir todas as cobranças de empréstimos; e devemos pontuar em favor de sua honra que os devedores estavam ainda mais irritados acerca da concessão feita a eles e considerada altamente insatisfatória do que os tolhidos credores; e, sob Célio e Dolabela, faziam aquelas tentativas estúpidas — e, como dito anteriormente, logo frustradas — de exigir pelo tumulto e pela guerra civil o que César os negava.

Porém, nesse instante, César não se restringiu a ajudar os endividados, mas fez o que pôde como legislador para vergar de vez a temerosa onipotência do capital. Antes de tudo, foi proclamada a grande norma jurídica segundo a qual a liberdade não é um bem mensurável pela propriedade, mas um direito humano eterno, que o Estado priva do culpado, não do devedor. É César quem, talvez animado também aqui pela legislação humanista egípcia e grega, especialmente de Sólon,²⁰⁸ introduz, no direito comum, onde a partir daí passou a afirmar-se indisputado, o princípio que contradizia diretamente as antigas regras de falência. De acordo com o código romano, o devedor incapaz de quitar suas dívidas tornava-se escravo do credor. Embora a Lei Poetélia houvesse autorizado aos inadimplentes por contratempus e não por verdadeiro endividamento salvar a liberdade pessoal cedendo os seus haveres, essa norma jurídica, durante meio milênio, havia sido conservada inalterada no principal, ainda que bastante amenizada nos aspectos secundários quando tratava dos realmente endividados; uma falência que mirasse a fortuna ocorria apenas excepcionalmente quando o devedor morria, ou seu direito civil acabava ou não lhe cabia. Apenas César dá aos sobre-endividados o direito que baseia até hoje nossa lei de falências: a transferência formal dos haveres ao credor podia ser suficiente ou não para a quitação, mas certamente o era para salvar a liberdade pessoal de alguém, ainda que com honra e direitos políticos reduzidos, e para começar uma nova existência financeira, na qual, devido às obrigações não cobertas na falência e provenientes de época mais antiga, só agora o inadimplente deveria ser acionado na

²⁰⁸ A legislação real egípcia (Diod. 1, 79) e o direito de Sólon (Plut. *Sol.* 13, 15) interditavam títulos da dívida nos quais ficava estipulada, com o não pagamento, a perda da liberdade pessoal do devedor; e pelo menos o último, no caso de falência, não infligia ao devedor mais do que a cessão de todos os seus ativos.

justiça, quando então poderia pagá-las sem arruinar-se economicamente de novo. Tendo calhado ao grandioso democrata a honra imperecível de emancipar do capital a liberdade humana, ele procura em seguida restringir, também policialmente, a supremacia do capital por meio de uma lei sobre usurários. Não negava a antipatia democrática contra os contratos a juros. Para a circulação de dinheiro na Itália, é estabelecida uma cota máxima de empréstimos a juros que podia ser autorizada ao capitalista, a qual parece ter se guiado conforme cada propriedade itálica envolvida e talvez perfizesse metade do valor dela. Transgressões a essas cláusulas eram, segundo o tipo de processo prescrito na lei republicana sobre os usurários, tratadas como ações criminais e atribuídas a uma comissão própria de juízes. Quando essas instruções se aplicaram na prática, exigiu-se a todo comerciante itálico tornar-se sobretudo um proprietário de terras, e a classe de capitalistas que vivia só de juros desapareceu da Itália por completo. Com isso foi indiretamente limitada a categoria não menos nociva dos donos de terras superendividados, conforme o caso apenas administradores dos bens para o credor, uma vez que este, querendo prosseguir seus empréstimos a juros, era ele mesmo forçado a comprar os terrenos. Já aí fica claro que César não queria só renovar aquela proibição ingênua sobre os juros nutrida pelo antigo partido popular, mas, em verdade, autorizar uma cobrança dentro de certas balizas. Muito provavelmente, porém, ele não resumiu sua ingerência sobre o máximo a ser emprestado apenas à Itália; em especial no que dizia respeito às províncias, prescreveu uma taxa máxima para os juros. A disposição segundo a qual é ilícito cobrar juros maiores que 1% ao mês, ou tomar de novo juros sobre juros atrasados, ou, por fim, validar na justiça um montante maior do que o capital em juros atrasados foi, provavelmente também baseando-se no padrão greco-egípcio, empregada no Império Romano pela primeira vez por Lúcio Lúculo na Ásia Menor e mantida pelos sucessores, logo depois transferida para outras províncias por ordens governamentais e, enfim, pelo menos uma parte, adotada em todas as províncias com força de lei por meio de decisão do Senado romano no ano de 704 (50 a.C.). Se esses decretos de Lúculo sobre os juros apareceram posteriormente em sua plena abrangência como lei do Império e se tornaram por inteiro princípios da legislação romana, e aliás até hoje, deve-se também remeter talvez às determinações de César.

De mãos dadas com as tentativas de defender-se da supremacia do capital iam os esforços para reconduzir a economia agrária àquela trajetória que era a mais vantajosa à comunidade. Para tanto, foi de grande importância logo melhorar a administração da justiça e da polícia. Até então ninguém na Itália estava seguro de sua vida ou de suas propriedades móveis e imóveis: nesse tempo de transição, os bandos romanos, por exemplo, quando sua gente não estava ajudando a fazer política na capital, se incumbiam do roubo nas florestas da

Etrúria ou redimensionavam as fronteiras das terras de seus mercenários por meio de invasões; mas, de agora em diante, a lei do mais forte chegava ao fim, e sobretudo a população rural de todas as classes havia de sentir as consequências benfazejas. O plano de obras de César, que não se reduzia exclusivamente à capital, destinava-se a interferir nisso; assim, por exemplo, a execução de uma estrada digna, de Roma ao mar Adriático passando pelos desfiladeiros dos Apeninos, vivificou a circulação no interior da Itália, e o aplainamento do lago Fucino veio em benefício dos agricultores marsos. César, porém, interferia diretamente nas condições econômicas da Itália. Aos pecuaristas itálicos é impingido que empregassem ao menos a terça parte de seus pastores com gente livre e adulta, ao mesmo tempo desviando-os, assim, do banditismo e abrindo ao proletariado livre uma fonte de renda. Na questão agrária, César, que já no primeiro consulado estivera em condições de regulá-la mais plenamente que Tibério Graco, não partiu a reinstaurar a agricultura a todo custo, nem a custo de uma revolução que, escondida em cláusulas jurídicas, avançava contra a propriedade; para ele, como a todo verdadeiro estadista, vigorava, em verdade, como máxima política primeira e mais inquebrantável entre todas, a certeza do que é propriedade ou, de fato, do que, em público, valia como propriedade, e apenas dentro dessas balizas traçadas procurava auxiliar a pequena propriedade itálica, que a ele parecia questão de vida para a nação. Muito mais ainda se fez nesse aspecto. Todo direito privado, fosse propriedade ou título de herança homologado pelos Gracos ou por Sula, foi, sem exceção, respeitado por ele. Ao contrário, os verdadeiros domínios territoriais na Itália, incluindo uma parte considerável dos imóveis atribuída legalmente ao Estado e localizada nas mãos de grêmios religiosos, foram, desde que servissem à agricultura, repartidos por César à maneira dos Gracos, depois que ele, com seu jeito estritamente econômico e também intransigente a qualquer desperdício ou negligência, procedeu a uma revisão geral dos títulos de propriedades por meio de uma comissão de vinte membros — os pastos de inverno na região samnita e de verão na Apúlia que pertenciam ao Estado se mantiveram, além disso, como domínios públicos; e era pelo menos intenção do *imperator* que, caso esses domínios não fossem suficientes, a terra ainda necessária fosse conseguida pela aquisição de terrenos itálicos com recursos do caixa estatal. Na escolha dos novos camponeses, foram considerados sobretudo os antigos soldados, claro; e tanto quanto possível o fardo que havia sido o alistamento para a pátria-mãe se transformava numa boa ação quando César devolveu a ela como camponês o proletariado convocado como recruta; é também notável que as comunidades latinas despovoadas, como por exemplo Veios e Capena, pareçam ter sido ocupadas preferencialmente por novos colonizadores. O decreto de César de que só após vinte anos deveria ser permitido ao novo proprietário alienar os terrenos

recebidos foi um feliz meio-termo entre a inteira anuência ao direito de alienação, que logo em seguida teria conduzido grande parte das terras repartidas às mãos dos grandes capitalistas, e as constantes restrições à liberdade de circulação, como haviam decretado Tibério Graco e Sula, sem sucesso em ambos os casos.

Enquanto o governo agia, enérgico, para afastar os elementos enfermiços da vida social itálica e fortalecer os salutareos, os municípios recém-regulados, depois que se haviam desenvolvido no Estado e à volta dele a partir da crise da Guerra Social, confiavam finalmente à nova monarquia absoluta uma vida em comum compatível com ela e incentivavam a circulação represada dos elementos nobres da vida pública outra vez a um ritmo pulsante. Por um lado, a depuração nos colégios urbanos de todos os elementos imorais — enquanto ainda não havia sinais de polícia política — e, por outro, a maior liberdade possível de movimento nas comunidades, que agora também escolhiam os magistrados e contavam com uma reduzida jurisdição penal e civil, surgiram como princípio orientador nas regulamentações municipais²⁰⁹ promulgadas para a Gália Cisalpina no ano de 705 (49 a.C.) e para a Itália no ano de 709 (45 a.C.), entre as quais principalmente a última continuou uma lei fundamental por toda a posteridade. As determinações gerais da polícia, como, por exemplo, as restrições ao direito de associar-se, ganhou decerto espaço também aqui.

São essas as ordens através das quais César tenta reformar a economia nacional itálica. É fácil tanto explicar suas deficiências, uma vez que fazem nascer uma quantidade de males, quanto comprovar também que causam prejuízo vário, uma vez que cerceiam, até bastante sensivelmente, a liberdade de comércio. É ainda mais fácil comprovar que os danos à economia itálica são de gênero totalmente insanáveis. Entretanto, o estadista de pendor prático admirará tanto a obra quanto o mestre do ofício. Já foi um avanço que agora o mal tenha sido capturado e combatido em seu verdadeiro lugar, onde antes um homem como Sula, desesperado por um remédio, havia se contentado com uma mera reorganização formal; e devemos, afinal, avaliar que, com suas reformas, César se acercou na medida do possível ao que era dado a um romano e a um estadista acercar-se. Não cria poder ainda esperar delas a regeneração da Itália, mas procurou alcançá-la, em verdade, por um caminho bastante diferente, que, para explicá-lo, carecerá a princípio trazer à luz a situação das províncias como César as encontrou.

As províncias que César encontrou eram catorze em número; sete europeias (Espanhas Ulterior e Citerior; a Gália Transalpina; a Gália Itálica com Ilírico; Macedônia com a Grécia;

²⁰⁹ Ainda existem fragmentos consideráveis de ambas as leis.

Sicília, Sardenha com a Córsega); sete asiáticas (Ásia; Bitínia e Ponto; Cilícia com Chipre; Síria; Creta); e duas africanas (Cirene e África); às quais César adicionou três novas circunscrições administrativas ao instituir duas novas governadorias, a Gália Lugdunense e a Bélgica, e constituir Ilírico como uma província própria.²¹⁰

No governo das províncias, apesar de muitas realizações respeitáveis na área, a má gestão oligárquica chegou, ao menos no Ocidente, a um ponto que jamais outro governo atingiu e que, segundo nossa capacidade de julgar, não parecia ser possível agravar-se ainda mais. Entretanto, a responsabilidade por isso não cabia apenas aos romanos. Quase em toda parte, já antes deles, as regências grega, fenícia ou asiática haviam expurgado dos povos o senso elevado e o sentido de liberdade e justiça de tempos melhores. Era bastante terrível que, ao ser chamado, todo provincial suspeito fosse obrigado a ir prestar contas pessoalmente em Roma; que o governador romano interferisse à vontade na aplicação da justiça e na administração das comunidades independentes, expedisse penas capitais e revogasse deliberações do conselho da comunidade; que, em caso de guerra, comandasse as milícias a seu critério e de modo com frequência vexaminoso, como, por exemplo, Cota, no cerco a Heracleia pontina, que atribuiu à milícia todos os postos de risco para poupar seus itálicos, e, uma vez que o cerco não correu como desejado, obrigou os encarregados a depor a própria cabeça sob seus pés. Era bastante terrível que nenhuma prescrição da moralidade ou do direito penal comprometesse nem os bailios romanos nem seu séquito e que estupros, desonras e assassinios fossem presença cotidiana nas províncias, sob a forma da lei ou sem ela. Mas pelo menos nada disso era novo: quase em toda parte as pessoas estavam há muito tempo acostumadas ao tratamento escravagista, e no fim dependia pouco se um bailio cartaginês, um sátrapa sírio ou um procônsul romano assumia o papel de tirano na localidade. O bem-estar material, precisamente a única coisa de que ainda se fazia questão nas províncias, fora menos afetado por aqueles acontecimentos, os quais atingiram muitos indivíduos mas não todos, apesar dos muitos tiranos, do que pela exploração financeira igualmente opressiva a todos, que nunca havia aparecido com tanta energia. Agora, nesse âmbito, os romanos davam terríveis provas de sua antiga maestria no sistema monetário. Tentemos antes apresentar o sistema romano de tributação provincial tanto em seus fundamentos modestos e razoáveis quanto no seu crescimento e na sua deturpação. Que esta última aumentou progressivamente é

²¹⁰ Uma vez que, conforme as ordens de César, anualmente dezesseis propretores e dois procônsules se dividiam na governadoria e ficavam os últimos dois anos no cargo, poderíamos assim concluir que ele intencionava elevar a vinte o número total de províncias. Contudo, é ainda menos certo que tenha César instituído talvez deliberadamente menos cargos que candidaturas.

evidente. As taxas ordinárias se tornaram opressoras mais pela desigualdade na divisão dos impostos e pelo controvertido sistema de tributação do que por seu volume. Sobre o fardo que era o alojamento das tropas, os próprios políticos romanos explicitavam que uma cidade padecia de quase igual sofrimento quando um inimigo a arrasava e quando o exército romano a tomava para uma invernada. Enquanto antes a tributação havia sido, conforme sua característica original, uma indenização pelos gastos de guerra assumidos por Roma, tendo a comunidade tributada o direito de ser poupada do serviço ordinário, agora o serviço nas tropas de ocupação era, como está provado na Sardenha, em grande parte imputado aos provinciais; e era também impingido a eles, além de outras obrigações, todo o difícil fardo da cavalaria até no exército ordinário. As obrigações extraordinárias, como, por exemplo, o fornecimento de grãos ao melhor proletariado urbano sem reembolso, a constante e dispendiosa munição da frota e a proteção das praias a fim de enxotar a pirataria, a oferta de trabalho, obras de arte, bestas selvagens ou outras necessidades do insano luxo do teatro e da caça, as requisições militares em caso de guerra, eram tão frequentes quanto opressoras e imprevisíveis. Um único exemplo mostrará aonde se chegou. Durante os três anos de administração de Caio Verres na Sicília, decaiu o número de agricultores em Lentini de 84 a 32, em Motuca de 187 a 86, em Herbita de 252 a 120, em Agira de 250 a oitenta, de maneira que em quatro dos distritos mais profícuos da Sicília 59 entre cem proprietários preferiram deixar a terra se tornar baldia a cultivá-la sob esse governo. E esses agricultores eram, como o número ínfimo demonstra e como também já se dissera expressamente, de modo algum pequenos camponeses, mas ilustres donos de terras destinadas a *plantation* e em grande parte cidadãos romanos!

Nos Estados-clientes, as formas de tributação eram algo diversas, mas os encargos em si ainda piores, porque, exceto os romanos, aqui eles também extorquiam as cortes locais. Na Capadócia e no Egito, caíram camponês e rei em bancarrota, e tanto aquele era incapaz de satisfazer o arrecadador de impostos quanto este, o credor romano. A isso se acrescentaram verdadeiras extorsões não apenas derivadas do próprio governador, mas também dos “amigos” dele, que supunham ter, digamos assim, ascendência sobre o governador e o direito de regressar das províncias como homens estribados em posses. A oligarquia romana equiparava-se, nesse aspecto, por inteiro a uma súplica de ladrões e procedia ao saque dos provinciais com minúcia e profissionalismo: um sujeito habilidoso não afanava com demasiada transparência, uma vez que havia de repartir com o procurador e com os juizes; e quanto mais roubassem, tanto mais seguros o faziam. A honra dos gatunos também havia se desenvolvido: o eminente larápio olhava de cima o menor, e este desprezava o simples ladrão; quem milagrosamente acabou condenado se gabava da elevada cifra que havia

comprovadamente extorquido. Assim atuavam nos cargos os sucessores daqueles homens que não estavam acostumados a trazer consigo da administração nada mais que o agradecimento dos súditos e o aplauso dos concidadãos.

Porventura de modo ainda pior e menos submetidos a controle viviam os homens de negócios provenientes da Itália entre os desgraçados provinciais. As fatias de terra mais rentáveis e todo o comércio e as finanças concentravam-se nas mãos deles. As terras nas regiões ultramarinas que pertenciam a ilustres da Itália ficavam expostas à miséria administrativa e nunca mais viam os donos, exceto os bosques de caça, que aparecem já nessa época na Gália Transalpina com uma área de quase uma milha quadrada alemã. A agiotagem floresceu como nunca antes. Grande parte dos pequenos proprietários em Ilírico, Ásia, Egito administrava, já ao tempo de Varrão, como se de fato tivesse sido escravizada por uma dívida que lhe cobravam romanos ou não romanos, assim como outrora os plebeus a seus usurários patrícios. Mesmo nas zonas urbanas ocorria de capitais serem emprestados por 4% ao mês. Era algo comum que um comerciante enérgico e influente recebesse, para melhor gerir seus negócios, ou do Senado o título de emissário²¹¹ ou do governador o de oficial, e porventura até equipe para tanto; de forma bastante crível, conta-se que um desses banqueiros notadamente belicosos manteve, por causa de uma dívida, o conselho local preso na câmara de Salamis, no Chipre, durante tanto tempo que cinco dos conselheiros morreram de fome.

A essas duas pressões, que se tornavam insuportáveis se isoladas mas se regulavam muito melhor quando uma incidia sobre a outra, acrescentava-se então o tormento geral, cuja culpa o governo romano, ao menos indiretamente, em boa parte carregava. Nas múltiplas guerras, grandes capitais foram, ora pelos bárbaros, ora pelo exército romano, levados do país, e outros tantos ainda desperdiçados. Pela nulidade das polícias terrestre e marítima de Roma, enxameavam por toda a parte os piratas de terra e mar. Na Sardenha e no interior da Ásia Menor, o banditismo era endêmico; em África e na Espanha Ulterior fazia-se necessário fortificar com muros e atalaias os edifícios instalados fora do círculo das muralhas citadinas. A pirataria, esse tenebroso mal, já fora retratada em outro contexto. Não melhorava o quadro a panaceia que era o sistema de interdições, instrumentalizado pelo governador romano para ingerir quando, coisa que não podia faltar em tais circunstâncias, começavam os apertos financeiros ou a carestia do pão, proibindo a transferência de ouro e grãos para fora da província. A situação da comunidade estava arruinada em quase todos os lugares não só pela carência generalizada, mas também pelas confusões regionais e desfalques causados por

²¹¹ Era a chamada “legaçoão livre” (*libera legatio*), isto é, uma legaçoão sem de fato missões públicas.

magistrados do lugar. Onde tais agonias acometiam comunidades e indivíduos ao longo de gerações numa pressão ano a ano crescente e inelutável, logo sucumbiam o orçamento público e o dinheiro privado; e a miséria mais nefanda se espalhava sobre todas as nações, do Tejo ao Eufrates. “Todas as comunidades”, diz um escrito publicado já em 684 (70 a.C.), “estão fadadas à ruína”; o mesmo restou provado em especial para a Espanha e para a Gália Narbonense, isto é, províncias da mais razoável situação econômica. Na Ásia Menor, até cidades como Samos e Halicarnasso ficaram quase vazias; ali a situação jurídica dos escravos parecia, comparando-se à penúria à qual eram subjugados os provinciais livres, um paraíso na Terra, e até o asiático, conhecido pela paciência, havia se enfastiado da vida, segundo relatos dos próprios políticos romanos. A quem apeter descobrir o quanto consegue a humanidade afundar em sujeição ou tolerância igualmente ultrajantes em relação a toda a ilegalidade concebível deve recolher dos processos penais desse tempo o que grandes romanos trataram de fazer e o que gregos, sírios e fenícios calharam de sofrer. Até os próprios políticos consentiram, de público e sem rodeios, que o nome romano fosse indescritivelmente odiado em toda a Grécia e a Ásia; e, quando os cidadãos da Heracleia pontina certa vez massacraram todos os alfandegários romanos, o que se havia de lamentar era apenas que não ocorresse com mais frequência.

Os *optimates* troçavam dos novos senhores que iam, um após o outro, visitar seu “paço municipal”; em verdade, as condições das várias províncias exigiam toda a seriedade e toda a sabedoria de um daqueles raríssimos homens aos quais o rei agradecia por não servir ao povo de mero exemplo das deficiências humanas. O tempo haveria de curar as chagas abertas; para que novas não fossem feitas e para que isso resultasse possível, cuida César. Os serviços administrativos são radicalmente reformados. Os procônsules e os propretors sulanos eram em essência soberanos em sua circunscrição administrativa e, de fato, não estavam submetidos a controle algum; os de César se tornam serviçais mantidos sob as rédeas de um rígido superior, que, por meio da unidade e da duração vitalícia de seu poder, tinha uma relação mais natural e aceitável para com os súditos do que aqueles muitos e pequenos tiranos que se alternavam todos os anos. A governadoria, embora tenha sido dividida entre dois cônsules e dezesseis pretors exonerados todos os anos, é conferida, conforme o mérito, unicamente pelo *imperator*, que nomeia diretamente oito daqueles últimos, e a partilha das províncias entre os concorrentes depende apenas dele. A competência do governador também é restringida na prática. Mantêm-se-lhe a aplicação da justiça e o controle administrativo da comunidade, mas o comando dele é paralisado pelo comando superior de Roma e por ajudantes que acompanham o governador, enquanto o serviço de guarda, provavelmente

àquela altura já nas províncias, é transferido a servidores em essência imperiais, de maneira que o governador, a partir de então, cerca-se por auxiliares que dependiam incondicionalmente do *imperator*, seja devido a leis da hierarquia militar, seja devido a leis ainda mais rígidas de disciplina interna. Se até então o procônsul e seu questor pareciam, digamos, membros de uma quadrilha mobilizada pela pilhagem, os magistrados de César estão ali para proteger os fracos contra os fortes; e, no lugar do controle até então mais deplorável que irrelevante praticado pelos tribunais de cavaleiros ou de senadores, eles assumem a responsabilidade diante de um monarca imparcial e incontente. A lei de extorsão, cujo tipo penal César já havia agravado no seu primeiro consulado, é aplicada por ele com severidade implacável, exercida até à letra contra os comandantes superiores que estavam nos cargos; e até os magistrados da fazenda pública, quando ousavam permitir uma ilegalidade, recompensavam seu senhor conforme o direito local mais cruel daquele período, do mesmo modo como escravos e libertos costumavam recompensar. As taxações públicas extraordinárias são reconduzidas à medida correta e às emergências reais; já as ordinárias, essencialmente reduzidas. A regulação radical das finanças já havia sido pensada antes; são reformas benéficas para os moradores das províncias expandir a isenção de impostos, diminuir universalmente a taxa direta, limitar a arrecadação do décimo em África e na Sardenha e afastar por inteiro os intermediários com o reembolso das taxas diretas. Não podemos comprovar que César, seguindo o exemplo de um de seus grandes antecessores democráticos, Sertório, havia querido livrar os súditos ao fardo dos acampamentos e instar os soldados a erigir um acampamento duradouro de estilo urbano; porém, ao menos depois que trocara o papel de pretendente pelo de rei, pôde abandonar, não o homem, mas o súdito em favor do soldado; e havia maturado no espírito que o legado de sua política criava tais acampamentos militares e desses acampamentos militares novamente cidades, nas quais a civilização itálica encontrava ponto nodal em meio aos territórios bárbaros das fronteiras.

Muito mais árduo que gerir a mixórdia da magistratura é livrar os provinciais da opressiva hegemonia do capital romano. Na realidade, esta não se rompe sem que sejam empregados meios ainda mais perigosos que a doença; o governo consegue provisoriamente coibir alguns abusos, quando César, por exemplo, proíbe que se use o título de emissário para fins de usura e confronta tanto as evidentes violações quanto a usura escancarada implementando, com rigor, o código penal coletivo e a lei de usura também estendida às províncias, mas aguarda a cura profunda da doença pelo reflorescer do bem-estar provincial sob administração melhor. Disposições transitórias para livrar algumas províncias do endividamento haviam sido promulgadas diversas vezes nos últimos tempos. O próprio César,

em 694 (60 a.C.), como governador da Espanha Ulterior, tinha atribuído aos credores dois terços do rendimento dos devedores para dali retirarem sua paga. De modo semelhante, já Lúcio Lúculo, como governador da Ásia Menor, havia revogado a parte desmesuradamente inflada dos juros e destinado aos credores um quarto da receita retirada às terras de seus devedores, bem como uma cota adequada no que afluía de aluguéis e trabalho escravo. Desconhecemos que César, após a guerra civil, tenha provocado nas províncias extinção coletiva de dívidas; mas não podemos duvidar, depois do que se observou antes e do que ocorreu na Itália, de que César houvesse trabalhado nisso ou pelo menos a incluísse nos planos.

Se, portanto, o *imperator*, tanto quanto conseguiam as forças humanas, aliviava os provinciais das opressões vindas de magistrados e capitalistas, então, com certeza, era de esperar também do governo recém-fortalecido por causa dele que afugentasse os povos bárbaros das fronteiras e dispersasse os piratas de terra e mar, como o sol nascente dissipa a neblina. Como ainda doíam as antigas chagas, César faz surgir, para súditos tão vilipendiados, a aurora de tempos mais suportáveis: depois de séculos e séculos, o primeiro governo inteligente e humano; e uma política de paz baseada não na covardia, mas na força. Não à toa se enlutarão junto ao corpo do grande libertador sobretudo os súditos com os melhores romanos.

A interrupção dos constantes abusos, porém, não é o principal da reforma de César nas províncias. Na República romana, os cargos não eram nada do que aristocratas e democratas os chamavam com frequência: patrimônio do povo romano; enquanto tal, haviam sido usados e abusados. Mas isso acabara. As províncias em si deviam aos poucos ir perecendo para franquear à regenerada nação heleno-italica uma pátria nova e mais vasta, em cujas regiões ninguém tinha outra vontade senão que fossem todos por um e um por todos; os sofrimentos e descabros da nação para os quais não havia remédio na antiga Itália deviam por si sós ser superados na pátria regenerada por uma nova existência, uma vida mais límpida, vasta, magnífica do povo. Sabemos que essas ideias não eram novas. A constante emigração da Itália às províncias havia, desde muito, preparado uma determinada expansão itálica, decerto de maneira inconsciente aos próprios emigrantes. De modo planejado, primeiro Caio Graco, criador da monarquia democrática romana, iniciador das conquistas transalpinas, fundador das colônias de Cartago e Narbona, que despejou os itálicos para além das fronteiras da Itália, e depois o segundo político de gênio que fomentou a democracia romana, Quinto Sertório, tinham começado a guiar os bárbaros ocidentais à civilização latina; deram à nobre juventude espanhola a túnica romana e a incentivaram a falar latim e se apropriar da mais elevada

instrução itálica na instituição de ensino fundada por ele em Osca. Quando da chegada de César ao governo, havia uma enorme população carecendo em grande medida de estabilidade e concentração em todas as províncias e Estados-clientes — para não falar das cidades formalmente itálicas na Espanha e no sul da Gália, recordemos apenas as numerosas tropas que convocaram Sertório e Pompeu na Espanha, César na Gália, Juba na Numídia, o partido da constituição em África, Macedônia, Grécia, Ásia Menor e Creta; a certamente malsonante lira latina na qual os poetas locais de Córdoba cantavam louvores e honras aos comandantes romanos já na guerra sertoriana; as conceituadas traduções, devido à elegância linguística, da poesia grega que, pouco depois da morte de César, publicou o poeta mais antigo e renomado de fora da Itália, o transalpino Público Terêncio Varrão, nascido às margens do Aude.

Por outro lado, a penetração da essência latina e helênica, poderíamos dizer, era tão antiga quanto a própria Roma. Já na unificação da Itália, a nação latina triunfante havia assimilado todas as outras nacionalidades vencidas; apenas a grega foi incorporada tal como era, sem amalgamar-se consigo exteriormente. Para onde ia o legionário romano lá seguia o mestre escolar grego, à sua maneira também um conquistador; desde cedo encontramos renomados linguistas gregos morando próximo ao Guadalquivir, e nos estabelecimentos de Osca ensinavam-se tanto grego quanto latim. A elevada educação romana não era nada além da difusão do grandioso evangelho da arte e da natureza helênicas em idioma itálico; e os helenos não podiam protestar em voz alta contra a singela presunção do conquistador civilizado em divulgá-lo aos bárbaros do oeste a princípio na sua própria língua. Já havia muito o grego avistava o escudo e a espada do helenismo tanto em Roma quanto, de modo ainda mais decisivo, nas fronteiras ameaçadas pela desnacionalização bárbara, onde o senso de nacionalidade era o mais puro e o mais forte, como por exemplo em Massália, na costa setentrional do mar Negro e nos rios Eufrates e Tigre; e, em realidade, a fundação de cidades no Oriente distante encampada por Pompeu retomava, após séculos de interrupção, a obra benfazeja de Alexandre.

A ideia de um Império itálico-helênico com duas línguas e uma única nacionalidade não era nova, e teria sido um erro; mas é obra do terceiro e maior dos estadistas democráticos de Roma que ela tenha avançado de esboços vacilantes a versões definitivas e de começos dispersos a fundações sólidas.

A primeira e mais importante condição para o nivelamento político e nacional do Império foi a manutenção e a expansão de ambas as nações dominantes através do aceleradíssimo isolamento das tribos bárbaras ou chamadas de bárbaras que se encontravam junto delas. Em certo sentido poderíamos nomear junto a romanos e gregos ainda uma terceira

nacionalidade, que, no mundo àquela altura, disputou com eles a ubiquidade e que não estava fadada a papel desimportante no novo Estado de César. São os judeus. Esse povo invulgar e tenazmente flexível era no mundo antigo, assim como no contemporâneo, natural de todos os lugares e de nenhum, e poderoso em todos os lugares e em nenhum. Os diádocos de Davi e Salomão não significavam para os judeus daquele período mais do que Jerusalém dos dias de hoje significa para eles; a nação encontrou para sua unidade religiosa e intelectual um fundamento visível no pequeno reino de Jerusalém, mas não consistia na subalternidade aos asmoneus, e sim na incontável comunidade judaica espalhada pelos Impérios Parta e Romano. Em Alexandria sobretudo, mas de modo semelhante também em Cirene, formaram os judeus dentro dessas cidades uma coletividade própria, apartada administrativa e mesmo localmente, não muito diferente dos bairros judeus de nossas cidades, porém mais livre e liderada por um “soberano popular” como juiz superior e administrador. O quanto, já antes de César, era numerosa a população judia mesmo em Roma e, igualmente, o quanto os judeus se reuniam em estreita concidadania prova a observação de um escritor do período, segundo o qual é aflitivo para o governador ofender os judeus na província porque, após seu regresso, era certeza contar com apupos do populacho urbano. Também naquele tempo o negócio predominante dos judeus era o comércio: com o vendedor romano que ia a desbravar, seguia o comerciante judeu igualmente por toda parte, assim como, mais tarde, ele faria com o genovês e o veneziano; e a todos os lugares confluía o capital com os vendedores judeus, junto aos romanos. Também àquela época encontramos a antipatia particular dos ocidentais contra essa raça tão solidamente oriental e contra suas estranhas opiniões e costumes. Embora não fosse o aspecto mais afortunado na imagem já pouco afortunada da multidão de povos à época, esse judaísmo representava o momento natural do desenvolvimento histórico, que o estadista não devia nem negar nem combater e que César, assim como seu antecessor, Alexandre, operou o máximo possível, para que tais circunstâncias fossem reconhecidas. Enquanto Alexandre, fundador do judaísmo alexandrino, não havia feito com isso para aquela nação muito menos que o próprio Davi com a construção do templo de Jerusalém, César também auxilia os judeus tanto em Alexandria quanto em Roma por meio de vantagens e prerrogativas e protege, em especial, seu culto singular contra os padrecos locais romanos e gregos. Esses dois grandes homens naturalmente não pensavam em equiparar a nacionalidade judia à helênica ou à ítalo-helênica. Mas o judeu — que diferentemente do ocidental não havia recebido a prenda de Pandora para a organização política e comportava-se com bastante indiferença contra o Estado; que, dificilmente, abandonava o cerne da sua singularidade nacional quando se envolvia com qualquer nacionalidade e quando se aninhava até certo grau ao caráter nacional

estrangeiro —, o judeu era, justamente por isso, como que talhado a um Estado que se erigia sobre os escombros de centenas de politeias vivas e devia ser guarnecido com uma nacionalidade desde o princípio sem arestas e até determinado ponto abstrata. Já no mundo antigo o judaísmo era um efetivo fermento do cosmopolitismo e da decomposição nacional e dessa maneira um membro plenamente legítimo no Estado cesariano, cuja politeia não era em verdade nada além de um experimento de universalismo e cujo caráter nacional não era, no fundo, nada além da humanidade.

Todavia, os elementos positivos dos novos estratos populacionais continuaram exclusivamente as nacionalidades latina e helênica. Chegava ao fim, portanto, o Estado itálico específico da República; entretanto, não passa de eloquentes disparates de uma nobreza ressentida que César tenha levado a Itália e Roma intencionalmente à ruína para transferir o centro do Império ao Oriente grego e tornar Ílion ou Alexandria a capital. Na verdade, a nacionalidade latina sempre manteve a preponderância na organização de César; sobre isso já dissemos que ele promulgava toda disposição em língua latina, mas também em grego para os territórios que o falavam. Em sua monarquia, organizou a situação das duas grandes nações, assim como os antecessores republicanos as haviam organizado na Itália unificada: a nacionalidade helênica foi protegida onde existisse, e a itálica, ampliada o quanto possível e incrementada com o legado das raças que iam sendo transformadas. E isso foi necessário porque muito provavelmente uma total igualdade dos elementos gregos e latinos no Estado teria provocado em pouco tempo aquela catástrofe que, muitos séculos mais tarde, se concretizou em Bizâncio; pois os helenos não eram apenas em todos os sentidos intelectualmente superiores aos romanos, mas também em quantidade, e tinham, na própria Itália, com as multidões de helenos ou semi-helenos que migravam para lá forçadas ou espontâneas, um sem-número de apóstolos discretos, mas não muito estimados por causa de sua influência. Pensando apenas no fenômeno mais proeminente desse quesito, a regência dos lacaios gregos sobre os monarcas romanos era tão antiga quanto a monarquia: o primeiro nessa tão longa quanto desprezível lista de indivíduos é o criado de confiança de Pompeu, Teófanos de Mitilene, que, por meio de seu poder sobre o débil patrão, contribuiu provavelmente mais que nenhum outro homem para que irrompesse a guerra entre Pompeu e César. Não à toa foi venerado como a um deus pelos compatriotas após a morte, inaugurando ali o governo dos serviçais dos tempos do Império, que em certa medida será também um domínio dos helenos sobre os romanos. O governo tinha, por conseguinte, todos os motivos para não patrocinar de cima para baixo a expansão do helenismo ao menos no Ocidente. Quando não somente livrara a Sicília da pressão sobre o décimo, mas também determinou às

comunidades de lá o direito latino, ao qual devia se seguir supostamente a total igualdade com a Itália do período, César pode ter tido a intenção de absorver por inteiro a bela ilha, àquela altura despovoada, caída economicamente em mãos itálicas e destinada pela natureza não tanto a ser vizinha da Itália quanto a ser o mais belo de seus territórios. De resto, porém, os helenos, onde existissem, foram mantidos e protegidos. Ainda que as crises políticas sugerissem ao *imperator* derrubar os firmes pilares do helenismo no Ocidente e no Egito, Massália e Alexandria não foram nem destruídas nem desnacionalizadas.

Ao contrário, o ser romano é elevado pelo governo com todas as forças e nos mais diferentes pontos do Império por meio da nacionalização e da latinização. Também mantida por César e alçada de uma teoria do partido democrático a um princípio fundamental do direito monárquico é a proposição — derivada da péssima união entre o desenvolvimento do direito formal e do poder brutal, mas inevitavelmente necessária para se obter prevalência sobre nações fadadas à destruição — segundo a qual, em todos os atos do governo, e não apenas em alguns específicos, o Estado tinha a propriedade sobre terrenos e terras cedidos nas províncias às comunidades e a entes privados, enquanto o detentor respectivo teria apenas a posse tolerada e revogável a qualquer tempo. Antes de mais, para a expansão da nacionalidade romana, punha-se em questão naturalmente a Gália. Com a incorporação das comunidades transpadanas no grupo de cidadãos romanos admitida há muito pelos democratas, mas só agora (705, isto é, 49 a.C.) efetivada por César, a Gália Cisalpina recebe o que boa parte dos habitantes tinha há bastante tempo: igualdade de direitos políticos com o país principal. De fato, essa província já se havia latinizado inteiramente nos quarenta anos decorridos desde a concessão do direito latino. Os de direito exclusivo caçoavam do sotaque cantado e gorgolejante do latim dos celtas e sentiam falta da deselegância caipira de ínsubros e vênetsos, que com a espada conquistaram um lugar no mercado e até na cúria romanos por terem sido legionários de César. Não obstante, a Gália Cisalpina era, com sua população densa e sobremaneira camponesa, já desde antes de César, um território de fato itálico e continuou por séculos um verdadeiro refúgio aos costumes e à formação itálicos; por isso é que o professor de literatura latina não encontrava em parte alguma, exceto na capital, mais concorrência e aceitação do que aqui. E, quando a Gália Cisalpina foi absorvida na Itália, a província transalpina passou a ocupar o lugar que antes pertencera àquela; com as conquistas de César, a região situada além dos Alpes havia se transformado de uma província de fronteira numa província do interior e calhara de tornar-se igualmente um território itálico antes de quaisquer outros lugares, devido à proximidade e ao clima. Principalmente para lá correu o fluxo migratório da Itália depois que mudou o antigo destino das povoações antes

estabelecidas no além-mar pelos democratas romanos. Assim, de um lado, a antiga colônia de Narbona é fortalecida por novos povoadores; e, de outro, quatro novas colônias, cujos nomes conservam a memória das bravas legiões que haviam trazido o norte da Gália ao Império, são instaladas em Baeterrae (Béziers), próxima de Narbona, em Arelate (Arles) e Aráusio (Orange), no Ródano, e na nova cidade portuária de Forum Iulii (Fréjus).²¹² As localidades não ocupadas por colonizadores parecem ter sido levadas a certa romanização pelo mesmo instrumento usado nos territórios transpadanos: a conferência do direito municipal latino. Como o principal lugar da região arrancada dos massaliotas em consequência da insurreição deles contra César, Nemausus (Nîmes) é transformada numa comunidade urbana latina e munida de uma área considerável e do direito de cunhar moedas.²¹³ Portanto, quando a Gália Cisalpina avança dos degraus preparatórios a uma completa igualdade jurídica com a Itália, procede ao mesmo tempo a província narbonense àqueles estágios preparatórios, e as mais imponentes comunidades tiveram o pleno direito civil, enquanto o restante, o direito latino, assim como até então na Gália Cisalpina.

Nos territórios nem gregos nem latinos do Império, os quais estavam longe da intrusão itálica e do processo de assimilação, restringe-se César a fundar alguns pontos nodais para a civilização itálica, como fazia até então na Gália Narbonense, a fim de prepará-los a uma futura equiparação completa. Esse início faz-se comprovar no conjunto das províncias do Império, com exceção da mais pobre e mais ínfima de todas, a Sardenha. Já mostramos como César procedeu na Gália setentrional; a língua latina angariou aqui validade universal, ainda que não em todos os ramos do comércio público, e no lago Léman surgiu a colônia Noviodunum (Nyon), cidade setentrional itálica de constituição latina.

²¹² Narbona quer dizer colônia dos decímanos, Baeterrae dos septímanos, Forum Iulli dos octávianos, Arelate dos sêxtanos, Aráusio do secúndanos. Faltava a nona legião, porque ela havia desonrado o número com o motim de Placentia. Não disseram, e não é crível, que de resto os colonizadores dessas colônias pertencessem às legiões epônimas; os veteranos mesmos foram estabelecidos na Itália, ao menos em sua maioria. O protesto de Cícero de que César “conquistou províncias e territórios inteiros de um só golpe” (*off.* p. 7, 27, cf. *Phil.* 13, 15; 31, 32) tem a ver, sem dúvida, como provava já a estreita ligação deste à mácula do triunfo sobre os massaliotas, com os confiscos de terra ocorridos na província narbonense por causa das colônias e, a princípio, com a perda de áreas impingida a Massália.

²¹³ Não está registrado expressamente de quem deriva o direito latino das localidades não colonizadas dessa área e em especial de Nemausus. Mas o próprio César fala (*civ.* 1, 35) quase resolutamente que Nemausus até 705 (49 a.C.) era uma vila massaliota; uma vez que, segundo o relato de Lavínio (*Dio.* 41, 25; *Flor. epit.* p. 13; *Oros. hist.* 6, 15), mesmo essa parte do território havia sido retirada aos massaliotas, uma vez que, por fim, a cidade aparecia já antes das moedas de Augusto e depois disso em Estrabão, como comunidade de direito latino, então só pode ter sido César o iniciador dessa concessão da latinidade. A respeito de Ruscino (Roussillon no rio Perpignan) e outras comunidades na Gália Narbonense que conseguiram desde cedo a constituição municipal latina, só se pode supor que a tenham recebido simultaneamente a Nemausus.

Na Espanha, à época supostamente o território com a maior densidade populacional do Império Romano, não apenas colonizadores cesarianos são assentados junto à antiga povoação, em Emporiae, a mais importante cidade portuária heleno-ibérica, mas também uma quantidade de colonos predominantemente retirados aos proletários da capital é, como mostraram documentos há pouco descobertos, fornecida à cidade de Urso (Osuna), não longe de Sevilha, no coração da Andaluzia, e talvez ainda a muitas outras localidades dessa província. Gades, antiga e abastada cidade comercial, cuja administração municipal César reformara já quando foi pretor, recebe agora do *imperator* o pleno direito dos municípios itálicos (705, isto é, 49 a.C.) e se torna o que Túsculo já havia se tornado na Itália: a primeira comunidade fora da Itália não fundada por Roma que adentrou o grupo de cidadãos romanos. Anos mais tarde (709, isto é, 45 a.C.) compartilharão do mesmo direito também algumas outras comunidades espanholas, e provavelmente ainda tantas outras do direito latino.

Em África põe-se em prática agora o que Caio Graco não havia conseguido levar a cabo, e assentam-se naqueles sítios onde ficava a cidade inimiga de Roma 3 mil colonos itálicos e uma grande quantidade de peticionários e arrendatários, moradores na região cartaginesa; e, com surpresa, logo ascende outra vez, sob circunstâncias locais incomparavelmente favoráveis, a nova “colônia de Vênus”, a Cartago romana. Útica, até aí capital e a primeira cidade mercantil da província, parece ter sido indenizada de antemão com o recebimento do direito latino pela ressurreição de concorrente em certa medida superior. Na região numídica, recém-atrelada ao Império, recebem a importante Cirta e o restante das comunidades transferidas ao *condottiere* romano Públio Sítio e aos seus o direito das colônias militares romanas. As imponentes cidades de província, que a ira desmesurada de Juba e dos desesperados do partido constitucional transformaram em pilhas de entulhos, não se ergueram novamente tão logo, uma vez que tinham sido reduzidas a cinzas, e muitos lugares cheios de escombros lembravam, muito depois, esses tempos de profunda desgraça; porém as duas novas colônias julhinas, Cartago e Cirta, se tornam e permanecem o centro da civilização afro-romana.

Na terra grega desolada, César ocupa-se, afora outros planos, como por exemplo o estabelecimento de uma colônia em Butroto (em frente a Córçira), sobretudo com o ressurgimento de Corinto; não apenas é conduzida para lá uma imponente colônia de cidadãos, mas também esboçado um plano a fim de, através da abertura do istmo, interromper a perigosa circum-navegação do Peloponeso e conduzir toda a circulação itálico-asiática pelo Golfo Corinto-Sarônico. Por fim, mesmo no longínquo leste helênico, o monarca traz à vida povoamentos itálicos: assim, são fundadas estações romanas no mar Negro, em Heracleia e

em Sinope, cujas cidades compartilhavam colonos itálicos com os antigos habitantes, como Emporiae; na costa síria, no importante porto de Berito, que recebe, como Sinope, a constituição itálica; e até mesmo no Egito, na ilha com o farol que se antecipava ao porto de Alexandria.

Com essas resoluções, é levada a liberdade itálica às províncias, de modo bastante mais abrangente do que havia ocorrido até então. As comunidades de cidadania plena, ou seja, o conjunto das cidades na província cisalpina e as colônias e municípios dispersos e povoados de cidadãos na Gália Transalpina, equiparavam-se aos itálicos, na medida em que se autogeriam e exerciam uma justiça própria, embora restrita, enquanto decerto os processos mais relevantes apresentados às autoridades romanas competentes cabiam em geral ao governador da circunscrição administrativa.²¹⁴ Além das comunidades que se haviam libertado, isto é, agora as da Sicília e da Gália Narbonense, desde que não fossem formadas por cidadãos — em todas estas e também em outras um número considerável —, as comunidades latinas formalmente autônomas tinham não apenas livre administração, mas é provável que também jurisdição irrestrita, de maneira que o governador estava autorizado a interferir aqui com a força de seu controle administrativo arbitrário. De fato, antes já houvera comunidades de cidadãos plenos no interior da circunscrição administrativa do governador, como por exemplo Aquileia e Narbona, e circunscrições inteiras, como a Gália Cisalpina, consistiram de comunidades com a constituição itálica; porém, se não uma inovação jurídica, era ao menos uma inovação política incomumente importante que houvesse agora uma província povoada, tanto quanto a Itália, apenas por cidadãos romanos²¹⁵ e que outras promettessem se converter. Cai, com isso, a primeira grande oposição prática em que tinha estado a Itália em relação às províncias; e estava em igual medida desaparecendo também a

²¹⁴ É fato aceito que a nenhuma comunidade de direito pleno se conferiu mais do que uma jurisdição limitada. Mas é notável, porém, o que provém da ordem cesariana estabelecida para a Gália Cisalpina, segundo a qual os processos que extrapolem a competência municipal da província não devem ser apresentados ao governador desta, senão ao pretor romano; pois, de resto, o governador é, ali em sua circunscrição administrativa, em vez do pretor, quem pronuncia a sentença entre os cidadãos, bem como no lugar dele, entre cidadãos e não cidadãos, e tem total competência em todos os processos. Sem dúvida isso é um resquício da ordem pré-sulana, em que, em toda a região continental até aos Alpes, somente os magistrados locais eram competentes, e, portanto, o conjunto dos processos em que sua competência era sobrepujada devia ser necessariamente levado aos pretores em Roma. Ao contrário, em Narbona, Gades, Cartago e Corinto, os processos nesse caso iam de certeza ao governador respectivo, uma vez que, também por considerações práticas, não se pensava numa procissão legal até Roma.

²¹⁵ Não há como afirmar por que a concessão do direito civil romano a territórios inteiros e a continuidade da administração provincial para estes costumavam ser pensadas como oposições excludentes. De mais a mais, notoriamente a Gália Cisalpina recebeu, pela decisão popular rosciana de 11 de março de 705 (49 a.C.), a *civitas*, tendo permanecido província enquanto viveu César e só após a morte dele é que fora unificada à Itália (Dio. 48, 12); os governadores também estão confirmados até 711 (43 a.C.). É certo dizer, então, que a ordem cesariana nunca denominou o território de Itália, mas de Gália Cisalpina.

segunda, que exigia não haver tropas regulares na Itália, mas sim nas províncias: as tropas ficam agora apenas onde houvesse uma fronteira a ser protegida, e os comandantes das províncias nas quais isso não se aplicava, como por exemplo em Narbona e na Sicília, são oficiais apenas nominalmente. A oposição formal entre a Itália e as províncias, que vinha se baseando também em outras diferenças, continua, todavia, existindo, uma vez que a justiça civil e os cônsules-pretos cabiam à Itália, e o direito militar, os procônsules e os proprietários às províncias; porém o processo conforme o rito dos direitos civil e militar coincidia na prática havia muito tempo, e as diferentes titulações dos magistrados significavam pouco desde que se erguera aquele *imperator*.

Claramente, em todas essas várias fundações e ordens municipais que remetem a César ao menos no plano, ainda que talvez não em toda a execução, está um sistema preciso. A Itália havia se metamorfoseado de senhora das populações subjugadas em mãe da regenerada nação itálico-helênica. A província cisalpina por inteiro igualada ao Estado-mãe renunciava que, na monarquia de César, tanto quanto na época mais pura da República, todo território latinizado devia aguardar ser posto a par com as irmãs mais velhas e com a mãe. Os vizinhos dela, a Sicília grega e a Gália meridional, que rapidamente se latinizava, encontravam-se às portas de um total nivelamento nacional e político à Itália; em estágio mais longínquo desse nivelamento estavam os territórios restantes do Império, nos quais as grandes cidades marítimas se tornaram comunidades itálicas ou heleno-itálicas, assim como Narbona tinha sido uma cidade romana na Gália meridional: Emporiae, Gades, Cartago, Corinto, Heracleia em Pontos, Sinope, Berito Alexandria, esteios de uma civilização itálica mesmo no leste grego, pilares fundamentais do futuro nivelamento nacional e político do Império. O domínio da comunidade urbana de Roma sobre o litoral do mar Mediterrâneo havia chegado ao fim; no seu lugar surge o novo Estado mediterrâneo, e seu ato primeiro é a expiação das duas maiores atrocidades que aquela comunidade urbana havia cometido contra a civilização. Se a destruição dos dois maiores centros comerciais na região romana indicou um ponto de virada em que o protetorado da comunidade romana redundou em tirania política e exploração financeira dos territórios subalternos, agora a ressurreição imediata e fulgurante de Cartago e Corinto indica a fundação de uma grande coletividade a formar uma verdadeira unificação de Estados, uma nova igualdade política e nacional de todos os territórios no Mediterrâneo. César, então, houve de conceder à cidade de Corinto, de nome tão afamado e antigo, um novo: “Honra Julhina”.

Se o novo Império unificado fora provido de uma nacionalidade que decerto prescindia da individualidade de um povo e era mais um produto artificial e sem vida que uma

límpida força da natureza, então carecia ela, ademais, de uma unidade daquelas instituições em que se move a vida coletiva das nações: constituição e administração, religião e justiça, dinheiro, medidas e peso, pelas quais as particularidades locais de tipo vário se revelam em óbvia confluência. Em toda parte, tratava-se, nesse aspecto, apenas de um início, uma vez que a formação unificada da monarquia de César residia no futuro, e ele nada faz senão colocar o alicerce para a construção dos séculos. Mas muito se reconhece das linhas que o grandioso homem traçou nesses âmbitos; e é mais satisfatório segui-lo por aqui do que nos escombros das nacionalidades.

No que respeita à constituição e à administração já destacamos, em outro contexto, os momentos mais importantes da nova unidade: a passagem da soberania do conselho comunitário romano para o déspota da monarquia mediterrânea; a reformulação do conselho comunitário no mais elevado conselho imperial, representando Itália e províncias; sobretudo a iniciada transferência do ordenamento romano e principalmente itálico às comunidades provinciais. Esse último trajeto, com a concessão dos direitos latino e depois romano à entrada integral de comunidades maduras na unidade do Estado, levou por si só, aos poucos, a ordenamentos comunitários e homogêneos. Não se cuidou aqui apenas de um aspecto. O novo Império carecia imediatamente de uma instituição que trouxesse à nítida vista do governo os fundamentos principais da administração, o estado da população e a situação financeira de algumas comunidades, isto é, um censo melhorado. De início, o censo itálico é reformado. Segundo o decreto²¹⁶ de César — que põe em execução determinadas ordens em consequência da Guerra Social —, a mais elevada autoridade do lugar devia futuramente, quando ocorresse o recenseamento em Roma, registrar em todas as comunidades itálicas ao mesmo tempo o nome de cada cidadão, o de seu pai ou ex-senhor, a zona, a idade e o patrimônio e remeter essas listas ao tesoureiro romano a tempo de que este pudesse concluir o registro geral dos cidadãos romanos e dos haveres romanos. Que fosse intenção de César introduzir semelhantes instituições também nas províncias afiançam, em parte, a aferição e o cadastramento de todo o Império, em parte a própria instituição; pois é com isso que se encontra a fórmula para se realizar tanto nas comunidades itálicas do Estado quanto nas não itálicas as medidas obrigatórias para a administração central. Claramente é intenção de César recuperar as tradições de tempos republicanos mais antigos e reintroduzir o recenseamento imperial, que a antiga República havia promovido a todos os súditos da Itália e da Sicília pela

²¹⁶ A sobrevivência da autoridade recenseadora ratifica que a realização local do censo já em virtude da guerra da confederação havia prosseguido na Itália (*Römisches Staatsrecht*, v. 2, 3. ed., p. 368); provavelmente a implementação desse sistema é obra de César.

expansão análoga do instituto da censura urbana, com seus prazos e normas essenciais, praticamente do mesmo modo que César nas comunidades itálicas. Foi esse um dos primeiros institutos que degenerou a sólida aristocracia e com isso fez que as autoridades administrativas superiores perdessem toda a primazia sobre as equipes disponíveis e a arrecadação de impostos e, portanto, qualquer possibilidade de controle efetivo. Os indícios existentes e a própria circunstância do tema mostram irrefutavelmente que César preparava a renovação do recenseamento imperial desaparecido desde séculos.

Que, na religião e na justiça, não se pensava num nivelamento radical nem é necessário dizer; entretanto, carecia o novo Estado, em toda a sua tolerância à fé local e aos estatutos municipais, de um culto partilhado correspondente à nacionalidade itálico-helênica e de um estatuto jurídico geral, superior aos municipais. Carecia deles, pois ambos já estavam de fato lá. No âmbito religioso, vinham interagindo desde séculos os cultos itálico e helênico, em parte por empréstimo externo, em parte por equiparação interna da terminologia divina; e na elasticidade amorfa dos deuses itálicos nunca houve grande dificuldade de subsumir Júpiter em Zeus, Vênus em Afrodite e assim toda a ideia essencial da fé latina na sua contraparte helênica. A religião itálico-helênica estava pronta já aí em seus traços fundamentais; o quanto tinham consciência nesse âmbito de estarem avançando de uma nacionalidade especificamente romana a uma semi-itálico-helênica prova, por exemplo, a diferença apresentada na teologia de Varrão, que já mencionamos, entre os deuses “comuns”, isto é, reconhecidos por romanos e gregos, e os apenas romanos.

No ordenamento jurídico no âmbito do direito e da persecução penais, em que o governo interferia diretamente e as carências legais eram supridas por legislação adequada, não houve quaisquer dificuldades para se chegar, pela via da atividade legislativa, àquele nível de uniformidade material que, com efeito, também aqui era necessário para a unidade do Império. No direito civil, ao contrário, em que a iniciativa compete às transações e apenas a formulação ao legislador, o código civil unificado do Império, que o legislador decerto não teria conseguido criar, havia se desenvolvido ele próprio por meio das transações, numa trajetória óbvia. O regramento municipal baseava-se juridicamente ainda na formulação do direito nacional latino contida nas Doze Tábuas. As leis posteriores introduziram em alguns pontos melhorias modernizadoras, entre as quais certamente a mais importante terá sido a abolição da antiga e despropositada abertura de processos por meio de fórmulas orais ditas pelas partes, substituída por um ofício redigido pelo magistrado responsável e destinado aos juízes singulares (*formula*); porém, no principal, a legislação popular havia apensado àquele antiquíssimo fundamento um emaranhado de leis especiais, em boa parte envelhecidas e há

tempos esquecidas, incontornavelmente comparáveis às leis estatutárias inglesas. As tentativas de formular e sistematizar cientificamente tornaram acessíveis as intrincadas trajetórias do antigo direito civil, e as esclareceram; não havia Blackstone em Roma para remediar a disformidade fundamental que a sabedoria da cidade, coligida ao longo de quatro séculos com acréscimos tão difusos quanto confusos, representava agora como o direito de um grande Estado. Fundamentalmente, as transações resolveram-se por seus próprios meios. Há muito as intensas transações entre romanos e não romanos haviam desenvolvido em Roma um direito privado internacional (*ius gentium*), isto é, um complexo de cláusulas versando especialmente sobre relações contratuais, de acordo com as quais os juízes romanos deliberavam quando não se podia decidir uma matéria nem conforme o direito local nem conforme qualquer outro, ficando obrigados a recorrer às concepções jurídicas comuns, na base de toda transação, ignorando as particularidades legais romanas, helênicas, fenícias e demais. Agregou-se aí a mais nova formulação jurídica. A princípio como linha-mestra para as interações legais exercidas pelos cidadãos romanos entre si, pôs-se, no lugar do antigo código municipal, que se tornara na prática obsoleto, um de fato novo, que se baseava no compromisso entre os direitos nacional das Doze Tábuas e internacional, ou também chamado direito dos povos. Naquele, ainda que com naturais e oportunas modificações, foram conservados os direitos de matrimônio, família e herança; nesse sentido, em todas as determinações concernindo circulação de patrimônio, portanto propriedades e contratos, o direito internacional tornara-se determinante; também aqui tomou-se de empréstimo muitos estatutos importantes ao direito local das províncias, como por exemplo a legislação contra a usura e o instituto da hipoteca. Se de vez ou paulatinas, se por um ou por muitos autores, através de quem, quando e como essa profunda inovação veio à vida, são questões às quais continuamos devendo uma resposta satisfatória; sabemos apenas que essa reforma, por óbvio, surgiu do tribunal urbano — primeiro foi-se formulando a partir das instruções promulgadas pelo juiz urbano anualmente nomeado, destinadas ao exame dos partidos e baseadas na máxima jurídica mais importante a ser cumprida no ano judicial que se iniciava (*edictum annum* ou *perpetuum praetoris urbani de iuris dictione*); e que ela, embora possam ter ocorrido muitos passos preparatórios em tempos anteriores, de certeza apenas nessa época viu-se concluída. A nova ordem legal era em teoria abstrata, na medida em que a concepção jurídica ali havia se despojado da idiosincrasia nacional quando se tornara ciente desta; ao mesmo tempo, tinha um lado prático positivo por não dissipar-se de modo algum nem no turvo crepúsculo da justiça coletiva nem no puro nada do chamado direito natural, mas antes ter sido aplicada por autoridades determinadas em situações concretas, segundo rígidas

normas, e não apenas ter sido passível de uma formulação legislativa, mas também em essência ter integrado já o edito municipal. Esse estatuto correspondia materialmente às necessidades do tempo, na medida em que oferecia a processos, aquisição de propriedades e fechamento de contratos formas mais convenientes, como requerido pelas intensas transações. Por fim, já havia se tornado em toda a extensão do Império romano um direito coletivo subsidiário quando se preservaram os múltiplos estatutos locais tanto para aquelas relações jurídicas que não fossem contratuais quanto para as transações regionais entre membros da mesma circunscrição administrativa e quando se regulou a circulação de patrimônio entre integrantes do Império em diferentes círculos jurídicos tanto na Itália quanto nas províncias, segundo o padrão do edito municipal que não devia ser aplicável legalmente nesses casos. O edito municipal tinha, naquele tempo, o mesmo lugar que, no desenvolvimento de nossos Estados, assumiria o direito romano: este, tanto quanto tais contradições se deixem perceber, é igualmente abstrato e positivo; ele se servia de formas transacionais flexíveis comparadas à antiga ordem legal e se adequava aos estatutos locais como um direito coletivo auxiliar. Só aí teve o desenvolvimento jurídico romano uma vantagem essencial com relação ao nosso: a legislação desnacionalizada se encontrava não prematura e parida por artificios, mas oportuna e natural.

Essa situação jurídica foi o que encontrou César. Não é difícil dizer o que intencionava quando rascunhou o plano para um novo código. Este só podia condensar o direito do cidadão romano e ser um código imperial de todos à medida que o tempestivo código da nação dominante se tornasse um direito subsidiário coletivo em toda a extensão do Império. No que concernisse ao direito penal, carecia apenas de uma revisão e reescrita das ordens sulanas. No direito civil, a formulação necessária e a única possível para o Estado cuja nacionalidade se tornara a própria humanidade era aquele edito urbano que havia espontaneamente brotado com segurança e precisão legais a partir das interações jurídicas. Deu o primeiro passo nessa direção a Lei Cornélia de 687 (67 a.C.), ao vincular o juiz, no início de sua gestão, a máximas estabelecidas e obrigá-lo a não pautar-se arbitrariamente por outro direito — uma determinação que devia ser comparada à Lei das Doze Tábuas e que, para a fixação do novo código municipal, havia sido quase tão significativa quanto aquela para a fixação do antigo. Porém, ainda que, desde a decisão popular cornélia, o edito não estivesse mais sob o condão do juiz, e sim o juiz legalmente subordinado ao edito; ainda que o novo código houvesse de fato substituído no expediente dos tribunais e nas aulas de direito o antigo direito urbano, todo juiz municipal, entretanto, ficava livre para, no início de seu mandato, alterar irrestrita e arbitrariamente o edito, e o edito municipal ainda assim superava o direito das Doze Tábuas

com seus acréscimos formais, de maneira que, num caso qualquer de colisão, a regra anterior havia de ser eliminada por interferências arbitrárias dos magistrados, isto é, dito de modo ainda mais preciso, por violação do direito formal. A aplicação subsidiária do edito urbano no tribunal para estrangeiros em Roma e nos diferentes tribunais das províncias residia agora quase totalmente na arbitrariedade de alguns magistrados superiores. Era, por óbvio, necessário eliminar de vez o antigo direito urbano, desde que ainda não tivesse sido substituído pelo novo, e neste último pôr balizas pertinentes contra alterações arbitrárias de cada um dos juízes, por exemplo regulando-lhe a aplicação subsidiária junto aos estatutos locais. Era essa a intenção de César quando rascunhou o plano de um código; pois assim haveria de ser. Mas o plano não fora executado, e com isso aquele incômodo estado de transição na justiça romana se perenizou até que, seis séculos mais tarde, e aliás apenas de modo imperfeito, um dos sucessores de César, o imperador Justiniano, tenha concluído essa necessária reforma.

Por fim, nas moedas, nas medidas e nos pesos, estava em prática havia bastante tempo uma equiparação essencial dos sistemas latino e helênico. Era antiquíssima tanto nas imprescindíveis especificações sobre os pesos utilizados no comércio e nas transações quanto nas medidas corporais e métricas; e mais antiga na produção de moedas que a cunhagem de prata. Todavia, essas antigas equivalências não bastavam, uma vez que, no próprio mundo helênico, existiam lado a lado diversos sistemas métricos e financeiros; foi necessário, e constava também sem dúvida do plano de César, introduzir no novo Império unificado moedas romanas, medida romana e peso romano em toda parte onde ainda não tivesse ocorrido, de modo que, em transações oficiais, apenas eles contassem e os sistemas não romanos em parte se limitassem à validade local, em parte fossem postos, de vez, numa relação regularizada com os romanos.²¹⁷ A ação de César faz-se nesse âmbito comprovadamente em dois dos mais importantes: o dinheiro e o calendário.

As finanças romanas baseavam-se em dois metais nobres circulando numa proporção contígua e fixa entre si, a partir dos quais se comercializava o ouro conforme o peso²¹⁸, e a prata conforme a cunhagem, embora, de fato, em decorrência da expansão dos contatos

²¹⁷ Os pesos pompeanos há pouco trazidos à luz fazem-nos supor que, no início do período imperial, teve validade, junto à libra romana, a mina ática (supostamente em proporção de três quartos) como um segundo peso do Império (*Hermes*, 16, 1880, p. 311).

²¹⁸ As moedas de ouro que Sula e ao mesmo tempo Pompeu, ambos em ínfima quantidade, fizeram cunhar não invalidam a afirmação, pois foram provavelmente tomadas apenas segundo o peso, assim como as filipeias de ouro, que ainda estiveram em circulação até à época de César. São todavia curiosas, na medida em que introduziram o ouro imperial cesariano, igual fizera a regência de Sula com a nova monarquia.

ultramarinicos, o ouro tenha em muito superado a prata. É incerto se não fora já bem antes obrigatório o emprego das moedas romanas de prata em toda a extensão do Império; de qualquer modo, representava a posição do dinheiro imperial em toda a região romana o ouro não cunhado, e tanto mais que os romanos haviam interditado a cunhagem de ouro em todas as províncias e Estados-clientes, e o denário, exceto na Itália, também na Gália Cisalpina, na Sicília, na Espanha e tantas outras, principalmente no Ocidente, naturalizou-se de fato e de direito. Com César, entretanto, inicia-se a cunhagem de moedas. Tanto quanto Alexandre, caracterizava para ele também a fundação da nova monarquia a abarcar o mundo civilizado que o único metal que servia de intermediário entre diferentes sociedades tivesse recebido lugar de destaque nas moedas. Em que dimensão grandiosa ficara marcada a moeda de ouro cesariana (valendo sete táleres, dezoito grossos, segundo os valores atuais) prova o fato de que num tesouro enterrado sete anos após a morte de César se encontrarão reunidas 80 mil dessas moedas. Decerto podem ter sido de alguma influência também as especulações financeiras.²¹⁹ No que concerne ao dinheiro em prata, o domínio absoluto do denário romano em todo o Ocidente fora, enfim, estabelecido através de César, por motivos já antes examinados, quando se fechou definitivamente a única casa da moeda ocidental que ainda concorria em prata corrente com a romana, a massaliota. A cunhagem de moedas divisionárias de prata e cobre continuou permitida a certo número de comunidades ocidentais, por exemplo haviam sido cunhados três quartos de denário por algumas comunidades latinas do sul da Gália, meio denário por muitos distritos da Gália setentrional, moedas menores de cobre diversas vezes, mesmo depois de César, por comunas do ocidente; porém também essas moedas divisionárias eram em todo lugar cunhadas com base romana, e sua adoção era obrigatória provavelmente apenas nas transações locais. César não parece ter pensado, tampouco os governos antes dele, numa regulação monetária unificada no Oriente, onde circulavam tanto grandes massas de grosseiras moedas em prata facilmente desviadas ou corrompidas quanto uma moeda de cobre, como no Egito, aparentada ao nosso dinheiro em papel e onde as cidades mercantis sírias teriam sentido com bastante severidade a escassez da moeda local, até então correspondente ao corrente na Mesopotâmia. Ficamos sabendo posteriormente que se estipulou uma taxa de câmbio legalizada para o denário em todos os

²¹⁹ Parece principalmente que em tempos mais antigos as dívidas dos credores do Estado emitidas em prata podiam, não contra a vontade deles, ser pagas em ouro e, apenas conforme a taxa de câmbio oficial, em prata; em relação a isso, não padeciam dúvidas de que, desde César, a moeda de ouro deve ter valido inegáveis cem sestércios de prata. Mesmo àquela altura, era muito mais importante que no câmbio comercial ela tivesse ficado 25% abaixo do valor oficial em decorrência das grandes quantidades do ouro que César pôs em circulação.

lugares e que apenas por ela é que oficialmente ele podia ser calculado;²²⁰ as moedas locais, no entanto, em seu perímetro restrito, tinham também câmbio oficial, mas numa tarifa desfavorável em relação ao denário;²²¹ porém ela provavelmente não havia sido introduzida já por César de vez, e sim aos poucos, e, em todo caso, era complemento essencial à organização monetária do Império, cuja nova moeda de ouro achou seu padrão diretamente na de Alexandre, que tinha peso aproximado e contava em especial com circulação no Oriente.

De igual monta é a reforma do calendário. O calendário republicano, inacreditavelmente ainda o antigo dos decênviros, deformado a partir do ciclo do Octaeteris surgido antes de Metão, conseguia, ao unir péssima matemática e péssima administração, postergar 67 dias inteiros ao tempo real e, por exemplo, celebrar a festa das flores não em 28 de abril, mas em 11 de julho. César elimina finalmente essa calamidade e introduz, com a ajuda do matemático grego Sosígenes, tanto o ano agrícola da Itália ordenado a partir do calendário eudoxiano egípcio quanto um sistema arazoado de interpolação para usos religioso e oficial, ao abolir o 1º de março como Ano-Novo, logo estabelecendo o 1º de janeiro para a troca de comando na alta magistratura e, em consequência disso, na vida dos cidadãos também como o Ano-Novo. Ambas as alterações vêm à vida com o dia 1º de janeiro do ano 709 da cidade, isto é, 45 a.C., e com elas surge, designado pelo nome de seu criador, o calendário juliano, que, muito após a derrocada da monarquia de César, continuará predominante no mundo culto, e que, no seu principal, ainda é. Visando esclarecer, um detalhado edito é publicado com um calendário astrológico derivado de observações celestes egípcias transferidas à Itália de modo não muito hábil, estabelecendo o ir e vir de importantes astros segundo os dias.²²² Também nesse âmbito igualam-se os mundos romano e grego.

Foram esses os princípios da monarquia mediterrânea de César. Pela segunda vez, as questões sociais convergiram a uma crise em Roma, onde as divergências não apenas pareciam mas de fato eram insolúveis onde se apresentassem e irreconciliáveis onde se expressassem. À época, Roma tinha sido salva porque a Itália foi absorvida em Roma e Roma

²²⁰ Não há de fato nenhuma inscrição dos tempos imperiais em que as somas em dinheiro não sejam informadas em moeda romana.

²²¹ Assim, o dracma ático, embora visivelmente mais pesado que o denário, valia o mesmo que este; o tetradracma, em média quinze gramas de prata, igual a três denários romanos, que pesavam cerca de doze gramas; já o cistóforo da Ásia Menor, pelo valor da prata, três denários, enquanto pela tarifa oficial dois; o meio dracma de Rodes, pelo valor da prata três quartos de denário, pela tarifa oficial cinco oitavos, e assim por diante.

²²² Prova a identidade desse edito talvez redigido por Marco Flávio (Macr. *Sat.* I, 14, 2) e do suposto escrito de César a troça de Cícero (Plut. *Caes.* 59) de que agora as estrelas dançavam conforme a música.

De resto, sabia-se já antes de César que o ano solar era estimado havia bastante tempo em 365 dias e seis horas, o qual se baseava no calendário egípcio e que este levava seu calendário à desgraça. O cálculo preciso do ano nos trópicos que o mundo antigo conhecia, o de Hiparco, estabelecia-o em 365 dias, cinco horas, 52 minutos e doze segundos; a duração real é 365 dias, cinco horas, 48 minutos e 48 segundos.

na Itália; e, na nova pátria ampliada e transformada, aquelas antigas divergências não apenas foram minoradas, mas também varridas. Agora Roma tinha sido outra vez salva porque os territórios no Mediterrâneo foram absorvidos nela ou estavam prontos à absorção; a guerra de itálicos ricos e pobres, que na antiga Itália só podia mesmo terminar com a destruição da nação, não tinha mais, na Itália de três continentes, nem campo de batalha, nem sentido. As colônias latinas taparam a fenda que no século quinto ameaçava engolir a comunidade romana; as colonizações transalpina e ultramarina de Caio Graco e César suturaram o profundo rasgo do século sétimo. Apenas para Roma a história não apenas operou milagres, mas também reoperou milagres e por duas vezes sanou crises internas insanáveis no próprio Estado ao regenerar o Estado. Há, claro, um tanto de decomposição nesse regenerar; assim como a unificação da Itália se realizou sobre os escombros das nações samnita e etrusca, também a monarquia mediterrânea se construiu sobre as ruínas de um sem-número de Estados e tribos outrora vivos e habilidosos; mas foi uma decomposição que Estados novos, e em parte até hoje ainda viçosos, desinfecionaram. O que se encontrava na base da nova edificação eram as nacionalidades muito caracteristicamente secundárias que haviam entrado em declínio bastante antes que a civilização se igualasse. César, arrasador onde surgisse, realizou apenas a precipitada máxima sobre o desenvolvimento histórico, mas protegeu o germen da cultura onde e como o encontrara, tanto em sua terra quanto na nação irmã, a dos helenos. Salvou e renovou a romanidade; e não apenas conservou o helenismo, mas, com a mesma genialidade com que cumpriu a refundação de Roma, procedeu à regeneração dos helenos e retomou a obra interrompida do grande Alexandre, cuja figura, o que é crível, nunca escapou à alma de César. Tinha ambas essas grandes tarefas não apenas em paralelo, mas solucionava uma por meio da outra. As duas grandes substâncias da humanidade, os desenvolvimentos geral e individual ou Estado e cultura, outrora reunidos em germen naqueles antigos greco-itálicos que pastoreavam rebanhos numa simplicidade antiquíssima, longe da costa e das ilhas do Mediterrâneo, haviam se dividido, repartindo-se em itálicos e helenos, e continuaram divididos desde então e por milênios. Agora, a partir de um Estado sem cultura própria e de uma civilização cosmopolita, criou o neto do príncipe troico e da princesa latina um novo todo, em que se encontravam Estado e cultura novamente no cume da existência humana, na rica plenitude de uma bem-aventurada era, e compôs dignamente um território apropriado a tal conteúdo.

Estão apresentadas as linhas que César traçou para essa obra, segundo as quais ele próprio trabalhou e segundo as quais os posteriores, enfeitizados durante muitos séculos através do caminho desenhado por esse homem, tentarão dar continuidade ao trabalho, se não

com o espírito e a energia, ao menos conforme as intenções do grande mestre. Pouco se concluiu; muito apenas se insinuou. Quem ousar entrar em disputa com esse homem é que decide se o plano está completo; não reparamos lacunas essenciais no que se apresenta suficiente de cada elemento para tornar um homem imortal e constituir de novo um conjunto harmônico quando tudo está reunido. Cinco anos e meio, nem metade do tempo de Alexandre, comandou César como rei de Roma; entre as sete campanhas que não o permitiram passar ao todo mais que quinze meses²²³ na capital do seu Império, decidiu o destino do mundo no seu presente e no futuro; do estabelecimento de linhas divisórias entre a civilização e a barbárie até a eliminação das poças d'água nas vielas da capital, ainda tinha tempo e disposição bastantes para acompanhar com atenção as peças premiadas no teatro e conferir ao vencedor a coroa, com versinhos improvisados. A rapidez e a segurança na execução do plano provam que o havia pensado longamente e tinha previsto em detalhes todas as partes; e a realização não restava menos maravilhosa que o plano em si. Os fundamentos estavam postos, e com eles o novo Estado definido para todo o futuro; apenas o futuro infindo podia completar a obra. Nesse sentido, César devia dizer que seu objetivo havia sido alcançado, e essas palavras que às vezes se ouviam da boca dele podiam muito bem significar que ele já havia vivido bastante. Mas, mesmo sendo a construção infinita, resignou-se o mestre enquanto viveu a acrescentar à sua obra incansavelmente pedra sobre pedra com sempre igual perspicácia e sempre igual vigor, sem nunca precipitar-se ou atrasar-se, mesmo que houvesse para ele apenas o hoje e nunca o amanhã. Assim agiu e criou como nenhum mortal antes ou depois dele; e como agente e criador viveu ainda milênios na memória das nações ele, o primeiro e ainda único *imperator* César.

²²³ Em Roma César demorou-se, durante abril e dezembro de 705 (49 a.C.), apenas poucos dias nas duas ocasiões; de setembro até dezembro de 707 (47 a.C.); cerca de quatro meses no outono do ano 708 (46 a.C.), que teve quinze meses, e de outubro de 709 (45 a.C.) a março de 710 (44 a.C.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mommsen se viu obrigado a defender-se das acusações que associavam o personagem “genial” criado por ele nas páginas de sua história romana ao Luís Bonaparte que dera um golpe no dia 18 de brumário, ascendendo assim à regência da França em 1852. Embora o imperador exercesse nele certo fascínio e por isso fosse considerado, após o encontro parisiense dos dois em maio de 1863, um sujeito de cujo tipo a Alemanha carecia (Rebenich, 2002, p. 95), o historiador formula, na segunda edição do terceiro volume, em 1857, que “a história de César e do período cesariano, por toda a insuperável enormidade do obreiro, por toda a necessidade histórica da obra, é em verdade a crítica mais arguta que a mão humana conseguiria escrever contra a moderna autocracia”²²⁴ (III, 477). Com essas palavras, tentava escamotear afinidades ideológicas com o governante e renegar qualquer sombra de “cesarismo”. Esse conceito havia se vulgarizado depois que Auguste Romieu o enalteceu em *L'Ère des Césars* (1850) e que o ditador vizinho se acercou dele para justificar na teoria sua liderança prática; a repercussão do estudo francês já se sentira ato contínuo na Alemanha, com a edição traduzida e sugestivamente intitulada *Der Cäsarismus oder die Notwendigkeit der Säbelherrschaft, dargetan durch geschichtliche Beispiele von den Zeiten der Cäsaren bis auf die Gegenwart* (O cesarismo ou a necessidade de um governo militar, demonstrada com exemplos históricos dos tempos dos Césares ao presente, 1851). Não surpreende que a ideia de tal poder absoluto e ilegítimo, ligado à brutalidade das armas, apoiado numa ampla aceitação popular e mantenedor das instituições políticas tradicionais (Christ, 1994, p. 151), tenha chamado a atenção para os valores que trazia consigo; assusta ainda menos que a apreciação de obras criticadas por flertar com esse programa político tenha insistido em problematizar precisamente tal aspecto. Disso nos dá mostras Christ (1994, p. 153, 154) ao compilar a opinião de alguns pensadores do século XIX que leram *Römische Geschichte*: Karl Wilhelm Nitzsch, exortando o autor a abdicar do desejo por ver no seu presente um “grande homem” como aquele da Antiguidade, afirma que, a despeito do que fora proposto na pesquisa de Mommsen, o fim da República seguiria ensinando a posteridade a reconhecer a força criadora antes entre os cidadãos e a rejeitar seja o culto ao gênio, sejam ações individuais salvadoras; Carl Peter, diretor ginásial e conselheiro escolar, alertava à influência perniciosa do livro para os jovens e, se houvesse de herdar algo do período pré-cristão,

²²⁴ No original: “ist die Geschichte Caesars und des römischen Caesarentums, bei aller unübertroffenen Großheit des Werkmeisters, bei aller geschichtlichen Notwendigkeit des Werkes, wahrlich eine schärfere Kritik der modernen Autokratie als eines Menschen Hand sie zu schreiben vermag”.

preferia o legado deixado por Catão, que até o fim batalhou contra o estabelecimento de um sistema autocrata. As reações, mais preocupadas com a postura cívica dos leitores que com o significado de César, são eloquentes de que as energias políticas liberadas por um livro político se devem em grande medida ao exercício da linguagem. Esse fator tem especial importância para nós, porque explicita que nenhum gênero textual monopoliza as ferramentas de que a língua dispõe para agir no mundo, de tal forma que a performatividade, de modo mais ou menos evidente, por ser ela o grau zero da comunicação humana, não teria razões para desaparecer justamente de obras historiográficas, onde a subjetividade do pesquisador, como nas outras disciplinas científicas, opera desde o princípio os recortes teórico-metodológicos necessários ao objeto estudado.

O que restou demonstrado ao longo desta dissertação é que Mommsen, com elevado nível de consciência — e não entraremos no mérito de sua imprescindibilidade —, manejou um variado repertório performativo na tentativa de inocular na sociedade uma certa disposição política liberal. Não está em nosso escopo investigar se a narração publicada nos anos 1850 colaborou para o desenvolvimento posterior da unificação alemã com o chanceler de ferro Otto von Bismarck; mas é certo que as condições de felicidade performativa foram preenchidas pela publicação do historiógrafo, na medida em que, sem levar em conta essas ditas características, nossa tradução poderia cair numa encruzilhada, ora comprometendo o texto por retirar dele sua capacidade de ação, ora sucumbindo às próprias armadilhas discursivas que o autor urdiu pelo caminho. Nesse sentido, a “encenação narrativa” chega ao primeiro plano como dispositivo dos mais empregados ali, devido à sua força perlocutória, uma vez que: a) orienta a percepção tanto selecionando o que será visto quanto alternando a focalização da voz narradora; b) conforma emoções humanas nos corpos dos personagens, gerando identificação e materializando o que antes era abstrato; e, por fim, c) adere ao palco como modelo cultural para que o estilo emule a visualidade e a exterioridade de um espectador diante da presença viva dos atores (Huber, 2003). Essa teatralidade, “metaconceito abrangente e total no seu âmbito, em que cabem não apenas encenações propriamente ditas, mas toda forma de (re)apresentação”²²⁵ (Willems; Jurga, 1998, p. 11), como se nota, abre ramificações investigativas em diversas áreas do saber, mas fecunda em especial os estudos de literatura e tradução quando estes convergem ao hibridismo ou à multifuncionalidade de gêneros como a historiografia, porque, ao atentar à agência dos textos no mundo, o crítico ou

²²⁵ No original: “es handelt sich um ein umfassendes, auf seiner Ebene totales Meta-Konzept, das nicht nur eigentliche Inszenierungen, sondern jegliche Art von (Re-)Präsentation beinhaltet”.

o tradutor estarão mais bem equipados para reconhecer e explicar os mecanismos sociopolíticos e literários que fazem girar a engrenagem das emoções no leitor, podendo a partir daí “reconstruí-los” ou, de modo mais largo, repensá-los numa nova língua durante a tradução ou mesmo durante a análise crítica.

Já em “A antiga República e a nova monarquia”, o qual faz as vezes de conclusão e chamado à ação, constatamos, ao traduzi-lo, que a metodologia da visualização, quando um conjunto de imagens sugeridas pela “moldura” pode garantir boas alternativas a determinados traços de uma “cena”, e a concepção de performatividade, legitimando o caráter crítico, interventivo e presente da identidade tradutória a fim de que o *Translat* também aja como o original, ainda que de forma outra, se compatibilizam com os eventos que se apresentam primariamente naquele universo textual erigido em língua alemã. Para um César visual, exterior e performativo, ou seja, um homem que, como escreve Meyer (1922, p. 328), nunca existiu senão conexo à matéria literária, apenas “uma silhueta sem carne e osso [ein Schemen ohne Fleisch und Blut]”, cuja expressão corporal tenta exprimir os ditames de sua individualidade e cuja atuação no âmbito diegético se realiza no Estado e através deste, é sensato, portanto, se aproveitar disso para levar a cabo a vasta empreitada de uma tradução. Nessa mesma toada, a diversidade de assuntos e situações ao longo de nebulosos setecentos anos de Roma ocidental retratados na obra reservam ainda outras estradas de pesquisa. Se submetidos à mesma noção tradutória, os episódios de batalha, trabalhados em alguns casos no curso de muitas páginas, podem, por um lado, estabelecer bons parâmetros para a tradução de passagens dessa espécie na prosa performativa e, por outro, nos autorizam compreender a argumentação do autor acerca dos diferentes povos que rivalizaram com a República do Lácio; ademais, ao fim de cada um dos cinco livros, os capítulos dedicados à cultura (direito, religião, comércio, arte etc.), em que a linguagem nos parece alcançar os níveis menos visuais, oferecem um bom campo de experimentação para testar o performativo nos seus limites e desdobramentos, edificando assim um mirante privilegiado aos numerosos estágios por que, segundo Mommsen, teria passado a vida sociocultural romana. Entretanto, por ser um equívoco essencializar a abordagem tradutória e aferrar-se unicamente a um receituário conceitual de predileção, esgarçando-o a ponto de ruptura, são bastante bem-vindas outras formas teórico-metodológicas de encarar este objeto, tentando em especial derivar oportunidades criativas e criadoras para a tradução e explorar variadas facetas contidas ali sobre a Cidade das Sete Colinas e sobre as ideias mommsenianas. Igual consideração pode ser feita a respeito do tratamento historicizante, e por isso estrangeirizador: uma tradução por inteiro domesticadora estaria apta, por exemplo, a vislumbrar nós e linhas de contato (ou, ao

contrário, divergência) talvez imprevistos entre as redações historiográficas do passado e do presente, naquilo que ambas têm de ideológico e politicamente comprometido.

Pouquíssimo traduzidos no Brasil e ainda menos encampados como material de pesquisa tradutória são os historiadores alemães dos séculos XVIII e XIX. O peso da França na academia brasileira e as dificuldades na divulgação da língua de Goethe por aqui explicam em parte a preferência investigativa voltada antes a Jules Michelet que a Leopold von Ranke, antes a Fustel de Coulanges que a Barthold Georg Niebuhr, antes ao positivismo que ao historicismo; também os ingleses parecem ter primazia ante os alemães, se tomarmos como exemplo Edward Gibbon, cujo *Declínio e queda do Império Romano*, iniciando pouco depois de onde Mommsen havia parado, mereceu de José Paulo Paes uma tradução (incompleta) até hoje em venda no mercado. De qualquer maneira, o período de emergência dos Estados nacionais contemporâneos, que ocorre não aleatoriamente no Século da História, nos abastece de muitos nomes germânicos coetâneos a Mommsen e também passíveis de atenção sob o viés da performatividade nas transposições culturais. Um ponto de partida mais óbvio se encontra em Droysen, Sybel e Treitschke, pelas afinidades ideológicas entre si e com nosso autor; a publicação de *Alexandre, o Grande*, vertida ao brasileiro por Regina Schöpke e Mauro Baladi, pode se tornar de imediato alvo de análise por esse prisma: em que medida os mecanismos performativos já se acham na obra-prima de Droysen e em que contextos se mantêm ou se dissolvem na tradução rendem pesquisas que concorreriam para mapear a extensão e a profundidade com que eles avançam por outros autores e outros estilos. Dado uma prática que se ramifica e perdura no tempo, logo a teatralização, a visualidade, a exterioridade, a presentificação, a corporalidade, a espacialidade, a liminalidade transformativa etc. — que Jaeger (2011) havia sublinhado ou aludido nas monografias historiográficas produzidas por Georg Foster, Johann Wilhelm von Archenholz, Herder e Schiller no Setecentos — podem ser examinadas nas suas metamorfoses posteriores, notando as permanências ou as discontinuidades. Indagar sobre o que a geração de Mommsen fez com a herança dos historiadores que a precederam, trilha de fato ainda a ser desbravada, mira, de viés, também as vantagens e desvantagens da elasticidade conceitual do performativo, com uma aplicação em diferentes épocas e contextos. Como essas manifestações estão imbricadas à cultura onde se apresentam e, portanto, como obtêm matizes específicos decorrentes disso são questões que ampliam os caminhos de peregrinação a uma ciência mais completa do fenômeno. Por enquanto, esperamos ter contribuído para alargar a recepção de Mommsen no Brasil, ansiando que outros em nossa área percebam a necessidade de assumir a responsabilidade por traduzir o texto historiográfico e refletir sobre ele.

REFERÊNCIAS

- AGNETTA, Marco. Zur Translation als Performance mit Texten. *In*: AGNETTA, Marco; CERCEL, Larissa Cercel (Hrsg.). **Textperformance and Cultural Transfer | Textperformances und Kulturtransfer**. Bucharest: Zeta Books, 2021a.
- AGNETTA, Marco. Übersetzung und Bearbeitung als Anamorphose. Zum kreativen Potenzial sprachlicher Um- und Wiederformung. *In*: AGNETTA, Marco; CERCEL, Larissa Cercel (Hrsg.). **Textperformance and Cultural Transfer | Textperformances und Kulturtransfer**. Bucharest: Zeta Books, 2021b.
- ANHANG. Zu dieser Ausgabe. *In*: MOMMSEN, Theodor. **Römische Geschichte**. Darmstadt: wgb Philipp von Zabern, 2021.
- ANKERSMIT, Frank R. Historismus: Versuch einer Synthese. *In*: OEXLE, Otto G.; RÜSEN, Jörn (Hrsg.). **Historismus in den Kulturwissenschaften**: Geschichtskonzepte, historische Einschätzungen, Grundlagenprobleme. Wien: Bohlau, 1996.
- ARISTOTELES. **Poetik**. Übersetzung und Herausgeben: Manfred Fuhrmann. Stuttgart: Reclam, 1982.
- AUSTIN, J. L. **How to do Things with Words**. Estados Unidos: Barakaldo Books, 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I: a estilística**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BALL, David. **Para frente e para trás: um guia para leitura de peças teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história**. v. II — os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BRANDT, Ahasver von. **Werkzeug des Historikers: Eine Einführung in die Historischen Hilfswissenschaften**. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1958.
- CASSIN, Barbara. **Elogio da tradução: complicar o universal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2022.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CHRIST, Karl. **Caesar: Annäherungen an einen Diktator**. München: C.H. Beck, 1994.
- CHRIST, Karl. Theodor Mommsen und die Römische Geschichte. *In*: MOMMSEN, Theodor. **Römische Geschichte**. Darmstadt: wgb Philipp von Zabern, 2021.

COHN, Dorrit. Signposts of Fictionality: A Narratological Perspective. *Poetics Today*, v. 11, n. 4, p. 775-804, 1990.

DELABASTITA, Dirk. Literary Style in Translation: Archaisms and Neologisms. *In: KITTEL, Harald et al. (Hrsg.). Übersetzung — Translation — Traduction*. B. 1. Berlin: De Gruyter, 2004. p. 883-888.

DEMANDT, Alexander. **Philosophie der Geschichte**: Von der Antike bis zur Gegenwart. Köln: Böhlau, 2011.

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte. Herausgeber: Rudolf Hübner. München: R. Oldenbourg, 1960.

DROYSEN, Johann Gustav. **Alexandre, o Grande**. Tradução: Regina Schöpke, Mauro Baladi. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

FEST, Joachim. **Wege zur Geschichte**: Über Theodor Mommsen, Jacob Burckhardt und Golo Mann. Zürich: Manesse Verlag, 1992.

FISCHER-LICHTE, Erika. **Performativität**: Eine Einführung. Bielefeld: [transcript], 2013.

FUETER, Eduard. **Geschichte der neueren Historiographie**. Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2019.

GARRAFFONI, Renata Senna; COZER, Alexandre. Fustel de Coulanges: a cidade e a história antiga como terrenos de disputas. *In: SILVA, Glaydson José da; CARVALHO, Alexandre Galvão (org.). Como se escreve a história da Antiguidade: olhares sobre o antigo*. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

GEHRKE, Hans-Joachim; SCHNEIDER, Helmuth. Einleitung. *In: GEHRKE, Hans-Joachim; SCHNEIDER, Helmuth (Hrsg.). Geschichte der Antike: Ein Studienbuch*. 5. Auflage. Berlin: J. B. Metzler, 2019.

GENETTE, Gérard. **Die Erzählung**. 3. Auflage. Stuttgart: W. Fink, 2010.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. Tradução: José Paulo Paes. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Sämtliche Werke 10**: Zur Farbenlehre. Münchner Ausgabe. München: btb, 2006a.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Sämtliche Werke 11.2**: Divan-Jahre 1814-1819. Münchner Ausgabe. München: btb, 2006b.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Sämtliche Werke 16**: Dichtung und Wahrheit. Münchner Ausgabe. München: btb, 2006c.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Sämtliche Werke 17**: Wilhelm Meisters Wanderjahre, Maximen und Reflexionen. Münchner Ausgabe. München: btb, 2006d.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Goethes Gespräche**. Herausgegeben von Woldemar Freiherr von Biedermann. Leipzig, 1889. v. 2.

GREINER, Norbert. Figur. *In*: GREINER, Norbert; HASLER, Jörg; KURZENBERGER, Hajo; PIKULIK, Lothar. Einführung ins Drama: Handlung, Figur, Szene, Zuschauer. B. 2. München: Carl Hanser, 1982.

GUTTINGER, Fritz. **Zielsprache**: Theorie und Technik des Übersetzens. Zürich: Menasse, 1963.

HACKE, Jens. Nationalismus. *In*: FESTL, Michael G. (Hrsg.). **Handbuch Liberalismus**. Berlin: J. B. Metzler, 2021.

HAMBURGER, Käte. **A lógica da criação literária**. Tradução: Margot P. Malnic. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. *In*: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (org.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Unicamp: IFCH, 2014.

HARTMANN, Ludo Moritz. **Theodor Mommsen**: Eine biographische Skizze. Gotha: F. A. Perthes, 1908.

HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Ästhetik**: III. Werke 15. Frankfurt: Surhkamp, 1990.

HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte**. Werke 12. Frankfurt: Surhkamp, 1994.

HEGNER, Friedhart. Gemeinwesen. *In*: KLIMKE, Daniela et al. (Hrsg.). **Lexikon zur Soziologie**. 6. Auf. Wiesbaden: Springer VS, 2020.

HEINEN, Sandra. Fact, Fiction, and Everything In-between: Strategies of Reader Activation in Postcolonial Graphic Narratives. *In*: ERLI, Astrid; SOMMER, Roy (ed.). **Narrative in Culture**. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2019.

HERBRICHS, Cornelia; KIENING, Christian. Einleitung. *In*: HERBRICHS, Cornelia; KIENING, Christian (Hrsg.). **Literarische Performativität**: Lektüren vormoderner Texte. Zürich: Chronos, 2008.

HÄSNER, Bernd; HUFNAGEL, Henning S.; MAASSEN, Irmgard; TRANINGER, Anita. Text und Performativität. *In*: HEMPFER, Klaus W.; VOLBERS, Jörg (Hrsg.). **Theorien des Performativen**: Sprache — Wissen — Praxis. Eine kritische Bestandsaufnahme. Bielefeld: [transcript], 2011.

HILLEBRAND, Bruno. **Theorie des Romans**: Erzählstrategien der Neuzeit. 3. Auflage. Stuttgart: Metzler, 1993.

HÖNIG, Hans G.; KUSSMAUL, Paul. **Strategie der Übersetzung**: Ein Lehr- und Arbeitsbuch. Tübingen: Gunter Narr, 1991.

HUBER, Martin. **Der Text als Bühne: Theatrales Erzählen um 1800.** Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

HÜTTENBERGER, Peter. Überlegungen zur Theorie der Quelle. *In*: RUSINEK, Bernd-A.; ACKERMANN, Volker; ENGELBRECHT, Jörg (Hrsg.). **Einführung in die Interpretation historischer Quellen.** Schwerpunkt: Neuzeit. München: F. Schöningh, 1992.

IGGERS, Georg G. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present.** Connecticut: Wesleyan University Press, 1983.

JAEGER, Stephan. **Performative Geschichtsschreibung: Forster, Herder, Schiller, Archenholz und die Brüder Schlegel.** Berlin: De Gruyter, 2011.

JAEGER, Stephan. Factuality in Historiography/Historical Study. *In*: FLUDERNIK, Monika; RYAN, Marie-Laure (ed.). **Narrative Factuality: A Handbook.** Berlin: Walter de Gruyter, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

KUSSMAUL, Paul. Die Übersetzung geisteswissenschaftlicher Texte aus sprachwissenschaftlicher Perspektive. *In*: KITTEL, Harald et al. (Hrsg.). **Übersetzung — Translation — Traduction.** B. 1. Berlin: De Gruyter, 2004. p. 636-640.

KUSSMAUL, Paul. **Verstehen und Übersetzen: Ein Lehr- und Arbeitsbuch.** 2. Auf. Tübingen: narr VERLAG, 2015.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language.** London: Cornell University Press, 1983.

LANDWEHR, Achim. **Die anwesende Abwesenheit der Vergangenheit.** Alemanha: Fischer, 2016.

LAUNAY, Marc de. Herrschaft. *In*: CASSIN, Barbara (ed.). **Vocabulaire européen des philosophies.** Paris: Le Robert: Seuil, 2004.

LORGA, Lucas Arantes. **Contradições entre um nacionalismo francês da segunda metade do século XIX e a teoria do método: o debate de Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen sobre a Alsácia-Lorena.** 2002. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2002.

LOSURDO, Domenico. **Hegel und das deutsche Erbe: Philosophie und nationale Frage zwischen Revolution und Reaktion.** Köln: Pahl-Rugenstein, 1989.

LUKÁCS, György. **O romance histórico.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **Die wichtigsten Werke.** Mosaicum Books, 2017.

MATTENKLOTT, Gert. Mommsens Prosa — Historiographie als Literatur. *In*: DEMANDT, Alexander; GOLTZ, Andreas; SCHLANGE-SCHÖNINGEN, Heinrich (Hrsg.). **Theodor Mommsen**. Wissenschaft und Politik im 19. Jahrhundert. Berlin: de Gruyter, 2005.

MEINECKE, Friedrich. **Die Entstehung des Historismus**. München: R. Oldenbourg, 1965.

MEYER, Eduard. **Caesars Monarchie und das Principat des Pompeius**: Innere Geschichte Roms von 66 bis 44 v. Chr. 3. Auf. Berlin: J. G. Cotta'sche Buchhandlung, 1922.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças. Da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. *In*: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (org.). **Literatura e história na América Latina**. Tradução: Joyce Rodrigues Ferraz. São Paulo: Edusp, 1993.

MOMMSEN, Theodor. **Drei Aufsätze Theodor Mommsens aus seiner Schulzeit**. Eine Erinnerungsgabe zum 80. Geburtstage. Überreicht vom Königlichen Christianeum in Altona. Als Manuskript gedruckt. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1897.

MOMMSEN, Theodor. **Reden und Aufsätze**. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1905.

MOMMSEN, Theodor. **Histoire de Rome**: extraits. Paris: Éditions Rombaldi, 1960.

MOMMSEN, Theodor. **História de Roma**: excertos. Tradução: Antonio Olinto. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 1971.

MOMMSEN, Theodor. **Römische Geschichte**. Darmstadt: wgb Philipp von Zabern, 2021.

MOURITSEN, Henrik. **Politics in the Roman Republic**. London: Cambridge University Press, 2017.

NIPPERDEY, Thomas. **Deutsche Geschichte 1800-1866**: Bürgerwelt und starker Staat. München: C.H. Beck, 2013.

NORD, Christiane. **Translating as a Purposeful Activity**: Functionalists Approaches Explained. London: Routledge, 2018.

NORDALM, Jens. **Historismus im 19. Jahrhundert**: Geschichtsschreibung von Niebuhr bis Meinecke. Stuttgart: Reclam, 2006.

NORÕES, Alan. Figurações de César: A escrita performativa em *De Bello Catilinae*, de Salústio, e *Römische Geschichte*, de Theodor Mommsen. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 40, n. suplementar, p. e4060, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/73508>. Acesso em: 26 jan. 2025.

OSTERHAMMEL, Jürgen. **Die Verwandlung der Welt**: Eine Geschichte des 19. Jahrhunderts. München: C.H.Beck, 2010.

PFISTER, Manfred. Performance/Performativität. *In*: NÜNNING, Ansgar (Hrsg.). **Metzler Lexikon Literatur- und Kulturtheorie**: Ansätze — Personen — Grundbegriffe. Stuttgart: J. B. Metzler, 2004. p. 516-518.

- PFISTER, Manfred. **Das Drama**: Theorie und Analyse. Stuttgart: W. Fink, 2001.
- PRADO, Décio de Almeida. A personagem do teatro. *In*: CANDIDO, Antonio *et al.* **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- PÜSCHEL, Ulrich. Journalistische Textsorten im 19. Jahrhundert. *In*: WIMMER, Rainer (Hrsg.). **Das 19. Jahrhundert. Sprachgeschichtliche Wurzeln des heutigen Deutsch**. Berlin: De Gruyter, 1991.
- RANKE, Leopold von. **Geschichten der romanischen und germanischen Völker**: von 1494 bis 1535. Leipzig: Reimer, 1824.
- REBENICH, Stefan. **Theodor Mommsen**: Eine Biographie. München: C.H. Beck, 2002.
- REBENICH, Stefan. **Die Deutsche und ihre Antike**. Stuttgart: Klett-Cotta, 2021.
- REIS, Carlos. **Dicionário de estudos narrativos**. Coimbra: Almedina, 2018.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v. 1. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- RINGER, Fritz K. **The Decline of the German Mandarins**: The German Academic Community, 1890-1933. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- ROBB, M. A. **Beyond Populares and Optimates**: Political Language in the Late Republic. Stuttgart: F. Steiner, 2010.
- ROBINSON, Douglas. **Performative Linguistics**: Speaking and Translating as Doing Things with Words. New York: Routledge, 2003.
- ROVIRA GUARDIOLA, Rosario. La preparación del CIL XV y el Museo Británico: una carta de Heinrich Dressel. *In*: REVILLA CALVO, V.; AGUILERA MARTÍN, A.; PONS PUJOL, LI.; GARCÍA SÁNCHEZ, M. (ed.). **Ex Baetica Romam**: homenaje a José Remesal Rodríguez. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2020. p. 1427-1438.
- SAFRANSKI, Rüdiger. **Romantik**: Eine deutsche Affäre. München: C. Hanser, 2007.
- SAVIGNY, Friedrich Carl von. **Vom Beruf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft**. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1814.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. Fictional vs. Factual Narration. *In*: HÜHN, Peter; PIER, John; SCHMID, Jörg Wolf. **Handbook of Narratology**. Berlin: de Gruyter, 2014.
- SCHMIDT, Manfred G. **Corpus Inscriptionum Latinarum**. Berlin: Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften, 2007.
- SOMMER, Michael. **Römische Geschichte**: Von den Anfängen bis zum Untergang. Stuttgart: Kröner, 2016.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. Über die verschiedenen Methoden des Übersetzens. *In*: STÖRIG, Hans Joachim (Hrsg.). **Das Problem des Übersetzens**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963.

SCHLEGEL, Friedrich. Caesar und Alexander. Eine welthistorische Vergleichung. *In*: BALTRUSCH, Ernst (Hrsg.). **Caesar**. Neue Wege der Forschung. Darmstadt: WBG, 2007.

SCHLEIER, Hans. Die kleindeutsche Schule (Droysen, Sybel, Treitschke). *In*: STREISAND, Joachim (Hrsg.). **Die deutsche Geschichtswissenschaft von Beginn des 19. Jahrhunderts bis zur Reichseinigung von oben**. Boston: De Gruyter, 1963.

SUETÔNIO; PLUTARCO. **Vidas de César**. Tradução e notas: Antonio da Silveira Mendonça, Ísis Borges Belchior da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

THE NOBEL Prize in Literature 1902. **NobelPrize.org**, dez. 2025. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1902/summary/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

VELTEN, Hans Rudolf. Performativitätsforschung. *In*: SCHNEIDER, Jost (Hrsg.). **Methodengeschichte der Germanistik**. Berlin: de Gruyter, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Tradução: Alda Baltazar, Maria Auxiliadora Kneipp Brasília: Editora UnB, 2008.

VRETSKA, Karl. Bemerkungen zum Bau der Charakteristik bei Sallust. **Symbolae Osloenses**, v. 31, n. 1, p. 105-118, 1955.

WEITEMEIER, Bernd. Literarischer Stil in der Übersetzung: Epochenstile und Personalstile. *In*: KITTEL, Harald et al. (Hrsg.). **Übersetzung — Translation — Traduction**. B. 1. Berlin: De Gruyter, 2004. p. 889-898.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2014.

WICKERT, Lothar. **Theodor Mommsen**: Eine Biographie. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1959. v. 1: Lehrjahre 1817-1844.

WICKERT, Lothar. **Theodor Mommsen**: Eine Biographie. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1969. v. 3: Wanderjahre: Leipzig — Zürich — Breslau — Berlin.

WIENOLD, Hanns. Herrschaft. *In*: KLIMKE, Daniela et al. (Hrsg.). **Lexikon zur Soziologie**. 6. Auf. Wiesbaden: Springer VS, 2020.

WILLEMS, Herbert; JURGA, Martin. Einleitung: Zum Aufbau des Buches und zu den Beiträgen. *In*: WILLEMS, Herbert; JURGA, Martin (Hrsg.). **Inszenierungsgesellschaft**. Ein einführendes Handbuch. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1998.

WINKLER, Heinrich August. **Der lange Weg nach Westen**: Deutsche Geschichte I — Vom Ende des Alten Reiches bis zum Untergang der Weimarer Republik. München: C.H. Beck, 2000.

WOOLF, Daniel. **Uma história global da história.** Tradução: Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZIMMER, Rudolf. **Probleme der Übersetzung formbetonter Sprache:** Ein Beitrag zur Übersetzungskritik. Tübingen: M. Niemeyer, 1981.

ZYMNER, Rüdiger. Texttypen und Schreibweisen. *In:* ANZ, Thomas (Hrsg.). **Handbuch Literaturwissenschaft.** Band 1: Gegenstände und Grundbegriffe. Stuttgart: J.B. Metzler, 2013.

ANEXOS

A) FIGURAÇÃO DE CAIO MÁRIO

Caio Mário, filho de um jornaleiro, nascera em 599 (155 a.C.) na à época arpiniana vila de Cereatae, que depois receberia o direito romano já como Cereatae Marianae e ainda hoje leva o nome de “pátria de Mário” (Casamare). Cresceu junto ao arado, em circunstâncias de tanta escassez que pareciam cerrar a ele o acesso aos cargos administrativos da comunidade; aprendeu desde cedo, o que em seguida aplicaria como general, a dormir no chão duro e a aguentar fome e sede, calor do sol e frio do inverno. Logo que a idade o permitiu, se alistou no exército e ascendeu rapidamente ao oficialato na dificultosa escola da guerra na Espanha; na guerra numantina de Cipião, quando tinha 23 anos, atraiu para si os olhares dos exigentes comandantes tanto por suas armas e pela postura impecável do cavalo quanto pela ousadia no combate e pela conduta honorável no acampamento. Regressou para casa com honradas cicatrizes e insígnias da guerra e com o vivo desejo de fazer seu nome numa carreira já iniciada notavelmente; entretanto, sob aquelas circunstâncias, nem os homens mais meritórios conseguiam sem fortuna ou contatos os cargos políticos que conduziriam aos postos militares elevados. Mas ambos foram concedidos ao jovem oficial pela especulação exitosa no ramo do comércio e pela ligação com uma moça da antiga nobreza dos Júlios; então em 639 (115 a.C.), com grandes esforços e após diversos insucessos, alcançou a pretura com a qual, tornando-se governador na Espanha Ulterior, encontrou oportunidade de provar de novo a habilidade militar. Já contamos antes como ele a seguir assumiu o consulado em 647 (107 a.C.) a despeito da aristocracia e, procônsul (648, 649, isto é, 106 a.C., 105 a.C.), encerrou a guerra africana; como ele, depois do dia infeliz em Aráusio, foi convocado para o comando-superior contra os alemães e quatro vezes entre 650 (104 a.C.) e 653 (101 a.C.) reconduzido ao consulado numa inovação sem precedentes nos anais da República; e como superou e destruiu os cimbro para além dos Alpes e os teutões para cá deles. Mostrara-se, no ofício militar, homem honrado e decente, que distribuía a justiça de modo imparcial, dispunha do butim com rara honestidade e altruísmo e de modo nenhum se corrompia; dotado organizador, que havia posto a máquina até certo ponto enferrujada das Forças Armadas romanas em estado novamente útil; general capaz, que mantinha os soldados em disciplina e bom humor e que ao mesmo tempo ganhava o amor deles com uma relação de camaradagem; tinha o inimigo sob olhos sagazes e o combatia no tempo certo. Não era, na medida em que podemos julgar, um talento militar extremado; no

entanto, as particularidades muito destacáveis que possuía bastavam para, naquelas circunstâncias concretas, alçá-lo perfeitamente a tal fama e, baseando-se nela, ser inscrito, numa honraria sem par, entre os consulares e triunfadores. Entretanto, ele não se adequava muito bem a esse brilhante grupo. A voz continuou rude e alta; o olhar, bravio, como se ainda visse diante de si líbios e cimbros, e não colegas bem-nascidos e perfumados. Que ele fosse supersticioso, como um lanceiro de fato, que ele concorresse ao primeiro consulado não pelo ímpeto de seu talento mas pelas indicações de um leitor de vísceras etrusco, que uma profetisa síria, Marta, com seu oráculo tenham lhe ajudado, no conselho de guerra, durante a campanha contra os teutões, não eram características propriamente pouco aristocráticas; nesses casos, encontravam-se à época, como aliás em todos os tempos, as camadas mais elevadas e as mais inferiores da sociedade. No entanto, o imperdoável era a falta de instrução política; embora louvável que tenha sabido combater os bárbaros, o que se deve pensar de cônsul tão ignorante das etiquetas constitucionais que aparecera no Senado em trajes de triunfo? Ademais, o vulgo aderiu a ele. E não era apenas — segundo a terminologia aristocrática — um homem pobre, mas também, o que era pior ainda, sóbrio e declarado inimigo de qualquer corrupção ou conluio. No seu estilo de soldado, não era seletivo e embebedava-se com prazer, em especial nos últimos anos; não costumava dar festas e lhe acometiam problemas nos ossos. Igualmente ruim era que o consular só entendesse latim e tivesse de proibir a conversação em grego; não era também ingenuidade que se entediasse, embora não devesse, com espetáculos gregos — decerto não era o único —, mas que se tornasse conhecido pelo enfado. Então continuou a vida inteira um ardiloso homem da roça em meio aos aristocratas, afligido por desagradáveis palavras e ainda mais desagradável compaixão dos colegas, que, como eles próprios, não havia, porém, se decidido a odiar. Mais que fora da sociedade estava Mário fora dos partidos. As medidas que implementou no tribunato popular (635, isto é, 119 a.C.), um melhor controle das tabuletas de votação para eliminar as sérias fraudes e o impedimento de projetos perdulários de doação ao povo, não traziam a estampa de um partido, nem mesmo do democrata, mas mostravam apenas que a ele eram odiosos o despropósito e a desrazão; mas como podia ter sido um homem como esse, camponês de nascimento e soldado de vocação, desde o princípio um revolucionário? As hostilidades da aristocracia o empurraram posteriormente ao acampamento dos adversários do governo, e logo ele se viu elevado pelo escudo primeiro como general da oposição e depois talvez destinado a coisas ainda maiores. Entretanto, isso foi, muito mais que um trabalho dele mesmo, a consequência da impreterível força das circunstâncias e das necessidades gerais da oposição por um líder; desde sua partida para a África em 647/648 (107/106 a.C.), porém, não passou nem curto espaço de tempo na

capital. Só retornou na segunda metade de 653 (101 a.C.), vencedor sobre os cimbro e os teutões, para comemorar o duplo triunfo adiado, decididamente o primeiro homem em Roma e ao mesmo tempo um iniciante político. Era incontestemente não apenas que Mário havia salvado Roma, mas que fosse o único homem que poderia tê-la salvo; o nome dele estava em todas as bocas; os nobres reconheciam suas façanhas; era popular entre o povo como nenhum outro antes ou depois dele, popular pelas virtudes e pelos equívocos, pelo altruísmo não aristocrático e não menos pela rudeza de camponês; chamava-o a multidão de terceiro Rômulo ou segundo Camilo; igual como aos deuses, faziam-se libações a ele. Não era de admirar que, para o filho de agricultores, a cabeça tonteasse de tanto esplendor, que equiparasse sua marcha da África às terras célticas ao trajeto vitorioso de Dioniso de continente a continente e que mandasse forjar uma taça — e não das menores — para si, conforme o modelo da de Baco. Havia tal montante de esperança e gratidão no entusiasmo cambaleante do povo que mesmo um homem de sangue frio e madura experiência política teria sido levado ao erro. O trabalho de Mário não parecia a seus admiradores de modo nenhum completo. Mais que os bárbaros pesava ao país o terrível governo; a ele, primeiro homem de Roma, favorito do povo, líder da oposição, coube salvar Roma uma segunda vez. Talvez a ele, camponês e soldado, a ação política da capital lhe fosse alheia e desagradável; mau orador e bom comandante, demonstrava aos lanceiros e espadachins do inimigo postura muito mais firme que à multidão de aplausos ou vaias; mas suas inclinações pouco importavam. As esperanças uniam. A posição militar e política dele era do tipo que, se não tencionava romper com seu passado glorioso, nem frustrar as expectativas do partido e mesmo da nação, nem trair o próprio dever moral, teria então de reorientar a má administração dos assuntos públicos e pôr um fim ao regime da restauração, e se possuía apenas as características intrínsecas de um chefe popular podia dispensar as que lhe faltavam para ser um líder do povo. (II, 189-192)

A catástrofe havia concedido ao iniciador do terrorismo, o velho Caio Mário, seus dois maiores desejos. Vingara-se de todos os motins que lhe arruinaram a vitória e envenenaram sua derrota; ele tinha conseguido responder toda agulhada com punhalada. Além disso, começou o novo ano mais uma vez como cônsul; finalmente se tornava realidade o sonho do sétimo consulado, que o oráculo lhe garantira depois de ter sido atacado havia treze anos. Os deuses lhe haviam concedido o que desejara; mas também agora, assim como nos antigos tempos das lendas, a fatídica ironia agia para prejudicá-lo com a realização dos desejos. Se nos primeiros consulados foi o orgulho e no sexto o escárnio dos concidadãos, agora cumulavam-no as maldições de todos os partidos e o ódio de toda a nação; ele, desde o

princípio correto, habilidoso, intrépido, tachado como líder alucinado de um bando infame. Ele próprio parecia achar isso. Passava os dias como em delírio; e às noites a tranquilidade se esquivava de seu leito, de maneira que virava taça atrás de taça apenas para se entorpecer. Uma ardorosa febre o capturou; após uma semana de convalescença, em que fantasiava desatinadamente travar nas paisagens da Ásia Menor combates cuja coroa de louros estava destinada a Sula, tornou-se em 13 de janeiro de 668 (86 a.C.) um cadáver. Morreu aos setenta, em total posse do que dizia ser poder e honra e na própria cama; mas a Nêmesis é múltíplice, e nem sempre pune sangue com sangue. Ou não era, digamos, uma vingança que Roma e a Itália respirassem agora com a notícia da morte do celebrado salvador do povo como não haviam feito quando da informação sobre a Batalha da Planície Raudina? (II, 313-314)

B) FIGURAÇÃO DE LÚCIO CORNÉLIO SULA

Injusta como costuma ser contra as personalidades que se contrapõem ao fluxo do tempo, a posteridade não soube valorizar corretamente nem o próprio Sula nem seu trabalho de reorganização. Na verdade, Sula é um dos mais impressionantes fenômenos da história, ou deveríamos talvez dizer único. Física e psiquicamente sanguíneo, olhos azuis, loiro, tez de notável alvura mas ruborescida a cada gesto ardente, enfim, homem de beleza e arrebatado olhar, não parecia ser mais propenso ao Estado que seus antepassados, os quais haviam assegurado posição de segunda categoria, desde o avô do avô, Públio Cornélio Rufino (cônsul em 464, 477, isto é, 290 a.C., 277 a.C.), respeitado comandante e ao mesmo tempo fissurado às suntuosidades dos tempos pirrônicos. Desejava da vida nada mais que o prazer da alegria. Crescido no refinamento de luxos culturais, o que era comezinho naquele período mesmo nas famílias senatoriais menos ricas de Roma, dominou, com agilidade e rapidez, todo o cabedal de prazeres intelectuais que ligavam a fineza helênica à riqueza romana. Nos salões nobres e sob as tendas nos acampamentos, era bem-vindo como agradável companheiro e bom camarada; conhecidos, fossem distintos ou humildes, encontravam nele um colaborativo amigo e um auxílio solícito na hora da precisão, o qual preferia usufruir do dinheiro mais com colegas em dificuldade que com os ricos credores. Prestava homenagens arrebatadas à bebedeira, e ainda mais arrebatadamente às mulheres; mesmo nos últimos anos, deixava de ser governante quando, depois que se finalizavam os negócios do dia, ele se sentava à mesa. Um traço de ironia, e poderíamos talvez dizer de bufonaria, percorria toda a sua natureza. Ainda como governante, ordenou, enquanto comandava a alienação dos bens dos degredados, que entregassem ao escritor de um panegírico sobre ele uma parte do espólio sob a condição de que promettesse nunca mais elogiá-lo novamente. Quando da justificativa aos cidadãos para a execução de Ofela, este ato ocorria enquanto ele contava às pessoas a fábula da cigarra e da formiga. Escolhia os colegas entre os atores e amava compartilhar vinho não apenas com Quinto Rócio, um Talma romano, mas também com gente de teatro muito mais humilde, uma vez que ele mesmo não cantava mal e havia escrito farsas para apresentação em seu círculo de amizades. No entanto, nem perdia, nesses divertidos bacanais, o vigor do corpo e do espírito, nem se incumbia, no ócio rural em seus últimos anos, de fervorosas caçadas; e que trouxera a Roma da Atenas conquistada os escritos aristotélicos prova bastante bem seu interesse em leituras mais sérias. A romanidade específica antes o repelia. Sula não tinha nenhum dos túmulos maciços que os maiores romanos amavam desenvolver perante os dos gregos nem nada da solenidade de homens grandiosos e limitados; na verdade, ele preferia se deixar levar;

aparecia, para o escândalo de muitos dos seus contemporâneos, em trajes gregos nas cidades gregas ou provocava os parceiros da nobreza a dirigirem as próprias bigas nos jogos. Muito menos tinha ele as esperanças um tanto patrióticas e egoístas que atraíam os talentos juvenis em todos os países de constituição livre ao parque de recreações que era a política e que ele também pode ter sentido certa vez, como qualquer outro; numa vida como a dele, vacilante entre o delírio arrebatado e uma vigília mais do que sóbria, logo se dissipavam as ilusões. Desejos e aspirações podiam parecer a ele uma tolice num mundo regido pelo acaso inevitável e onde não era possível se fiar, se é que seja sequer possível se fiar, em nada além desse acaso. Seguiu também o traço geral da época, ao mesmo tempo de descrença e superstição. A crença admirável dele não é a fé cega e plebeia de Mário, que deixa sacerdotes lerem-lhe o futuro por dinheiro e que determina suas ações a partir disso; muito menos a sombria fé catastrófica dos fanáticos; na verdade, era aquela crença no absurdo, a qual se apresenta reiterada e necessariamente a todas as pessoas que creem numa ordem coerente das coisas, a superstição do jogador de sorte, que se considera privilegiado pelo destino por jogar os números certos todas as vezes e em qualquer lugar. Nas questões práticas, Sula sabia ironicamente muito bem se haver com os desafios da religião. Quando esvaziou a tesouraria do templo grego, declarou que nunca mais passaria necessidade aquele a quem os próprios deuses haviam enchido os alforjes. Quando os padres délficos o comunicaram que se recusavam a enviar o tesouro exigido, uma vez que a cítara do deus soava aguda ao ser tocada, mandou avisar que agora deveriam enviar muito mais do que antes, pois visivelmente o deus concordava com seus planos. Mas não nutria por isso com menos gosto a ideia de que fosse o favorito dos deuses, principalmente daquela a quem rendeu prendas até aos últimos anos de vida: Afrodite. Tanto nas conversas quanto na autobiografia, gabava-se várias vezes do contato estabelecido por ele com os imortais em sonhos e sinais. Como poucos, tinha direito a sentir-se orgulhoso dos atos que praticava; porém não estava propriamente orgulhoso de sua única e verdadeira sorte. Costumava dizer que todo início improvisado resultava melhor do que o aplicado com planejamento, e uma de suas manias mais admiráveis, contabilizar em zero o número de gentes caídas em batalhas do seu lado, não era mais que criancice de um sujeito de sorte. Expressão de seu humor natural foi ter adotado, no topo da carreira e olhando de cima para baixo todos os contemporâneos em vertiginosas profundezas, a caracterização de feliz, *Sulla Felix*, como cognome e conferido aos filhos denominação correspondente.

Nada mantinha-se mais distante de Sula que a ambição metódica. Ele era sensato demais para considerar a anotação de seu nome no registro consular como o objetivo da vida,

feito dezenas de aristocratas daquele tempo; e também bastante indiferente e muito pouco ideológico para se ocupar voluntariamente com o edifício apodrecido do Estado. Permaneceu, como indicavam nascimento e formação, no círculo da distinta sociedade e percorreu, tal qual o costume, a carreira oficial; não tinha motivos para se esforçar e deixou o serviço às formiguinhas políticas, que não faltavam. Então, em 647 (107 a.C.), o destino o conduziu, quando do sorteio para o cargo de questor, ao quartel-general de Caio Mário em África. O janota inexperiente da capital não fora recebido da melhor maneira pelo rude comandante camponês e por seu tarimbado estado-maior. Estimulado por essa recepção, Sula, destemido e ágil como era, num instante se apropriou do arsenal de guerra e desenvolveu na ousada marcha à Mauritània pela primeira vez aquela união particular entre atrevimento e astúcia em decorrência da qual os contemporâneos diziam dele que, sendo meio leão e meio lobo, o lobo nele era mais perigoso que o leão. Abria-se agora uma carreira ao oficial jovem, bem-nascido e brilhante que reconhecidamente havia terminado a árida guerra na Numídia; participou também da guerra contra os cimbrós e revelou na liderança dos negócios de abastecimento um talento incomum para a organização; não obstante, as alegrias da vida na capital o atraíam muito mais agora do que a guerra ou a política. Durante a pretura, cargo que em vão havia pleiteado certa vez e assumira em 661 (93 a.C.), ocorreu novamente numa província sua, a mais insignificante de todas, a conquista da primeira vitória contra o rei Mitrídates e a assinatura do primeiro tratado com os Arsácidas, bem como as humilhações deles. Irrompeu a guerra civil. E foi Sula quem principalmente decidiu o primeiro ato dela, a insurreição da Itália, em favor de Roma e ganhou com o sabre do consulado; além disso, foi também ele que reprimiu a revolta sulpícia com enérgica rapidez. A sorte garantiu que o velho herói Mário fosse obscurecido pelo novo oficial. A prisão de Jugurta e a vitória sobre Mitrídates, ambas visadas em vão por Mário, foram levadas a cabo por um Sula em posições subalternas; na Guerra Social, em que Mário perdera a fama de comandante e caíra, Sula inaugurou seu renome militar e ascendeu ao consulado; a revolução de 666 (88 a.C.), que foi ao mesmo tempo e sobretudo um conflito pessoal entre os dois generais, terminou com o degredo e a fuga de Mário. Quase sem querer Sula havia se tornado o mais famoso comandante daquele tempo e um bastião da oligarquia. Seguiram-se novas e temíveis crises — a guerra contra Mitrídates, a revolução de Cina: a estrela de Sula brilhava sempre no firmamento. Como o capitão que não abandona o navio ardendo em chamas, mas prossegue a disparar contra o inimigo, Sula, enquanto bramava a revolução na Itália, aferrava-se inabalável, na Ásia, até que os adversários do país estivessem submetidos. Com isso concluído, esmagou a anarquia e salvou a capital dos archotes dos desesperadores samnitas e dos revolucionários. O momento

do retorno foi, para Sula, acachapante de alegria e dor; ele próprio conta nas memórias que, na primeira noite em Roma, mal pôde pregar os olhos, e é perfeitamente possível de acreditar. Mas a tarefa dele ainda não havia chegado ao fim, e a sua estrela continuava a brilhar. Autocrata absoluto como só os reis o são e, no entanto, guardando-se totalmente no terreno formal da legalidade, disciplinou o partido ultrarreacionário, destruiu a constituição graquiana da qual a oligarquia se havia apropriado fazia quarenta anos e forçou de novo a obedecer à lei estabelecida, a princípio, os poderes concorrentes da oligarquia, os capitalistas e os proletários da capital, e por fim a empáfia das armas que tinham crescido no seio de seu próprio estado-maior. Gozando de uma independência que jamais se vira, reorientou a oligarquia, tomou para si como ferramenta útil o poder dos servidores públicos, retirou deles a legislatura, os tribunais, o poder militar e financeiro e lhes deu uma espécie de guarda com escravos libertos, uma espécie de exército com os colonos militares transferidos. Finalmente, quando a obra estava finalizada, o criador desistiu da criação; de modo voluntário, transformou-se de autocrata absoluto novamente em simples senador. Nessa longa trajetória militar e política, Sula nunca perdeu uma batalha, nunca teve de recuar e, incólume a amigos e inimigos, conduziu sua obra aos objetivos autoimpostos. Tinha, portanto, razão de louvar sua estrela. A deusa da sorte, caprichosa e temperamental, parecia ter sido dominada por um ânimo constante e se incumbido de cumular o preferido de sucessos e honras, daquilo que ele desejava e do que não desejava. Mas a história terá sido mais justa com ele do que ele consigo mesmo e o terá posicionado em categoria mais elevada do que a de simples favorito da fortuna.

Não que a constituição sulana fosse uma obra de genialidade, como, por exemplo, a de Graco e de César. Não havia nele, coisa que a essência da restauração já trazia consigo, uma nova ideia de condução do Estado; todos os seus momentos principais — a entrada no Senado através da nomeação à questura, a suspensão do direito censório de retirar senadores do Senado, a iniciativa legislativa do Senado, a transformação do cargo tribunicio numa ferramenta do Senado para restringir o *imperium*, o prolongamento da duração dos cargos superiores para dois anos, a transferência de comando do magistrado popular ao procônsul ou propretor senatorial e até os ordenamentos penais e municipais — não foram instituições criadas por Sula, mas desde antes desenvolvidas pela gestão oligárquica e apenas reguladas ou fixadas por ele. Mesmo as crueldades da restauração, como os degredos e os confiscos, não seriam, em comparação ao que executaram Násica, Popílio, Opímio, Cepião e outros, uma formulação jurídica derivada da maneira oligárquica de se livrar dos adversários? Não há nisso um juízo implacável e inconsiderado de condenação contra a oligarquia romana desse

período; e, como tudo o mais que se associa a ela, a constituição sulana acaba sendo também completamente afetada. O elogio corrompido pela genialidade do mal peca contra o espírito sagrado da história; mas devemos ter em mente que Sula é muito menos responsável pela restauração sulana do que a aristocracia decadente como um todo, que governava havia séculos feito uma camarilha e a cada ano com uma enervação e uma persistência caducas, e que tudo o que era insípido e tudo o que era infame ali remetia, em última instância, a ela. Sula reorganizou o Estado, mas não como patriarca que põe em ordem seus pertences fragmentados e sua criadagem conforme as próprias ideias, mas como o dono temporário de um negócio que persegue com fidelidade a instrução recebida; é um erro nesse caso passar a responsabilidade precípua e última do homem de negócios ao administrador. Damos demasiada importância a Sula ou, na verdade, toleramos facilmente proscições, expropriações e restaurações tenebrosas, que nunca corrigiriam nem nunca corrigiram nada, quando enxergamos nelas a obra de um sujeito impulsivo, ocasionalmente na chefia do Estado. Mas havia ali as ações da nobreza e o terrorismo da restauração, em que Sula não era senão, para parafrasear o poeta, o machado empunhado inconscientemente por detrás de uma ideia consciente. Esse papel Sula desempenhou com uma perfeição admirável, quase demoníaca; dentro dos limites que ele mesmo estipulou, agiu de modo não apenas magnânimo, mas até mesmo útil. A aristocracia profundamente decaída e cada vez mais profundamente decadente jamais encontraria de novo tutor tão hábil e disposto quanto Sula, sem qualquer necessidade de ganho pessoal ao conduzir o florete do comandante e o buril do legislador. Certamente há diferença entre o oficial que despreza o cetro por civismo daquele que o recusa por esnobismo; mas na total ausência de egoísmo político — decerto apenas nesse aspecto — Sula merece ser nomeado junto a Washington. Porém não apenas a aristocracia, mas também todo o país devia mais a ele do que a posteridade gostaria de admitir. Sula, enfim, encerrou a revolução itálica na medida em que esta se baseava na disparidade entre distritos abarcados pela lei em maior ou menor grau; e se tornou, ao forçar a si e seu partido a reconhecer por lei a igualdade jurídica de todos os itálicos, o verdadeiro e derradeiro criador da inteira unidade estatal da Itália — um ganho obtido a preço baixo apesar da infinita penúria e dos rios de sangue. Mas Sula fez ainda mais. Havia mais de meio século que o poder de Roma estava em decadência e a anarquia em voga; pois a gestão do Senado com a constituição graquiana era anarquia, e mesmo a gestão de Cíneo e Carbônio uma impotência ainda mais terrível, cuja imagem medonha aparece o mais claramente naquela aliança tão disparatada quanto incoerente com os samnitas, a mais incerta, inaceitável e terrível de todas as conjunturas políticas imagináveis, na verdade o início do fim. Não é

exagero afirmar que a comunidade romana, havia muito minada, teria necessariamente desmoronado não tivesse Sula salvado a existência dela com a intervenção na Ásia e na Itália. É fato que a constituição de Sula durou menos do que a de Cromwell, e não seria difícil de ver que a construção dela não era sólida; mas é uma desconsideração terrível ignorar que, sem Sula, muito provavelmente o canteiro teria sido varrido pelas correntezas. E essa reprimenda não caberia de pronto a Sula; o estadista construiu apenas o que se podia construir naquela área que dependia dele; e ele mesmo desconfiava que tinha conseguido criar de fato uma fortificação, mas não uma guarnição militar, e as ilimitadas nulidades oligárquicas desperdiçariam todas as chances de salvar a oligarquia. A constituição dele equiparava-se a um dique de contenção lançado contra um mar que rebentava ali; não é uma crítica ao mestre de obras quando, uma década mais tarde, as ondas engolem a construção incompatível com a natureza e desprotegida até mesmo por quem deveria fazê-lo. O homem de Estado não precisa recorrer a formas singulares e altamente elogiadas, como por exemplo o sistema tributário ou a justiça penal asiáticos, para não tratar com menoscabo a efêmera restauração de Sula, e sim admirar nela a reorganização precisamente rascunhada e concretizada sob indizíveis dificuldades, com todas as consequências advindas daí, e ainda assim posicionar o salvador de Roma, também executor da unidade itálica, junto a Cromwell.

Decerto não é apenas o estadista que tem voz no Juízo Final, e o sentimento humano de revolta, com razão, nunca se reconciliará com o que Sula fez ou permitiu que fizessem. Sula não apenas fundou seu despotismo com uma brutalidade cruel, mas também, com certa franqueza cínica, o chamou pelo verdadeiro nome, prejudicando-o irrecuperavelmente diante da massa de assustadiços que se horrorizavam mais com o nome que com a coisa, por meio da qual, devido ao frescor e à clareza da afronta, ele, no entanto, parecia ao julgamento moral mais indigno que o mais arrebatado criminoso. Degredos, recompensas aos carrascos, confiscos de bens, processos rápidos contra oficiais insubordinados ocorreram centenas de vezes, e a obtusa moralidade política da civilização antiga só teve críticas amenas contra esses eventos; mas decerto jamais se ouvira que nomes de foragidos da justiça fossem afixados publicamente e a cabeça deles igualmente exposta, ou que bandidos dispendessem determinado montante e este desse entrada, de acordo com a legalidade, nos livros-caixa públicos, ou que os bens arrecadados e também o espólio inimigo nas guerras viessem a leilão no mercado livre, ou que o comandante pudesse defenestrar de vez um oficial rebelde e sobretudo que disso o povo tomasse conhecimento. Esse escárnio público à humanidade é também um erro político; contribuiu sobremaneira para envenenar de antemão crises

revolucionárias posteriores, e por causa disso mesmo agora recai sobre a memória do criador das proscricções uma sombra devidamente obscura.

Com razão devemos, ademais, repreender o fato de que Sula, enquanto, a despeito de tudo, se impunha em qualquer assunto importante, já em questões menores, especialmente as de cunho pessoal, com frequência cedia a seu temperamento sanguíneo e procedia por afinidade ou aversão. Dava vazão sem amarras aos sentimentos, quando por exemplo sentiu ódio real dos marianos, mesmo contra inocentes, e tornou-se célebre por não haver ninguém melhor que ele em recompensar os amigos e os inimigos.²²⁶ Não desprezou a ocasião de seu poder para amealhar fortuna colossal. Primeiro monarca absolutista do Estado romano, conservou o cerne dos seus preceitos no absolutismo, segundo o qual a lei não tangenciava o príncipe, nem nas leis de adultério nem nas leis contra o perdularismo promulgadas por ele. O processo insignificante contra o partido dele e contra seu círculo se tornara, porém, muito mais pernicioso ao Estado que essa benevolência para consigo. Embora tivesse sido obrigado a tanto por necessidade política, a frouxa disciplina militar entra também no cálculo; ainda mais prejudicial, porém, era a benevolência com os correligionários. É quase inacreditável o que ele teve de aceitar: por exemplo, para Lúcio Murena, fora não apenas expedida uma multa pela derrota sofrida devido à pior das insubmissões e sandices, mas também concedido o triunfo; e Cneu Pompeu, que perdera de modo ainda mais grave, fora homenageado por Sula com maior prodigalidade. A expansão e o terrível ultraje de degredos e confiscos provinham provavelmente menos da sua vontade do que decerto de uma indiferença quase indesculpável na posição dele. Era compreensível que agisse de modos diferentes, ora com estrita impiedade, ora com inacreditável benignidade, por causa de uma essência internamente enérgica e ao mesmo tempo indiferente. Assim podemos explicar o discurso, repetido milhares de vezes, de que ele havia sido homem bastante moderado antes da regência e um monstro sanguinário como governante; quando mostrou no governo o contrário da temperança anterior, temos na verdade de afirmar que ele punia com a mesma serenidade negligente que perdoava. Essa leviandade meio irônica perpassava toda sua ação política. Sempre que era o vencedor gostava de culpar a sorte pelos méritos da vitória e ignorava por completo o valor

²²⁶ Eurípides, *Medeia*, v. 807 [v. 922-926 em português]:

No original: “Es soll mich keiner achten schwächlich und gering/ Gutmütig nicht; ich bin gemacht aus anderm Stoff,/ Den Feinden schrecklich und den Freunden liebevoll”.

Uma proposta a partir do alemão: “Ninguém me chame fraca, ínfima/ nem boa; ajo de modo oposto/ aos inimigos dolo, aos amigos íntima”.

Tradução de Mário da Gama Kury: “Que ninguém me julgue/ covarde, débil, indecisa, mas perceba/ que pode haver diversidade no caráter:/ terrível para os inimigos e benévola/ para os amigos”.

desta; tinha uma sensação difusa sobre a pequenez e a provisoriedade do próprio trabalho; preferia, como administrador, emendar a ter de demolir e reconstruir; e ficava satisfeito, ao final, com uma razoável contenção de danos.

Tal como se portava, esse Dom Juan da política era sujeito de molde único. A vida dele inteira foi forjada pelo equilíbrio interno de seu ser; nas mais diferentes situações Sula mantinha-se inalterado. Foi o mesmo senso que, após os fulgurantes sucessos em África, o fez procurar novamente a ociosidade na capital e, após a posse completa do poder absoluto, encontrar a tranquilidade e o descanso na sua vila em Cumae. Pela boca dele não passava o lugar-comum de que os assuntos públicos eram um fardo que abominava, como devia e podia. Depois de abdicar, continuou por inteiro o mesmo, sem descontentamentos e sem afetações, animado por estar se livrando dos negócios de Estado, interferindo, entretanto, aqui e acolá quando a oportunidade se oferecia. Caça e pesca e a redação das suas memórias preencheram as horas de ócio; nesse ínterim, após os pedidos de cidadãos que divergiam, organizou a situação interna da colônia vizinha, Putéoli, com a firmeza e ligeireza que fizera antes no contexto da capital. A última atividade dele, no leito de morte, residiu em cobrar um aporte para a reconstrução do templo capitolino, cuja conclusão ele não pôde mais ver. Pouco após um ano do recolhimento, no seu sexagésimo de vida, jovem ainda de corpo e espírito, fora surpreendido pela morte; depois de um breve estado enfermizo — dois dias antes de morrer ainda estava redigindo a autobiografia —, ceifara-o uma hemorragia²²⁷ (676, isto é, 78 a.C.). A sorte fiel não o abandonou nem na morte. Não desejaria ser novamente puxado para dentro do desprezível turbilhão da guerra entre os partidos e ter de conduzir outra vez seus velhos combatentes a uma nova revolução; mas, a contar pelo estado de Espanha e Itália à época do falecimento dele, não teria sido poupado disso caso vivesse mais tempo. Agora, que se tratava do seu funeral solene na capital, elevavam-se numerosas vozes que, quando ele vivia, tinham se calado e ali intencionavam demonstrar a última homenagem ao tirano. Mas as lembranças ainda estavam muito frescas, e o medo aos seus soldados bem vivo; decidiram levar o corpo à capital e prestar lá as exéquias. Nunca a Itália viu cerimônia fúnebre mais grandiosa. Em qualquer lugar por que passava o falecido regiamente adornado, tendo à frente os símbolos militares e os lictores, apinhavam-se os moradores e sobretudo seus antigos lanceiros entre as pessoas do cortejo; parecia que a tropa inteira se reunia outra vez na morte ao redor do homem que, em vida, os havia conduzido com tanta frequência e sempre do mesmo modo à vitória. Então o cortejo chegou à capital, onde os tribunais folgaram, e todas as lojas

²²⁷ Não foi uma fitiríase, como disse certo relato, pelo simples fato de que tal doença só existe na fantasia.

fecharam, e 2 mil coroas de ouro ali aguardavam-no como última homenagem das fiéis legiões, das cidades e dos amigos íntimos. Sula havia exigido que seu corpo fosse enterrado sem ser cremado, como era o costume da gente Cornélia; mas outros foram melhores do que ele em refletir sobre o que os dias passados haviam trazido e o que os dias futuros poderiam trazer — por ordem do Senado, o corpo do homem que tirara o sossego sepulcral dos restos mortais de Mário fora entregue às chamas. Acompanhado por todos os servidores públicos e o Senado inteiro, sacerdotes e sacerdotisas com os trajes de seus ofícios e uma récua de jovens da nobreza armados como cavaleiros, o cortejo entrou na grande praça do mercado; nesse lugar preenchido por atos seus e por temidas palavras que quase ainda reverberavam, foram feitos os discursos fúnebres para o defunto, e de lá o caixão, no ombro dos senadores, fora levado ao Campo de Marte, onde erigiram a pira. Enquanto ele ardia em chamas, os cavaleiros e os soldados realizavam um desfile ao redor do cadáver para honrá-lo; as cinzas do governante, porém, foram enterradas no Campo de Marte junto aos túmulos dos antigos reis, e por um ano as mulheres romanas vinham chorar-lhe a morte. (II, 367-377)

C) FIGURAÇÃO DE CAIO SEMPRÔNIO GRACO

Caio Graco (601-633, isto é, 153-121 a.C.) era bastante diferente do irmão nove anos mais velho. Como este, esquivava-se de divertimentos e práticas comuns, homem bem formado e valente soldado que era; lutara com louvor na Numância pelas tropas do cunhado e posteriormente na Sardenha; no entanto, era superior a Tibério em talento, caráter e sobretudo arrebatamento. Reconhecia-se a verdadeira aptidão de estadista na clareza e segurança com que o jovem soube manejar, mais tarde, os trâmites obrigatórios, sob a pulsão das numerosas leis que punha em prática de variadíssimas maneiras; da mesma forma, a disposição amorosa desse temperamento nobre ressaltava-se na dedicação arrebatada e fiel até a morte com que os amigos íntimos se ligavam a ele. O rosário de dores, o pungente isolamento durante seus nove anos finais, se beneficiara da energia da vontade e da ação; com brasa mais e não menos incandescente, chamejava no fundo do peito o reprimido amargor contra o partido que destroçou a pátria e lhe matou o irmão. Por esse arrebatamento tenebroso da índole dele, tornou-se o primeiro orador que Roma havia visto; sem isso, não poderíamos provavelmente contá-lo entre os primeiros estadistas de todos os tempos. Sob os poucos escombros dos seus discursos transcritos, muitos ainda têm uma força impactante²²⁸, e por isso compreendemos perfeitamente que quem o ouvia ou apenas o lia era carregado pela tempestade tonitruante das palavras. No entanto, assim como dominava a oratória, era dominado com não rara frequência pela cólera, de maneira que o discurso do brilhante orador lhe fluía turvo e estacado. Eis uma imagem fiel da ação e do mal políticos. Nas veias de Caio não corria o mesmo sangue do irmão, de bondade um tanto sentimental e até mesmo míope e confusa que tentava persuadir os adversários políticos com rogos e lágrimas; adentrou o mundo da revolução com total firmeza e visou como objetivo à vingança. “Não haverá para mim”, escreveu à mãe, “nada mais belo e magnífico do que recompensar o inimigo o quanto puder sem levar a pátria à destruição. Não sendo possível, nossos inimigos podem continuar existindo e sendo o que são, o que é mil vezes preferível a prejudicar a pátria.” Cornélia conhecia o filho; a confissão de fé dele era o exato oposto. Queria vingança contra aquele governo miserável, vingança a qualquer preço, fosse ele ou a comunidade a se destruir por causa disso — a percepção de que a catástrofe viria a se abater sobre ele assim como acontecera ao irmão o motivou a precipitar-

²²⁸ Estas foram as palavras proferidas quando do anúncio de seus projetos de lei: “Se converso convosco e vos peço, uma vez que tenho origem nobre, e perdi meu irmão em razão de vossos interesses, e agora ninguém mais resta dos descendentes de Públio Africano e Tibério Graco senão eu e um moço, que me permitam por agora homenagear, para que nosso tronco não seja cortado pela raiz e um rebento dessa linhagem ainda reste, então gostaria que tal fosse atribuído a mim de bom grado por vós”.

se, igual ao ferido mortalmente que se lança contra o inimigo. A mãe pensava de modo mais nobre; mas a posteridade mais lamentou que censurou o filho dela, sujeito de natureza totalmente itálica com sua profunda empolgação e arrebatado ânimo — e fez certo em agir assim. (II, 103-104)

De fato, se Graco, como diziam cada vez mais claramente suas palavras, objetivava derrubar a gestão do Senado, qual outra ordem política resta a uma comunidade que não existia para além das assembleias originárias e para a qual não havia parlamentarismo, após a queda do regime aristocrático, senão a tirania? Sonhadores, como seu precursor, e canalhas, como os induziu o porvir, poderiam contestar, mas Caio Graco era um estadista; e, se a tradição não nos legou a ideia de que esse homem grandioso se apresentava sozinho para sua grandiosa obra, e é imaginável algo bastante diferente, é porque ele compreendia indubitavelmente o que fazia. Assim como a usurpação intencionada do poder monárquico não pode ser escamoteada, pouco haverá de criticar Graco quem observar as circunstâncias. Uma monarquia absoluta é uma grande calamidade para a nação, porém menos que a oligarquia absoluta; e a história não pode ralhar com quem impinge à nação antes sofrimentos menores que dores maiores, muito menos natureza tão verdadeiramente arrebatada e longe de todo o comum como Caio Graco. (II, 115)

Graco estava seriamente dedicado a encontrar uma saída às mazelas sociais e a contornar o pauperismo arrasador; entretanto, atraía ao mesmo tempo um proletariado urbano, intencionalmente grande e da pior espécie, devido à distribuição de grãos que devia ter se tornado, e se tornara, um prêmio a toda a ralé de cidadãos famélicos e avessa ao trabalho. Graco ralhava com as mais acerbadas palavras o Senado pela venalidade e cobria com justa e impiedosa severidade o escandaloso regateio que Mânio Aquílio praticara com as províncias da Ásia Menor.²²⁹ Mas foi trabalho do mesmo homem que, por preocupações governamentais, a população soberana da capital fosse assistida pelos súditos de Roma. Graco recusou vivamente a perniciosa pilhagem das províncias e possibilitou não apenas que, em alguns casos, houvesse, com salutar severidade, intervenções nos tribunais senatoriais totalmente insuficientes, mas também que estes fossem abolidos, para os quais o próprio Cipião Emiliano

²²⁹ Um longo fragmento ainda existente de um discurso de Graco menciona essa transação a respeito da posse da Frígia, que, após a incorporação do reino dos Atálidas, fora dada à venda por Mânio Aquílio aos reis da Bitínia e do Ponto e acabara vendida a este último pela oferta mais alta. Ele observa que nenhum senador se preocupa com os assuntos públicos e acrescenta que o Senado se divide em três classes em relação à lei que estava em discussão (sobre a concessão da Frígia ao rei Mitrídates): a favorável, a contrária e a silenciosa — a primeira, corrompida pelo rei Mitrídates, a segunda pelo rei Nicomedes; mas a terceira, a mais refinada, recebia pagamento dos emissários de ambos os reis, e cada partido acreditava que eles se abstinham em favor de seu interesse.

tinha em vão angariado prestígio a fim de levar à punição os mais decididos transgressores. (II, 116)

Ele era um incendiário político; não apenas a revolução que durou um século, datada a partir dele, é, tanto quanto possa ser obra humana, obra de Caio Graco, mas também ele sobretudo é o verdadeiro instituidor daquele terrível proletariado da capital, adulado e remunerado de cima a baixo, que fora, em parte, totalmente desmoralizado pela unificação que se seguiu à doação de grãos na capital e, em parte, se tornara cômico de seu poder, e com reivindicações ora apalermadas, ora vis, e com a máscara de soberania popular, ao longo de meio milênio, como um peso para a comunidade romana, naufragava com esta. Porém o maior dos criminosos políticos é também o regenerador de seu país. Praticamente não há uma ideia na construção da monarquia romana que não remeta a Caio Graco. (II, 117)

Quando, em vez de ambos os líderes intimados, apresentou-se de novo apenas o jovem Quinto Flaco, o cônsul [Lúcio Opímio] tratou a recusa daquele em aparecer como o início da insurreição aberta contra o governo; mandou prender os mensageiros e deu o sinal para o ataque ao Aventino, enquanto fazia anunciar pelas ruas que quem trouxesse a cabeça de Graco ou Flaco seria recompensado pelo governo literalmente com ouro, assim como concederia total imunidade a todos que abandonassem o Aventino antes do início da guerra. As fileiras no Aventino desapareceram, rápidas; o valente nobre, em associação com os cretenses e os escravos, tomou de assalto o monte, que estava quase desprotegido e abateu quem encontrou pela frente, a maioria de pessoas humildes entre os 250. Marco Flaco fugiu, disfarçado, com o filho mais velho, embora logo em seguida tenham sido perseguidos e exterminados. Graco havia, quando começou a refrega, se retirado ao Templo de Minerva e aqui pensava em se atravessar com a espada quando o amigo Públio Letório lhe caiu nos braços e implorou que aguentasse o quanto possível, à espera de tempos melhores. Graco agiu para tentar fugir pela outra margem do Tibre; porém, ao descer o monte às carreiras, tropeçou e machucou o pé. Para lhe darem tempo à fuga, os dois acompanhantes dele, Marco Pampônio na Porta Trigemina, ao sopé do Aventino, e Públio Letório num lado da ponte do Tibre, ali onde outrora Horácio Cocles deve ter estacionado sozinho contra o exército etrusco, se lançaram diante dos perseguidores e foram massacrados; Graco, então, acompanhado apenas pelo escravo Euporo, chegou à periferia da cidade, à margem direita do Tibre. Aqui, no arvoredo de Furrina, foram encontrados os dois corpos; parece que o escravo primeiro deu cabo do senhor e depois de si mesmo. A cabeça dos dois líderes derrotados, como ordenado, foi paga, com o preço combinado, pessoalmente ao portador da cabeça de Graco, um Lúcio Septumuleio, homem de reputação, enquanto os assassinos de Flaco, gente humilde, foram

dispensados de mãos vazias. O corpo dos mortos foi jogado no rio, e as casas do líder entregues ao saque da multidão. Começava em excelente estilo o processo contra os partidários de Graco. (II, 123-124)